

RELATÓRIO ÚNICO INTEGRADO

SINGLE INTEGRATED REPORT

2016



sumol+compal

É da nossa natureza.



VISÃO

Vision

Trabalhar os frutos, os vegetais e a água como fontes incontornáveis de nutrição, hidratação, saúde e prazer é um desafio permanente e inspirador. Ambicionamos seduzir os consumidores pela excelência do sabor e pela ciência e arte com que **construímos marcas únicas**, contribuindo para o seu **bem-estar**.

Working with fruit, vegetables and water as indispensable sources of nutrition, hydration, health and pleasure is a permanent and inspiring challenge. We aspire to entice consumers through the excellence of our flavours and the science and artistry with we build our unique brands and in so doing contribute to their wellbeing.



WINNING ASPIRATION

Ser uma empresa de referência internacional em bebidas de frutos e de vegetais.

Liderar os mercados de bebidas de frutos e de vegetais em Portugal, Angola, Moçambique e África francófona.

To be a leading international company in the fruit and vegetable beverages market.

To lead the fruit and vegetable beverages market in Portugal, Angola, Mozambique and French-speaking Africa.

ÓRGÃOS SOCIAIS | GOVERNING BODIES

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL / CHAIR OF THE GENERAL MEETING

Maria Paula Escandell Alves Milheirão Quartin Bastos – Presidente / President
Filipa Montes Palma Salazar Leite – Secretária / Secretary

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO / BOARD OF DIRECTORS

António Sérgio Brito Pires Eusébio – Presidente / *Chairman*

Amélia Maria Brito Pires Eusébio

António Rui Libório Frade *

Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto *

João António Brito Pires Eusébio

José Manuel Doutel Jordão *

José Tomaz Júdice Gamito Pires*

*Membro da Comissão Executiva / *Executive Committee Member*

CONSELHO FISCAL / AUDIT COMMITTEE

Manuel Baptista Figueiredo – Presidente / *President*

José Paulo Machado da Silva Alexandre da Fonseca

José Manuel Rodrigues Felgueiras (até agosto de 2016)

António Augusto de Barahona Fernandes de Almeida – Suplente / *Alternate*

REVISOR OFICIAL DE CONTAS / STATUTORY AUDITOR

PricewaterhouseCoopers SROC, Lda., Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Representada por Jorge Manuel Santos Costa ou António Joaquim Brochado Correia

José Manuel Henriques Bernardo – Suplente / *Alternate*

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE / COMPANY SECRETARY

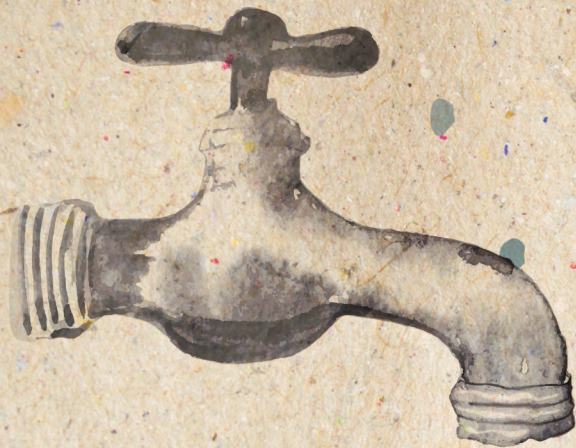
José Paulo de Martinho Simões Machado

Filipa Montes Palma Salazar Leite – Suplente / *Alternate*

01

INDICADORES CHAVE

KEY INDICATORS



O Compal das 20h.

NOVO

Para as
Refeições.

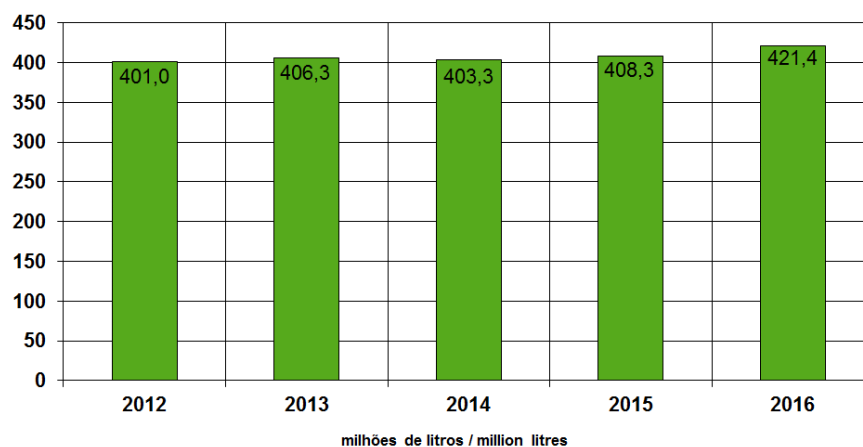
As famílias portuguesas pediram um Compal para as refeições, agora têm o novo Compal Família: a melhor opção para ter a Frutologia à mesa.

Descubra os novos sabores Laranja-Tangerina, Maça-Limão e Frutas do Pomar, agora mais líquidos, menos doces e com muita fruta.

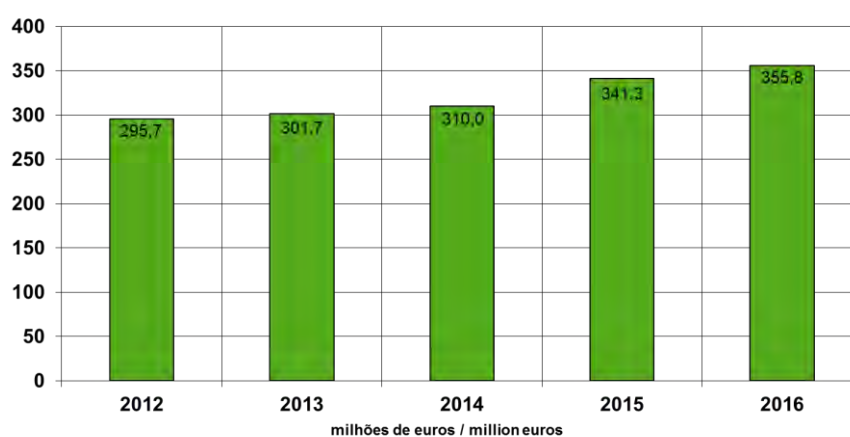


COMPAL. É MESMO NATURAL.

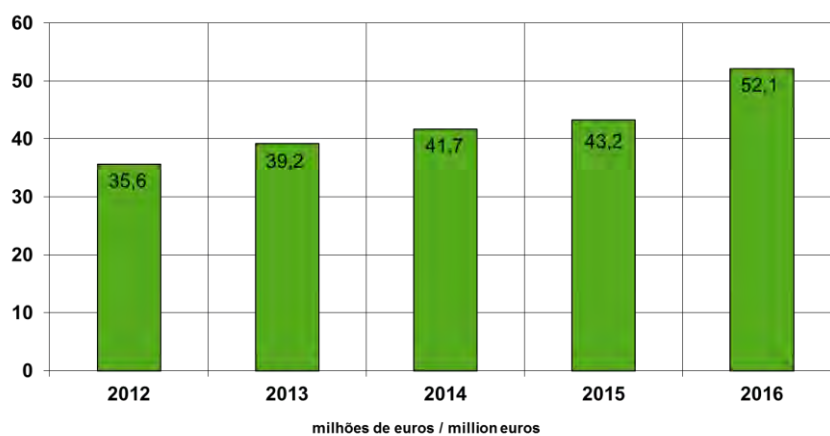
VOLUME DE VENDAS e PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
SALES VOLUME and FILLING SERVICES



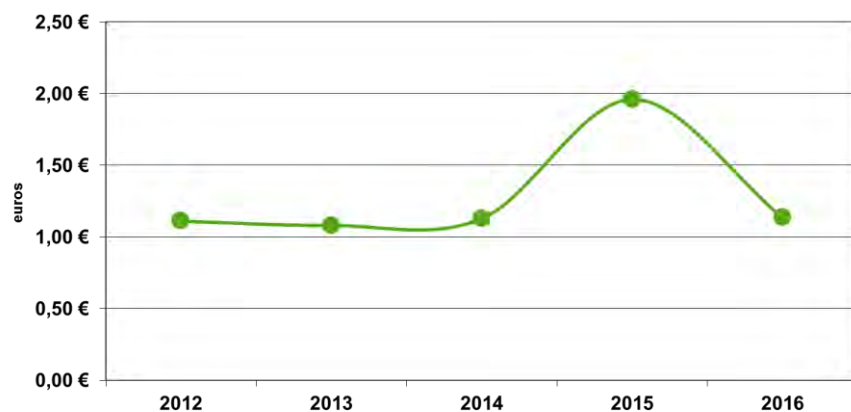
VOLUME DE NEGÓCIOS
TURNOVER



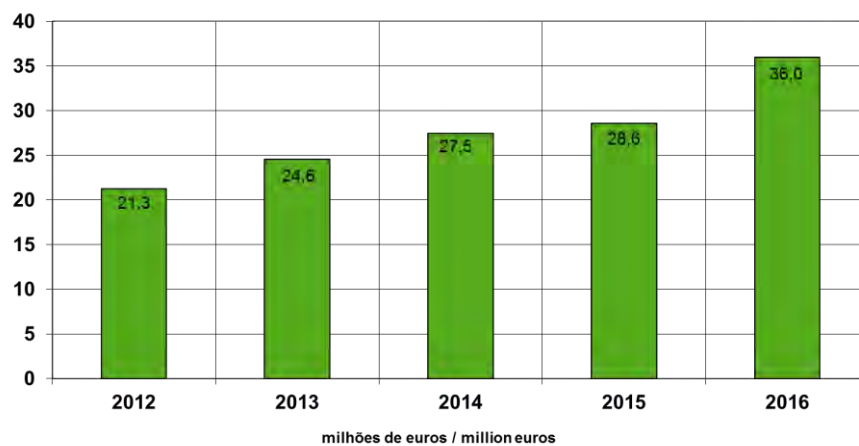
EBITDA



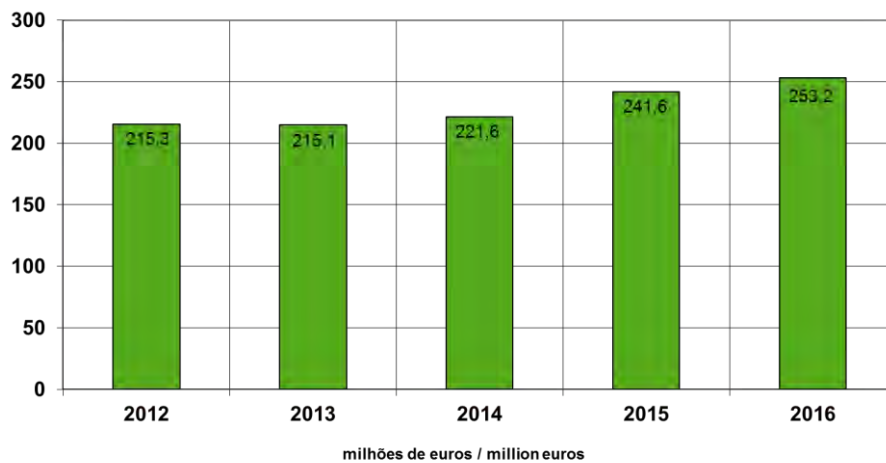
PREÇO POR ACÇÃO (FECHO DO ANO)
SHARE PRICE (YEAR END)



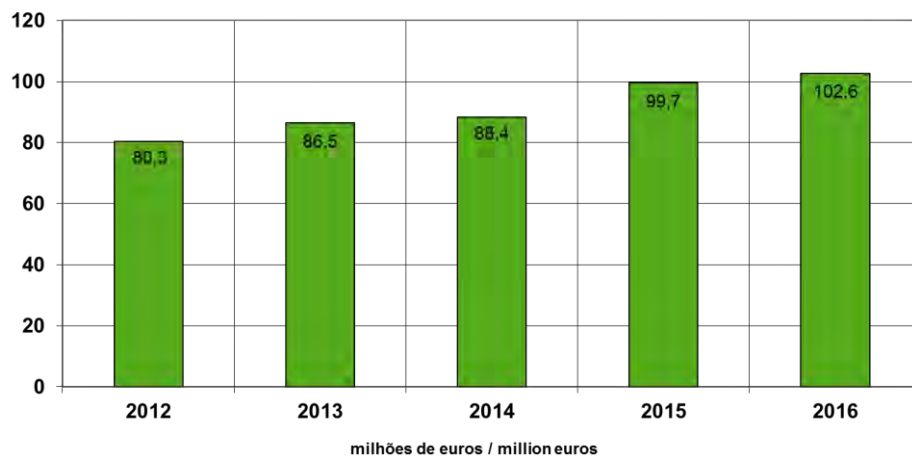
RESULTADO OPERACIONAL
OPERATING PROFIT



VENDAS LÍQUIDAS - PORTUGAL
NET SALES - PORTUGAL



VENDAS LÍQUIDAS - M. INTERNACIONAIS
NET SALES - INTL. MARKETS



	2016	2015	2014	2013	2012	
					Reexpresso	
Vendas (em milhões de euros)						Turnover (in million of euros)
Volume de Negócios	355,8	341,3	310,0	301,7	295,7	Turnover
Vendas Líquidas	346,1	332,2	300,3	289,3	283,5	Net Sales
Beb. Refrescantes com gás e Iced Tea	136,0	155,7	136,8	132,7	135,3	Carbonated Softdrinks and Iced Tea
Sumos, Néctares e Beb. Refrescantes de fruta sem g	161,2	131,2	123,1	118,2	110,1	Juices, Nectars and Fruit Still Softdrinks
Águas	24,9	21,5	20,0	19,5	19,1	Waters
Cervejas	6,0	5,4	5,2	4,8	3,8	Beers
Outros	18,1	18,4	15,3	14,2	15,2	Other
Prestação de Serviços	9,7	9,0	9,6	12,4	12,2	Services Provided
Volume de Negócios	355,8	341,3	310,0	301,7	295,7	Turnover
Mercado Doméstico	253,2	241,6	221,6	215,1	215,3	Domestic Market
Mercados Internacionais	102,6	99,7	88,4	86,5	80,3	International Markets
Resultados (em milhões de euros)						Results (in millions of euros)
Margem Bruta	207,8	182,7	164,0	156,2	151,5	Gross Margin
Resultado Operacional	36,0	28,6	27,5	24,6	21,3	Operating Profit
Resultado Consolidado Líquido	10,5	8,4	11,9	4,4	0,9	Consolidated Net Profit
Balanco (em milhões de euros)						Balance Sheet (in millions of euros)
Activo Total	624,5	624,1	625,1	564,4	575,7	Total Assets
Capital Próprio	179,1	174,2	224,1	130,8	123,2	Shareholders' Equity
Dívida Remunerada Líquida de Curto Prazo	39,6	110,6	-19,3	63,1	118,9	Short Term Int. Bearing Liabilities
Dívida Remunerada de Médio Prazo	189,5	130,2	196,1	207,2	176,8	Medium Term Int. Bearing Liabilities
Dívida Remunerada Líquida Total	229,1	240,8	176,8	270,3	295,7	Total Int. Bearing Liabilities
Cash Flow (em milhões de euros)						Cash Flow (in millions of euros)
Cash Flow Operacional (EBITDA)	52,1	43,2	41,7	39,2	35,6	EBITDA
Cash Flow de actividades operacionais	44,8	31,8	37,3	49,0	40,3	Cash Flow from operating activities
Cash Flow de actividades de investimento	-12,3	-17,6	83,1	-4,4	-13,2	Cash Flow from investing activities
Cash Flow Livre	32,4	14,1	120,5	44,6	27,1	Free Cash Flow
Ações (em euros)						Shares (in euros)
Ações em Circulação (em número)	60.499.196	60.499.196	96.030.687	96.030.687	96.155.687	Outstanding Shares (quantity)
Resultado Consolidado Líquido por Acção	0,17 €	0,14 €	0,12 €	0,05 €	0,01 €	Earnings per Share (EPS)
Preço por acção - fecho	1,14 €	1,96 €	1,13 €	1,08 €	1,11 €	Year-end closing price
Preço por acção - máximo	1,99 €	2,05 €	1,19 €	1,14 €	1,26 €	Share price - high
Preço por acção - mínimo	1,05 €	0,95 €	0,98 €	0,98 €	1,05 €	Share price - low
Colaboradores (em números)						Staff (in numbers)
Número médio de Trabalhadores	1.597	1.379	1.302	1.290	1.367	Average number of employees
Rácios (em %)						Ratios (in %)
EBITDA / Volume de Negócios	14,6%	12,7%	13,4%	13,0%	12,0%	EBITDA as % of Turnover
Resultado Operacional / Volume de Negócios	10,1%	8,4%	8,9%	8,1%	7,2%	Operating Profit as % of Turnover
Resultado Operacional / Activo Total	5,8%	4,6%	4,4%	4,4%	3,7%	Operating Profit as % of Total Assets
Rendibilidade dos Capitais Próprios	5,8%	4,8%	5,3%	3,4%	0,7%	Return on Equity
Capital Próprio / Activo Fixo	35,9%	34,3%	48,0%	27,6%	25,7%	Group Equity / Fixed Assets
Dívida / EBITDA	4,4	5,6	4,2	6,9	8,3	Debt / EBITDA
Dívida / Capitais Próprios	127,9%	138,2%	78,9%	206,6%	240,0%	Debt / Equity
Volume de Vendas (em milhões de litros)						Sales Volume (in millions of litres)
Volume de Vendas	421,4	408,3	403,3	406,3	401,0	Sales Volume
Produtos	392,9	387,6	382,1	379,4	374,3	Products
Beb. Refrescantes com gás e Iced Tea	177,2	199,2	198,9	201,9	206,1	Carbonated Softdrinks and Iced Tea
Sumos, Néctares e Beb. Refrescantes de fruta sem g	133,6	112,6	113,2	111,8	104,7	Juices, Nectars and Fruit Still Softdrinks
Águas	62,3	56,1	51,4	47,9	45,6	Waters
Cervejas	5,0	4,6	4,3	4,0	3,4	Beers
Outros	14,8	15,2	14,2	13,7	14,4	Other
Prestação de Serviços	28,6	20,7	21,3	26,8	26,7	Services Provided
Fórmulas de cálculo dos rácios						Ratios formulas
Volume Negócios = Réditos						Turnover = Revenue
Margem bruta = Réditos - Gasto das vendas						Gross Margin = Revenue - Cost of Sales
Dívida remunerada líquida de curto prazo = Empréstimos de curto prazo + Equivalentes a caixa (passivo) - Equivalentes a caixa (activo)						Short Term Int. Bearing Liabilities = Short-term Bank Loans + Cash equivalents (Liabilities) - Cash equivalents (Assets)
Dívida remunerada de médio prazo = Empréstimos de longo prazo						Medium Term Int. Bearing Liabilities = Long-term Bank Loans
Dívida remunerada líquida total = Empréstimos de longo prazo + Empréstimos de curto prazo + Equivalentes a caixa (passivo) - Equivalentes a caixa (activo)						Total Int. Bearing Liabilities = Long-term Bank Loans + Short-term Bank Loans + Cash equivalents (Liabilities) - Cash equivalents (Assets)
Cash-flow operacional (EBITDA) = Resultados operacionais + Amortizações e depreciações						EBITDA = Net Operating Profit + Depreciations and Amortizations
Cash-flow livre = Cash-flow de actividades operacionais - Cash-flow de actividades de investimento						Free Cash-flow = Cash-flow from operating activities - Cash used in investment activities
Acções em Circulação = Acções totais - Acções próprias						Outstanding Shares (quantity) = Issued shares - Treasury stock
Resultado Consolidado Líquido por Acção = Resultados após impostos / Acções em circulação						Earning per Share = Net profit after taxes / Outstanding shares
Rendibilidade dos capitais próprios = (Resultados após impostos / Total do capital próprio) x 100						Return on Equity = (Net Profit after taxes / Total Equity) x 100

INDICADORES - GRI (GLOBAL REPORT INITIATIVE) G3

INDICADOR / INDICATOR	INDICADOR DE DESEMPENHO PERFORMANCE INDICATOR	Unidade Unit	2012	2013	2014	2015	2016	
INDICADORES DE PRÁTICAS LABORAIS / LABOUR INDICATORS (Labour)								
EMPREGO / EMPLOYMENT								
LA1 ¹	Total de Efectivos Total Headcount	Número de Efectivos Headcount	nº. nr.	1.367	1.290	1.201	1.379	1.597
LA2 ²	Efectivos por Género Headcount by Gender	Número de Efectivos por Género Headcount by Gender	nº. M nr. M	836	794	723	865	1.046
			nº. F nr. F	531	496	478	514	551
LA2 ³	Rotatividade Turnover rate	Taxa de Rotatividade Turnover Rate	%	7,2%	11,7%	6,1%	8,9%	11,1%
SEGURANÇA E SAÚDE NO TRABALHO / OCCUPATIONAL HEALTH AND SAFETY								
LA7	Absentismo ⁴ Working time lost	Taxa Geral de Absentismo Working time lost Rate	%	4,98%	5,01%	4,44%	4,60%	4,94%
	Acidentes de Trabalho ⁵ Rate of Injuries	Taxa de Frequência Frequency Rate	%	17,0%	13,0%	16,0%	19,0%	16,0%
FORMAÇÃO E EDUCAÇÃO / TRAINING AND EDUCATION								
LA10	Horas de Formação ⁶ Hours of Training	Horas de Formação Anuais Annual Hours of Training	h	11.010	5.095	9.650	7.193	13.621
	Custo de Formação ⁷ Training Cost	Custos com Formação Anual Annual Training Costs	000's €	57,3	39,7	120,0	146,3	222,0
INDICADORES DE DESEMPENHO AMBIENTAL / ENVIRONMENTAL INDICATORS (Environmental)								
ENERGIA / ENERGY - ÁGUA / WATER								
EN3	Energia e Recursos Naturais Energy and Natural Resources Consumption	Consumo de Energia ⁸ Energy Consumption	TEP/ton PA	0,026	0,023	0,022	0,022	0,270
		Litros de Água consumidos ⁹ Water consumption	lt/lt PA	5,93	5,33	5,35	5,68	6,31
EMISSIONS, EFLUENTES E RESÍDUOS / EMISSIONS, EFLUENTS AND WASTE								
n.a. ¹⁰	Emissão Total de Gases de Efeito de Estufa Total Greenhouse Gas Emissions	Emissões de CO ₂ CO ₂ Emissions	ton/ton PA	0,063	0,049	0,047	0,048	0,066
EN16 ¹¹	Resíduos Waste	Reciclagem de Resíduos em valor Waste Recycling in value	%	97,9%	98,3%	98,9%	98,7%	99,0%
INDICADORES DE DESEMPENHO SOCIAL / SOCIETY INDICATORS (Society)								
OFERTA DE PRODUTOS / FREE PRODUCT								
n.a. ¹²	Ofertas Globais de Produto Free Product and Donations	Volume de Produto oferecido Volume of Product offered	k lt	1.536	1.542	672	674	855
n.a. ¹³	Ofertas de Produto com Valor Social Free Product with Social Value	Volume de Produto oferecido com Valor Social Volume of Product with Social Value offered	k lt	1.169	1.090	525	491	506
VISITAS A FÁBRICAS / VISITS TO PLANTS								
n.a. ¹⁴	Visitas a Fábricas Visits to Plants	Nº. de Visitantes Nr. of Visitors	nº. nr.	4.619	4.413	4.581	5.137	5.087

Nota: À excepção dos dados das rubricas LA1, LA2, LA10 e Indicadores Ambientais, que cobrem a totalidade do nosso grupo empresarial (incluindo SUMOL+COMPAL Moçambique e SUMOL+COMPAL Angola), todos os restantes dados deste quadro dizem exclusivamente respeito às operações da SUMOL+COMPAL em Portugal.

- 1 Nº. Total de efectivos do Grupo (nº. médio) | Headcount (average nr.)
- 2 Homens (nº. médio) / Men (average nr.) and Mulheres (nº. Médio) / Women (average nr.)
- 3 (Nº. Admissões + Nº. Cessações/2)/Nº. médio de Colaboradores | (Nr. Admissions + Nr. Dismissals/2)/Average nr. of Employees
- 4 Horas de Ausência/Horas Teóricas | Hours of Absence/Total Hours
- 5 TF = (Nº. Acidentes de Trabalho com baixa médica/Nº. Horas efectivamente Trabalhadas) x 1.000.000 | FR = (Nr. Labour Accidents/Nr. Working Hours) x 1,000,000
- 6 Total de Horas de Formação | Total Hours of Training
- 7 Valor | Value
- 8 Ton Equivalente de Petróleo (TEP)/Ton Bebida Produzida | Ton of Oil Equivalent (TOE)/Ton of Produced Beverages
- 9 Consumo de Água/Lt Bebida Produzida | Water Consumption/Lt of Produced Beverages
- 10 Ton de CO₂ emitidas na actividade industrial/Ton Bebida Produzida | Ton of Industrial activity CO₂ emissions/Ton of Produced Beverages
- 11 Peso total de Resíduos reciclados / Peso total de Resíduos produzidos x 100 | Total weight of Recycled Waste / Total weight of Waste produced x 100
- 12 Lt de Produto oferecido (Marketing, RP, Social Responsibility e Donativos) | Lt of Product offered (Marketing, RP, Social Responsibility e Donations)
- 13 Lt de Produto com Valor Social oferecido e doado | Lt of Product with Social Value offered and donated
- 14 Nº. Anual de Visitantes | Annual nr. of Visitors

INFORMAÇÃO SOBRE O MERCADO DE CAPITALIS | INFORMATION ON THE CAPITAL MARKETS

A totalidade das ações representativas do capital social da Sociedade encontra-se admitida à negociação na NYSE Euronext Lisboa.

All the stocks representing the company's share capital are tradable on the NYSE Euronext Lisbon.

ISIN: PT SML0AM0009 | MNEMO: SUCO

Cotação das ações	2016	2015	2014	2013	2012	Share prices
1º Trimestre						Quarter 1
Preço por Ação - fecho	1,97 €	1,01 €	1,10 €	1,12 €	1,19 €	Share price - closing
Preço por Ação - máximo	1,99 €	1,16 €	1,14 €	1,13 €	1,26 €	Share price - high
Preço por Ação - mínimo	1,86 €	0,95 €	0,98 €	1,01 €	1,19 €	Share price - low
2º Trimestre						Quarter 2
Preço por Ação - fecho	1,76 €	1,83 €	1,13 €	1,10 €	1,10 €	Share price - closing
Preço por Ação - máximo	1,98 €	2,05 €	1,16 €	1,11 €	1,24 €	Share price - high
Preço por Ação - mínimo	1,70 €	0,97 €	1,05 €	1,05 €	1,09 €	Share price - low
3º Trimestre						Quarter 3
Preço por Ação - fecho	1,33 €	1,87 €	1,13 €	1,08 €	1,12 €	Share price - closing
Preço por Ação - máximo	1,76 €	1,94 €	1,13 €	1,14 €	1,12 €	Share price - high
Preço por Ação - mínimo	1,29 €	1,75 €	0,98 €	1,00 €	1,05 €	Share price - low
4º Trimestre						Quarter 4
Preço por Ação - fecho	1,14 €	1,96 €	1,13 €	1,08 €	1,11 €	Share price - closing
Preço por Ação - máximo	1,35 €	1,97 €	1,19 €	1,11 €	1,14 €	Share price - high
Preço por Ação - mínimo	1,05 €	1,80 €	1,07 €	0,98 €	1,11 €	Share price - low

SUCO
LISTED
NYSE
EURONEXT.

INFORMAÇÃO DIVULGADA EM 2016

07-01-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. comunica Síntese Anual de Informação Divulgada em 2015
07-01-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. divulga informação recebida da acionista Amélia Maria Brito Pires Eusébio
07-01-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. divulga informação recebida do acionista António Sérgio Brito Pires Eusébio
07-01-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. divulga informação recebida do acionista João António Brito Pires Eusébio
17-02-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. informa sobre escolha do Estado-Membro de Origem
22-04-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. informa sobre Resultados Consolidados de 2015
26-04-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. divulga Relatório Único Integrado do exercício de 2015
26-04-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. divulga Contas Individuais do exercício de 2015
26-04-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. divulga Relatório de Governo Societário do exercício de 2015
02-05-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. convoca acionistas para Assembleia Geral de 30 de maio de 2016
02-05-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. divulga propostas a apresentar à Assembleia Geral de 30 de maio de 2016
02-05-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. divulga ações com direito a voto na Assembleia Geral de 30 de maio de 2016
09-05-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. divulga retificação da proposta para o ponto 5 da ordem de trabalhos da Assembleia Geral convocada para o dia 30 de maio de 2016
30-05-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. informa sobre deliberações da Assembleia Geral realizada em 30 de maio de 2016
08-08-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. informa sobre alteração à composição do Conselho Fiscal
08-08-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. informa sobre substituição do Secretário da Sociedade
26-08-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. divulga Relatório e Contas Consolidado do 1º semestre de 2016
02-11-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. divulga informação recebida da acionista Frildo – Entrepasto Frigorífico, Lda.
02-11-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. divulga informação recebida da acionista Eufiger – Gestão de Empreendimentos Imobiliários e Agrícolas, S.A..
29-11-2016	SUMOL+COMPAL, S.A. informa sobre perspetivas para 2016 e anos seguintes

This information is not translated. Should you have any questions please contact the Investors Relations Department (investidor@sumolcompal.pt).

**INFORMAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS EM 31/12/2016
NOS TERMOS DO REGULAMENTO Nº. 5/2008 DA CMVM**

		Nº. de Ações detidas	% Direitos de voto
Refrigor, S.A.	(diretamente)	51.093.581	84,45%
	(indiretamente)		93,58%
Amélia Maria Brito Pires Eusébio		1.628.595	2,69% (1)
João António Brito Pires Eusébio		1.474.782	2,44% (1)
António Sérgio Brito Pires Eusébio		1.474.344	2,44% (1)

Nota: Nos termos do Artº. 20 do CVM

(1) Acionistas com participação qualificada, cuja participação está também contabilizada na percentagem de capital detida indiretamente pela Refrigor, S.A.

PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES DE MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO
Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais

	Total de Ações
Amélia Maria Brito Pires Eusébio	1.628.595
João António Brito Pires Eusébio	1.474.782
António Sérgio Brito Pires Eusébio	1.474.344
José Tomás Júdice Gamito Pires	15.031
Eufiger - Gestão de Empreendimentos Imobiliários e Agrícolas, S.A.	65.298
Frildo - Entrepasto Frigorífico, Lda.	849.218
Tecol - Terrenos e Construções, Lda.	11.623

PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES DE ACIONISTAS

Artigo 448º n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais

Detalhe	Total de Ações
Refrigor, S.A. Diretamente	51.093.581
	51.093.581

TRANSAÇÕES DE DIRIGENTES

Artigo 246.º do Código de Valores Mobiliários e Regulamento nº. 5/2008 da CMVM - n.º 7 do Artigo 14º

	Data	Aquisição	Alienação	€/Ação	Valor Total
Frildo - Entrepasto Frigorífico, Lda.	01-11-2016	120.000	-----	1,32 €	158.400
Eufiger - Gestão de Empreendimentos Imobiliários e Agrícolas, S.A.	01-11-2016	-----	120.000	1,32 €	158.400
	-----	-----	-----	-----	-----

This information is not translated. Should you have any questions please contact the Investors Relations Department (investidor@sumolcompal.pt).

02

RELATÓRIO
ÚNICO
INTEGRADO

SINGLE INTEGRATED REPORT



ATENÇÃO:

SUNSET



*é só um
pôr do
SOL*

MAIS CARO.



FRIZE

NOVO SABOR

**FRIZE.
DESCONTRAI.**

Senhores Acionistas,

Vimos, com muita satisfação, submeter à Vossa apreciação o relatório único e integrado de gestão, as demonstrações financeiras consolidadas e os anexos correspondentes, de acordo com o estabelecido na legislação em vigor. Refira-se que de acordo com o nº 6 do Artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais, este relatório constitui-se como relatório único.

NOTA PRÉVIA

O presente relatório único e integrado contém uma exposição fiel e clara sobre a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da SUMOL+COMPAL.

Na seleção dos indicadores de referência para avaliação do desempenho procurou-se uma focalização naqueles que medem efetivamente os maiores impactos da nossa atividade em termos de sustentabilidade económica, social e ambiental.

O relatório retrata tanto os impactos das nossas ações passadas, como as consequências previsíveis das iniciativas que temos vindo e continuaremos a implementar, rumo a um futuro mais sustentável da nossa Empresa e da Sociedade.

Foi considerado o referencial G3 do *Global Reporting Initiative*, grau C (referencial internacional de relato do desempenho económico, social e ambiental das organizações), em relação ao qual assumimos o compromisso de o respeitar enquanto membros do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável.

1. O ANO EM PERSPETIVA

O crescimento da economia portuguesa desacelerou em 2016, estimando-se que o PIB tenha crescido 1,4%, beneficiando principalmente do aumento do consumo privado. As condições meteorológicas muito favoráveis (um verão quente e prolongado), o aumento do turismo e a melhoria da confiança dos consumidores favoreceram o setor das bebidas de alta rotação. Foi neste contexto que os mercados de bebidas refrescantes (sumos, néctares e refrigerantes) e de águas cresceram, em valor, 5,9% e, em volume, 4,9% face ao ano anterior. Os crescimentos, nomeadamente, em volume, foram claramente mais expressivos no mercado das águas do que no mercado das bebidas refrescantes. Foi neste enquadramento que em Portugal o valor das vendas e das prestações de serviços alcançou os 253,2 milhões de euros, 4,8 % acima do ano anterior.

Nos mercados internacionais mais relevantes para a SUMOL+COMPAL verificou-se uma degradação significativa dos desempenhos macroeconómicos. A economia angolana terá estagnado e o crescimento da economia moçambicana terá sofrido uma forte redução. Estas evoluções desfavoráveis resultaram da forte baixa do preço do petróleo e do carvão e, no caso

de Moçambique, também do atraso no desenvolvimento de projetos estruturantes. O ritmo de crescimento da zona Euro terá desacelerado para 1,7%, destacando-se os bons desempenhos de Espanha e da Alemanha. Em 2016, o valor das vendas e das prestações de serviços nos mercados internacionais alcançou os 102,6 milhões de euros, 2,9% acima do ano anterior.

Da conjugação da atividade em Portugal e nos mercados internacionais o volume de negócios atingiu os 355,8 milhões de euros, 4,3% acima do ano anterior.

No ano em análise consolidou-se a arquitetura e a imagem da marca COMPAL, consolidou-se a imagem da marca SUMOL e lançou-se a gama SUMOL Remix, renovou-se a imagem da marca FRIZE e lançou-se um novo sabor da mesma. Em linha com as tendências de consumo, desenvolveram-se projetos de redução do açúcar adicionado em sabores de algumas das principais marcas da empresa.

No segundo trimestre iniciou-se a produção de refrigerantes na fábrica do Bom Jesus, em Angola, concluindo-se o projeto de requalificação e instalação de linhas de produção de sumos, néctares e refrigerantes. É nossa expectativa que esta unidade industrial possa dar um contributo relevante para o esforço de diversificação da economia angolana.

2. O NOSSO NEGÓCIO

AS NOSSAS MARCAS

Tendências globais

A transferência de volumes entre as várias categorias de bebidas acentuou-se confirmando a tendência para o consumo de bebidas percebidas como mais saudáveis. A consciência crescente da opinião pública sobre problemas de saúde e a intervenção política de vários governos generalizou-se contribuindo para as alterações referidas. Persiste, contudo, uma assimetria evidente entre as geografias do Velho e do Novo Mundo, onde o grau de atitudes e comportamentos expressam, de forma clara, necessidades e realidades nutricionais assaz divergentes.

No chamado Velho Mundo, o dos países desenvolvidos, são as categorias de novas bebidas emergentes que continuam a desafiar as bebidas comerciais tradicionais. De uma forma generalizada, são claros os movimentos de transferência de consumo para categorias reconhecidamente saudáveis: águas engarrafadas e bebidas refrescantes sem adição de açúcar.

A proliferação de bebidas de nicho é o resultado da resposta da indústria à evidente customização de soluções, quase unipessoais, para estados de necessidade de consumidores cada vez mais informados e exigentes. A estes vários estados de necessidade correspondem “estados de alma” distintos que marcam muitos dos comportamentos em diversos momentos de consumo ao longo do dia e ao longo da semana. O primado do “Eu”, na seleção do que bebo, exige uma leitura atenta quanto às soluções potencialmente mais suscetíveis de serem bem-sucedidas. A coabitação com a tendência para a simplificação da vida quotidiana está, igualmente, a provocar a quebra de consumo em mercados hipersegmentados. Este “Eu” consagra, nos tempos que correm, não só a soberania do decisor de compra, mas também a gestão e o planeamento de consumos consoante objetivos bem determinados de bem-estar físico e psíquico. É evidente que há espaço para uma nutrição equilibrada mas não exclusiva de momentos de indulgência, compensadores de quaisquer regimes alimentares, por mais estritos que se assumam.

O Novo Mundo, o dos países emergentes, continua a privilegiar categorias que estão no polo oposto das preocupações de saúde do Velho. Não obstante alguns sinais de prevalência de obesidade e de diabetes tipo 2, sobretudo entre as elites, as necessidades de dietas ricas em calorias marcam os consumos, os seus volumes e a consagração de categorias tradicionalmente preferidas nessas paragens. Por razões de acessibilidade económica, bebe-se mais em quantidade do que em qualidade.

Ambos os mundos estão hoje mais digitais por força da adoção de dispositivos tecnológicos que nos ligam entre todos e com tudo. A tecnologia móvel está a aproximar de forma acelerada as oportunidades entre o Velho e o Novo Mundo, e a tornar mais planos os mercados, os desafios e as oportunidades, independentemente do tamanho das empresas.

As nossas Marcas no Mundo

Enquadramento contextual

O ano de 2016 foi de aprofundamento significativo da reflexão estratégica em torno das marcas da SUMOL+COMPAL. A discussão e exploração estratégica está, cada vez mais, estruturada em torno de opções claras, orientadas para os desafios do futuro e da internacionalização, enquadradas por uma metodologia e ferramentas comuns à organização.

Progressivamente, todas as marcas vão ganhando o seu “farol”, enquanto metáfora para o caminho estratégico que se pretende percorrer para ganhar nos diversos mercados onde decidamos concorrer. Exemplo disso é o facto de todas as marcas estarem ou em consolidação de reposicionamento recente, ou em pleno processo de reposicionamento, ou em reflexão avançada para reposicionamento a breve trecho.

Outro sinal deste ganho de maturidade estratégica é o nível de integração das marcas em torno de estratégia de categoria, que permite uma abordagem mais holística ao mercado e aos consumidores através de um portefólio de marcas e propostas devidamente articulados. Todas estas bandeiras estratégicas são igualmente fator decisivo em decisões estruturantes da SUMOL+COMPAL, como, por exemplo, investimentos industriais.

Ouvir o consumidor é parte integrante da construção estratégica das marcas SUMOL+COMPAL. É de tal forma decisiva esta atitude, que falamos de gestão consumidor-cêntrica das nossas marcas. Para esse efeito, desafiamo-nos continuamente, bem como aos parceiros de investigação que conosco trabalham, na procura de *insights* mais sólidos e consistentes, a visitar metodologias e experimentar.

A SUMOL+COMPAL voltou a reforçar com significado em 2016 o seu investimento global em investigação de consumidor, nas mais diversas vertentes, introduzindo algumas inovações em termos metodológicos, como o recurso à etnografia, estudos abertos e painéis contínuos de interação. O resultado é uma estratégia cada vez mais ligada ao consumidor, bem como mais prospetiva em termos das suas hipóteses de evolução.

A presença internacional das marcas

A consolidação das dimensões estratégica e operacional da gestão de marcas da SUMOL+COMPAL, conciliando um maior foco no longo prazo e a dimensão internacional das mesmas, tem permitido ganhos claros de eficácia na execução local de curto prazo. São disso bons exemplos os dois mercados estratégicos mais importantes: Portugal e Angola.

Em Portugal manteve-se o clima otimista e confiante que se começou a sentir em 2015, com reforço dos comportamentos consumistas, regresso aos consumos lúdicos ou convenientes fora de casa, e menor adesão a marcas de distribuição. De salientar, contudo, o acentuar da compra oportunista em promoção. Este comportamento que, quase sem exceção todos os agentes do

mercado têm incentivado, ao se traduzir na proliferação excessiva das promoções de desconto de preço, dada a frequência e intensidade progressiva das mesmas, tem vindo a conduzir inevitavelmente à destruição de valor das suas propostas e consequente quebra de rentabilidade.

Em Angola, em termos económicos, não houve qualquer alívio da crise que se vinha sentindo já em 2015, e que se reflete naturalmente na procura dos consumidores angolanos.

A realidade da SUMOL+COMPAL Angola ganhou no entanto novas competências competitivas, com investimentos industriais, já implementados ou em curso, para diversificar a sua oferta e responder taticamente de forma mais relevante aos desafios específicos do mercado. O reforço da integração comercial com o Grupo Castel permitiu igualmente ambicionar a patamares de distribuição e ubiquidade mais fortes, bem como maior amplitude do portefólio de sabores das várias marcas.

COMPAL

Em 2016 COMPAL atingiu registos de vendas históricos, superando os seus máximos anteriores.

Na categoria de Sumos & Néctares apresentou crescimentos globais de 19%, em volume. Este desempenho é resultado direto da consolidação do posicionamento da marca, continuando a sua rota estratégica de aproximação à árvore. COMPAL é cada vez mais “Frutologia em ação”, com renovação das promessas de sabor e naturalidade, apoiadas em narrativas cada vez mais envolventes de ciência, arte e paixão pela fruta.

Em Portugal a saúde da marca, quer em termos de vendas, quer em termos de imagem junto do consumidor, está melhor do que nunca. Essa saúde transparece de forma muito clara na investigação de consumidor realizada em 2016, e que reforça o interesse estratégico do caminho de aproximação da árvore, quer em termos de relevância presente e futura, quer em termos de diferenciação no mercado. De facto, o contributo da alimentação para a saúde é hoje valorizado de forma ímpar, podendo falar-se de um novo paradigma de relação com os alimentos e bebidas como um todo. COMPAL surge muito bem posicionada nessa nova forma de encarar a alimentação, o que revela o seu potencial para integrar as “boas escolhas alimentares”, fator decisivo num futuro em que o consumidor, desconfiando de praticamente tudo, conta mais do que nunca com a alimentação para cuidar do seu bem-estar e saúde.

Para o desempenho positivo de 2016 contribuiu não só um novo patamar histórico de vendas em Portugal mas também uma ótima recuperação de volumes em Angola. Apesar do contexto económico se manter aí muito desfavorável, foi um ano muito positivo para a marca devido ao ganho de competitividade resultante da produção local na fábrica de Bom Jesus.

A procura contínua de diferentes matérias-primas de fruta, sempre em busca do melhor sabor, é um *driver* inquestionável da marca, que lhe permitiu, uma vez mais, surpreender os seus consumidores. Através da arte, ciência e paixão, COMPAL transmite em cada embalagem o que de melhor sabe fazer. O ano de 2016 pautou-se não apenas pela inovação via diferentes sabores, como também trazendo ao consumidor novas variedades das frutas que ele já conhece.

São merecedores de referência as iniciativas seguintes desta marca em 2016:

COMPAL Clássico Néctar: i) Lançamento de uma edição limitada do néctar de Cereja do Fundão nos formatos cartão complexo 1L e garrafa vidro 200ml. A possibilidade de lançar Cereja do Fundão reforçou o posicionamento de COMPAL. Não é uma cereja comum, é “a cereja” (do Fundão), muito conhecida pelos portugueses e valorizada como um fruto escasso e de sabor único; ii) Lançamento do néctar de Pêssego *Paraguayo* nos formatos cartão complexo 1L e garrafa vidro 200ml. A marca optou por surpreender com uma segmentação do sabor de Pêssego, um dos *best-sellers* da marca, com uma variedade de Pêssego que começa a atingir maior notoriedade em fruta fresca. Com este lançamento, COMPAL aposta no recrutamento de novos consumidores que têm afinidade com o fruto, mas que gostariam de ter um perfil de néctar diferente do histórico néctar COMPAL de Pêssego: mais doce e mais suave. Mais uma resposta às promessas de sabor e naturalidade, envolvida numa narrativa de origem e variedade que mais uma vez atesta as credenciais “frutológicas” da marca.



Edições especiais limitadas “Saborista”: COMPAL continuou a experimentar e a criar receitas com novos ingredientes naturais sem os constrangimentos habituais dos canais de venda tradicionais ou da produção em larga escala. As edições especiais 2016 foram: Néctar Romã; Morango-Aveia e Goiaba Branca do Egito. Edições embaladas de uma forma artesanal e, também por isso, tão especiais. O privilégio do contacto direto com os consumidores permite obter uma avaliação fina dos sabores e encontrar pistas de melhoria para desenvolvimentos futuros.



COMPAL Vital: foi o ano da consolidação do pilar “equilíbrio” assente numa proposta de valor de baixas calorias com toda a naturalidade, adoçada apenas com um edulcorante de origem natural (stevia). Em 2016 a marca lançou um sabor inovador: Romã-Goji. Num momento em que o consumidor fala tanto dos famosos “super frutos”, como de sementes e bagas que compra para incluir na sua rotina diária de alimentação, eis que COMPAL Vital surpreende com um néctar com bagas de Goji.

COMPAL Veggie: A gama mais recente da marca registou em 2016 um crescimento global de perto de 50%. Um novo conceito lançado no mercado português, mas que em 2016 começou a mostrar potencial em alguns dos mercados internacionais em que a marca está a ser lançada.

Um conceito alinhado com as tendências do consumidor do “novo paradigma” que valoriza uma maior incorporação de vegetais na alimentação: 100% sumo de vegetais e fruta e com um perfil menos doce.

COMPAL Família: Após o relançamento em 2015, esta gama cresceu 60% em volume em 2016. Este incremento de volume decorre do alargamento da marca COMPAL a novas ocasiões de consumo, nomeadamente consumo às refeições, e recrutando volumes a segmentos e marcas mais fortes nessa ocasião específica.

COMPAL Essencial: Em 2016 a marca cresceu 12% em volume. Este resultado foi fruto do lançamento em 2015 de COMPAL Essencial+, uma gama mais adulta composta por 3 doses de fruta reforçadas com um benefício funcional, e cujo lançamento se prolongou em 2016, com investimentos relevantes em comunicação e ativação. Também o COMPAL Essencial Kids contribuiu para esta performance muito positiva, reforçando o seu contributo como sabor *best-seller* da marca com o lançamento de uma nova vaga de colecionismo: “Potes no Faroeste”.



Centro de Frutologia COMPAL: Com atividade, até à data, exclusivamente em Portugal este Centro desenvolveu e implementou em 2016 várias iniciativas com o objetivo de promover a importância do consumo de fruta. Destacam-se i) a realização da 4ª edição da Academia do Centro de Frutologia COMPAL, com a formação de mais 12 jovens agricultores, 3 dos quais premiados com bolsas de instalação de 20.000€ cada; ii) a requalificação do Pomar Pedagógico na Quinta Pedagógica dos Olivais em parceria com o Instituto Superior de Agronomia (ISA) tendo sido criados conteúdos pedagógicos em parceria com a Associação Portuguesa dos Nutricionistas (APN) e iii) o desenvolvimento do Mapa das Frutas de Portugal em conjunto com o Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE) e com o apoio da Direção Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR), para que todas as crianças conheçam a origem da fruta portuguesa.

Juice Bar Frutológica COMPAL: em 2016, este conceito foi avaliado junto do consumidor recorrendo a metodologias qualitativas de investigação, com resultados muito positivos. De facto, ficou comprovada a apelatividade do conceito, tendo simultaneamente o negócio crescido 60% em volume.

COMPAL da Horta: relançou-se a gama de conservas de vegetais com uma nova imagem, mais federada com a marca mãe e que transmite os valores de frescura, qualidade e naturalidade.

Durante este ano assistiu-se ainda a uma racionalização das duas gamas existentes, de uma para o mercado português e outra para o mercado internacional, para uma gama única. Esta gama única passou a adotar o *naming* COMPAL da Horta, que foi altamente valorizado pelos consumidores nos estudos realizados em Portugal, em Cabo Verde e em Angola.

SUMOL

2016 foi um ano de consolidação do posicionamento da marca – “O efeito SUMOL: otimismo contagiante”. Os vários mercados implementaram ações centradas neste posicionamento, contribuindo para a sua consolidação a nível internacional.

Com a necessidade de recrutar jovens para a marca e rejuvenescer a base de consumidores sentimos também necessidade de criar mecanismos mais dinâmicos para os conhecer, para estarmos junto deles, recolhendo *insights*, testando hipóteses, etc. Desta forma foi criado um Observatório de Jovens, uma plataforma para comunicar diretamente com os jovens e acompanhar as novas tendências – de forma a perceber, em tempo real, quem são os jovens, o que os caracteriza e define, que preferências e aspirações têm. Esta plataforma serve não só para antecipar tendências como para testar novos produtos, conceitos e até *insights*.

Seguindo a necessidade da marca entregar cada vez mais inovação e juntando a preocupação crescente do consumidor com temas de açúcares e calorias, foi feito o lançamento de SUMOL Remix – uma proposta de mistura de frutas com baixas calorias. Com os sabores Frutos Vermelhos e Tropical, a gama SUMOL Remix pretende recriar a abordagem ao mercado de bebidas refrescantes de baixas calorias através de sabores proprietários. SUMOL Remix não se limita a propor alternativas menos calóricas, mas representa um esforço de inovação e surpresa ao levar aos seus consumidores sabores novos e desafiantes.



A marca SUMOL teve no mercado angolano um resultado abaixo das expectativas, em parte devido à forte crise económica que se faz sentir no país, mas também a uma total dependência de um só formato – a lata. Esta dependência retirou à marca capacidade para se ajustar, em preço, gestão de canais e resposta competitiva, em termos gerais. É igualmente uma limitação na proposta ao consumidor, ao não permitir ajustes de capacidade e funcionalidade para diferentes contextos de consumo.

Foram feitas as primeiras produções no mercado da Costa do Marfim, em lata, sendo assim este o terceiro mercado com produção local. Um passo importante no caminho da internacionalização da marca, servindo também como *benchmark* para futuras produções em novos mercados.

Atualmente estas produções estão focadas no formato lata mas continuamos a trabalhar para alargar o portefólio da marca em termos de formatos para diferentes ocasiões de consumo.

Em matéria de inovação, a marca desenvolveu um sabor sazonal para o mercado português – SUMOL Maçã associado a uma promoção *on pack* com resultados bastante satisfatórios. Foi também lançado o sabor Tropical em Angola.

Globalmente, SUMOL continuou a dar passos no sentido de consolidar a estratégia definida, centrada num posicionamento verdadeiro e relevante (Otimismo), num esforço de atualização e recrutamento de jovens, e em maiores índices de surpresa e inovação. A marca tem reforçado consistentemente o número de sabores que oferece, ao mesmo tempo que vai diversificando os seus formatos de embalagem e criando condições para maior envolvimento emocional com o seu alvo principal. De registar igualmente o esforço de adaptação local que SUMOL tem feito noutras geografias, reinterpretando elementos relevantes do seu marketing mix, como o portefólio de sabores ou o discurso comunicacional.

UM BONGO

UM BONGO atingiu em 2016 os seus melhores resultados de sempre, fruto principalmente da aceleração da sua internacionalização. A marca registou um crescimento global, em volume de 18%, que decorre sobretudo do lançamento em Angola, possível graças à produção local do formato cartão complexo 200ml e consequentes ganhos de competitividade.

Em Portugal a marca iniciou um caminho novo, com bons resultados, apostando no *play value* das suas embalagens. Lançou uma edição especial “Máscaras” com o objetivo de envolver os pequenos consumidores com o imaginário da marca, através da utilização e incorporação das embalagens nas suas brincadeiras. Esta edição especial registou uma ótima receptividade, que se traduziu num acréscimo significativo de vendas, e consequente extensão temporal da mesma.



FRIZE

2016 foi o ano do relançamento da marca FRIZE, fruto de reflexão estratégica profunda ao longo de 2015, baseada em *insights* de consumidor e na tentativa de antecipar o que são as bebidas refrescantes do futuro. A renovada FRIZE apresenta-se como uma alternativa real às bebidas refrescantes tradicionais, enquanto marca que entrega atitude, sociabilidade, prazer e naturalidade numa só bebida.

O novo posicionamento assenta nas tendências de consumidor à procura de propostas cada vez mais saudáveis (naturais, pouco calóricas), a que FRIZE consegue responder com base numa água naturalmente carbonatada, mas “com atitude” de bebida refrescante. Trata-se de um posicionamento claramente orientado para o futuro, na tentativa de seduzir o grupo crescente de consumidores adultos, jovens e não só, que estão a restringir o seu consumo de refrigerantes tradicionais e não se reveem nas propostas alternativas disponíveis. A proposta FRIZE é credível em termos de poder refrescante, prazer e atitude, enquanto atual e cosmopolita para os jovens adultos que não abdicam de momentos sociais de prazer e descontração, mas já não se identificam com as bebidas refrescantes tradicionais.

Este relançamento teve um impacto muito positivo na marca, com resultados muito interessantes de crescimento.

A par desta reformulação estratégica e de posicionamento, FRIZE renovou totalmente a sua imagem e retomou os investimentos em comunicação, interrompidos nos últimos anos. Voltou também a inovar em sabor, com a sofisticada e apelativa proposta de Lima-Pepino-Gengibre, que recolheu um agrado invulgarmente universal junto dos consumidores e contribuiu decisivamente para a performance da marca. Foi, igualmente, reformulada a proposta de Água Tónica, com a introdução de um ingrediente inovador na categoria, o zimbro.



B!

Em 2016 a marca continuou o percurso estratégico definido em 2014, reposicionando-se como marca de limonadas. Foi lançado o sabor limonada com gengibre, para completar a gama. O papel desta marca insere-se igualmente nos esforços de gestão de categoria na procura das bebidas refrescantes do futuro. A oportunidade do momento justifica-se dado que as alternativas tradicionais estão a ser desafiadas pelos consumidores nas suas manifestações de preferência e de preocupação com os impactos da sua alimentação.

ÁGUA SERRA DA ESTRELA

A marca ÁGUA SERRA DA ESTRELA tem beneficiado nos últimos anos de uma estratégia integrada de portefólio, ganhando consecutivamente quota numa categoria em expansão, ao crescer acima do mercado. A marca regista assim novamente em 2016 um crescimento forte em volume, estabelecendo um novo máximo histórico.

Este crescimento da procura por águas lisas apresenta-se como uma das grandes tendências do mercado amplo de bebidas a nível mundial, e está diretamente relacionado com a procura de alternativas alimentares mais saudáveis e naturais. Pelas suas premissas de naturalidade e características geológicas, bem como pelo valor simbólico e imaginário da “Serra da Estrela”, em Portugal, a marca revela grande potencial futuro de reforço do seu contributo para o negócio da SUMOL+COMPAL.

A NOSSA INOVAÇÃO

Inovação e Inovação Disruptiva

Sendo a inovação uma das dimensões estratégicas chave da estratégia corporativa, foi criada ainda em 2016 uma equipa dedicada a Inovação Conceptual dentro da estrutura de Marketing Estratégico, com o objetivo de criar mais foco e acelerar o caminho para o mercado de novos conceitos, consumidor-cêntricos, suscetíveis de alargar a base de negócio da companhia.

Paralelamente, mantém-se o esforço e ritmo de inovação incremental, fundamental à renovação dos fatores de relevância e diferenciação das marcas junto dos seus consumidores atuais e potenciais.

A inovação de carácter disruptivo viu prosseguidos os seus esforços de estar mais perto do consumidor, continuando a investir na sua plataforma transaccional digital (Saborista). Manteve-se o seu posicionamento e conceito como resultado do desenvolvimento da nova identidade visual e gráfica criada em 2015 e na diferenciação pela venda de produtos exclusivos para este canal.

Foram dados passos fundamentais na preparação da Transformação Digital (TD) da companhia, opção estratégica crucial para a manutenção e reforço das suas vantagens competitivas. Estamos em condições de avançar, já em 2017, com uma agenda adequada aos desafios que as novas tecnologias de comunicação estão a colocar-nos.

Investigação e Desenvolvimento

Em 2016 a SUMOL+COMPAL planeou e investiu num novo laboratório, com equipamento analítico sofisticado e com equipamentos para processos biológicos e de *downstream*. Este novo laboratório constitui-se como uma unidade que permite testar uma grande diversidade de parâmetros de processo, às escalas laboratorial e piloto, capacitando-nos para desenvolver biotecnologias aplicáveis em inovações de produto. No domínio da biotecnologia foi também submetido à *Food and Drug Administration* dos Estados Unidos da América um processo GRAS (*Generally Recognised As Safe*) para um novo ingrediente à base de sumo de fruta.

Na senda da procura de sensoriais diferenciados foi finalizado o desenvolvimento de um equipamento de frio para o canal Horeca que, no âmbito de uma tecnologia proprietária, permitirá à SUMOL+COMPAL oferecer aos consumidores, bebidas com texturas inovadoras.

Foram desenvolvidas formulações de novas variedades para as marcas SUMOL, COMPAL, FRIZE e B!, edições especiais da marca COMPAL, destinadas à loja online “Saborista” e à Frutológica, e sabores específicos para o mercado angolano com base em frutos tradicionais do país. O principal projeto da área de Desenvolvimento de Produto, que decorreu durante todo o ano, foi no entanto a reformulação de sabores das principais marcas, com o objetivo de redução da quantidade de açúcar adicionado, sem alteração dos padrões sensoriais. Embora o projeto não se tenha esgotado em 2016, as soluções já conseguidas tornam possível continuar a oferecer aos consumidores produtos dentro dos mesmos padrões sensoriais com menores quantidades de açúcar adicionado. Em Portugal, a decisão governamental tomada no final de 2016 de introduzir um imposto sobre as bebidas açucaradas veio reforçar a importância deste projeto. Com as conclusões obtidas, a SUMOL+COMPAL fica habilitada, não só a melhorar o valor nutricional dos seus produtos, mas também a minimizar o impacto daquele imposto.

OS NOSSOS MERCADOS

No exercício a SUMOL+COMPAL colocou no mercado 392,9 milhões de litros de bebidas e preparados de vegetais, crescendo 1,4%, tendo o valor consolidado das vendas crescido 4,2% para 346,1 milhões de euros.

PORTUGAL

O volume transaccionado pela SUMOL+COMPAL em Portugal cresceu cerca de 6,8%, atingindo os 291,9 milhões de litros tendo as vendas líquidas registado um incremento de 5,4%, alcançando os 245,1 milhões de euros.

O portefólio da SUMOL+COMPAL ganhou quota de mercado em relação aos seus principais concorrentes, reforçando assim a sua liderança no conjunto dos mercados de bebidas refrescantes e de águas, de acordo com a AC Nielsen.

O volume de vendas do canal Horeca, manteve a tendência positiva dos últimos anos e cresceu de forma global, motivado por uma meteorologia favorável, sobretudo nos meses de Verão, e pelo incremento do turismo. Observámos igualmente uma tendência para a reconfiguração dos pontos de venda deste canal com aberturas e remodelações de diversos estabelecimentos com conceitos inovadores e com maior sofisticação e profissionalização. Neste canal o crescimento da SUMOL+COMPAL superior ao do mercado, espelhou-se na conquista de clientes relevantes e no alargamento do portefólio nos clientes existentes.

No canal alimentar mantivemos as estratégias promocionais com o objetivo de aumentarmos a penetração e a frequência de compra das nossas marcas nos lares portugueses. A conquista rápida e eficaz de distribuição numérica para a inovação das nossas marcas revelou-se fundamental para os incrementos relevantes de quota de mercado que a SUMOL+COMPAL registou, neste canal, durante o ano 2016.

Demos continuidade ao processo de sincronização de informação e de políticas comerciais na rede de Distribuidores.

As vendas das marcas representadas, entre as quais se destacam SEVEN UP, PEPSI, LIPTON, ANTARTICA, DAMM e TAGUS atingiram os 77,1 milhões de litros, crescendo 8,0% face ao exercício anterior.

MERCADOS INTERNACIONAIS

As vendas decresceram 11,5% em volume para 101,0 milhões de litros tendo todavia crescido 1,3% em valor, para 101,0 milhões de euros. O incremento no preço médio de venda resultou do maior peso das operações no exterior face às exportações. As vendas realizadas nos mercados internacionais representaram cerca de 30% das vendas totais, tendo a empresa realizado vendas em mais de setenta países.

África

O continente africano é o maior destino das vendas realizadas nos mercados internacionais. Neste espaço geográfico as vendas cresceram 1,4%.

A evolução da economia angolana foi negativamente impactada pelo nível dos preços do petróleo praticados durante o exercício em análise. E, não obstante a adoção de políticas macroeconómicas que visam a diversificação da economia e a consequente redução da dependência em relação ao sector petrolífero, a economia em 2016 terá tido um crescimento praticamente nulo.

Consequentemente, o montante de divisas disponível para fazer face às necessidades da economia revelou-se marcadamente escasso e o Kwanza sofreu uma depreciação significativa face ao Euro.

Foi neste exigente contexto que a SUMOL+COMPAL Angola desenvolveu a sua atividade de gestão de marcas, produção, vendas e distribuição.

O ano pode dividir-se em duas partes distintas: um primeiro semestre bastante difícil com decréscimos apreciáveis do volume de negócios e um segundo semestre de franca recuperação.

Entretanto, tendo em conta por um lado, a economia relativamente estagnada e, por outro, a crescente agressividade concorrencial entre os diversos operadores, decidiu-se externalizar as operações de venda e distribuição, estabelecendo-se um acordo com o Grupo Castel. Com

feito, a partir de setembro de 2016, as marcas da SUMOL+COMPAL Angola passaram a ser comercializadas pela referida entidade. Tem-se a convicção de que este é um acordo sinérgico que permitirá potenciar as vendas das marcas SUMOL, COMPAL e UM BONGO.

Em Moçambique a evolução da conjuntura económica, política e social em 2016 foi bastante desfavorável tendo conduzido ao adiamento de decisões de investimentos em projetos ligados a energia e recursos naturais, que tinham gerado grandes expectativas e alavancado o Investimento Direto Estrangeiro (IDE) de anos anteriores. A moeda local, o Metical, registou uma forte desvalorização face às principais moedas de referência.

Neste contexto, as Vendas da SUMOL+COMPAL Moçambique registaram um decréscimo em valor de 16,5% ainda que tenham crescido cerca de 30% em moeda local.

Verificou-se uma extrema dificuldade na comercialização de produtos importados, quer por ter subido o respetivo custo, quer pela dificuldade de financiamento para importações, enquanto as vendas de produtos produzidos localmente cresceram com expressão.

As vendas no conjunto dos outros países no Continente Africano decresceram moderadamente. Nos países lusófonos a evolução foi muito positiva, enquanto nos restantes mercados, no seu conjunto, apresentaram resultados abaixo do ano anterior.

Europa

As vendas no mercado europeu mantiveram-se estáveis face ao ano anterior. Destaque para os mercados de Espanha, França e Luxemburgo que apresentaram bons crescimentos. Os restantes mercados de dimensão relevante, como a Suíça, a Alemanha e o Reino Unido, registaram ligeiros decréscimos.

Outros mercados

Nos restantes mercados o nível de atividade manteve-se estável. Destaque para o mercado dos Estados Unidos da América que apresentou um crescimento expressivo e para a retração de vendas na China Continental.

3. AS NOSSAS OPERAÇÕES

Em Portugal, as Operações da SUMOL+COMPAL defrontaram em 2016 um desafio colocado pela sazonalidade acima do normal que se verificou no período de Verão. A organização respondeu de forma positiva a este pico de procura, demonstrando flexibilidade e capacidade de organização e de mobilização de recursos, o que permitiu manter o nível de serviço a clientes dentro dos valores normais e tirar partido da oportunidade criada por esta solicitação do mercado.

A transferência do abastecimento ao mercado angolano, das fábricas de Portugal para produção local, concluiu-se em 2016 com o arranque da linha de latas na fábrica de Bom Jesus, no segundo trimestre do ano. A SUMOL+COMPAL passou a dispor de capacidade instalada própria em Angola capaz de satisfazer as necessidades locais das marcas COMPAL, SUMOL e UM BONGO.

A INCORPORAÇÃO DE FRUTAS E DE VEGETAIS

O processamento de fruta foi fortemente condicionado pelo mau ano agrícola que afetou a produção de pêssigo e de pera rocha, em Portugal. A transformação de fruta ficou limitada a 8.500 toneladas, aquém dos objetivos nestes dois frutos mas atingindo as quantidades necessárias de maçã, ameixa, morango e framboesa. A campanha de tomate decorreu dentro da normalidade tendo atingido a quantidade programada de 10.000 toneladas.

Devido à escassez de pêssigo e de pera foi necessário recorrer ao abastecimento de polpas destes dois frutos a partir de origens alternativas. O fornecimento de matérias-primas dentro dos padrões de qualidade da SUMOL+COMPAL foi assegurado de forma a satisfazer as necessidades até à campanha de 2017, que deverá recuperar os stocks de segurança destes dois frutos para os valores normais.

Em 2016 foram assinados com agricultores novos contratos de pomares de pessegueiros para fornecimento exclusivo à SUMOL+COMPAL, num total de 55 ha. Quando em plena produção, o total da área plantada ao abrigo de contratos exclusivos deverá assegurar cerca de 65% das necessidades de pêssigo.

O facto mais marcante do mercado internacional de matérias-primas de fruta foi o acentuar das restrições de oferta de laranja. Reduções na produção no Brasil e na Flórida, com origem em problemas fitossanitários, provocaram subidas de preço que deverão manter-se até à próxima campanha do hemisfério sul. O ananás, que se manteve durante todo o ano num patamar de preço anormalmente elevado, deu no final de 2016 sinais de tendência de descida. Prevê-se que em 2017 termine o período mais longo de preços extraordinariamente elevados deste fruto.

GARANTIA DA QUALIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR

A fábrica de Pombal passou a deter em 2016 a certificação BRC (*British Retail Consortium*). A fábrica de Almeirim, já anteriormente detentora desta certificação, obteve a renovação pela nova versão do referencial. A fábrica de Moçambique obteve uma certificação pela FSA - *Food Safety Management Systems Audit* (Intertek), que a habilita a exportar para a África do Sul, satisfazendo requisitos de clientes locais. A preparação da fábrica de Moçambique para a auditoria, bem como a construção do sistema de Garantia da Qualidade da fábrica de Angola resultaram do trabalho conjunto de equipas locais com a equipa central de Segurança Alimentar e com as equipas de Garantia de Qualidade de Pombal e Almeirim.

Os indicadores externos e internos de Qualidade registaram nova melhoria relativamente ao ano anterior sem que se tenham verificado quaisquer ocorrências relevantes.

OPERAÇÕES FABRIS

O volume total produzido nas seis unidades de produção da SUMOL+COMPAL atingiu 399 milhões de litros, o que corresponde a um crescimento global de 5% da atividade industrial relativamente ao ano anterior, mas que não aconteceu de forma homogénea.

As unidades de Gouveia, Vila Flor e Boane registaram incrementos significativos de atividade ligados diretamente a crescimento de negócio. A unidade de Bom Jesus teve o seu primeiro ano completo de atividade, tendo atingido já períodos de plena ocupação, e concentrou a produção para o mercado angolano de COMPAL, antes realizada em Almeirim, e de SUMOL, antes realizada em Pombal e, num período de transição, em fábrica do Grupo Castel em regime de subcontratação. Nos últimos meses de 2016 a fábrica de Bom Jesus prestou ainda serviços de produção de marcas do Grupo Castel. Como resultado desta transferência, as fábricas de Almeirim e Pombal registaram reduções de atividade com carácter estrutural. Em Pombal a redução centrou-se nas linhas de latas. Em Almeirim foram as linhas de cartão complexo que registaram uma baixa na taxa de ocupação, embora tenha havido neste caso alguma

compensação por crescimento de necessidades para outros destinos. Em Almeirim houve ainda em 2016 um fator conjuntural de redução de atividade nas linhas de processamento de fruta devido à escassez de matéria-prima.

Com os investimentos em novas capacidades industriais centrados em Angola, não deixaram de ser realizados nas fábricas e centros de distribuição em Portugal investimentos direcionados para a modernização tecnológica e para a requalificação de equipamentos e instalações. O projeto de segurança integrada cumpriu mais uma etapa com a implementação em Vila Flor e Póvoa de Varzim e diversos equipamentos industriais foram objeto de substituições ou *upgrades* por solicitações do mercado ou para servir objetivos de melhoria de desempenho. Apesar da quebra de atividade nas duas principais fábricas os indicadores de eficiência voltaram a registar melhorias.

CADEIA DE ABASTECIMENTO

O fenómeno de sazonalidade acima do normal, em Portugal, impactou particularmente a Logística e Distribuição. A distribuição capilar registou no período do pico sazonal um incremento superior a 30% face ao mês homólogo do ano anterior.

Neste cenário de elevada atividade, as otimizações de eficiência logística desenvolvidas foram fundamentais, nomeadamente com destaque na implementação de uma solução de *voice picking*, com conseqüente aumento de produtividade, melhor ergonomia, segurança e fiabilidade na preparação das encomendas.

Em resposta a um contexto externo de constante movimento e mudança, a Logística e Distribuição tem vindo a desenvolver um programa com especial foco no serviço ao cliente. Trata-se de iniciativas assentes na criação de uma cultura de capacidade de trabalho em equipa multidisciplinar garantindo uma maior proximidade ao cliente, aos seus níveis de satisfação e assim melhor servir marcas e clientes.

4. AS NOSSAS ÁREAS DE SUPORTE

AS NOSSAS PESSOAS

Para a SUMOL+COMPAL a estratégia de gestão das suas Pessoas é indissociável da estratégia do negócio. A Empresa só estará bem alicerçada se aliar as melhores práticas de gestão de Pessoas aos crescentes objetivos da organização, desenvolvendo e retendo talento, numa perspetiva internacional, com o desafio implícito da mobilidade e diversidade cultural que daí advém.

Em 2016 foram concentrados esforços na definição, alinhamento e integração dos processos de gestão de Pessoas, tendo em conta 3 aspetos principais:

- A reorganização da equipa da Direção de Pessoas, com responsabilidades alinhadas com as necessidades do negócio e dos colaboradores;
- A integração e revisão de processos chaves;
- A definição de uma solução integrada de processos de gestão de Pessoas.

Destacamos três projetos, que consideramos de elevado impacto na organização – uma nova plataforma para gerir os processos de recursos humanos de forma integrada, uma nova abordagem à estruturação das funções na SUMOL+COMPAL e o programa *Talent Seed*.

A internacionalização do nosso negócio continua a ser uma prioridade estratégica da SUMOL+COMPAL e, por isso, a Direção de Pessoas mantém o seu percurso de aprendizagem nesta matéria que tem vindo também a ser enriquecido com a experiência ganha e com a gestão de deslocações prolongadas e temporárias de alguns colaboradores.

Quanto à cultura e no âmbito do programa denominado “SOMOS+”, realizámos mais uma vez este ano as festas SUMOL+COMPAL, no mês de dezembro, sob o mote “Ambição & Talento”, com o objetivo de reforçar alinhamento e coesão interna, proximidade e de potenciar orgulho e ligação emocional.

No sentido de promover uma cultura de meritocracia, instituíram-se, este ano, 3 prémios de excelência, um por cada Pilar Organizacional (Negócio, Operações e Suporte).

No final do ano de 2016 a SUMOL+COMPAL contava com a colaboração de 1.604 Colaboradores, dos quais 1.210 em Portugal, 292 em Angola, 100 em Moçambique, 1 em França e 1 na Suíça.

Privilegiamos sempre o recrutamento interno como forma de conciliar o enriquecimento das competências dos Colaboradores, quer numa progressão vertical, quer horizontal, o que permite um alargamento de experiências e uma mobilidade funcional que consideramos enriquecedora a título individual e coletivo. Naturalmente, não colocamos de parte o recrutamento externo, tão importante para o renovar de ideias e de conhecimentos que contribuem para o crescimento global de todos aqueles que trabalham na SUMOL+COMPAL.

Atrair, reter e desenvolver o talento profissional, em condições de trabalho que permitam um verdadeiro sentimento de orgulho por parte dos nossos Colaboradores é o grande objetivo da SUMOL+COMPAL em matéria de gestão de Pessoas. Queremos continuar a ser uma das melhores empresas do nosso setor de atividade e, para isso, temos que ter dos melhores, dos mais empenhados e dos mais adaptáveis profissionais.

A SUMOL+COMPAL tem vindo a privilegiar a instituição de remunerações variáveis em função do atingimento de objetivos ou de ganhos comprovados de eficiência e produtividade, permitindo um maior alinhamento de interesses entre os diversos *stakeholders*.

A NOSSA COMUNICAÇÃO

A Comunicação na SUMOL+COMPAL potencia o alinhamento das Nossas Pessoas e promove a manutenção de elevados níveis de reputação da Empresa.



No que se refere a comunicação externa, a SUMOL+COMPAL mantém a sua política de concentrar os investimentos na comunicação das marcas, muito embora também existam algumas ações de carácter institucional, centradas no percurso da Empresa, nomeadamente no que diz respeito ao desempenho da SUMOL+COMPAL e à sua estratégia de internacionalização.

Em termos de abertura à sociedade, é importante referir o crescente número de visitas de estudantes universitários e o investimento feito para dotar o circuito de visita da fábrica de Almeirim de condições que permitam ser percorrido por crianças. Estas visitas garantem não só uma contribuição relevante ao nível da experiência e da formação de crianças e jovens, mas também proporcionam aos estudantes universitários um primeiro contacto direto com a realidade empresarial.

Importa ainda registar que, no decurso do último semestre do ano, se procedeu ao desenho e preparação de um novo *website* da SUMOL+COMPAL que entrou em funcionamento no primeiro dia de 2017.

OS NOSSOS SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

No que se refere aos Sistemas de Informação, o projeto mais importante foi a implementação da solução tecnológica de *voice picking* para otimização da solução de gestão de armazéns. O projeto foi executado em moldes inovadores com a ligação direta da solução de voz ao ERP (*Enterprise Resource Planning*), o que contribui para uma redução do investimento. A solução implementada conduziu a ganhos de produtividade relevantes. Além deste projeto, importa também salientar a continuação dos trabalhos de disponibilização de uma solução de sistemas para Angola, adicionando aos módulos do ERP já implementados toda a parte de gestão do *Supply Chain* e a substituição da solução de ligação ao ERP das impressoras industriais de embalagens primárias e secundárias.

Na área de infraestruturas, o ano ficou marcado pela realização de dois estudos importantes que serão implementados já em 2017; o *upgrade* da versão do ERP e o trabalho de arquivo de informação com vista à redução da dimensão das bases de dados. Há ainda a destacar a implementação de uma solução para gerir a circulação da informação dentro e para fora da organização, cuja implementação ocorrerá no início de 2017.

A NOSSA ÁREA FINANCEIRA, DE FISCALIDADE E ASSUNTOS JURÍDICOS

A área Financeira dedicou especial atenção à estrutura e maturidade do endividamento, promovendo o seu reequilíbrio e procurando otimizar o respetivo custo.

O acompanhamento do equilíbrio financeiro e a gestão de tesouraria, com especial incidência sobre as variáveis associadas à gestão do fundo de maneio foi, à semelhança dos exercícios anteriores, alvo de apertado controlo.

A gestão do risco cambial voltou a assumir uma relevância crítica neste exercício, nomeadamente no que diz respeito à volatilidade registada pelo Kwanza angolano e pelo Metical moçambicano, sobretudo no 1º semestre de 2016.

A gestão de crédito manteve um acompanhamento criterioso dos fatores de risco associados a esta atividade. Os valores bastante contidos de incobráveis, registados neste exercício revelam que a política de gestão e de controlo de crédito se tem mantido, de forma consistente, adequada à conjuntura atual nos mercados em que a SUMOL+COMPAL opera.

A equipa de Contabilidade e Fiscalidade esteve diretamente envolvida no apoio à estabilização, controlo e qualidade das operações e reporte financeiro da SUMOL+COMPAL Angola, permitindo uma maior fluidez na sua integração no modelo de reporte financeiro do Grupo.

O tratamento e gestão fiscal das atividades operacionais, aplicados às várias geografias onde o Grupo já opera ou pretende vir a operar é, cada vez mais, exigente e complexo.

Com a entrada em vigor, em Portugal, de um imposto incidente sobre as bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes, as áreas de fiscalidade e de suporte ao negócio estiveram, no último trimestre do ano, amplamente envolvidas na adaptação dos processos, registos e sistemas às exigências introduzidas por este novo imposto.

AS NOSSAS COMPRAS

A área de Compras e de Ingredientes de Marca deu um especial enfoque ao suporte às operações internacionais, com destaque para a implementação do projeto da fábrica de Angola e na reestruturação da produção, embalagem e transporte dos Ingredientes de Marca para abastecimento das fábricas em África.

Iniciou-se a implementação de um portal de fornecedores, desenhado internamente e por medida, para otimizar a gestão de informação de fornecedores, materiais e serviços, e de forma a apoiar a sua homologação em conformidade com os requisitos normativos e de segurança alimentar adotados pela SUMOL+COMPAL. Esta ferramenta dará ainda suporte à análise de risco e sustentabilidade dos fornecedores e da cadeia de abastecimento dos diversos materiais.

No mercado agravou-se a tendência de crescente volatilidade dos custos e disponibilidade de matérias-primas e *commodities*, o que acrescentou alguma complexidade ao processo de compras.

O NOSSO PLANEAMENTO E SISTEMA INTEGRADO DE GESTÃO

A área de Planeamento e Sistema de Gestão consolidou a integração do processo de planeamento e controlo de gestão da operação de Angola, com o mesmo padrão do grupo, no suporte à decisão e avaliação do desempenho. A integração do mesmo processo referente à operação de Moçambique mantém-se em curso. A área coordena os processos de planeamento estratégico e também o de gestão do risco, tendo ambos sido alvo de definição e preparação de um novo processo a ser implementado em 2017. Manteve-se a participação e apoio em vários projetos com cariz estruturante.

No âmbito do sistema de gestão, destaque para:

- A continuidade no alargamento da certificação em segurança alimentar, tendo-se implementado a BRC - *British Retail Consortium* - na unidade industrial de Pombal;
- Início na implementação das bases requeridas para novas certificações da SUMOL+COMPAL Moçambique, a ocorrer em 2017, determinantes para a abordagem ao mercado da África do Sul;
- Definição das certificações e âmbito que a SUMOL+COMPAL deverá implementar, nos próximos anos, em todo o grupo, no sistema de gestão da qualidade, segurança alimentar e ambiente.

A NOSSA AUDITORIA INTERNA

O Gabinete de Auditoria Interna executou o programa aprovado. Foram realizadas auditorias à eficácia e eficiência dos processos de governação e de negócio, aos sistemas de informação, à conformidade contratual e à fiabilidade do relato financeiro. Foram ainda realizadas auditorias aos vários referenciais em que a SUMOL+COMPAL está certificada e a normativos específicos de clientes.

5. OS NOSSOS RESULTADOS ECONÓMICOS E FINANCEIROS

Rendibilidade económica e financeira

O volume de negócios ascendeu a 355,8 milhões de euros, crescendo 4,3% em relação ao ano anterior. Assistiu-se a uma progressão das vendas para 346,1 milhões de euros, com as vendas em Portugal a crescer 5,4%, para os 245,1 milhões de euros, beneficiando da evolução positiva de todas as gamas de produtos. As vendas nos mercados externos totalizaram 101,0 milhões de euros, um aumento de 1,3%. Deste modo, o peso relativo das vendas realizadas nos mercados externos foi de 29,2%. O valor das prestações de serviços cresceu 7,1% face ao verificado em 2015, situando-se nos 9,7 milhões de euros.

O preço médio de venda subiu marginalmente face ao ano anterior resultado do maior peso das vendas das operações no exterior em detrimento das exportações.

Em 2016, a margem bruta cresceu 13,8% para 207,8 milhões de euros e correspondeu a 58,4% do volume de negócios. Em 2015 a SUMOL+COMPAL apresentou uma margem bruta de 53,5%. A explicação para esta melhoria reside principalmente na maior integração da cadeia de valor nas operações internacionais, tendo o preço médio de compra do cabaz de matérias-primas e de embalagens mais relevantes registado um ligeiro agravamento.

A rubrica de fornecimentos e serviços externos teve um acréscimo de 2,4%, para os 107,6 milhões de euros. A evolução destes gastos está associada ao incremento da atividade, com especial relevância para os gastos com serviços especializados, materiais e energia e fluídos decorrentes do aumento de atividade das operações de Bom Jesus, em Angola.

Os gastos com o pessoal ascenderam a 42,1 milhões de euros, verba que, em relação a 2015, incorpora um acréscimo de 8,9%, o qual reflete o aumento de estruturas afetas à operação em Angola.

O cálculo das amortizações manteve-se baseado na vida útil estimada dos bens, atingindo estas 16,1 milhões de euros.

Tendo em conta uma avaliação criteriosa dos riscos de crédito, consequência da política rigorosa e prudente na concessão de crédito adotada pela Empresa, as perdas de imparidade nas dívidas de clientes foram de 0,6 milhões de euros, montante que fica próximo dos 0,5 milhões de euros das imparidades registadas nos inventários. As provisões foram reforçadas em 2,2 milhões de euros para fazer face a riscos relacionados com eventos e diferendos de natureza diversa, de cuja resolução poderão resultar saídas de fluxos de caixa.

Em consequência das evoluções atrás descritas, os resultados operacionais (EBIT) cresceram 26,0% para os 36,0 milhões de euros.

O cash-flow operacional (EBITDA) atingiu 52,1 milhões de euros, valor que representa um acréscimo de 20,5% quando comparado com o conseguido em 2015 (43,2 milhões de euros) e que corresponde a 14,6% do volume de negócios.

Os resultados financeiros foram negativos em 20,0 milhões de euros, que comparam com os 18,1 milhões de euros também negativos alcançados no ano anterior. Apesar da evolução positiva obtida nos custos suportados com os financiamentos, o desempenho financeiro de 2016 está fortemente impactado pelas perdas cambiais líquidas nas operações desenvolvidas nos mercados africanos, decorrentes da acentuada desvalorização das cotações das moedas locais (Kwanza angolano – AOA e Metical moçambicano – MZN) face ao Euro e ao Dólar dos Estados Unidos.

Após avaliação efetuada aos ativos associados ao *goodwill* e às marcas, não se verificaram perdas por imparidade.

Quando comparados com os 10,5 milhões de euros obtidos no ano anterior, os resultados antes de impostos apresentaram um aumento expressivo para os 16,0 milhões de euros. Após a

estimativa para o imposto sobre o rendimento, o resultado consolidado com os interesses não controlados foi de 10,5 milhões de euros contra 8,4 milhões de euros em 2015.

Investimentos

O investimento em ativos tangíveis no período ascendeu a 11,7 milhões de euros. A maioria realizou-se na fábrica de Bom Jesus, em Angola, e teve como objetivos o aumento da capacidade produtiva e a modernização das instalações. O investimento em ativos intangíveis ascendeu a 3,1 milhões de euros, montante que corresponde a direitos contratuais celebrados com vista à fidelização de clientes.

Situação financeira

A dívida remunerada líquida situou-se nos 229,1 milhões de euros no fecho do exercício, correspondendo a 4,4 vezes o cash-flow operacional (EBITDA). Este rácio tinha sido de 5,6 em 2015, ano em que a dívida remunerada líquida atingiu 240,8 milhões de euros.

O capital próprio evoluiu de 174,2 para 179,1 milhões de euros no final do ano, encontrando-se impactado pela aplicação de 10 milhões de euros em dividendos, colocados à disposição pela filial SUMOL+COMPAL Marcas aos seus acionistas, assumindo 50% deste valor a forma de dividendos antecipados do exercício corrente, tal como é apresentado na demonstração consolidada das alterações no capital próprio.

As variáveis de fundo de maneio apresentaram evoluções diferenciadas em relação ao ano anterior, afetando, naturalmente, a dívida financeira líquida: o prazo médio de recebimentos aumentou de 47 para 51 dias, enquanto o prazo médio de pagamentos regrediu de forma ligeira de 65 para 64 dias. Nas existências, a permanência média teve um incremento de 93 para 100 dias.

Em fevereiro, foi concluído o processo de negociação com duas instituições bancárias financiadoras do Grupo envolvendo um total de cerca de 210 milhões de euros de dívida contratada. O resultado final dotou a SUMOL+COMPAL de uma estrutura de financiamento mais adequada às necessidades e perfil da sua atividade, ajustando e estendendo a maturidade e os planos de reembolso dos montantes financiados.

Ações SUMOL+COMPAL

A ação SUMOL+COMPAL teve o seu primeiro movimento na primeira sessão do ano, em 4 de janeiro de 2016, e registou o último em 28 de dezembro. Neste dia a cotação fechou a 1,14 euros por ação, o que reflete uma desvalorização de 42,1% face ao final de 2015, a 1,96 euros. No mesmo período, o PSI Geral desvalorizou-se 0,2%.

Durante o ano foram transacionadas 321.699 ações da SUMOL+COMPAL, enquanto em igual período de 2015 se transacionaram 4.382.776. Contudo, a redução do capital social de 100.092.500 para 60.499.364 ações, referida em relatórios anteriores, dificulta a comparabilidade.

No decorrer de 2016, o título registou o mínimo de 1,05 euros em 05 de dezembro e o máximo de 1,99 euros em 15 de março.

As 168 ações próprias detidas pela Empresa no final de 2016 resultam das frações de ações adquiridas pela Sociedade e originadas pelo processo de redução de capital social.

6. A SUMOL+COMPAL E A COMUNIDADE

A SUMOL+COMPAL tem plena consciência da dependência mútua que existe entre a Empresa e a sociedade em que se insere. Numa realidade cada vez mais global, a SUMOL+COMPAL adota um modelo de gestão responsável, centrado na criação de valor económico e contribuindo de forma voluntária para o bem-estar social e ambiental.

Sob o lema “*Sustentare* o FUTURO”, a SUMOL+COMPAL desenvolveu uma estratégia de sustentabilidade, assente em três pilares base – *PEOPLE*, *PLANET* e *PROFIT*, que define prioridades de atuação e estabelece objetivos que guiarão a Empresa nos próximos anos.

CAPITAL SOCIAL

Relativamente ao anterior ano, a SUMOL+COMPAL aumentou em cerca de 30% a quantidade doada de produto com valor social. A Empresa apostou numa gestão otimizada de apoios, e assim foi possível encerrar o ano com cerca de 500 mil litros de produto doado, repartido por mais de 200 entidades escolhidas de acordo com os critérios pré-estabelecidos.

Em alinhamento com o intento estratégico de internacionalização, a SUMOL+COMPAL continuou a apostar num maior envolvimento social nos países africanos, em particular nas comunidades próximas das nossas unidades industriais, como forma de reconhecer o contributo dessas comunidades para o funcionamento das nossas fábricas e também como resposta a situações de evidente emergência social e, numa perspetiva mais abrangente, a preferência do mercado pelas nossas marcas.

CAPITAL NATURAL

A Empresa tem vindo continuamente a adotar e a consolidar boas práticas ambientais, apostando numa gestão racional e sustentada dos recursos, bem como na prevenção da poluição com o compromisso de promover um desempenho ambientalmente responsável.

Este compromisso assenta essencialmente na prevenção e preocupação respeitante à redução dos consumos de água e de energia, à gestão cuidadosa dos resíduos e emissões poluentes para o solo, para a água e para o ar, inerentes à nossa atividade industrial.

A análise e acompanhamento dos indicadores de desempenho ambiental permite-nos afirmar que, em 2016, foram cumpridas as obrigações legais nas instalações da SUMOL+COMPAL e, mais uma vez, foi obtida na unidade industrial de Pombal a renovação do Registo EMAS.

O desenvolvimento das matérias relacionadas com a gestão do Capital Social e do Capital Natural da SUMOL+COMPAL encontra-se nas Notas Consolidadas, em 31 de dezembro de 2016.

7. O NOSSO MODELO DE GESTÃO

No Relatório sobre o Governo de Governo Societário, que é parte integrante dos documentos de prestação de contas, faz-se a ampla descrição do modelo de gestão.

8. OS RISCOS DO NOSSO NEGÓCIO

O Conselho de Administração é responsável pelo cumprimento de toda a legislação, quer geral, quer de aplicação específica à indústria de bebidas. É também responsável pelo controlo dos riscos associados aos objetivos estratégicos e operacionais, bem como pelo financiamento da SUMOL+COMPAL.

O Grupo tem um sistema de controlo estruturado num *reporting* económico, financeiro e de operações e acompanha este controlo de forma a obter um grau razoável de confiança em relação à fiabilidade dos dados. Desenvolve-se um conjunto de testes, supervisiona-se, exerce-se controlo e quando necessário tomam-se medidas corretivas.

No decurso normal do negócio, a SUMOL+COMPAL está sujeita a riscos que podem resultar de uma evolução adversa relacionada com a procura dos seus produtos, concorrência, riscos de mercado, concentração ou perda de clientes, matérias-primas e energia, ambiente económico geral, tecnologias de informação, enquadramento legislativo, retenção de talentos, reputação da SUMOL+COMPAL e riscos ambientais.

O desenvolvimento deste ponto encontra-se nas Notas Consolidadas, em 31 de dezembro de 2016.

9. APLICAÇÃO DOS NOSSOS RESULTADOS

Tendo em conta os resultados de 5.308.216,07 euros na empresa-mãe, o Conselho de Administração propõe a seguinte aplicação de resultados:

- Dividendos: 5 142 431,66 €
- Resultados retidos: 165 784,41 €

Esta proposta é fundamentada por o Conselho de Administração entender que, dada a robustez dos capitais próprios da Sociedade, é adequado remunerar o investimento realizado pelos Senhores Acionistas em 0,085€ por ação.

10. AS NOSSAS PERSPECTIVA FUTURAS

Em Portugal, o mercado dos refrigerantes será negativamente afetado pela aplicação, a partir de 1 de fevereiro, do Imposto Especial de Consumo às bebidas adicionadas de açúcar ou outros edulcorantes. Passam a existir dois escalões do imposto, 8,22 € ou 16,46 € por hectolitro, consoante o teor de açúcar da bebida. O impacte negativo será certamente significativo e mais forte nas vendas no canal alimentar, uma vez que nos estabelecimentos deste canal o preço médio por litro da bebida tende a ser bastante inferior ao preço médio por litro de bebida nos estabelecimentos do canal Horeca. Tendo em conta que o mercado dos refrigerantes é o que tem maior peso, em valor, na categoria das bebidas refrescantes, e a importância daquele

mercado para a SUMOL+COMPAL, entendemos não ser possível prever a evolução do volume de negócios em 2017, em Portugal.

Temos a expectativa de aumentar as vendas nos mercados internacionais. Contudo, este crescimento está muito dependente da evolução das vendas em Angola, o nosso principal mercado internacional. Neste país a empresa precisa de gerir, por um lado, a necessidade de alargar a oferta do tipo de embalagens disponíveis e de aumentar a capacidade instalada e, por outro lado, o risco de rotura no abastecimento de matérias-primas e materiais de embalagem à fábrica do Bom Jesus, em resultado da dificuldade na obtenção de divisas para o pagamento daquelas. Noutros mercados africanos, nomeadamente nos países francófonos, esperamos crescer em resultado da aposta que temos vindo a fazer nos últimos dois anos.

Tendo em conta o referido em relação ao mercado português, onde a SUMOL+COMPAL realiza cerca de 70% do seu volume de negócios, entendemos não ser aconselhável divulgarmos uma previsão da evolução do volume de negócios e da rentabilidade operacional.

11. OS NOSSOS AGRADECIMENTOS

A atividade exercida pela SUMOL+COMPAL neste ano só foi possível com o contributo de um conjunto vasto de entidades a quem são devidos os seguintes agradecimentos:

Aos Acionistas pela confiança que depositaram na SUMOL+COMPAL. À Copagef, enquanto acionista da SUMOL+COMPAL Marcas, pelo apoio no desenvolvimento do negócio desta sociedade;

Ao Conselho Fiscal e ao Revisor Oficial de Contas pelo acompanhamento construtivo que sempre nos dispensaram;

Aos Colaboradores da SUMOL+COMPAL que lhe devotaram dedicação e competência, permitindo transformar anos exigentes em momentos de criação de oportunidades;

Aos Consumidores e Clientes das várias marcas da SUMOL+COMPAL por nos distinguirem com a sua preferência;

Aos nossos parceiros PepsiCo Beverages International, Unilever-Jerónimo Martins e Grupo Damm pelo apoio e cooperação demonstrados no desenvolvimento das suas marcas e à Genius, pela colaboração no desenvolvimento do projeto industrial em Angola;

Aos Fornecedores por responderem às nossas necessidades e, em particular, aos Agricultores portugueses;

Às Associações do setor por constituírem um fórum privilegiado de reflexão e de defesa dos nossos interesses;

Aos Organismos Oficiais de Portugal, Angola e Moçambique pelo apoio prestado à atividade da SUMOL+COMPAL nos respetivos países;

Às Autarquias e Comunidades onde desenvolvemos diretamente as nossas operações pelo interesse e envolvimento nas nossas atividades.

Carnaxide, 16 de março de 2017

Dear Shareholders,

It is with great satisfaction that we hereby submit the integrated annual report, the individual and consolidated financial statements and the corresponding annexes for your perusal in accordance with the legislation in force. Under Article 508-C(6) of the Commercial Company Code, this report shall be deemed to constitute the full annual company report.

INTRODUCTORY NOTE

This annual report contains a clear and accurate analysis of the development of the business, performance and position of SUMOL+COMPAL.

In selecting benchmark indicators for assessing performance, we tried to focus on those that effectively measure the greatest impacts of our operations in terms of economic, social and environmental sustainability.

The report portrays both the impacts of our past actions and the foreseeable consequences of the initiatives we continue to implement in the aim of achieving a more sustainable future for our company and society.

The report follows the guidelines of Global Reporting Initiative's G3 benchmark, Level C (an international benchmark for reporting the economic, social and environmental performance of organisations) which we are committed to following as members of the Business Council for Sustainable Development (BCSD Portugal).

1. THE YEAR IN REVIEW

There was a downturn in the growth of the Portuguese economy in 2016, with estimates suggesting that GDP grew by 1.4%, chiefly benefitting from a rise in private consumption. Very favourable weather conditions (a long, hot summer), higher levels of tourism and improved consumer confidence had a favourable effect on the fast moving beverages sector. It was in this context that the markets for liquid refreshment beverages (juices, nectars and soft drinks) and bottled water grew 5.9% by value and 4.9% by volume compared to 2015. This growth, particularly in volume, was clearly more substantial in the bottled water market than in the liquid refreshment beverages market. Within this background, the value of sales and services in Portugal reached €253.2 million, 4.8% up on the previous year.

SUMOL+COMPAL's most important international markets saw a significant deterioration in macroeconomic performance. The Angolan economy stagnated and growth in the Mozambican

economy declined substantially. These negative results were due to the heavy fall in the price of oil and coal and also, in Mozambique's case, to the delay in developing structural projects. The rate of growth in the euro area slowed to 1.7%, with particular mention for the strong performance of Spain and Germany. In 2016, the value of sales and services in international markets reached €102.6 million, 2.9% up on the previous year.

Taken together, total turnover in Portugal and international markets was 4.3% up on 2015 at €355.8 million.

In the year under review, the architecture and image of the COMPAL brand were consolidated, the image of the SUMOL brand was consolidated and the SUMOL Remix range was launched. The FRIZE brand was refreshed and a new flavour added to its range. In line with consumption trends, projects to reduce added sugar in some of the company's main brands were pursued.

In the third quarter, the production of soft drinks began at the Bom Jesus plant in Angola, where work to requalify and install the juices, nectars and soft drinks production lines was completed. We expect that this plant will make a significant contribution to the effort to diversify the Angolan economy.

2. OUR BUSINESS

OUR BRANDS

Global trends

The transfer of sales volumes between the various beverages categories grew, confirming the trend towards consumption of beverages perceived as healthier. Contributing to these changes are growing public awareness of health problems and political action by governments. However, there is a clear and persisting imbalance between habits in developed economies and emerging markets where attitudes and behaviour clearly show very different nutritional needs and realities.

In developed economies, the new and emerging beverages categories continue to challenge traditional commercial beverages. In general terms, there has been a clear move towards consumption of recognisably healthy categories: bottled water and sugar-free liquid refreshments.

The proliferation of niche beverages is due to the industry's response to the clear, almost personal, tailoring of solutions to the needs of increasingly well-informed and demanding consumers. These various needs correspond to different "states of mind" that mark much of the behaviour at different moments of consumption during the day and week. The primacy of "I" when selecting a beverage requires close analysis with regard to solutions with the most potential for success. Cohabitation with a trend towards simplifying daily life is also causing a break in consumption in hyper-segmented markets. Nowadays, this "I" enshrines not only the sovereignty of the person who decides what to purchase, but also the management and planning of consumption based on well-established goals of physical and mental wellbeing. There is of course room for balanced nutrition, but it shouldn't exclude moments of indulgence that lighten dietary regimes, no matter how strict they may be.

In emerging markets, the emphasis remains on categories that are at the opposite end of the spectrum to the health concerns of the developed economies. Despite some signs of the prevalence of obesity and type 2 diabetes, mainly amongst the elites, the need for high-calorie diets dictates consumption, volumes and the establishment of traditionally preferred categories. For financial reasons, the emphasis tends to be more on quantity than quality.

Both developed and emerging markets are today more digitised due to the adoption of technological devices linking people and things. Mobile technology is rapidly fusing opportunities between developed economies and emerging markets and harmonising markets, challenges and opportunities, regardless of the size of companies.

Our Brands around the World

Contextual framework

The year 2016 was of major significance in terms of strategic thinking on the SUMOL+COMPAL brands. Discussion and strategic analysis is increasingly structured around clear options, aimed at future challenges and international expansion, framed by a methodology and tools common to the organisation.

Over time, all the brands will be given a “lighthouse”, as a metaphor for the strategic course to be pursued to win in the various markets we compete in. An example is the fact that all our brands are either in the consolidation phase after a recent repositioning, currently undergoing repositioning or at an advanced stage of reflection for a repositioning in the short term.

Another sign of this greater strategic maturity is the level of brand integration around the strategy for each category, allowing a more holistic market and consumer approach through a portfolio of duly interlinked brands and proposals. All these strategic banners are also a decisive factor in SUMOL+COMPAL’s structural decisions, such as, for example, industrial investment.

Listening to consumers is an integral part of strategically creating SUMOL+COMPAL’s brands. This is so decisive that we speak of the consumer-centric management of our brands. Accordingly, we constantly challenge ourselves, and our research partners, to find more solid and consistent insights, to re-examine methodologies and to experiment.

Once again, SUMOL+COMPAL significantly boosted its overall investment in consumer research in 2016 in a wide variety of areas, introducing several innovations in methodological terms such as the use of ethnography, open-ended studies and continuous interaction panels. The result is an increasingly consumer-targeted strategy, as well as greater prospects in terms of their chances of development.

The international footprint of our brands

The consolidation of the strategic and operational aspects of SUMOL+COMPAL brand management, reconciling greater focus on the long term and the international dimension, has brought clear effective gains in short-term local execution. Good examples of this are the two most important strategic markets: Portugal and Angola.

In Portugal, the optimistic and confident climate that started to be felt in 2015 continued with the boost in consumer behaviour, return of fun and convenient out-of-home consumption and less attachment to white label brands. Of note, however, is the exacerbation of promotion-based purchasing. This behaviour, which almost all market agents have incentivised without exception, has inevitably led to the destruction of value in their products and a resulting fall in profitability due to the excessive proliferation of pricing promotions and given their frequency and gradual intensification.

In Angola, there was no economic softening in the crisis that has affected the country since 2015 and which has had an inevitable effect on demand by local consumers.

Nevertheless, SUMOL+COMPAL Angola gained new competitive expertise through industrial investments already introduced or underway to diversify supply and respond tactically and more relevantly to the specific challenges of the market. Greater commercial integration with Castel

Group also allowed better distribution and market coverage to be aspired to, as well as a wider portfolio of flavours for the various brands.

COMPAL

In 2016, COMPAL achieved record sales, overtaking the previous historic maximums.

In the Juices & Nectars category, it saw overall growth of 19% by volume. This is the direct result of the consolidation of the brand's positioning, continuing its strategic association with trees. COMPAL is increasingly "Fruitology in action", renewing its flavour and naturalness vows based on ever more encompassing narratives of science, art and passion for fruit.

In Portugal, the brand's health in sales and image terms is better than ever. This health is very clearly evident in the consumer research conducted in 2016 and which strengthens the strategic interest in associating the brand with trees, both in terms of its present and future relevance and in terms of market differentiation. In fact, food is today regarded as having an unrivalled impact on health and it is possible to speak about a new paradigm in the relationship with food and beverages as a whole. COMPAL is very well positioned in this new perception of food, revealing its potential to be seen as a "good food choice", a decisive factor in a future in which the consumer, distrustful of practically everything, relies on food more than ever to care for their wellbeing and health.

Contributing to the positive performance in 2016 was an excellent recovery in sales volumes in Angola alongside the new sales record in Portugal. Though the economic context remains very poor in Angola, it was a highly positive year for the brand due to the gains in competitiveness resulting from local production at the Bom Jesus plant.

The continuous demand for different fruit raw materials, in the constant search for better flavour, is an undoubted brand driver, once again allowing it to surprise consumers. Via art, science and passion, COMPAL conveys what it knows best in every package. The year 2016 stands out for giving consumers new varieties of the fruit they know as well innovation via different flavours.

The following initiatives by the brand in 2016 deserve to be highlighted:

COMPAL Clássico Néctar: i) launch of a Fundão Cherry flavour limited edition in the 1-litre beverages carton and 200-ml glass bottle formats. The possibility of launching this flavour boosted COMPAL's positioning. This is no ordinary cherry but *the* cherry from Fundão, known and prized by the Portuguese as rare and with a unique flavour; ii) launch of the Flat Peach (*pêssego paraguayo*) nectar in the 1-litre beverages carton and 200-ml glass bottle formats. The brand chose to surprise consumers by segmenting the peach flavour, one of its bestsellers, with a peach variety that is beginning to achieve greater awareness. This new product is part of COMPAL's focus on attracting new consumers with an affinity for this fruit but who would like a different kind of nectar – sweeter and smoother – to COMPAL's historic peach flavour. This is another result of the pledge for flavour and naturalness encompassed within a narrative of origin and variety which once again attests to the brand's "fruitological credentials".



“Saborista” special limited editions: COMPAL continued to experiment and create recipes with new natural ingredients unrestricted by the usual hindrances of traditional sales channels or large-scale production. The special editions in 2016 were: Pomegranate Nectar; Strawberry and Oats and Egyptian White Guava. Artisanal-style packaging also helped to make these editions stand out. The privilege of having direct contact with consumers allows us to get a clear assessment of the flavours and clues to improvement for future developments.



COMPAL Vital: this was a consolidation year for the “balance” line based on a value proposal of low calories and naturalness using a natural-based sweetener (stevia). In 2016, the brand launched a new flavour: Pomegranate-Goji. At a time when there is so much talk about “super fruits”, like the seeds and berries consumers include in their daily diet, COMPAL Vital introduced a nectar with goji berries.

COMPAL Veggie: sales of the brand’s latest range grew by almost 50% in 2016. A new concept launched into the Portuguese market but which began to show potential in 2016 in some of the international markets where the brand is being launched. A concept aligned with the “new paradigm” consumer trends placing value on greater vegetable consumption: a less sweet 100% vegetable and fruit juice.

COMPAL Família: after its re-launch in 2015, this range grew 60% by volume in 2016. This increase stems from broadening the COMPAL brand to include new consumption moments, namely mealtimes, and adding volumes to stronger segments and brands for that specific moment.

COMPAL Essencial: in 2016 the brand grew 12% by volume. This was the result of the launch in 2015 of COMPAL Essencial+, a more grown-up range consisting of 3 fruit portions with a functional benefit, and whose launch extended into 2016 with an important investment in marketing and activation. COMPAL Essencial Kids also contributed to this very positive performance, boosting its contribution as the brand’s bestseller flavour with the launch of a new range of collectibles: “*Potes no Faroeste*” (Wild West Pots).



COMPAL Fruitology Centre: until now only operating in Portugal, this centre developed and implemented various initiatives in 2016 aimed at promoting the importance of consuming fruit. Of note were: i) the 4th COMPAL Fruitology Centre Academy which trained another 12 young farmers, 3 of which were awarded set-up grants of €20,000 each; ii) the requalification of the Educational Orchard at the Olivais City Farm in partnership with the Instituto Superior de Agronomia (ISA) for which educational content was created in partnership with the Associação Portuguesa de Nutricionistas (APN); and iii) the development of the Portuguese Fruit Map in conjunction with the Centro de Informação Geoespacial do Exército (CIGeoE) and with support

from the Direção geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural (DGADR) so that every child can learn where Portuguese fruit comes from.

COMPAL Fruitology Juice Bar: in 2016, this concept was customer trialled using qualitative research methods and the results were very positive. In fact, the attractiveness of the concept was proved, with business growing 60% by volume.

COMPAL da Horta: the canned vegetable range was re-launched with a new image that is more connected to the mother brand and conveys the values of freshness, quality and naturalness.

During the year, there was also a rationalisation of the two existing ranges, one aimed at the Portuguese and the other at the international market, to create a single range. This single range adopted the COMPAL da Horta name, which was very well received by consumers in studies held in Portugal, Cape Verde and Angola.

SUMOL

2016 was a year of consolidation in the brand's positioning – “The SUMOL effect: contagious optimism”. The various markets implemented measures based on this positioning, contributing to its international consolidation.

With the need to recruit young people to the brand and to rejuvenate the customer base, we also sensed the need to create more dynamic mechanisms to understand them and create closer ties, collecting insights, testing theories, etc. In this way, a Youth Observatory was created, a platform to communicate directly with young people and follow the latest trends, in order to understand, in real time, who young people are, what characterises and defines them, and what their preferences and aspirations are. The platform is not just for anticipating trends but also to test new products, concepts and even insights.

Following the brand's need to deliver ever more innovation and adding consumers' growing concern about sugars and calories, SUMOL Remix was launched, a product which mixes fruit and low calories. With “Red Fruits” and “Tropical” flavours, the SUMOL Remix range aims to create the market approach of low-calorie liquid refreshment beverages via proprietary flavours. SUMOL Remix is not just about providing low-calorie alternatives, representing an innovative and surprising element by presenting consumers with new and challenging flavours.



SUMOL brand results in the Angolan market were below expectations, partly due to the major economic crisis affecting the country, but also down to a total dependence on a single format: the can. This dependence denied the brand the general ability to adjust the price, channels management and competitive response. It also limits the product's appeal to the consumer by preventing adjustments to capacity and functionality in different consumption contexts.

Production of cans was started for the first time in the Ivory Coast, representing the third market with local production. This was an important step in the brand's international expansion, also acting as a benchmark for future production in new markets. This production is currently focused on the can format but we continue to work to broaden the brand portfolio in terms of formats for different consumption moments.

In terms of innovation, the brand developed a seasonal flavour for the Portuguese market – SUMOL Apple – associated with an on-pack promotion with very good results. Also launched in Angola was the Tropical flavour.

Overall, SUMOL continued to take steps to consolidate its strategy centred on a real and relevant positioning (optimism), an effort to update and recruit young people, and greater surprise and innovation. The brand has consistently boosted its range of flavours while diversifying its packaging and creating conditions for more emotional involvement with its main target. Of note also is SUMOL's effort to adapt locally in other countries, reinterpreting relevant aspects of its marketing mix, such as the flavour portfolio and advertising message.

UM BONGO

UM BONGO achieved its best results ever in 2016, mainly due to its faster international expansion. The brand grew 18% overall by volume, chiefly due to its launch in Angola, which was made possible because of local production in the 200-ml beverages carton format and the resulting gains in competitiveness.

In Portugal, the brand adopted a new direction, betting on the play value of its packaging, to good results. It launched a special "Masks" edition in the aim of involving young consumers in creating the brand's mental imagery by using and incorporating the packaging into their play. This special edition was very well received, producing a significant growth in sales and consequently extending its production life.



FRIZE

2016 was the year FRIZE was relaunched, resulting from the profound strategic rethink during 2015 based on consumer insights and in an attempt to anticipate the refreshment beverages of the future. The renewed FRIZE is a real alternative to traditional refreshments as a brand which confers attitude, sociability, pleasure and naturalness in a single beverage.

The new positioning is based on the trends of consumers seeking ever healthier products (natural and low calorie) to which FRIZE, based on naturally carbonated water but with a refreshing beverage “attitude”, provides an answer. The product’s positioning is clearly future oriented in an attempt to appeal to the growing group of adult, young and other consumers who are cutting back on their intake of traditional soft drinks and are not attracted to the alternative products available. The FRIZE proposal is credible in terms of refreshment, pleasure and attitude, as a modern and cosmopolitan beverage for young adults who continue to want moments of social enjoyment and relaxation but no longer want traditional refreshments.

This relaunch had a very positive impact on the brand with very interesting growth rates.

Alongside this strategic and positioning rethink, FRIZE completely overhauled its image and reinvested in marketing, ceased several years ago. It also reintroduced flavour innovation with the sophisticated and appealing Lime-Cucumber-Ginger product, which was universally and uncommonly enjoyed by consumers and contributed decisively to the brand’s performance. The tonic water was also reformulated, with the addition of an innovative ingredient: juniper.



B!

In 2016, the brand continued the strategic path set out in 2014, repositioning itself as a lemonade brand. The Lemonade with Ginger flavour was launched to complete the range. The brand’s role also fits into the efforts of managing the category to seek the refreshing beverages of the future. This approach is justified given that the traditional alternatives are being challenged by consumers as they show their preferences and concern about the impacts of their diet.

ÁGUA SERRA DA ESTRELA MINERAL WATER

The ÁGUA SERRA DA ESTRELA brand has benefited in recent years from an integrated portfolio strategy, consecutively gaining market share in a category in expansion and growing faster than the market as a whole. In 2016, the brand again saw strong growth by volume, achieving a new record maximum.

This growth in demand for still water is one of the major trends in the broader global beverages market and is directly related to the demand for healthier and more natural food alternatives. For its premises of naturalness and mineral characteristics, as well as the symbolic and imaginary value of “Serra da Estrela” in Portugal, the brand has major future potential to boost its contribution to the SUMOL+COMPAL business.

OUR INNOVATION

Innovation and Disruptive Innovation

Since innovation is one of the key aspects of the company’s strategy, a team dedicated to conceptual innovation was created in 2016 inside the Strategic Marketing structure in the aim of creating more focus and speeding up the path to market of new consumer-centric concepts able

to broaden the company's business base. In parallel, the effort and rhythm of incremental innovation was maintained, a key aspect in terms of renewing the relevance and differentiation of the brands with current and potential consumers.

Efforts continued to make disruptive innovation more relevant to consumers through continued investment in the Saborista digital transaction platform. The positioning and concept was maintained as a result of the new visual and graphic identity developed in 2015 and differentiation achieved through the sale of exclusive products via this channel.

Key steps were taken to prepare the company's digital transformation (DT), a crucial strategic option to maintain and booster its competitive advantages. We are in a position to move forwards in 2017 with an agenda adapted to the challenges that the new communication technologies present.

R&D

In 2016, SUMOL+COMPAL planned and invested in a new laboratory with sophisticated analytical equipment and bioprocess and downstream processing equipment. This new lab provides the possibility to test a wide range of process parameters at lab and pilot scale, enabling us to develop biotechnologies applicable to product innovations. In the biotech area, a GRAS (Generally Recognised As Safe) process was submitted to the US Food and Drug Administration for a new ingredient based on fruit juice.

In the wake of the search for differentiating sensory experiences, the development of chilling equipment for the HoReCa channel was finalised which, as part of a proprietary technology, will allow SUMOL+COMPAL to provide consumers with beverages with innovative textures.

Formulations were developed for new varieties of the SUMOL, COMPAL, FRIZE and B! brands, special COMPAL editions for the Saborista online shop and Fruitology, and specific flavours for the Angolan market based on the country's traditional fruit. The main product development project, which ran throughout the year, was the reformulation of the main brand flavours in the aim of reducing the amount of added sugar without altering the sensory experience. Although the project was not completed in 2016, the solutions already achieved make it possible to continue to provide consumers with products of similar sensory experience with lower amounts of added sugar. In Portugal, the government's decision in late 2016 to levy a tax on sugary beverages boosts the importance of this project. With the results obtained, SUMOL+COMPAL is equipped not only to improve its products' nutritional value but also to minimise the tax's impact.

OUR MARKETS

SUMOL+COMPAL placed 392.9 million litres of beverages and prepared vegetable products on the market in 2016, up 1.4%. The consolidated value of sales grew 4.9% to €345.1 million.

PORTUGAL

SUMOL+COMPAL's transaction volume in Portugal grew by around 6.8% to 291.9 million litres, with net sales recording an equal rise to €245.1 million.

According to AC Nielsen, the SUMOL+COMPAL portfolio gained market share compared to its main competitors, thus strengthening its leadership in the refreshment beverages and mineral water markets.

Sales volume in the HoReCa channel continued the positive trend of recent years and grew overall, spurred by good weather, above all in the summer months, and growing tourism. We also saw a trend towards the reconfiguring of points of sales for this channel, with the opening and remodelling of various establishments with innovative concepts and a more sophisticated and professional approach. SUMOL+COMPAL's growth in this channel outpaced the market and extended to winning over important customers and broadening the portfolio with existing clients.

In the modern trade channel, we maintained our promotional strategies in the aim of raising household penetration of our brands and the frequency of purchase by Portuguese homes. The fast and effective achievement of numeric distribution for the innovation of our brands was key to the important increase in market share achieved by SUMOL+COMPAL in this channel in 2016.

We continued the process of synchronising information and commercial policies in the Distributors network.

Sales of represented brands, amongst which SEVEN UP, PEPSI, LIPTON, ANTARTICA, DAMM and TAGUS in particular, rose to 77.1 million litres, up 8% year on year.

INTERNATIONAL MARKETS

Sales fell 11.5% by volume to 101.0 million litres but rose 1.3% by value to €101 million. The increase in the average sales price was due to the greater weight of overseas production plants compared to exports. Sales in international markets accounted for around 30% of the total, with the company operating in over seventy countries.

Africa

Africa is the company's main source of international sales. Sales on this continent grew 1.4%.

The Angolan economy was negatively impacted by the price of oil during the year in review. Despite the adoption of macroeconomic policies to diversify the economy and the consequent reduced dependence on the oil sector, there was virtually no growth in the economy in 2016.

Consequently, there was markedly little foreign currency available to satisfy the needs of the economy and the kwanza fell heavily in value against the euro.

It was in this demanding climate that SUMOL+COMPAL Angola continued to develop brand management, production, sales and distribution.

The year can be divided into two distinct parts: a very difficult first six months with appreciable declines in turnover and a second six months of evident recovery.

However, bearing in mind, on the one hand, a relatively stagnant economy and, on the other, increasingly aggressive competition between the various operators, it was decided to outsource sales and distribution and an agreement was reached with the Castel Group. This company began to handle the commercial side of SUMOL+COMPAL Angola's brands in September 2016. It is felt that the synergies within the agreement will boost sales of the SUMOL, COMPAL and UM BONGO brands.

In Mozambique, the economic, political and social situation in 2016 was very unstable, leading to the postponement of decisions to invest in projects related to energy and natural resources that had created major expectations and leveraged the Foreign Direct Investment (FDI) of recent years. The local currency, the metical, fell heavily against the main benchmark currencies.

In this context, SUMOL+COMPAL Moçambique saw a fall in sales of 18.1% by value, even though they grew by around 30% in the local currency.

It was extremely difficult to sell imported goods both due to the respective cost and the difficulty of obtaining financing, while the sales of locally produced goods grew substantially.

Sales in the rest of Africa fell slightly. In the Portuguese-speaking countries, growth was very positive, while the results for the other markets as a whole were lower than the previous year.

Europe

Sales in the European market were stable compared to 2015. Spain, France and Luxembourg in particular saw good growth. The other large markets, such as Switzerland, Germany and the UK, were slightly down.

Other markets

In other markets, sales remained stable. The USA stands out in particular for its notable growth, while Mainland China was notable for a contraction in sales.

3. OUR OPERATIONS

In Portugal, SUMOL+COMPAL's Operations department faced a challenge in 2016 caused by unusual seasonal demand in the summer period. The company responded positively to this peak in demand, showing flexibility and a capacity for organisation and mobilising resources, allowing customer service to be maintained at a normal level and exploiting the opportunity created.

The transfer of product sourcing for the Angolan market from the Portuguese plants to local production was completed in 2016 with the start-up of the canning line at the Bom Jesus factory in the first half of the year. This provided SUMOL+COMPAL with its own installed capacity in Angola to respond to the local demand for the COMPAL, SUMOL and UM BONGO brands.

THE INCORPORATION OF FRUIT AND VEGETABLES

Fruit processing was heavily affected by a poor agricultural year which affected peach and "rocha" pear production in Portugal. Fruit processing was limited to 8,500 tonnes, below the targets for these two types of fruit but achieving the necessary quantities for apple, plum, strawberry and raspberry. The tomato harvest was normal and reached the planned quantity of 10,000 tonnes.

Due to the scarcity of peaches and pears, it was necessary to acquire pulp for these two fruits from alternative sources. It was possible to supply enough raw materials meeting SUMOL+COMPAL quality standards to satisfy the company's needs until the 2017 harvest, which should bring the reserve stocks for these two fruits back to normal levels.

In 2016, new contracts were signed with farmers for peach orchards, covering a total of 55 ha, for the exclusive supply of SUMOL+COMPAL. When in full production, the total planted area under the exclusive contracts should account for around 65% of peach needs.

The most notable aspect of the international fruit raw materials market was the exacerbation of the restrictions on orange supply. Lower production in Brazil and Florida, due to phytosanitary problems, caused price rises that will probably continue until the next harvest in the southern hemisphere. The pineapple, whose price remained abnormally high for the whole year, revealed

a tendency to fall at the end of 2016. It is anticipated that in 2017 the longest period of extraordinarily high prices for this fruit will come to an end.

QUALITY ASSURANCE AND FOOD SAFETY

The Pombal plant achieved BRC (British Retail Consortium) certification in 2016. Certification for the Almeirim plant, which had already been awarded previously, was renewed and updated to the new version of the benchmark. The Mozambican factory obtained FSA - Food Safety Management Systems Audit (Intertek) certification, which enables it to export to South Africa and meet the requirements of local customers. Preparation of the Mozambican plant for the audit and the creation of the quality assurance system at the Angolan plant were the result of the joint efforts of the local teams, central food safety team and the Pombal and Almeirim quality assurance teams.

Internal and external quality indicators recorded new improvements compared to the preceding year, though no important occurrences were verified.

PRODUCTION OPERATIONS

Total production volume at the six SUMOL+COMPAL plants hit 399 million litres, corresponding to overall growth of 5% in industrial output year on year. This growth was not even, however.

The Gouveia, Vila Flor and Boane plants saw significant increases in production linked directly to business growth. The Bom Jesus plant finished its first complete year of production, during which there were periods when the plant was running at full capacity. It concentrated production for the Angolan market of COMPAL, previously from Almeirim, and SUMOL, previously from Pombal. During the transition period, production was sourced from a Castel Group plant under a subcontracting arrangement. In the final months of 2016, the Bom Jesus plant also produced Castel Group brands. As a result of this transfer, the Almeirim and Pombal factories saw a structural drop in activity. At Pombal, this reduction was concentrated on the canning lines, while at Almeirim it was the beverage carton lines which saw a drop in the occupancy rate, although in this case it was offset somewhat by growth in other markets. At Almeirim, a cyclical factor behind the fall in production in the fruit processing lines also came into play in 2016: the scarcity of raw materials.

Although investment in new industrial capacity was concentrated on Angola, investment aimed at technological modernisation and requalification of equipment and facilities was also undertaken at the plants and distribution centres in Portugal. Another stage in the integrated safety project was implemented in Vila Flor and Póvoa de Varzim and various pieces of industrial equipment was replaced or upgraded due to market need or to improve performance. Despite the fall in production at the two main factories, gains were once again achieved in efficiency.

SUPPLY CHAIN

The phenomenon of unseasonably good weather in Portugal had a particular impact on Logistics and Distribution. Capillary distribution grew by over 30% in the peak seasonal period compared to the same month the year before.

In this backdrop of high activity, the efforts to optimise logistical efficiency were key, particularly in implementing a voice picking solution, with consequent higher productivity, better ergonomics, safety and reliability in preparing orders.

In response to an external context of constant movement and change, Logistics and Distribution have been developing a programme which focuses especially on customer service. These are

initiatives based on creating a culture of multi-disciplinary teamwork, ensuring closer relations with the customer and their levels of satisfaction and thus improving brand and customer service.

4. OUR SUPPORTING SERVICES

OUR PEOPLE

At SUMOL+COMPAL, the strategy for managing our employees is intrinsically associated with our strategy for the business. The company will only have strong foundations if it combines the best human resources management with the growing goals of the organisation, developing and retaining talent within an international perspective with the implicit challenge of mobility and cultural diversity which that brings.

In 2016, efforts were focused on defining, aligning and integrating People management processes, with 3 main aspects in mind:

- The reorganisation of the People Department team, aligning responsibilities with the needs of the business and employees;
- The integration and revision of key processes;
- The definition of an integrated solution for People management processes.

Three projects which we consider to have a high impact on the organisation stand out: a new platform for the integrated management of HR resources; a new approach to structuring functions at SUMOL+COMPAL; and the Talent Seed programme.

The international expansion of our business remains a SUMOL+COMPAL strategic priority and therefore the People Department continues its learning process in this matter which has also been enriched by the experience gained and by managing the long-term and temporary overseas redeployment of several employees.

In relation to culture and under the SOMOS+ programme, we once again held the SUMOL+COMPAL parties this year in December on the theme of “Ambition & Talent”. The aim was to bolster internal alignment and cohesion, proximity and to enhance pride and an emotional connection.

In the aim of promoting a meritocratic culture, this year 3 excellence awards were established, one for each of the company’s organisational pillars (Business, Operations and Support).

At the end of 2016, SUMOL+COMPAL’s workforce consisted of 1,604 employees, of which 1,210 were in Portugal, 292 in Angola, 100 in Mozambique, 1 in France and 1 in Switzerland.

We always place the priority on internal recruitment as a means of reconciling the development of our employees’ skills both in terms of vertical and horizontal advancement, allowing the broadening of experiences and a functional mobility we consider enriching at the individual and collective level. Naturally, external recruitment is not discarded, important as it is for renewing the ideas and knowledge which contribute to the overall growth of all those who work at SUMOL+COMPAL.

Attracting, retaining and developing professional talent under conditions that give employees a real sense of pride is the company’s main aim in the area of human resources. We want to continue to be one of the best in the sector we operate in and to achieve that we have to employ the best, most committed and most adaptable professionals.

SUMOL+COMPAL has been favouring the use of variable remuneration which tracks the attainment of goals or proven gains in efficiency and productivity, allowing the interests of the various stakeholders to be more closely aligned.

OUR COMMUNICATION

Communication within SUMOL+COMPAL empowers the alignment of our employees and promotes the maintenance of the company's high reputation.

In external terms, SUMOL+COMPAL's policy continues to be to concentrate its investment on brand communication, although it also undertakes institutional communication of company developments, namely as regards its performance and international growth strategy.

In terms of community relations, it is important to note the growing number of visits by university students and the investment to adapt the Almeirim plant's tour route for children. These visits not only provide an important contribution to the level of experience and training for children and young people but also afford university students with their first direct contact with a real business environment.

It is also important to note that during the last half of the year, a new company website was designed and prepared and activated on the first day of 2017.

OUR INFORMATION SYSTEMS

In terms of IT systems, the most important project was the implementation of voice picking for optimising warehouse management. The project was implemented in an innovative fashion with a direct link to Enterprise Resource Planning (ERP), contributing to reducing the investment. The solution used led to important gains in productivity. Besides this project, also of note was the continued work on providing a systems solution for Angola, adding the whole supply chain management to the ERP modules already implemented, and the replacement of the solution to link the industrial printers for the primary and secondary packaging to the ERP.

In infrastructure, the year was notable for two important studies that will be implemented in 2017, the upgrading of the version of ERP and the work to archive data to reduce the size of the databases. Also of note was the implementation of a solution to manage the circulation of information for an internal and external audience, which should be implemented in early 2017.

OUR FINANCE, TAX AND LEGAL AFFAIRS

The Finance department paid special attention to the debt structure and its maturity, looking to rebalance the situation and optimise the respective costs.

As in previous years, financial equilibrium and cash-flow management, with special focus on the variables associated with managing working capital, were tightly controlled.

Foreign exchange risk management was again critical this year, namely concerning the volatility of the Angolan kwanza and the Mozambican metical, chiefly in the first half of 2016.

Credit management maintained very close monitoring of the risk factors associated with the business. The very low level of irrecoverable debt registered during the year confirm that the credit management and control policy has been consistently suited to the current conditions in the markets where SUMOL+COMPAL operates.

The Tax and Accounting team was directly involved in providing support to stabilise, control and enhance the quality of the operations and financial reporting of SUMOL+COMPAL Angola, ensuring a smoother integration into the Group's financial reporting model.

The handling and fiscal management of operational activities in the various countries where the Group already operates or plans to do so is increasingly demanding and complex.

Given the imminent introduction of a tax on sugary or sweetened beverages in Portugal, the Tax and Business Support departments were closely involved in the final quarter in adapting processes, registrations and systems to the requirements this new tax will bring.

OUR PROCUREMENT

The Procurement and Brand Ingredients department paid special attention to support international operations, with special mention for the implementation of the Angolan plant project and the restructuring of production, packaging and transport of Brand Ingredients to supply the African plants.

Work began internally on creating a tailored supplier portal to optimise the management of information on suppliers, materials and services and as a means to ensure compliance with the standards and food safety requirements used by SUMOL+COMPAL. This tool will help to analyse the risks and sustainability of suppliers and the supply chain for various materials.

The trend towards growing volatility in costs and availability of raw materials and commodities in the market increased, adding complexity to the procurement process.

OUR PLANNING AND INTEGRATED MANAGEMENT SYSTEM

The Planning and Management System department consolidated the integration of the planning and management control process of the Angolan operations with the Group's standards in support of decision making and performance assessment. The integration of the same process for the Mozambican operations is still ongoing. The department coordinates the strategic planning and risk management processes, for which a new process to be implemented in 2017 was set out and prepared. Participation and support for various projects of a structural nature were continued.

In the context of the management system, the following were of note:

- The continued effort to extend food safety certification with the implementation of British Retail Consortium (BRC) certification to the Pombal plant;
- The start of implementation of the basic conditions necessary for SUMOL+COMPAL Moçambique's attainment of new certification in 2017, of crucial importance for the South African market;
- The defining of certification and measures SUMOL+COMPAL must take in coming years across the Group in terms of quality management, food safety and environment.

OUR INTERNAL AUDITING

The Internal Audit Office executed the programme approved. Audits were conducted on the effectiveness and efficiency of the governance and business processes, on the information systems, on contractual compliance and on the accuracy of the financial report. Audits were also performed on the various benchmarks SUMOL+COMPAL is certified for and on customer-specific norms.

5. OUR FINANCIAL RESULTS

Profitability

Turnover rose to €355.8 million, up 4.3% on the previous year. Sales were up at €346.1 million, with the figure for Portugal up 5.4% to €245.1 million, benefitting from the positive performance of the whole range of products. Sales in external markets were €101 million, up 1.3%. The relative weight of sales in external markets was therefore 29.2%. Services Provided, at €9.7 million, were up 7.1% on 2015.

The average sales price rose marginally over 2015 due to the higher proportion of sales from external operations to the detriment of exports.

Gross margin climbed 13.8% to €207.8 million in 2016, corresponding to 58.4% of turnover. The same figure for 2015 stood at 53.5%. This improvement is explained chiefly by the greater integration of the value chain into the international operations, with the average price of a basket of raw materials and most important packaging slightly higher.

External supplies and services grew 2.4% to €107.6 million. The change in these costs is associated with greater activity, with particular mention for expenditure on specialised services, materials, energy and fluids stemming from increased production at the Bom Jesus operations in Angola.

Personnel costs rose to €42.1 million, 8.9% higher than in 2015. This reflects the expansion of structures connected with the Angolan operations.

Amortizations continued to be calculated based on the estimated working life of company assets, which amounted to €16.1 million.

After careful evaluation of the credit risks, resulting from the thorough and prudent credit policy adopted by the company, an impairment loss in customer debts of €0.6 million was allocated, close to the €0.5 million in impairments entered in the inventories. Provisions were boosted by €2.2 million to cover risks related to events and miscellaneous disputes whose resolution could lead to cash outflows.

As a result of the above, EBIT grew by 26% to €36 million.

EBITDA stood at €52.1 million, 20.5% higher than the figure for 2015 (€43.2 million) and a figure that corresponds to 14.6% of turnover.

The financial results stood at €-20 million, compared to €-18.1 million in 2015. Despite positive developments in interest charges on financing, the company's financial performance in 2016 was heavily impacted by the net exchange rate losses in its African operations stemming from the high devaluation of the local currencies (Angolan kwanza (AOA) and Mozambican metical (MZN)) against the euro and US dollar.

After assessing goodwill and brand assets, no impairment losses were observed.

In comparison to 2015, at €10.5 million, earnings before tax climbed substantially to €16 million. After estimating tax, the non-controlling interests in the consolidated earnings were €10.5 million against €8.4 million in 2015.

Investments

Investment in tangible assets for the year rose to €12.1 million. Most of this was allocated to the Bom Jesus plant in Angola and was aimed at raising productive capacity and modernising the facilities. The investment in intangible assets rose to €3.1 million, corresponding to contractual rights entered into with a view to captive client contracts.

Financial situation

Net interest-bearing debt was €229.1 million at the close of the year, corresponding to 4.4 times EBITDA. This ratio was 5.6 in 2015, when net debt stood at €240.8 million.

Equity rose from €174.2 to €179.1 million at the end of the year due to the payout of €10 million in dividends by the affiliate company SUMOL+COMPAL Marcas to its shareholders, 50% of which as prepaid dividends, as entered in the consolidated statement of changes to equity.

Working capital variables evolved differently to the preceding year and naturally affected net debt: the average collection time rose from 47 to 51 days, while the average payment time fell slightly from 65 to 64 days. The average storage time for stocks rose from 93 to 100 days.

Negotiations with two of the Group's financing institutions concerning a total of around €210 million in debt were concluded in February. The final outcome for SUMOL+COMPAL was a financing structure more suited to the needs and profile of its business, adjusting and extending maturities and the repayment plans for the amounts financed.

SUMOL+COMPAL Shares

In 2016, SUMOL+COMPAL shares were first traded in the year's opening session on 4 January 2016 and last traded on 28 December, when the price closed at €1.14 per share. This reflected a 42.1% fall in value on the price of €1.96 at the end of 2015. The PSI Geral market index fell 0.2% in the same period.

During the year, 321,699 SUMOL+COMPAL shares were traded, while for the same period in 2015 the figure was 4,382,776. However, the reduction in share capital from 100,092,500 to 60,499,364 shares, mentioned in previous reports, makes it difficult to make comparisons.

During the course of 2016, shares traded at a low of €1.05 on 5 December and a high of €1.99 on 15 March.

The 168 own shares held by the company at the end of 2016 were the result of the fractions of shares acquired by the company and prompted by the process to reduce share capital.

6. SUMOL+COMPAL AND THE COMMUNITY

SUMOL+COMPAL is fully aware of the interdependency that exists between the company and the community to which it belongs. As the world becomes increasingly globalised, SUMOL+COMPAL has adopted a responsible management model based on the creation of economic value and contributing voluntarily to social and environmental wellbeing.

With the motto "*Sustentare o FUTURO*" (Sustaining the FUTURE), SUMOL+COMPAL developed a sustainability strategy founded on three basic pillars: PEOPLE, PLANET and PROFIT. These define the priorities and establish goals that will guide the company over the coming years.

SOCIAL CAPITAL

With regard to the previous year, SUMOL+COMPAL increased the amount of product donated to charity by around 30%. By focusing on streamlining the management of support, the company was able to close the year having donated around 500,000 litres of product to over 200 organisations selected according to pre-established criteria.

In line with its strategic aim to internationalise, SUMOL+COMPAL continued to focus on greater social involvement in African countries, in particular in those communities closest to its manufacturing plants, as a means of acknowledging their contribution to our industrial operations and also as a response to social emergencies and, more wide reaching, consumer preference for our brands.

NATURAL CAPITAL

The company has continuously adopted and consolidated good environmental practices focused on the rational and sustainable management of resources as well as pollution prevention in the commitment to promote responsible environmental behaviour.

This commitment is based essentially on prevention and concern for reducing water and energy consumption and careful management of the waste and emissions into the soil, water and air stemming from our manufacturing operations.

Analysing and monitoring the environmental performance indicators for 2016 show that all legal obligations were complied with at SUMOL+COMPAL's facilities and that, once again, the Pombal plant managed to renew its EMAS registration.

Matters related to the management of SUMOL+COMPAL's social and natural capital can be found in the Consolidated Notes as of 31st December 2016.

7. OUR MANAGEMENT MODEL

In the report on corporate governance, which is an integral part of the financial statements, the company's management model is described in detail.

8. BUSINESS RISKS

The Board of Directors is responsible for complying with all general and beverages industry specific legislation. It is also responsible for controlling risks associated with the strategic and operating objectives as well as the financing of SUMOL+COMPAL.

The Group has a system of control based on economic, financial and operations reporting and oversees this control in order to achieve a reasonable degree of confidence with regard to the reliability of the data. It conducts tests, supervises, exercises control and when necessary takes corrective measures.

In the normal course of business, SUMOL+COMPAL is subject to risks which may be caused by adverse changes in demand for its products, competition, market risks, concentration or loss of customers, raw materials and energy, the general economic situation, information technologies, the legislative framework, talent retention, its reputation and environmental risks.

This point is developed further in the Consolidated Notes, as of 31st December 2016.

9. APPLICATION OF THE RESULTS

Bearing in mind the parent company's results of €5,308,216.07, the Board of Directors proposes the following application:

- Dividends: €5,142,431.66
- Retained results: €165,784.41

This course of action is suggested by the Board of Directors since it is of the opinion that, given the company's robust equity, it is appropriate that shareholders should be remunerated for their investment in the amount of 0.085€ per share.

10. OUR FUTURE OUTLOOK

OUR FUTURE OUTLOOK

In Portugal, the soft drinks market will be negatively affected by the introduction of the Special Consumption Tax on sugary or sweetened beverages on 1 February. This tax will be applied at two rates – €8.22 or €16.46 per hectolitre – depending on the beverage's sugar content. The negative impact is bound to be significant and greater in modern trade channel sales, since the average price per litre of beverage at the establishments in this channel tends to be much lower than the average price per litre at establishments in the HoReCa channel. Bearing in mind that the soft drinks market is the most important in the liquid refreshment beverages category by value, and the importance of that market to SUMOL+COMPAL, we believe that it is impossible to foresee the effect on turnover in Portugal in 2017.

We expect to increase sales in international markets. However, this growth will depend greatly on sales performance in Angola, our chief international market. The company needs to solve the problem of supplying a wider range of packaging and to raise installed capacity in this market on the one hand, while managing the risk of rupture in the supply of raw materials and packaging to the Bom Jesus plant, as a result of the difficulty in obtaining foreign currency to pay for them, on the other. In other chiefly French-speaking markets, we hope to see growth as a result of the efforts that have been made over the last two years.

Bearing in mind the above with regard to the Portuguese market, which accounts for around 70% of SUMOL+COMPAL's turnover, we believe it is unwise to make any predictions about turnover and operating profits.

11. ACKNOWLEDGMENTS

SUMOL+COMPAL's achievements during this year could only have been possible thanks to the contribution of a great many people and organisations to whom we owe a debt of gratitude:

The shareholders, for their trust in SUMOL+COMPAL and Copagef, as a shareholder in SUMO+COMPAL Marcas, for its support in developing the company's business;

The Supervisory Board and Statutory Auditor for their always constructive oversight;

SUMOL+COMPAL's employees, who through their dedication and ability helped to turn difficult years into the creation of opportunity;

The consumers and customers of SUMOL+COMPAL's various brands for their continued loyalty;

Our partners Pepsi-Cola Beverages International, Unilever-Jerónimo Martins and Damm Group for their support and cooperation with developing their brands and Genius for its cooperation in developing the manufacturing project in Angola;

Our suppliers, and in particular Portugal's farmers, for responding to our needs;

The trade associations for their role as prime forums for discussion and defence of our interests;

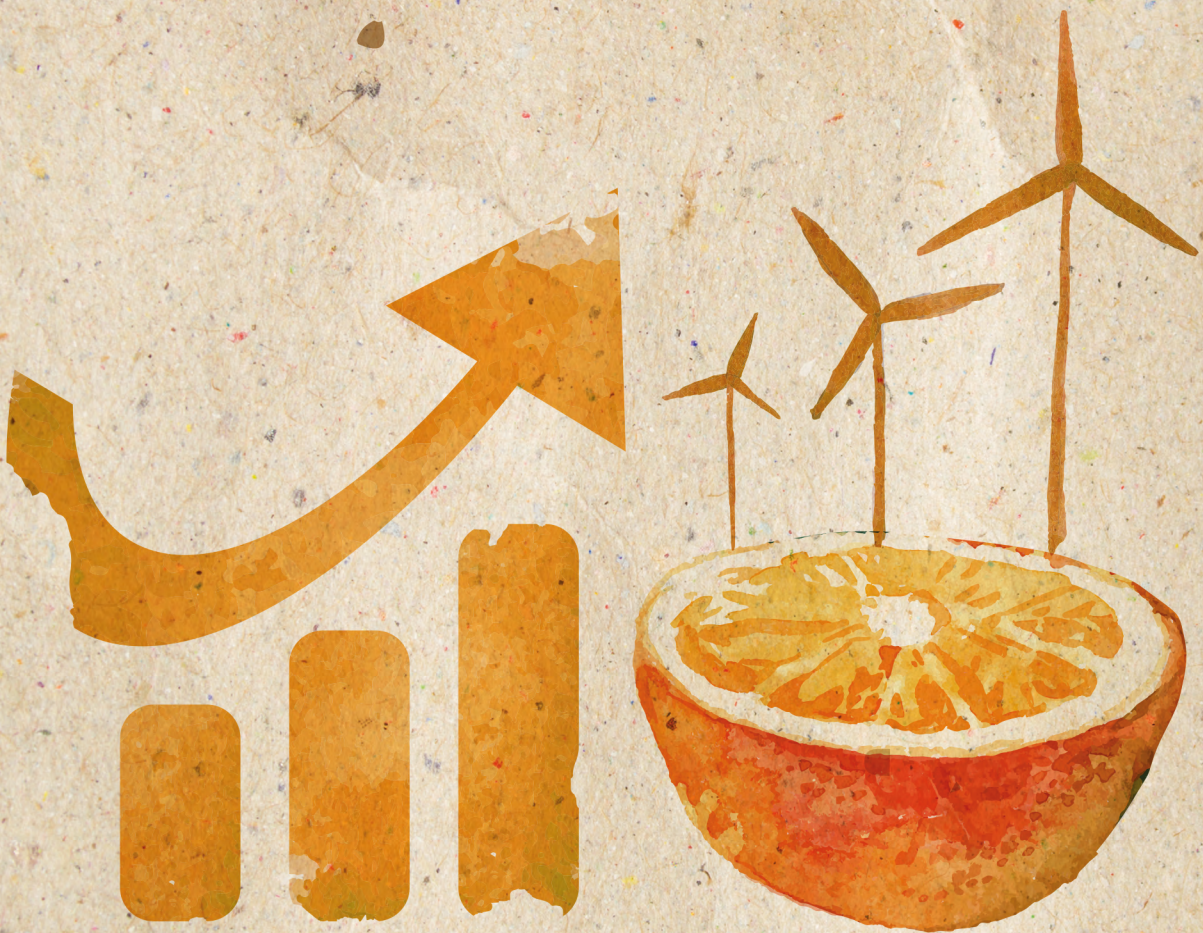
Official organisations in Portugal, Angola and Mozambique for their support of SUMOL+COMPAL's operations in their respective countries;

And the local authorities and communities where our operations are based for their interest and involvement in what we do.

Carnaxide, 16 March 2017

03

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



Balanços consolidados em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Consolidated balance sheets at 31 December, 2016 and 2015

montantes expressos em euros
amounts stated in euros

ATIVO ASSETS	Notas Notes	31/12/2016	31/12/2015
ATIVO NÃO CORRENTE / NON-CURRENT ASSETS			
Goodwill / Goodwill	4 e 39 / 4 and 39	113.453.853,72	113.453.853,72
Intangível / Intangible	5 e 39 / 5 and 39	287.542.502,72	290.403.481,17
Tangível / Tangible	6 e 39 / 6 and 39	94.064.308,96	99.524.718,10
Outros investimentos financeiros / Other investments	7 e 39 / 7 and 39	87.362,79	77.419,20
Dívidas comerciais de longo prazo a receber / Long-term trade debts receivable	8	1.789.072,46	1.759.332,95
Outros ativos não correntes / Other non-current assets		92.500,00	-
Ativos por impostos diferidos / Deferred tax assets	32	2.191.874,00	3.292.582,00
TOTAL DO ATIVO NÃO CORRENTE / TOTAL NON-CURRENT ASSETS		499.221.474,65	508.511.387,14
ATIVO CORRENTE / CURRENT ASSETS			
Inventários / Stocks	9 e 39 / 9 and 39	40.339.768,45	40.211.085,80
Dívidas comerciais de curto prazo a receber / Short-term trade debts receivable	10	57.223.189,96	50.595.501,11
Ativos por impostos correntes / Assets for current taxes	11	3.357.726,21	3.004.478,19
Outros ativos correntes / Other current assets	12	7.414.984,56	4.682.200,50
Caixa e depósitos bancários / Cash and cash equivalents	13	16.991.760,93	17.059.427,47
TOTAL DO ATIVO CORRENTE / TOTAL CURRENT ASSETS		125.327.430,11	115.552.693,07
TOTAL DO ATIVO / TOTAL ASSETS	39	624.548.904,76	624.064.080,21
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO EQUITY AND LIABILITIES			
CAPITAL PRÓPRIO / EQUITY			
Acionistas da empresa-mãe: / Parent company equity holders:			
Capital / Share capital	14	60.499.364,00	60.499.364,00
Ações próprias (valor nominal) / Treasury stock (nominal value)	1 e 14 / 1 and 14	(168,00)	(168,00)
Ações próprias (descontos e prêmios) / Treasury stock (discounts and premiums)	14	(63,84)	(63,84)
Excedentes de revalorização / Revaluation surpluses	14	12.316.863,25	14.354.685,17
Reservas legais / Legal reserves	14	1.566.532,58	1.566.532,58
Reserva cambial / Exchange reserve	14	(872.403,14)	(443.514,15)
Outras reservas / Other reserves	14	(5.012.448,18)	(3.657.856,93)
Alterações nos interesses / Changes in interests	14	34.020.358,97	34.020.358,97
Resultados retidos / Retained earnings	14	2.775.858,45	(5.149.788,76)
Resultado líquido do período / Net income for the period	39 e 40 / 39 and 40	7.269.492,02	3.328.551,41
		112.563.386,11	104.518.100,45
Dividendos antecipados / Anticipated dividends		(2.495.000,00)	-
Interesses não controlados / Non-controlling interests	3, 15 e 39 / 3, 15 and 39	69.076.775,04	69.674.825,61
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO / TOTAL EQUITY		179.145.161,15	174.192.928,06
PASSIVO / LIABILITIES			
PASSIVO NÃO CORRENTE / NON-CURRENT LIABILITIES			
Empréstimos de longo prazo / Long-term bank loans	16 e 17 / 16 and 17	189.508.710,21	130.161.819,44
Dívidas comerciais de longo prazo a pagar / Long-term trade debts payable	17 e 18 / 17 and 18	3.862.934,86	5.898.543,88
Provisões / Provisions	19	3.900.476,31	1.701.040,81
Passivos por impostos diferidos / Deferred tax liabilities	32	64.523.408,00	63.887.133,00
TOTAL DO PASSIVO NÃO CORRENTE / TOTAL NON-CURRENT LIABILITIES		261.795.529,38	201.648.537,13
PASSIVO CORRENTE / CURRENT LIABILITIES			
Empréstimos de curto prazo / Short-term bank loans	17 e 20 / 17 and 20	33.741.792,89	41.660.406,76
Dívidas comerciais de curto prazo a pagar / Short-term trade debts payable	17 e 21 / 17 and 21	79.667.597,05	82.014.490,04
Passivos por impostos correntes / Liabilities for current taxes	22	4.977.298,60	3.895.455,57
Outras contas de curto prazo a pagar / Other current liabilities	23	19.431.939,84	12.996.865,94
Outros passivos financeiros / Other financial liabilities	24	22.912.419,89	21.634.908,37
Equivalentes a caixa / Cash equivalents	13	22.877.165,96	86.020.490,34
TOTAL DO PASSIVO CORRENTE / TOTAL CURRENT LIABILITIES		183.608.214,23	248.222.617,02
TOTAL DO PASSIVO / TOTAL LIABILITIES	39	445.403.743,61	449.871.154,15
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO / TOTAL EQUITY AND LIABILITIES		624.548.904,76	624.064.080,21

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015
The notes are an integral part of the consolidated financial statements at 31 December, 2016 and 2015

O CONTABILISTA CERTIFICADO / THE CHIEF ACCOUNTANT
Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
THE BOARD OF DIRECTORS

Demonstrações consolidadas dos resultados dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 Consolidated income statements for the years ended 31 December, 2016 and 2015

montantes expressos em euros
 amounts stated in euros

RENDIMENTOS E GASTOS INCOME AND GAINS	Notas Notes	31/12/2016	31/12/2015
RENDIMENTOS OPERACIONAIS / OPERATING INCOME			
Réditos / Revenue	25 e 39 / 25 and 39	355.799.831,07	341.277.199,29
Outros rendimentos e ganhos / Other operating income	26 e 39 / 26 and 39	15.103.841,87	10.030.500,87
TOTAL DOS RENDIMENTOS OPERACIONAIS / TOTAL OPERATING INCOME		370.903.672,94	351.307.700,16
GASTOS OPERACIONAIS / OPERATING COSTS			
Gasto das vendas / Cost of sales		(147.977.426,84)	(158.585.894,66)
Fornecimentos e serviços externos / Outside supplies and services	28	(107.565.718,83)	(105.010.279,37)
Gastos com o pessoal / Employee benefits costs	29	(42.138.835,99)	(38.690.845,33)
Amortizações e depreciações / Depreciations and amortizations	5, 6 e 39 / 5, 6 and 39	(16.117.105,37)	(14.659.609,73)
Provisões e perdas de imparidade / Provisions and impairment losses	19	(3.263.147,69)	(1.279.049,82)
Outros gastos e perdas / Other costs and losses	30	(17.842.835,52)	(4.504.354,27)
TOTAL DOS GASTOS OPERACIONAIS / TOTAL OPERATING COSTS		(334.905.070,24)	(322.730.033,18)
RESULTADOS OPERACIONAIS / NET OPERATING PROFIT (LOSS)	39	35.998.602,70	28.577.666,98
Ganhos (perdas) em associadas / Gains (losses) in associated companies		-	-
Outros resultados financeiros / Other financial gains (losses)	31 e 39 / 31 and 39	(20.010.612,30)	(18.073.823,49)
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS / PRE-TAX PROFIT (LOSS)		15.987.990,40	10.503.843,49
Imposto sobre o rendimento do período / Corporate income tax for the year	32 e 39 / 32 and 39	(5.528.300,52)	(2.118.248,09)
RESULTADOS APÓS IMPOSTOS / NET PROFIT (LOSS) AFTER TAXES		10.459.689,88	8.385.595,40
Resultado atribuível aos acionistas da empresa-mãe / Profit (loss) attributable to parent company equity holders	14	7.269.492,02	3.328.551,41
Resultado atribuível a interesses não controlados / Profit (loss) attributable to non-controlling interests	3 e 15 / 3 and 15	3.190.197,86	5.057.043,99
RESULTADO CONSOLIDADO COM OS INTERESSES NÃO CONTROLADOS / CONSOLIDATED NET PROFIT (LOSS) AFTER NON-CONTROLLING INTERESTS		10.459.689,88	8.385.595,40
RESULTADO POR AÇÃO / PROFIT (LOSS) PER SHARE			
Incluindo operações em descontinuação / Including discontinuing operations			
Básicos / Basic	40	0,17	0,14
Diluídos / Diluted	40	0,17	0,14
Excluindo operações em descontinuação / Excluding discontinuing operations			
Básicos / Basic	40	0,17	0,14
Diluídos / Diluted	40	0,17	0,14

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 The notes are an integral part of the consolidated financial statements at 31 December, 2016 and 2015

O CONTABILISTA CERTIFICADO / THE CHIEF ACCOUNTANT
 Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 THE BOARD OF DIRECTORS

Demonstrações consolidadas dos rendimentos integrais dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 Consolidated comprehensive income statements for the years ended 31 December, 2016 and 2015

montantes expressos em euro
 amounts stated in euros

	Notas Notes	31/12/2016	31/12/2015
Resultado atribuível aos acionistas da empresa-mãe / Profit (loss) attributable to parent company equity holders	14	7.269.492,02	3.328.551,41
Resultado atribuível a interesses não controlados / Profit (loss) attributable to non-controlling interests	15	3.190.197,86	5.057.043,99
RESULTADO CONSOLIDADO COM OS INTERESSES NÃO CONTROLADOS / CONSOLIDATED NET PROFIT (LOSS) AFTER NON-CONTROLLING INTERESTS		10.459.689,88	8.385.595,40
OUTROS GANHOS (PERDAS) RECONHECIDOS NO CAPITAL PRÓPRIO: / OTHER PROFITS (LOSSES) RECOGNIZED IN EQUITY:			
Atribuível aos acionistas da empresa-mãe: / Attributable to parent company equity holders:			
Instrumentos financeiros derivados / Financial derivatives	17	2.559.567,71	2.493.974,19
Diferenças de transposição / Translation differences	14	(428.888,99)	(443.514,15)
Outros aumentos/diminuições / Other increases/decreases		(1.354.591,25)	1.048.317,67
		776.087,47	3.098.777,71
Atribuível aos interesses não controlados: / Attributable to non-controlling interests:			
Diferenças de transposição / Translation differences	14	(1.100.891,69)	(1.421.412,78)
Outros ganhos (perdas) atribuíveis aos interesses não controlados / Other profits (losses) attributable to non-controlling interests		(192.356,74)	1.844.495,25
		(1.293.248,43)	423.082,47
GANHOS (PERDAS) CONSOLIDADOS RECONHECIDOS NO CAPITAL PRÓPRIO COM OS INTERESSES NÃO CONTROLADOS / CONSOLIDATED PROFITS (LOSSES) AFTER NON-CONTROLLING INTERESTS RECOGNIZED IN EQUITY		(517.160,96)	3.521.860,18
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO COM OS INTERESSES NÃO CONTROLADOS / CONSOLIDATED COMPREHENSIVE INCOME (LOSS) AFTER NON-CONTROLLING INTERESTS		9.942.528,92	11.907.455,58
Rendimento integral atribuível aos acionistas da empresa-mãe / Comprehensive income (loss) attributable to parent company equity holders		8.045.579,49	6.427.329,12
Rendimento integral atribuível a interesses não controlados / Comprehensive income (loss) attributable to non-controlling interests		1.896.949,43	5.480.126,46
RENDIMENTO INTEGRAL CONSOLIDADO COM OS INTERESSES NÃO CONTROLADOS / CONSOLIDATED COMPREHENSIVE INCOME (LOSS) AFTER NON-CONTROLLING INTERESTS		9.942.528,92	11.907.455,58

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 The notes are an integral part of the consolidated financial statements at 31 December, 2016 and 2015

O CONTABILISTA CERTIFICADO / THE CHIEF ACCOUNTANT
 Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 THE BOARD OF DIRECTORS

Demonstrações consolidadas das alterações no capital próprio dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
Consolidated equity changes statement for the years ended 31 December, 2016 and 2015

montantes expressos em euro
amounts stated in euros

	Notas	Capital social	Ações próp. (VN)	Ações próp. (DP)	Excedentes de revalorização	Reservas legais	Reserva cambial	Outras reservas	Alterações nos interesses	Resultados retidos	Res. líquido do período	Acionistas da empresa-mãe	Dividendos antecipados	Interesses não control.	Total do capital próprio
	Notes	Share capital	Treasury stock (NV)	Treasury stock (DP)	Revaluation surpluses	Legal reserves	Exchange reserve	Other reserves	Changes in interests	Retained earnings	Net profit (loss)	Parent-company shareholders	Anticipated dividends	Non-control. interests	Total equity
1 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2016															
<i>1 January, 2016 to 31 December, 2016</i>															
Saldo em 1 de janeiro de 2016 / Balance at 1 January, 2016		60.499.364,00	(168,00)	(63,84)	14.354.685,17	1.566.532,58	(443.514,15)	(3.657.856,93)	34.020.358,97	(5.149.788,76)	3.328.551,41	104.518.100,45	-	69.674.825,61	174.192.926,06
Aplicação do resultado de 2015 / 2015's net profit (loss) distribution		-	-	-	-	-	-	-	-	3.328.551,41	(3.328.551,41)	-	-	-	-
Resultado líquido do período / Net profit (loss) for the year	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	7.269.492,02	7.269.492,02	-	3.190.197,86	10.459.689,88
Pagamento de dividendos / Dividend payment	14	-	-	-	-	-	-	-	-	(293,83)	-	(293,83)	(2.495.000,00)	(2.495.000,00)	(4.990.293,83)
Instrumentos financeiros derivados / Financial derivatives	17	-	-	-	-	-	-	-	-	2.559.567,71	-	2.559.567,71	-	-	2.559.567,71
Realização de excedentes / Realization of surpluses		-	-	-	(2.037.821,92)	-	-	-	-	2.037.821,92	-	-	-	-	-
Diferenças de transposição / Translation differences	14	-	-	-	-	-	(428.888,99)	-	-	-	-	(428.888,99)	-	(1.100.891,69)	(1.529.780,68)
Outros / Other		-	-	-	-	-	-	(1.354.591,25)	-	-	-	(1.354.591,25)	-	(192.356,74)	(1.546.947,99)
Saldo em 31 de dezembro de 2016 / Balance at 31 December, 2016		60.499.364,00	(168,00)	(63,84)	12.316.863,25	1.566.532,58	(872.403,14)	(5.012.448,18)	34.020.358,97	2.775.858,45	7.269.492,02	112.563.386,11	(2.495.000,00)	69.076.775,04	179.145.161,15
1 de janeiro de 2015 a 31 de dezembro de 2015															
<i>1 January, 2015 to 31 December, 2015</i>															
Saldo em 1 de janeiro de 2015 / Balance at 1 January, 2015		100.092.500,00	(4.061.813,00)	(494.638,14)	14.354.685,17	1.566.532,58	-	22.039.599,95	34.020.358,97	(12.724.252,95)	5.080.490,00	159.873.462,58	-	64.194.699,15	224.068.161,73
Aplicação do resultado de 2014 / 2014's net profit (loss) distribution		-	-	-	-	-	-	-	-	5.080.490,00	(5.080.490,00)	-	-	-	-
Resultado líquido do período / Net profit (loss) for the year	40	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.328.551,41	3.328.551,41	-	5.057.043,99	8.385.595,40
Redução de capital / Share capital decrease	14	(39.593.136,00)	4.061.645,00	(63,84)	-	-	-	35.531.373,00	-	-	-	(181,84)	-	-	(181,84)
Pagamento de reservas e dividendos / Reserve and dividend payment	14	-	-	-	-	-	-	(62.277.147,55)	-	-	-	(62.277.147,55)	-	-	(62.277.147,55)
Instrumentos financeiros derivados / Financial derivatives	17	-	-	-	-	-	-	-	-	2.493.974,19	-	2.493.974,19	-	-	2.493.974,19
Diferenças de transposição / Translation differences	14	-	-	-	-	-	(443.514,15)	-	-	-	-	(443.514,15)	-	(1.421.412,78)	(1.864.926,93)
Outros / Other		-	-	494.638,14	-	-	-	1.048.317,67	-	-	-	1.542.955,81	-	1.844.495,25	3.387.451,06
Saldo em 31 de dezembro de 2015 / Balance at 31 December, 2015		60.499.364,00	(168,00)	(63,84)	14.354.685,17	1.566.532,58	(443.514,15)	(3.657.856,93)	34.020.358,97	(5.149.788,76)	3.328.551,41	104.518.100,45	-	69.674.825,61	174.192.926,06

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015
The notes are an integral part of the consolidated financial statements at 31 December, 2016 and 2015

O CONTABILISTA CERTIFICADO / THE CHIEF ACCOUNTANT
Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
THE BOARD OF DIRECTORS

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa dos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 Consolidated cash flow statements for the years ended 31 December, 2016 and 2015

montantes expressos em euro
 amounts stated in euros

	Notas Notes	31/12/2016	31/12/2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS / OPERATING ACTIVITIES:			
Recebimentos de clientes / Receipts from trade debtors		353.632.518,18	347.910.585,90
Pagamentos a fornecedores / Payments to trade creditors		(253.543.455,23)	(270.271.032,73)
Pagamentos ao pessoal / Payments to employees		(39.174.879,63)	(36.855.476,11)
Fluxo gerado pelas operações / Cash generated by operations		60.914.183,32	40.784.077,06
Recebimento (pagamento) do imposto sobre o valor acrescentado / VAT (payments) refunds		(2.552.947,17)	(725.116,04)
Recebimento (pagamento) do imposto sobre o rendimento / Corporate tax (payments) refunds		(5.386.525,08)	(4.898.900,26)
Outros recebimentos (pagamentos) relativos à atividade operacional / Other receipts (payments) relating to operating activities		(8.223.868,78)	(3.388.120,66)
Fluxos das atividades operacionais / Cash flow from operating activities		44.750.842,29	31.771.940,10
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO / INVESTMENT ACTIVITIES:			
Recebimentos provenientes de / Receipts arising from:			
Ativos fixos tangíveis / Tangible assets		2.627.409,42	2.348.910,74
Subsídios de investimento / Investment subsidies		59.422,93	258.603,03
Juros e proventos similares / Interest and similar income		268.717,92	341.757,66
		2.955.550,27	2.949.271,43
Pagamentos respeitantes a / Payments arising from:			
Ativos fixos tangíveis / Tangible assets		(12.513.516,14)	(19.400.841,90)
Ativos fixos intangíveis / Intangible assets		(2.749.482,85)	(1.196.929,53)
		(15.262.998,99)	(20.597.771,43)
Fluxos das atividades de investimento / Cash used in investment activities		(12.307.448,72)	(17.648.500,00)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO / FINANCING ACTIVITIES:			
Recebimentos provenientes de / Receipts arising from:			
Empréstimos obtidos / Loans obtained		263.280.520,35	116.598.312,29
Outros / Other		301.974,16	4.555.520,62
		263.582.494,51	121.153.832,91
Pagamentos respeitantes a / Payments arising from:			
Empréstimos obtidos / Loans obtained		(211.312.891,69)	(175.604.602,42)
Amortização de contratos de locação financeira / Leasing contracts amortization		(1.024.210,17)	(380.601,30)
Juros e custos similares / Interest and similar costs		(14.801.430,84)	(15.321.663,80)
Dividendos e reservas / Dividends and reserves		(2.495.293,83)	(26.745.774,55)
Redução de capital e prestações suplementares / Share capital reductions and shareholders loans		(20.000,00)	(35.531.373,00)
Outros / Other		(1.992.061,46)	(1.008.967,99)
		(231.645.887,99)	(254.592.983,06)
Fluxos das atividades de financiamento / Cash used in financing activities		31.936.606,52	(133.439.150,15)
Variação de caixa e seus equivalentes / Net change in cash and cash equivalents			
Caixa e seus equivalentes no início do período / Cash and cash equivalents at the beginning of the year	13	(68.961.062,87)	50.738.204,11
Efeito das diferenças cambiais / Effect of exchange rate changes		(1.304.342,25)	(383.556,93)
Caixa e seus equivalentes no fim do período / Cash and cash equivalents at the end of the year	13	(5.885.405,03)	(68.961.062,87)

As notas fazem parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 The notes are an integral part of the consolidated financial statements at 31 December, 2016 and 2015

O CONTABILISTA CERTIFICADO / THE CHIEF ACCOUNTANT
 Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
 THE BOARD OF DIRECTORS

Notas Consolidadas

em 31 de dezembro de 2016

(montantes expressos em Euro)

The document “Notes related to the financial statements” is not translated. Should you have any questions related to this document please contact the Investors Relations Department (investidor@sumolcompal.pt).

ÍNDICE

Índice	65
Nota introdutória	68
Bases de apresentação.....	68
Referencial de relato.....	68
Declaração de conformidade	68
Consistência na apresentação.....	68
Alterações de políticas	68
Principais políticas contabilísticas	68
Goodwill	68
Ativo intangível.....	69
Ativo tangível.....	69
Investimentos financeiros em subsidiárias	70
Outros investimentos financeiros	70
Locação financeira	70
Locação operacional	70
Inventários.....	70
Dívidas comerciais a receber.....	71
Caixa e equivalentes a caixa	71
Empréstimos	71
Dívidas comerciais a pagar.....	71
Encargos financeiros com empréstimos obtidos	71
Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura	72
Provisões	72
Imposto sobre o rendimento	72
Regime contabilístico do acréscimo	73
Rédito	73

Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas.....	73
Classificação de ativos e passivos não correntes	73
Instrumentos de capital	73
Reserva legal	74
Saldos e transações expressos em moeda estrangeira.....	74
Imparidade do goodwill	74
Imparidade das marcas.....	74
Imparidade de outros ativos não financeiros	75
Contingências	75
Matérias ambientais (licenças de emissão de CO ₂)	75
Benefícios com pensões de reforma	75
Segmentos operacionais.....	76
Resultado por ação	76
Acontecimentos após a data do balanço	76
Justo valor dos instrumentos financeiros.....	76
Estimativas e julgamentos contabilísticos relevantes	76
Gestão do risco	77
De mercado.....	77
Na cadeia de abastecimento de materiais e serviços	78
Associados a stakeholders	79
Operacionais e patrimoniais	80
Legais.....	81
Financeiros.....	82
Tecnologias de informação.....	91
1. Empresas incluídas na consolidação.....	93
2. Empresas associadas	94
3. Comparabilidade e alterações ocorridas no Grupo	94
4. Goodwill.....	94
5. Ativo intangível.....	96
6. Ativo tangível.....	97
7. Outros investimentos financeiros.....	99
8. Dívidas comerciais de longo prazo a receber.....	99
9. Inventários.....	99
10. Dívidas comerciais de curto prazo a receber.....	100
11. Ativos por impostos correntes.....	100
12. Outros ativos correntes	101
13. Caixa e equivalentes a caixa	101
14. Capital	102
15. Interesses não controlados	103

16.	Empréstimos de médio e longo prazo	104
17.	Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura.....	104
18.	Dívidas comerciais de longo prazo a pagar.....	105
19.	Provisões e perdas de imparidade acumuladas	106
20.	Empréstimos de curto prazo	106
21.	Dívidas comerciais de curto prazo a pagar.....	107
22.	Passivos por impostos correntes	107
23.	Outros passivos correntes	108
24.	Outros passivos financeiros	108
25.	Réditos	108
26.	Outros rendimentos e ganhos.....	109
27.	Locação operacional	109
28.	Fornecimentos e serviços externos	110
29.	Gastos com o pessoal.....	110
30.	Outros gastos e perdas.....	111
31.	Resultados financeiros.....	111
32.	Impostos sobre o rendimento	112
33.	Partes relacionadas	115
34.	Atividade desenvolvida pelos administradores não executivos.....	117
35.	Responsabilidade social	118
36.	Contingências	122
37.	Matérias ambientais	123
38.	Plano de pensões	124
39.	Segmentos operacionais.....	124
40.	Resultados por ação	128
41.	Normas aprovadas no período e normas com eficácia posterior	128
42.	Acontecimentos após a data do balanço	128
43.	Data de autorização para emissão das demonstrações financeiras	128

NOTA INTRODUTÓRIA

O Grupo SUMOL+COMPAL (“Grupo”) é constituído pela SUMOL+COMPAL, S.A. (“SUMOL+COMPAL”, “S+C” ou “Empresa”) e empresas subsidiárias e tem como atividade principal a produção e comercialização de refrigerantes, sumos de frutas, águas, cervejas, derivados e conservas de frutos e vegetais. A Empresa, cujos títulos se encontram admitidos à negociação em mercado regulamentado (NYSE Euronext Lisbon, sob o *ticker* SUCO), tem sede na Rua Dr. António João Eusébio, 24, em Carnaxide (anteriormente denominada Estrada da Portela, n.º 9) e foi constituída em 26 de janeiro de 1970.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas são apresentadas em euros (moeda funcional), por esta ser a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que o Grupo opera.

O principal acionista da SUMOL+COMPAL é a Refrigor, S.A. (“Refrigor”) que, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, detinha 84,45% dos direitos de voto (Nota 14).

BASES DE APRESENTAÇÃO

As bases de apresentação na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

Referencial de relato

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de julho, na sua regulamentação para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei (“DL”) n.º 35/2005, de 17 de fevereiro, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”) conforme endossadas pela União Europeia (“UE”) a partir do exercício de 2005. As IAS/IFRS incluem as normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”), bem como as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (“IFRIC”) e pelos respetivos órgãos antecessores.

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foram preparadas segundo o princípio do custo histórico de acordo com as IAS/IFRS emitidas pelo IASB, tal como adotadas pela UE e em vigor a partir de 1 de janeiro de 2016, exceto no que respeita aos instrumentos financeiros derivados, os quais se encontram escriturados ao respetivo justo valor.

Consistência na apresentação

As políticas contabilísticas a seguir apresentadas foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo em todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas daquele.

Alterações de políticas

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao período anual anterior.

PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram:

Goodwill

As diferenças entre o valor de aquisição dos investimentos em empresas do grupo, o justo valor de qualquer interesse detido anteriormente à detenção do controlo e o montante atribuído ao

justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são escrituradas na rubrica "Goodwill" (Nota 4) e, quando negativas, diretamente em ganhos do período, depois de reavaliado o justo valor dos ativos e passivos identificáveis.

Até 31 de dezembro de 2004, o Grupo amortizava o goodwill no período estimado de recuperação do investimento, definido em 20 anos. Contudo, a aplicação da IFRS 3 implica descontinuar a amortização do goodwill desde o princípio do primeiro período anual com início em ou após 31 de março de 2004. Deste modo, o Grupo procedeu à interrupção da amortização do goodwill a partir de 1 de janeiro de 2005.

O valor recuperável do goodwill escriturado no ativo é sujeito anualmente a testes de imparidade, independentemente da existência de sinais desta. As eventuais perdas de imparidade são reconhecidas como um gasto do período em que sejam apuradas, tendo como limite a quantia escriturada do respetivo ativo.

Ativo intangível

O ativo intangível encontra-se escriturado ao valor de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e eventuais perdas de imparidade, igualmente acumuladas (Nota 5). O ativo intangível só é reconhecido se for identificável, controlado pelo Grupo e for provável que dele advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e se possa medir razoavelmente o seu valor. O ativo intangível é composto por direitos contratuais decorrentes de contratos de exclusividade celebrados com clientes e por marcas.

As amortizações dos direitos contratuais são calculadas pelo método das quotas constantes, durante o período estimado da sua vida útil a partir do exercício em que o ativo se encontra disponível para uso e são escrituradas na demonstração dos resultados na rubrica de "Amortizações e depreciações", durante o período da respetiva vigência (3 a 5 anos).

O valor recuperável das marcas escriturado no ativo é sujeito anualmente a testes de imparidade, independentemente da existência de sinais desta. As eventuais perdas de imparidade são reconhecidas como um gasto do período em que sejam apuradas, tendo como limite a quantia escriturada do respetivo ativo.

Ativo tangível

Os ativos fixos tangíveis encontram-se escriturados ao valor de aquisição deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas de imparidade acumuladas (Nota 6).

Regra geral, as depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes a partir do ano em que os bens entram em funcionamento (uso), por contrapartida da rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração dos resultados, sendo imputadas numa base sistemática durante a vida útil estimada para o ativo pelo Grupo, conforme quadro abaixo:

	Anos de vida útil
Instalações	5 a 50
Equipamento básico	4 a 25
Equipamento de transporte	6 a 25
Ferramentas e utensílios	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 10
Taras e vasilhame	3 a 7
Outros ativos tangíveis	3 a 25

As despesas correntes com reparação e manutenção do ativo tangível são escrituradas como gasto no exercício em que ocorrem. As beneficiações de montante significativo que aumentam o período estimado de utilização dos respetivos bens são capitalizadas e depreciadas de acordo com a vida útil remanescente dos correspondentes bens.

Os ativos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção/desenvolvimento, encontrando-se os mesmos escriturados ao valor de aquisição. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso.

Investimentos financeiros em subsidiárias

As participações financeiras nas empresas em que o Grupo está exposto ou é detentor de direitos relativamente a resultados variáveis por via do seu relacionamento com a subsidiária e tem capacidade para afetar esses resultados através do poder que exerce sobre ela (definição de controlo utilizada pelo Grupo), foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral.

O capital próprio e o resultado líquido destas empresas, correspondente à participação de terceiros nas mesmas, são apresentados separadamente no balanço consolidado e na demonstração consolidada dos resultados, respetivamente, na rubrica "Interesses não controlados" (Nota 15). Na aquisição de empresas do Grupo é seguido o método da compra. As transações, os saldos, os fluxos de caixa e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados.

Outros investimentos financeiros

Os investimentos financeiros noutras empresas são inicialmente escriturados pelos respetivos valores de aquisição, que são os justos valores das retribuições dadas por eles, incluindo despesas de transação, deduzidos de eventuais perdas de imparidade acumuladas.

Locação financeira

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira ("Leasing"), bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo tangível, as depreciações acumuladas correspondentes (Nota 6) e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações do ativo tangível são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Locação operacional

Os bens cuja utilização decorre do regime de aluguer de longa duração ("ALD") estão contabilizados pelo método de locação operacional. De acordo com este método, as rendas pagas são reconhecidas como gasto, durante o período de aluguer a que respeitam (Nota 27).

Inventários

Os inventários são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição ou de produção e, subsequentemente, valorizados ao menor do gasto de aquisição/produção ou do valor realizável líquido (Nota 9). O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos gastos de comercialização. Os inventários de todas as empresas incluídas na consolidação foram valorizados de acordo com os critérios de valorimetria da empresa-mãe, utilizando como método de custeio para as matérias-primas o custo médio e para os produtos acabados o custo standard, regularmente revisto à luz das condições correntes.

Encontra-se implementado, e em vigor no Grupo, um processo que define o apuramento e mensuração do custo dos produtos acabados. Este processo contempla a validação dos níveis de utilização das matérias e bens de consumo definidos nas listas técnicas, incluindo gastos com energia, manutenção e processo de higienização das linhas de produção, bem como a sua valorimetria (componente variável do custeio).

Paralelamente, são validados os níveis de imputação dos gastos gerais de fabrico e mão-de-obra das atividades suporte e atividades principais. Para o cálculo do custo dos produtos são ainda considerados os níveis de atividade (capacidade produtiva) e os nominais das linhas de produção (eficiência), que são específicas para cada um dos formatos de embalagens.

A componente variável do custeio é revista numa base mensal, sendo as remanescentes rubricas de carácter fixo revistas anualmente ou sempre que alterações significativas e com impacto justifiquem a sua revisão, resultando na aplicação da equação Custeio Standard (produto z) =

Custeio Variável (MP, ME e MS) + Custeio Fixo. Os significados das variáveis constantes do segundo membro da equação encontram-se explicitados nos parágrafos imediatamente seguintes, bem como os das variáveis que integrem eventualmente aquelas primeiras.

MP, ME, MS, GGF e MOD

Estas siglas correspondem aos acrónimos de, correspondentemente, matérias-primas, materiais de embalagem, matérias subsidiárias, gastos gerais de fabrico e mão-de-obra direta.

Custeio Fixo

Para um formato de embalagem z, corresponde ao quociente entre a tarifa da atividade de uma linha x e o nominal de produção de um formato de embalagem z.

Tarifa da atividade

Para uma linha x, corresponde à soma do custo da atividade suporte que se lhe imputa com o quociente entre o custo da sua atividade principal, entendido como GGF e MOD, e a sua atividade normal.

Dívidas comerciais a receber

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são inicialmente escrituradas ao justo valor e subsequentemente mensuradas ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo, deduzidos de eventuais perdas de imparidade (Notas 8, 10 e 19).

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos ao recebimento dos fluxos monetários originados por esses investimentos expiram ou são transferidos, assim como todos os riscos e benefícios associados à sua posse.

Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes de caixa" (Nota 13) correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor não é significativo. Esta rubrica inclui ainda os descobertos bancários os quais são apresentados como equivalentes a caixa no passivo.

Empréstimos

Os empréstimos são escriturados ao custo amortizado (Notas 16 e 20), que corresponde à quantia pela qual o passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial (justo valor) menos os reembolsos de capital e a amortização cumulativa usando o método do juro efetivo de qualquer diferença entre essa quantia inicial e a quantia na maturidade.

De acordo com o método do juro efetivo, o gasto de juros é imputado ao passivo financeiro durante o período relevante descontando os pagamentos de caixa futuros estimados durante a sua vida esperada. A estimativa destes fluxos de caixa considera os termos contratuais do passivo financeiro tais como comissões, spread e custos de transação.

Dívidas comerciais a pagar

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a terceiros são escrituradas inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efetivo (Notas 18 e 21).

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, quando são cancelados ou quando expiram.

Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com os empréstimos obtidos são reconhecidos de acordo com o método do juro efetivo, reconhecendo-se o gasto dos juros e todos os outros gastos inerentes ao longo da vida útil esperada dos mesmos (Notas 16 e 20).

Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

O Grupo recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados (Nota 17) com o fim único e exclusivo de cobrir os riscos de taxa de juro de financiamentos bancários contratados e de taxa de câmbio associado a fluxos financeiros em moeda estrangeira. A contratação de tais instrumentos é efetuada de acordo com as políticas de gestão de risco aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- i. à data de início da transação, a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efetividade da cobertura;
- ii. existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efetiva, à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- iii. a eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transação e ao longo da vida da operação;
- iv. para operações de cobertura de fluxos de caixa, os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

Cobertura de fluxos de caixa

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro e de câmbio o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de proteção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados, tais como *interest rate swaps* (“swaps”) (Nota 17) e *forwards* cambiais (“forwards”).

Estas operações são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor são inicialmente registadas por contrapartida de capitais próprios e posteriormente reclassificadas para resultados, à medida que o item coberto gere perdas ou ganhos.

Se as operações de cobertura apresentarem ineficácia, esta é registada diretamente em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são periodizados à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em reservas são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afetar resultados.

Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados.

Provisões

As provisões (Nota 19) são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado e é provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é calculado com base nos lucros tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada uma delas (Notas 11 e 22), considerando a tributação diferida.

Os impostos diferidos (Nota 32) são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e refletem as diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos escriturados, bem como dos não reconhecidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura ou escriturados, desde que, e até ao ponto em que, se torne provável a geração de lucros tributáveis no futuro que permitam a sua recuperação.

Regime contabilístico do acréscimo

Os gastos e os rendimentos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os gastos e os rendimentos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa.

Nas rubricas "Outros ativos correntes" (Nota 12) e "Outros passivos correntes" (Nota 23) registam-se os rendimentos e os gastos imputáveis ao exercício corrente e cujas receitas e despesas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as receitas e as despesas já ocorridas respeitantes a exercícios futuros, a imputar aos resultados de cada um desses exercícios pelo valor que lhes corresponde.

Rédito

Os réditos (Nota 25) decorrentes de vendas e de prestações de serviços são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos réditos possa ser razoavelmente quantificado. Os réditos são reconhecidos líquidos de impostos e descontos.

Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas

O Grupo reconhece estes subsídios quando tem na sua posse informações que permitam concluir, por um lado, que as empresas elegíveis reúnem os requisitos para cumprir as condições a eles associadas e que, por outro, os fluxos de caixa deles decorrentes fluirão efetivamente para aquelas.

Após a verificação das circunstâncias acima descritas, o Grupo adota umas das seguintes metodologias na escrituração destes subsídios:

- i. os destinados à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam;
- ii. os atribuídos a fundo perdido para financiamento da aquisição de ativos tangíveis são escriturados, como rendimentos diferidos, na rubrica de "Outros passivos correntes" (Nota 23), e reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações dos ativos tangíveis subsidiados.

Classificação de ativos e passivos não correntes

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data de balanço são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual, por parte do seu emissor, da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal,

evidenciando um interesse residual nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos diretamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transação.

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio, quando declaradas, como dividendos.

Reserva legal

A legislação societária Portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social (Nota 14). Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital social.

Saldos e transações expressos em moeda estrangeira

Os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros utilizando as seguintes taxas de câmbio vigentes na data dos balanços:

Taxas de câmbio	31/12/2016	31/12/2015
Kwanza angolano	191,8700	153,0380
Metical moçambicano	74,9935	49,6585

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, são escrituradas como rendimentos e gastos na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

As moedas funcionais das unidades operacionais detidas no estrangeiro são o kwanza angolano e o metical moçambicano, para as subsidiárias sedeadas em Angola e Moçambique, respetivamente.

Imparidade do goodwill

Por ter vida útil indeterminada, o goodwill (Nota 4) não é amortizado, mas antes anualmente sujeito a teste de imparidade. O goodwill encontra-se escriturado pelo seu custo deduzido de eventuais perdas de imparidade, as quais não são reversíveis e se escrituram em perdas de imparidade.

Para efeitos de realização dos testes de imparidade, o goodwill é associado a unidades geradoras de caixa de modo a se determinar o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil.

Imparidade das marcas

Por terem igualmente vida útil indeterminada, as marcas (Nota 5) não são amortizadas, mas antes anualmente sujeitas a teste de imparidade. As marcas encontram-se escrituradas pelo seu custo deduzido de eventuais perdas de imparidade, as quais não são reversíveis e se escrituram na demonstração dos resultados em "Provisões e perdas de imparidade".

Para efeitos de realização dos testes de imparidade, as marcas são associadas a unidades geradoras de caixa de modo a se determinar o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil (Nota 19).

Imparidade de outros ativos não financeiros

É efetuada uma avaliação de imparidade à data do balanço e sempre que se identifique um evento ou alteração nas circunstâncias indicativo de que possa não ser recuperado o valor de escrituração de um ativo. Caso este seja superior à sua quantia recuperável reconhece-se uma perda de imparidade, escriturada na demonstração dos resultados em "Provisões e perdas de imparidade" (Nota 19).

A quantia recuperável é o valor mais elevado entre o justo valor menos o gasto de venda e o seu valor de uso. O primeiro é o valor que se obteria com a alienação do ativo numa transação ao alcance das partes envolvidas, deduzido dos gastos diretamente atribuíveis à alienação. O segundo é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam obter do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, caso não seja possível, para a unidade geradora de caixa a que pertence.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é escriturada na demonstração dos resultados, em "Outros rendimentos operacionais", quando existem indícios de que já não existem ou diminuíram. Contudo, a reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda de imparidade não se tivesse escriturado em exercícios anteriores.

Contingências

As responsabilidades contingentes não são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas (Nota 36). As mesmas são divulgadas nas notas consolidadas, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota.

Matérias ambientais (licenças de emissão de CO₂)

Algumas das unidades produtivas do Grupo encontram-se abrangidas pelo mercado europeu de Gases com Efeito de Estufa (GEE). Até à data, o IASB não regulamentou ainda a política contabilística que permita às entidades escriturar a atribuição e transação de licenças de emissão dos GEE (Nota 37). Não obstante, o Grupo entendeu ser adequado adotar a que a seguir se descreve:

- i. as licenças de emissão de GEE atribuídas a título gratuito não dão lugar ao reconhecimento de qualquer ativo ou passivo, o mesmo se aplicando às emissões que lhes estão associadas;
- ii. os rendimentos de que o Grupo possa vir a beneficiar resultantes da alienação de direitos de emissão serão escriturados na rubrica "Outros rendimentos operacionais";
- iii. quando existirem indícios de que as emissões anuais de CO₂ irão exceder as licenças atribuídas anualmente, o Grupo procederá à escrituração do correspondente passivo na rubrica "Outros acréscimos de gastos", por contrapartida da rubrica "Outros gastos operacionais", tendo como base de mensuração a cotação de fecho da data do balanço consolidado anual;
- iv. as licenças que o Grupo tenha eventualmente de adquirir darão lugar ao reconhecimento de um ativo intangível, pelo respetivo preço de aquisição, na rubrica "Propriedade industrial e outros direitos".

Benefícios com pensões de reforma

As responsabilidades pelo pagamento de pensões de reforma (por velhice ou invalidez) e de sobrevivência são escrituradas em conformidade com o disposto na IAS 19 para os planos de contribuição definida (Nota 38), sendo os gastos com a atribuição dos planos reconhecidos à medida que os serviços são prestados pelos empregados beneficiários, na rubrica "Gastos com o pessoal", desde que verificados os requisitos contributivos.

Segmentos operacionais

O Grupo apresenta os segmentos operacionais com base na informação de gestão produzida internamente. De acordo com a IFRS 8, um segmento operacional é um componente do Grupo:

- i. que realiza atividades de negócio, podendo obter réditos e incorrer em gastos;
- ii. cujos resultados operacionais são regularmente revistos, para efeitos da tomada de decisões operacionais do Grupo sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho, pelo principal responsável por aquelas;
- iii. relativamente ao qual está disponível informação financeira distinta.

Resultado por ação

Os resultados por ação, básicos e diluídos, são calculados dividindo o resultado consolidado atribuível aos acionistas da empresa-mãe pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o período.

Acontecimentos após a data do balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais, são divulgados nas notas consolidadas (Nota 42).

Justo valor dos instrumentos financeiros

Quando disponíveis, o justo valor tem por base cotações de mercado. Na ausência destas, é determinado com base:

- i. nos preços de transações semelhantes recentes realizadas em condições de mercado ou determinado por entidades externas; ou
- ii. em metodologias de avaliação suportadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal, a curva de rentabilidade e fatores de volatilidade.

ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTABILÍSTICOS RELEVANTES

A preparação de demonstrações financeiras consolidadas exige que a gestão do Grupo efetue julgamentos e estimativas que afetam os montantes de rendimentos, gastos, ativos, passivos e divulgações à data de relato, pelo que as presentes demonstrações financeiras incluem rubricas que resultam de estimativas e julgamentos utilizados na aplicação das políticas contabilísticas do Grupo.

As estimativas acima referidas são determinadas pelos julgamentos da gestão do Grupo, o qual se baseia na melhor informação e conhecimento de eventos presentes, e em alguns casos em relatos de peritos independentes, e nas ações que a empresa considera poder vir a desenvolver no futuro.

O Conselho de Administração considera que as escolhas efetuadas são as apropriadas e que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam, de forma adequada, a posição financeira do Grupo e o resultado das suas transações em todos os aspetos considerados materialmente relevantes.

O uso de estimativas e de pressupostos representa um risco em originar ajustamentos nos períodos futuros. As principais rubricas que se encontram influenciadas por estimativas e julgamentos são as seguintes:

- i. controlo exercido e consolidação das subsidiárias em cuja participação é inferior a 50% (Nota 1);
- ii. estimativa de imparidade do goodwill (Nota 4);
- iii. estimativa de imparidade das marcas (Nota 5);
- iv. estimativa da vida útil dos ativos tangíveis (Nota 6);
- v. (des)reconhecimento de ativos e passivos relacionados com contratos de factoring (Notas 10 e 24);
- vi. estimativa de imparidade em clientes (Nota 19);
- vii. estimativa de imposto sobre o rendimento (Nota 32);
- viii. estimativa de imposto diferido ativo decorrente de prejuízos fiscais reportáveis (Nota 32);

GESTÃO DO RISCO

Na sequência do referido no ponto 2.8 do Relatório Único Integrado desenvolvem-se seguidamente os diversos riscos a que o Grupo está exposto:

De mercado

Geografias

Os produtos da SUMOL+COMPAL estão presentes em mais de 60 países. A procura de novos mercados, bem como o desenvolvimento de alguns deles, tem contribuído para a redução da dependência do mercado português, o qual continua a ser preponderante. De facto, depois de uma forte contração do mercado em Portugal nos anos de 2011 e 2012, temos vindo a assistir a uma gradual recuperação do consumo nos anos subseqüentes.

Por outro lado, nos mercados externos o desenvolvimento faz-se de forma orgânica, tendo-se especial atenção aos mercados de Moçambique e Angola, onde a SUMOL+COMPAL dispõe de unidades produtivas. A recente crise de consumo em Angola, motivada pela redução das receitas do petróleo de que aquele país se encontra dependente, está a ser alvo de acompanhamento específico, procurando-se minimizar os impactos na atividade. O mercado Angolano estaria comprometido se não existisse capacidade produtiva local, cujo risco é partilhado com parcerias locais.

A procura de oportunidades de negócio noutros países recorrendo a parcerias de licenciamento (produção e distribuição) das marcas da SUMOL+COMPAL constituirá um negócio adicional que permitirá também dispersar o risco de mercado por diferentes geografias.

Estrutura das vendas

A estrutura de vendas da SUMOL+COMPAL serve os canais de distribuição que estão organizados para disponibilizarem o produto para consumo "em casa" ou "fora de casa", utilizando vendas indiretas, ou seja, por intermédio de retalhistas, Cash&Carry, distribuidores, distribuição própria no canal Horeca ou importadores (mercados externos). Cada um dos canais e/ou sub-canais dispõem de uma estrutura de vendas diferente, recursos diferentes, dimensão e grau de concentração diferentes, e conseqüentemente apresentam margens diferentes. A SUMOL+COMPAL dispõe de contratos de vendas com os grandes clientes de forma a regulamentar a relação entre ambos, não havendo contudo qualquer obrigatoriedade de mínimos de aquisição, mas dispondo de mecanismos de promoção das vendas. No canal Horeca, a SUMOL+COMPAL desenvolve contratos de fidelização em que mediante contrapartidas, o cliente obriga-se a mínimos de aquisição num determinado horizonte temporal.

Situação geopolítica

A situação geopolítica de cada momento e as políticas económicas dos governos podem ter um grande impacto na nossa estratégia, quer interna, quer de internacionalização. A SUMOL+COMPAL acompanha de perto a situação de Portugal, Angola e Moçambique onde dispõe de ativos diretos. Em Portugal a atenção resulta da recente crise da dívida soberana, os seus impactos na economia real e as suas consequências na política fiscal do Estado sobretudo nas consequências diretas e indiretas que esta tenha na indústria onde a sociedade opera. Em Angola a forte redução do preço do petróleo, registada em 2015, com a consequente baixa de divisas disponíveis impõem alterações político-económicas com consequências no consumo e nas transações. Em Moçambique o abrandamento do investimento externo no promissor setor energético atenua o crescimento económico esperado.

Posição competitiva no mercado de bebidas de alta rotação

Tem-se assistido em anos recentes a uma consolidação nos vários mercados de bebidas de alta rotação, tornando-os cada vez mais globalizados. Na prática, as grandes empresas têm adquirido outras de menor dimensão. Este fenómeno é sentido na própria indústria, mas também a montante junto dos fornecedores e a jusante junto dos clientes. A SUMOL+COMPAL tem uma posição sólida nas bebidas de alta rotação em Portugal (é líder no segmento das bebidas refrescantes não alcoólicas), mas à escala global é uma pequena/média empresa que tem definido como um dos vetores estratégicos de crescimento o desenvolvimento de negócios noutros mercados geográficos. Este caminho só é possível com uma posição no mercado interno sólida, uma estrutura financeira robusta e uma capacidade de desenvolver negócios em diferentes mercados que lhe permita ambicionar uma posição sólida noutras geografias.

Reputação das marcas

A reputação das marcas com que a SUMOL+COMPAL trabalha é um dos fatores mais importantes para a satisfação dos seus consumidores. Além do risco de má reputação de uma marca da sociedade, risco esse que é crescente com a abertura das marcas ao exterior (redes sociais), a SUMOL+COMPAL está sujeita a impactos que possam surgir de problemas de má reputação noutros países com as marcas de terceiros que fazem parte do seu portefólio. Faz parte da estratégia das marcas da SUMOL+COMPAL disporem de uma forte dinâmica de comunicação e inovação, a qual contribui positivamente para o valor da marca.

Na cadeia de abastecimento de materiais e serviços

Constitui um risco para o negócio da SUMOL+COMPAL depender de fornecimentos de terceiros sem alternativas. Mesmo com alternativas, existe o risco da SUMOL+COMPAL sofrer impactos negativos ao nível reputacional, legal ou de fornecimento, motivados por ocorrências na cadeia de abastecimento, quer a montante, quer a jusante das operações da SUMOL+COMPAL.

Esse risco pode ter origem em várias fontes, importando dar especial acompanhamento às situações onde haja (i) fornecedores exclusivos de materiais e serviços críticos, (ii) materiais ou serviços com um só fornecedor aprovado, (iii) custos desadequados, (iv) volatilidade nos mercados de matérias-primas, (v) não cumprimento dos requisitos, legais ou da SUMOL+COMPAL, por parte dos fornecedores, (vi) aquisição de bens não necessários ou desadequados, (vii) compra de bens/serviços equivalentes sob condições comerciais diferentes, (viii) favorecimento de fornecedores, (ix) corte de abastecimento por atraso de pagamento a fornecedores e (x) condições de sustentabilidade financeira dos fornecedores.

A SUMOL+COMPAL tem instituída uma política de centralização das compras dos bens e serviços relevantes, acreditando que tal prática dota a organização de uma estrutura especializada e dedicada à procura, seleção, acompanhamento e avaliação de fornecedores, tendo a capacidade de implementar procedimentos que garantam as melhores práticas e incorporem a mitigação dos referidos riscos.

Associados a *stakeholders*

A SUMOL+COMPAL, enquanto parte integrante da sociedade e das comunidades onde se insere e com quem interage, tem a capacidade de influenciar percepções nos outros e de ser ela própria condicionada, com repercussões na sua atividade e desempenho.

De forma a salvaguardar um excelente relacionamento com o meio humano com que interage, a SUMOL+COMPAL dispõe hoje de práticas que a ajudam nesse domínio, para além do cumprimento dos requisitos legais:

- i. Responsabilidade corporativa ativa com foco na sustentabilidade;
- ii. Práticas de certificação em qualidade, ambiente e segurança alimentar;
- iii. Código de conduta;
- iv. Código de conduta de fornecedores;
- v. Política ambiental;
- vi. Política de segurança e qualidade alimentar;
- vii. Política de segurança no trabalho.

Colaboradores

Constitui um risco para o desenvolvimento do negócio da SUMOL+COMPAL o facto de não se conseguir ter os melhores profissionais, pelo que é crítico identificar, atrair e reter talento. De igual modo, a dependência da SUMOL+COMPAL de pessoas que, pelas suas competências, conhecimentos, grau de experiência e/ou trajeto profissional, sejam dificilmente substituíveis, constitui um risco para a Empresa. Estes riscos são mitigados através da adoção de políticas de recursos humanos adequadas e da implementação de ferramentas que facilitam a sua execução. Desta forma, a SUMOL+COMPAL procura, por um lado, reter os melhores profissionais e, por outro lado, reter na organização o conhecimento desenvolvido pelos colaboradores através da plataforma do Sistema de Gestão.

Num quadro de crescente mobilidade internacional, são definidos procedimentos que procuram mitigar o risco associado aos processos de deslocalização de colaboradores.

Parceiros

A SUMOL+COMPAL assume as suas responsabilidades económicas, sociais e ambientais e entende dever privilegiar relações prolongadas e de confiança com fornecedores que defendam e pratiquem princípios semelhantes. A SUMOL+COMPAL assume que tem um papel importante na difusão de boas práticas em matérias ambientais e sociais e que, por isso, deve tomar medidas no sentido de influenciar positivamente as entidades, a montante, com quem mantém relações comerciais. Para isso e para evitar riscos inerentes à imagem, a incumprimentos legais e de fornecimento, a SUMOL+COMPAL instituiu em 2016 um Código de Conduta de Fornecedores.

Constitui um risco para a SUMOL+COMPAL a continuidade no tempo da relação com os parceiros de negócio, nomeadamente dos detentores de marcas internacionais. A capacidade de gestão e bom relacionamento com os parceiros tem sido um fator crítico de sucesso para a captação e manutenção de parcerias.

Comunidades

A reputação e a credibilidade da SUMOL+COMPAL são aspetos críticos para uma organização que gere marcas, já que a sua eventual afetação pode traduzir-se numa redução da procura e grau de preferência e de fidelização. A SUMOL+COMPAL e as suas marcas poderão enfrentar ocorrências passíveis de terem efeitos negativos, entre as quais podemos salientar as crises

relacionadas com questões de segurança e higiene alimentar, com incidentes que provoquem mortos ou feridos graves ou outras situações passíveis de comunicação massiva negativa por parte dos órgãos de comunicação social ou das redes sociais.

Para além do conjunto de Valores definidos, a SUMOL+COMPAL tem em vigor um Código de Conduta que vincula a atuação de todos os colaboradores da Empresa, independentemente do país em que trabalhem. Adicionalmente está implementada uma Política de Comunicação de Irregularidades que visa evitar que desvios ou procedimentos irregulares, repetidos ou não, possam colocar em risco a boa imagem e a reputação da SUMOL+COMPAL ou ter efeitos patrimoniais negativos.

Dada a forte dependência nos processos industriais da SUMOL+COMPAL dos recursos naturais água e energia, constitui um risco para o desenvolvimento sustentado do negócio da SUMOL+COMPAL a sua falta ou escassez. A poluição ambiental causada pela contaminação das linhas de água, do solo e da atmosfera, com agentes poluentes, tem um efeito negativo no equilíbrio do planeta, causando danos na saúde humana, nos seres vivos e nos ecossistemas, levando a uma degradação ambiental. Procuramos minimizar estes riscos através da implementação sistemática de soluções técnicas e comportamentais, que visem a redução de consumos e da emissão de poluentes.

Operacionais e patrimoniais

A SUMOL+COMPAL entende como riscos operacionais os eventos que potencialmente possam causar perdas e ou desvios relevantes nos objetivos da Empresa (estratégicos ou operacionais) originados por erro ou omissão na decisão, por processos inadequados, por erro humano ou de sistema ou ainda derivado de fatores exógenos, associados às operações da Empresa.

A gestão destes riscos passa pela definição clara de linhas de orientação estratégica e de uma estrutura hierárquica adequada que garanta mecanismos eficazes de controlo e supervisão a todos os níveis da organização, complementada com políticas, procedimentos de controlo interno e planos de emergência que visam assegurar a continuidade do negócio, bem como pela externalização do risco mediante a contratação de apólices de seguro.

Segurança alimentar

A SUMOL+COMPAL desenvolve a sua atividade na produção e distribuição de bebidas e preparados de vegetais e de tomate, pelo que o risco de contaminação, química ou biológica, que possa ocorrer nos produtos disponibilizados pela SUMOL+COMPAL representa uma preocupação constante. Todas as operações, quer de produção, quer de distribuição, têm em vigor procedimentos que visam impedir qualquer tipo de contaminação, garantindo o cumprimento dos planos HACCP, e a existência de mecanismos de controlo e liberação de produto. A adoção de referenciais normativos de certificação em qualidade e em segurança alimentar asseguram a adoção das melhores práticas em matéria de segurança alimentar. Por estas razões o risco associado a este tipo de eventos é baixo. Contudo qualquer evento desta natureza, embora pouco provável, pode assumir um impacto negativo de grandes proporções, razão pela qual a gestão de topo continuará a envidar os esforços necessários ao reforço dos processos de gestão que reduzam ao mínimo o risco desta tipologia.

Falha na produção de bebidas

A atividade de produção está sujeita a uma série de eventos que a podem colocar em causa, mesmo por um período longo de tempo se forem de gravidade extrema. Está implementado um conjunto de controlos adequados à mitigação deste risco, sem prejuízo de se manterem e aprofundarem atividades de controlo para prevenir a ocorrência deste tipo de eventos. Em concreto (i) falhas no abastecimento de água ou de energia, (ii) incêndios, sabotagens e riscos semelhantes, e (iii) falhas no abastecimento de matérias-primas ou de serviços de manutenção.

Falha na cadeia de abastecimento

Constitui um risco com impacto potencialmente grave a rutura no abastecimento por erro, omissão ou falha no processo de planeamento (previsão de vendas, planeamento de produção

e aprovisionamentos) e aquisição dos bens e serviços necessários à produção e distribuição dos produtos da SUMOL+COMPAL.

A existência de procedimentos de planeamento e controlo da atividade, assentes em ferramentas de suporte informático, bem como uma adequada política de aprovisionamento de produtos garantem uma fraca probabilidade deste risco ocorrer.

Catástrofes naturais

Os eventos associados a este tipo de riscos (sismos, inundações, eventos meteorológicos, etc.) podem ser catastróficos e afetar várias atividades operacionais em simultâneo. Os impactos podem ocorrer de forma direta sobre a atividade, quando tais eventos perturbam as operações executadas pela SUMOL+COMPAL, ou de forma indireta, quando afetam a cadeia de abastecimento. Assume especial relevo o impacto meteorológico na produção das frutas e vegetais e a perturbação logística na receção ou expedição de produtos. A segurança das infraestruturas face à ocorrência de catástrofes naturais, a diversificação da origem dos produtos e dos fornecedores e a identificação de produtos substitutos constituem, entre outros, elementos determinantes na mitigação dos efeitos originados por este tipo de eventos.

Falha de segurança

Os eventos associados a este tipo de riscos podem assumir várias formas (sabotagem, roubo, vandalismo, etc.) e podem também afetar várias atividades operacionais em simultâneo, embora tenham impactos prováveis mais reduzidos que os anteriores. Trata-se de uma preocupação relativamente recente, mas com importância acrescida. A prevenção deste tipo de eventos passa também pela implementação do projeto de Segurança Integrada das instalações, o qual constitui mais um elemento para a obtenção das certificações em segurança alimentar, que abrangem o designado FOOD DEFENSE. Adicionalmente encontra-se em avaliação a subscrição de seguros específicos para estes riscos.

Legais

Este risco está inerente ao facto de a SUMOL+COMPAL estar sujeita a legislação que regulamenta, enquadra e delimita a sua atividade, com eventos potenciais de responsabilização civil e ou patrimonial.

Enquadramento legislativo

O risco está associado a diversas dimensões (lei geral, específica do sector, laboral, normas de relato financeiro, do mercado de capitais, etc.) potenciadas pela expansão geográfica do negócio, ou seja, sujeita a enquadramentos legais de diferentes estados, resultando num incremento da complexidade, multiplicidade e diversidade legislativa e regulatória que a SUMOL+COMPAL tem que gerir e cumprir. Neste âmbito, estão definidas as áreas com a responsabilidade de obterem e partilharem as alterações regulatórias que vão ocorrendo de forma a lhes dar cumprimento. Para além disso, a SUMOL+COMPAL tem um Gabinete Jurídico interno, coadjuvado quando necessário por consultores externos, que acompanha o desenvolvimento da atividade, avaliando também os riscos existentes aquando da celebração de contratos ou outros negócios, e que procura salvaguardar a sua ocorrência.

Enquadramento fiscal

Este risco resulta do facto da SUMOL+COMPAL estar sujeita a regulamentação fiscal que impacta em termos económicos e financeiros a sua rentabilidade e o seu património. O risco é sobretudo função de três dimensões: tributação sobre o rendimento, sobre o património e sobre a despesa. A estas dimensões há que acrescer uma realidade cada vez mais relevante e atual de tributação específica sobre o consumo de produtos associados a determinado tipo de composição. Neste contexto, os impostos genericamente designados por “Impostos Especiais de Consumo” que, no setor das bebidas refrescantes em termos internacionais têm vindo a assumir uma vertente de “*Fat Tax*”, tributando nomeadamente a respetiva incorporação e teor de açúcar, são uma realidade cada vez mais impactante sobre esta indústria.

Em 2017, está confirmada a entrada em vigor de um imposto com estas características em Portugal o qual irá impactar e incidir sobre uma parte significativa do portfólio da

SUMOL+COMPAL. Acresce ainda a complexidade de todo um quadro legal de diversas situações conducentes a benefícios fiscais. Dada a conjuntura atual de forte “apetite e agressividade” no sentido da captação de receita fiscal, perante um enquadramento regulamentar instável, com um forte impacto da fiscalização, do agravamento das coimas aplicáveis e das exigências declarativas, este é um risco cuja gestão é crítica. Neste âmbito, a SUMOL+COMPAL dispõe dos recursos internos que asseguram o estrito cumprimento das exigências da autoridade fiscal, coadjuvados por consultores externos especializados nesta área.

Financeiros

A SUMOL+COMPAL encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente risco de crédito, de liquidez e de mercado (que inclui riscos de taxa de juro, cambiais e de preço).

Risco de crédito

Compreende o risco inerente ao facto de uma contraparte da SUMOL+COMPAL não liquidar financeiramente as suas obrigações contratuais, resultando daí uma perda financeira para a SUMOL+COMPAL. Este risco ocorre, essencialmente, nas suas atividades operacionais e de tesouraria. O risco de crédito nas operações está relacionado com contas a receber originadas, na sua maioria, por vendas a crédito a clientes. O risco das atividades de tesouraria resulta maioritariamente de produtos financeiros e disponibilidades monetárias contratualizados e sob controlo de terceiros.

Os eventos que podem dar origem a este tipo de riscos derivam da falta de liquidez e/ou insolvência de devedor, do incumprimento contratual ou fraude do devedor ou ainda da insolvência da contraparte financeira.

A SUMOL+COMPAL tem implementada uma política de atribuição de crédito baseada na permanente avaliação do risco do cliente e controlo do seu saldo e plafonamento.

A atribuição de crédito pressupõe a atribuição de condições de recebimento (prazo) e simultaneamente da atribuição de um *plafond* (saldo máximo). Tais atribuições são baseadas na avaliação do risco por uma equipa especializada, suportada por ferramentas de tecnologia de informação específicas, trabalhando em estreita colaboração com as áreas comerciais da Empresa e prestadores externos de informações e serviços deste tipo.

A equipa dedicada à gestão de crédito também assegura o controlo dos recebimentos dentro dos prazos acordados e atua quer nas diligências de cobranças em atraso, quer na análise de saldos potencialmente incobráveis mediante a sua antiguidade.

Adicionalmente, a SUMOL+COMPAL possui o seu risco de crédito coberto por apólices que abrangem as transações em território nacional e as exportações. O valor máximo anual coberto (valor máximo de indemnização) atinge os 11,5 M€. Por outro lado, a SUMOL+COMPAL aderiu às coberturas adicionais disponibilizadas pelo Estado Português o que lhe permitiu obter vantagens adicionais, não só em termos dos montantes cobertos mas também no próprio custo das coberturas.

Sempre que verificados determinados pressupostos de risco de incobrabilidade, a SUMOL+COMPAL procede aos respetivos ajustamentos nas suas contas.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os saldos a receber de clientes apresentavam a seguinte estrutura de antiguidade:

Antiguidade de clientes	31/12/16	31/12/15
Saldos devedores sem imparidade		
Não vencidos	46.050.020	38.126.483
Vencidos há menos de 3 meses	1.827.106	3.072.116
Vencidos há mais de 3 meses	1.725.780	2.288.536
	49.602.906	43.487.135
Saldos devedores com imparidade		
Não vencidos	-	-
Vencidos há menos de 3 meses	-	-
Vencidos há mais de 3 meses	18.466.631	18.022.970
	18.466.631	18.022.970

Os valores apresentados correspondem aos valores em aberto, face aos prazos de vencimento contratados.

A qualidade do risco de crédito da SUMOL+COMPAL, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, face aos saldos a receber de clientes que não se encontram em imparidade, apresenta o seguinte detalhe:

Qualidade do crédito a clientes	31/12/16		31/12/15	
	Crédito	Garantias	Crédito	Garantias
Saldos de novos clientes (menos de 6 meses)	1.623.021	14.036	833.603	551.613
Saldos de clientes sem histórico de incumprimento	47.425.028	27.763.415	39.836.957	27.318.896
Saldos de clientes com histórico de incumprimento	554.857	64.716	2.816.575	1.120.943
	49.602.906	27.842.167	43.487.135	28.991.452

A qualidade de risco de crédito da SUMOL+COMPAL, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, face a ativos financeiros (caixa e equivalentes a caixa e instrumentos financeiros derivados) cujas contrapartes sejam instituições financeiras, detalha-se como segue:

Rating	31/12/16	31/12/15
Notação BBB+	3.684	3.684
Notação BB+	2.346.754	10.315
Notação BB-	10.538.209	9.475.768
Notação B+	712.884	587.248
Notação CCC+	817.042	818.603
Sem notação	2.546.074	6.210.986
	16.964.647	17.106.604

A exposição máxima ao risco de crédito no balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 e 2015 detalha-se como segue:

Exposição máxima ao risco de crédito	31/12/16	31/12/15
Dívidas comerciais de longo prazo a receber	1.789.072	1.759.333
Dívidas comerciais de curto prazo a receber	57.223.190	50.595.501
Outros ativos correntes (acréscimos de rendimentos)	3.527.517	3.459.546
Caixa e equivalentes a caixa (depósitos bancários)	16.964.647	17.042.522
	79.504.426	72.856.902

Risco de liquidez

Na gestão do risco de liquidez, a SUMOL+COMPAL procura garantir que a sua dívida financeira tem maturidades adequadas à perspetiva de evolução do seu negócio e do cash-flow gerado. Desta forma, procura-se assegurar que, dentro de um intervalo de variação aceitável do negócio, a SUMOL+COMPAL dispõe de liquidez para honrar os seus compromissos financeiros derivados de necessidades das operações correntes, de investimentos, de remuneração dos acionistas ou ainda derivados do serviço da dívida. Assim, para além dos financiamentos de médio e longo prazo contratados, a SUMOL+COMPAL tem contratadas linhas de curto prazo (descobertos, contas correntes e caucionadas) junto de várias instituições financeiras, que garantem a liquidez suficiente para as suas necessidades de curto prazo. Adicionalmente, é de referir que as linhas contratadas não estavam utilizadas na sua totalidade, no final do exercício corrente.

A gestão das necessidades de liquidez tem por base quer o planeamento estratégico na perspetiva de médio/longo prazo, quer o planeamento operacional para as necessidades de curto prazo. Esta gestão é feita em todo o Grupo, incluindo as necessidades de liquidez das subsidiárias em Angola e Moçambique, sendo determinante para a estruturação da dívida em todo o Grupo.

A SUMOL+COMPAL tem ainda acordado junto dos seus principais parceiros financeiros a possibilidade de contratar operações de factoring e *confirming*. Aliás, tem sido prática recorrer de uma forma corrente a este tipo de instrumentos sempre que exista benefício operacional e financeiro para a SUMOL+COMPAL.

A liquidação dos passivos financeiros contratados e remunerados originará os seguintes fluxos monetários não descontados, incluindo juros, tendo por base o período remanescente até à maturidade contratual à data do balanço consolidado:

Fluxos monetários não descontados					31/12/16
	Menos 1 ano	1-5 anos	Mais 5 anos	Total	
Passivos financeiros					
Empréstimos	38.304.283	105.000.613	91.505.369	234.810.265	
Dívidas comerciais de longo prazo a pagar (swaps)	2.072.601	1.289.227	-	3.361.828	
Dívidas comerciais de longo prazo a pagar (outros)	-	-	501.107	501.107	
Dívidas comerciais de curto prazo a pagar	79.667.597	-	-	79.667.597	
Outros passivos correntes	19.431.940	-	-	19.431.940	
Equivalentes a caixa	23.068.319	-	-	23.068.319	
	162.544.740	106.289.840	92.006.476	360.841.056	
					31/12/15
Passivos financeiros					
Empréstimos	45.610.961	135.320.098	-	180.931.059	
Dívidas comerciais de longo prazo a pagar (swaps)	2.645.309	3.244.716	-	5.890.025	
Dívidas comerciais de longo prazo a pagar (outros)	-	-	60.608	60.608	
Dívidas comerciais de curto prazo a pagar	82.014.490	-	-	82.014.490	
Outros passivos correntes	12.996.866	-	-	12.996.866	
Equivalentes a caixa	87.296.668	-	-	87.296.668	
	230.564.294	138.564.814	60.608	369.189.716	

Em fevereiro foi concluído o processo de negociação com duas instituições bancárias financiadoras do Grupo, envolvendo um total de cerca de 210 milhões de euros de dívida contratada. O resultado final dotou a SUMOL+COMPAL de uma estrutura de financiamento mais adequada às necessidades e perfil da sua atividade, ajustando e estendendo a maturidade e os planos de reembolso dos montantes financiados.

Risco de taxa de juro

Uma parte significativa da atividade da SUMOL+COMPAL é financiada por capitais alheios, nomeadamente por dívida bancária. Tal pressupõe a assunção dos respetivos encargos. Estes podem variar pela oscilação do montante em dívida a cada momento, próprio de uma atividade que dispõe de forte sazonalidade, ou pela variação dos encargos bancários. Nestes últimos, a taxa de juro incorpora uma componente que varia em função dos mercados financeiros (como a EURIBOR) que representa para a SUMOL+COMPAL um fator de risco relevante e não controlável.

A SUMOL+COMPAL tem definida uma política de redução da sua exposição às variações da taxa de juro que pressupõe a cobertura de 50% do montante em dívida com recurso à contratualização de instrumentos financeiros.

O acompanhamento da evolução das taxas de juro e as expectativas de evolução futura ditarão a necessidade de ajustamento da política praticada.

A dívida média remunerada oscila ao longo do ano, tendo apresentado em 2016 um valor médio de 243,8 milhões de euros (224,7 milhões de euros em 2015). No final do ano o endividamento líquido foi de 229,1 milhões de euros e a taxa de cobertura era de 25% da dívida remunerada a essa data. Como em anos anteriores, nessa data foi feita uma reavaliação da exposição que a SUMOL+COMPAL mantém em relação à volatilidade da taxa de juro, tendo-se concluído que, face à conjuntura atual e previsível de evolução da mesma, seria de manter a posição a descoberto.

No período findo em 31 de dezembro de 2016, estavam previstos os seguintes *covenants* financeiros para os contratos de financiamento celebrados no âmbito das divulgações das Notas 16 e 20, que são objeto de monitorização periódica:

- i. Ownership Clause, relativamente à percentagem de detenção de algumas sociedades do Grupo pela Refrigor, S.A., pela SUMOL+COMPAL e ainda por alguns acionistas individuais da Refrigor relativamente a esta mesma sociedade;
- ii. Pari Passu, mediante o qual as dívidas contraídas devem ter um tratamento equivalente a outras dívidas e/ou compromissos;
- iii. Cross Default, onde se refere que o incumprimento de determinado contrato de financiamento implica o incumprimento de todos os restantes;
- iv. Negative Pledge, em que as sociedades estão impossibilitadas de alienar ou onerar ativos sem o consentimento prévio de algumas instituições financeiras, por um lado, e em que são definidas regras sobre o destino dos fundos em caso de alienação;
- v. Material adverse change, onde alterações negativas substanciais nos negócios das sociedades podem implicar o vencimento e exigibilidade antecipada de alguns contratos de financiamento;
- vi. A fusão ou cisão de sociedades está condicionada ao consentimento prévio por parte das instituições financeiras;
- vii. A definição de rácios de níveis de meios libertos brutos de exploração / serviço de dívida e de autonomia financeira que podem implicar o vencimento e exigibilidade antecipada de alguns contratos de financiamento.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o resumo dos ativos e passivos financeiros com exposição a risco de taxa de juro em função da maturidade ou data de refixação é apresentado no quadro seguinte:

Maturidade do indexante da taxa de juro					31/12/16
	Até 1 mês	1-3 meses	3-12 meses	s/ index.	Total
Passivos financeiros					
Não correntes					
Empréstimos de longo prazo	27.168.420	5.000.000	157.340.290	-	189.508.710
Dívidas comerciais de longo prazo a pagar (swaps)	-	-	3.361.828	-	3.361.828
	27.168.420	5.000.000	160.702.118	-	192.870.538
Correntes					
Empréstimos de curto prazo	6.192.340	6.500.000	21.049.453	-	33.741.793
Equivalentes a caixa	13.380.172	9.126.694	370.300	-	22.877.166
	19.572.512	15.626.694	21.419.753	-	56.618.959
	46.740.932	20.626.694	182.121.871	-	249.489.497
					31/12/15
Passivos financeiros					
Não correntes					
Empréstimos de longo prazo	18.912.244	11.500.000	99.749.575	-	130.161.819
Dívidas comerciais de longo prazo a pagar (swaps)	-	-	5.837.936	-	5.837.936
	18.912.244	11.500.000	105.587.511	-	135.999.755
Correntes					
Empréstimos de curto prazo	5.676.322	11.500.000	24.484.085	-	41.660.407
Equivalentes a caixa	16.260.437	14.619.926	55.140.127	-	86.020.490
	21.936.759	26.119.926	79.624.212	-	127.680.897
	40.849.003	37.619.926	185.211.723	-	263.680.652

A SUMOL+COMPAL utiliza a técnica da análise de sensibilidade que mede as alterações estimadas nos resultados e capitais de um aumento ou diminuição imediata das taxas de juros de mercado, com todas as outras variáveis constantes. Esta análise é apenas para fins ilustrativos, já que na prática as taxas de mercado raramente se alteram isoladamente.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- i. alterações nas taxas de juro do mercado afetam rendimentos ou despesas de juros de instrumentos financeiros variáveis;
- ii. alterações nas taxas de juro de mercado apenas afetam os rendimentos ou despesas de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos a justo valor;
- iii. alterações nas taxas de juro de mercado afetam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros;
- iv. alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros ativos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores atuais líquidos, utilizando taxas de mercado do final do ano.

Sob estes pressupostos, um aumento ou diminuição de 1% em taxas de juro de mercado para todas as moedas às quais a SUMOL+COMPAL tem empréstimos ou instrumentos financeiros derivados a 31 de dezembro de 2016 resultaria numa diminuição ou aumento do lucro antes de

imposto de aproximadamente 1.910 milhares de euros negativos (1.829 milhares de euros negativos em 31 de dezembro de 2015) e 1.910 milhares de euros (1.829 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015) e do capital próprio de 878 milhares de euros (1.611 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015) e 898 milhares de euros negativos (1.611 milhares de euros negativos em 31 de dezembro de 2015).

À data do fecho do exercício estavam contratados instrumentos de cobertura de taxa de juro (swaps), esperando-se que os fluxos de caixa deles decorrentes ocorram entre 2017 e 2018, nos montantes de 2.072 e 1.290 milhares de euros, correspondentemente (o reconhecimento na demonstração dos resultados é coincidente).

Risco cambial

O risco cambial tem a sua origem (i) nas transações efetuadas em moeda estrangeira, quer seja na compra (bens ou serviços), quer seja na venda e (ii) nos ativos e passivos detidos em moeda estrangeira.

Os primeiros podem ter dois tipos de impacto na organização: (i) uma perda ou um ganho operacional conforme a variação cambial seja desfavorável ou favorável ao preço da operação subjacente (compra ou venda) e (ii) pela variação cambial ocorrida entre o momento da compra e o momento do seu pagamento.

A SUMOL+COMPAL procura reduzir os impactes negativos da volatilidade cambial privilegiando as importações em moeda nacional (euros), obtendo recebimentos de clientes em dólares dos Estados Unidos (“USD”) que permitam pagar importações na mesma moeda reduzindo assim a necessidade de efetuar aquisições de USD e ainda através da contratação de instrumentos de cobertura, nomeadamente a contratação de *forwards* cambiais ou da fixação de câmbios com os seus fornecedores. A política de cobertura definida tem como objetivo mitigar o risco até 50% desta exposição.

Quanto aos ativos detidos pela SUMOL+COMPAL em moeda estrangeira, nomeadamente às subsidiárias em Angola e Moçambique, existe a consciência que o processo de internacionalização com operações diretas implica um acréscimo significativo da exposição a este risco. A implementação de políticas e regras operacionais das operações admitidas, bem como de procedimentos de acompanhamento e controlo desta variável são determinantes para a manutenção do nível deste risco em patamares admissíveis.

Finalmente, à semelhança do que tem ocorrido nos anos anteriores e tendo em conta a extrema volatilidade registada nos mercados cambiais, em especial com Angola, continuará a ser efetuado um acompanhamento regular desta variável e será reavaliada a necessidade de fixar novas posições que se considerem adequadas para a SUMOL+COMPAL.

À data do fecho do exercício estavam contratados instrumentos de cobertura cambial no montante de 2 milhões de USD, assegurando assim a cobertura de cerca de 30% dos montantes a liquidar em USD estimados em 2017 (período em que se espera que ocorram os fluxos de caixa e os lucros ou prejuízos).

A exposição da SUMOL+COMPAL ao risco de taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2016, com base nos valores do balanço consolidado dos ativos e passivos financeiros da SUMOL+COMPAL, representava um montante global ativo de 7.149 milhares de euros, tendo por base as taxas de câmbio a essa data (ativo de 1.725 milhares de euros em 31 de dezembro de 2015), conforme explicitação abaixo:

Risco de taxa de câmbio						31/12/16
	EUR	USD	AOA	MZN	Outras	Total
Ativos financeiros						
Não correntes						
Outros investimentos financeiros	87.363	-	-	-	-	87.363
Dívidas comerciais de longo prazo a receber	1.789.072	-	-	-	-	1.789.072
	1.876.435	-	-	-	-	1.876.435
Correntes						
Dívidas comerciais de curto prazo a receber	45.214.470	580.961	10.667.252	667.175	93.332	57.223.190
Outros ativos correntes	7.343.436	-	-	39.272	32.277	7.414.985
Caixa e equivalentes a caixa	5.972.390	3.328.892	7.598.906	70.770	20.803	16.991.761
	58.530.296	3.909.853	18.266.158	777.217	146.412	81.629.936
	60.406.731	3.909.853	18.266.158	777.217	146.412	83.506.371
Passivos financeiros						
Não correntes						
Empréstimos de longo prazo	189.160.901	-	-	347.809	-	189.508.710
Dívidas comerciais de longo prazo a pagar	3.862.935	-	-	-	-	3.862.935
	193.023.836	-	-	347.809	-	193.371.645
Correntes						
Empréstimos de curto prazo	33.272.734	-	-	469.059	-	33.741.793
Dívidas comerciais de curto prazo a pagar	47.804.128	21.013.742	10.420.509	192.080	237.138	79.667.597
Passivos por impostos correntes	4.977.299	-	-	-	-	4.977.299
Outros passivos correntes	19.431.940	-	-	-	-	19.431.940
Outros passivos financeiros	22.912.420	-	-	-	-	22.912.420
Equivalentes a caixa	21.356.925	-	-	1.520.241	-	22.877.166
	149.755.446	21.013.742	10.420.509	2.181.380	237.138	183.608.215
	342.779.282	21.013.742	10.420.509	2.529.189	237.138	376.979.860
Posição financeira líquida no balanço consolidado	(282.372.551)	(17.103.889)	7.845.649	(1.751.972)	(90.726)	(293.473.489)
Instrumentos financeiros derivados (valor nominal)	-	1.745.658	-	-	-	1.745.658
31/12/15						
Ativos financeiros	53.170.510	8.076.716	11.292.952	1.591.196	42.507	74.173.881
Passivos financeiros	342.124.182	25.021.838	12.972.765	3.964.317	199.878	384.282.980
Posição financeira líquida no balanço consolidado	(288.953.672)	(16.945.122)	(1.679.813)	(2.373.121)	(157.371)	(310.109.099)
Instrumentos financeiros derivados (valor nominal)	-	2.687.895	-	-	-	2.687.895

Os instrumentos financeiros derivados sobre o câmbio encontram-se a cobrir o risco cambial de operações futuras em moeda estrangeira. O total de USD inclui 18.249.987 euros (25 milhões de USD) que não têm exposição cambial.

Em 31 de Dezembro de 2016, respetivamente, uma apreciação/depreciação de 10% do USD com referência ao Euro resultaria num impacte nos resultados do período de 104 milhares de euros negativos/positivos (540 milhares de euros negativos/positivos em 31 de dezembro de

2015) e, no capital próprio, de 211 milhares de euros/172 milhares de euros negativos (306 milhares de euros/250 milhares de euros negativos, em 31 de dezembro de 2015).

No que diz respeito ao kwanza de Angola (“AOA”), semelhante apreciação/depreciação resultaria num impacte nos resultados do período de 713 milhares de euros negativos/positivos (153 milhares de euros positivos/negativos em 31 de dezembro de 2015). Quanto ao metical de Moçambique (“MZM”), os impactes seriam de 160 milhares de euros positivos/negativos (216 milhares de euros positivos/negativos em 31 de dezembro de 2015).

Justo valor de ativos e passivos financeiros

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015 a reconciliação da posição financeira com as diversas categorias de ativos e passivos financeiros detalha-se como segue:

Classificação de acordo com a IAS 39						31/12/16
	IF deriv. desig. cob.	Crédito e val. receb.	AF disp. venda	Outros pass. fin.	Act./pass. não fin.	Total
Ativos financeiros						
Outros investimentos financeiros	-	-	87.363	-	-	87.363
Dívidas comerciais de longo prazo a receber	-	1.789.072	-	-	-	1.789.072
Dívidas comerciais de curto prazo a receber	147.542	57.075.648	-	-	-	57.223.190
Outros ativos correntes	-	6.414.381	-	-	1.000.604	7.414.985
Caixa e equivalentes a caixa	-	16.991.761	-	-	-	16.991.761
	147.542	82.270.862	87.363	-	1.000.604	83.506.371
Passivos financeiros						
Empréstimos de longo prazo	-	-	-	189.508.710	-	189.508.710
Dívidas comerciais de longo prazo a pagar	3.361.828	-	-	501.107	-	3.862.935
Empréstimos de curto prazo	-	-	-	33.741.793	-	33.741.793
Dívidas comerciais de curto prazo a pagar	-	-	-	79.667.597	-	79.667.597
Outros passivos correntes	-	-	-	18.099.977	1.331.963	19.431.940
Outros passivos financeiros	-	-	-	22.912.420	-	22.912.420
Equivalentes a caixa	-	-	-	22.877.166	-	22.877.166
	3.361.828	-	-	367.308.770	1.331.963	372.002.561
						31/12/15
Ativos financeiros						
Outros investimentos financeiros	-	-	77.419	-	-	77.419
Dívidas comerciais de longo prazo a receber	-	1.759.333	-	-	-	1.759.333
Dívidas comerciais de curto prazo a receber	64.082	50.531.419	-	-	-	50.595.501
Outros ativos correntes	-	3.779.923	-	-	902.277	4.682.200
Caixa e equivalentes a caixa	-	17.059.427	-	-	-	17.059.427
	64.082	73.130.102	77.419	-	902.277	74.173.880
Passivos financeiros						
Empréstimos de longo prazo	-	-	-	130.161.819	-	130.161.819
Dívidas comerciais de longo prazo a pagar	5.837.936	-	-	60.608	-	5.898.544
Empréstimos de curto prazo	-	-	-	41.660.407	-	41.660.407
Dívidas comerciais de curto prazo a pagar	-	-	-	82.014.490	-	82.014.490
Outros passivos correntes	-	-	-	11.398.589	1.598.277	12.996.866
Outros passivos financeiros	-	-	-	21.634.908	-	21.634.908
Equivalentes a caixa	-	-	-	86.020.490	-	86.020.490
	5.837.936	-	-	372.951.311	1.598.277	380.387.524

IF: Instrumentos financeiros

AF: Ativos financeiros

De seguida apresentam-se os ativos e passivos mensurados ao justo valor a 31 de dezembro de 2016 e 2015, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor previstos na IFRS 13:

- i. Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência do balanço consolidado;
- ii. Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação. Os principais inputs dos modelos utilizados são observáveis no mercado;
- iii. Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais inputs não são observáveis no mercado.

Hierarquia de justo valor	31/12/16				31/12/15			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros								
Derivados de cobertura	-	147.542	-	147.542	-	64.082	-	64.082
	-	147.542	-	147.542	-	64.082	-	64.082
Passivos financeiros								
Derivados de cobertura	-	3.361.828	-	3.361.828	-	5.837.936	-	5.837.936
	-	3.361.828	-	3.361.828	-	5.837.936	-	5.837.936

Tecnologias de informação

A sofisticação das tecnologias de informação implementadas na SUMOL+COMPAL ao longo dos últimos anos, tem permitido ganhos de eficiência mas também um incremento da dependência das mesmas. O seu impacto pode ser visto em dois planos: (i) eventos nas infraestruturas que provoquem rutura no seu normal funcionamento e consequentemente um prejuízo sério pelo facto de não ser possível assegurar um nível normal e eficiente das operações, afetando clientes, processos de produção, distribuição, faturação, etc. e (ii) geração e controlo de conteúdos de informação, quer seja pela ausência de informação económica, financeira, contabilística e fiscal mínima necessária para o cumprimento de requisitos legais, monitorização da atividade ou suporte à decisão, quer seja, pela manutenção dos controlos de acesso e divulgação de quem usa a informação.

Os eventos que podem dar origem a este tipo de riscos podem sobretudo derivar de (i) requisitos de sistemas e rede inadequadamente definidos e/ou implementados, da (ii) quebra de segurança física de equipamentos, da (iii) quebra nos serviços prestados por terceiros, havendo a prática, indispensável, de manter competências internas suficientes para não criar dependência funcional de nenhuma entidade externa, da (iv) falha na gestão de acessos lógicos à infraestrutura, da (v) falha na operação e monitorização das infraestruturas e da (vi) falha na gestão de backups.

A SUMOL+COMPAL está ciente que, embora pouco provável, qualquer evento que perigues a plataforma informática poderá ter consequências muito graves. Por essa razão são mantidos um conjunto de procedimentos e práticas de mitigação da probabilidade de ocorrência, nomeadamente:

- i. Não havendo sistemas de informação invioláveis, estão montados os procedimentos de segurança julgados adequados, nomeadamente através da manutenção de *firewalls*, de uma *virtual private network* apenas acessível com os códigos de utilizador e *password*, de um *intrusal detector system* e de uma política de *passwords* forte ao nível de equipamentos de gestão da rede de dados, de servidores e de equipamentos pessoais;

- ii. Sistema de gestão de *storage* e de backup avançado que permite, para as aplicações críticas da SUMOL+COMPAL, uma eliminação quase completa do risco de perda de dados e uma diminuição muito significativa do tempo previsto para operações de *recovery* em quaisquer circunstâncias porque no processo que suporta esse sistema está incluída a manutenção de réplicas das bases de dados críticas e cópias de segurança dos dados geograficamente deslocalizadas, aptas para serem colocadas a funcionar no *datacenter* de DRS;
- iii. Utilização de sistemas *cluster* de alta disponibilidade para os servidores que suportem aplicações críticas ao negócio;
- iv. Política restritiva na gestão de *desktops* e *laptops*, política essa que inclui a inibição de instalação pelos utilizadores de qualquer tipo de software. Este procedimento garante a certificação prévia de todo o software pela área dos sistemas de informação da Empresa e a ausência de software não licenciado.

Quanto ao risco de acesso a informação não necessária, partilhada com terceiros ou retenção pelo próprio colaborador, está em fase de implementação de uma nova política de classificação da informação e dos perfis de acesso pelos colaboradores suportada por plataforma informática específica.

1. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2016 e 2015, são as seguintes:

Denominação social	Sede social	Atividade principal	Detentor	31/12/16				31/12/15			
				Percentagem de capital detido							
				Direta	Efetiva	Direta	Efetiva	Direta	Efetiva	Direta	Efetiva
Empresa-mãe:											
Sumol+Compal, S.A.	Carnaxide	Produção de bebidas									
Subsidiárias:											
Companhia Geral de Bebidas de Angola, Lda. ("CGBA")	Luanda	Distribuição de bebidas	S+Cm	-%	45,090 %	-%	45,090 %	-%	45,090 %	-%	
D2C Unipessoal, Lda. ("D2C")	Carnaxide	Comércio via Internet	S+Cm	-%	50,100 %	-%	50,100 %	-%	50,100 %	-%	
Servicom Alimentaria, S.A.	Madrid	Distribuição alimentar	S+Cm	-%	50,100 %	-%	50,100 %	-%	50,100 %	-%	
Sociedade Agrícola Castro Verde, Lda. ("SACV")	Gouveia	Agricultura	(a)	6,900 %	51,990 %	6,900 %	51,990 %	6,900 %	51,990 %	6,900 %	
Sumol+Compal África, S.G.P.S., Lda ("S+Caf")	Carnaxide	Gestão de participações	(b)	-%	50,100 %	-%	50,100 %	-%	50,100 %	-%	
Sumol+Compal Angola, S.A. ("S+Cao")	Luanda	Produção de bebidas	S+Caoi	-%	25,095 %	-%	25,095 %	-%	25,095 %	-%	
Sumol+Compal Angola Invest, S.A. ("S+Caoi")	Carnaxide	Gestão de participações	S+Cint	-%	25,100 %	-%	25,100 %	-%	25,100 %	-%	
Sumol+Compal Internacional, S.G.P.S., Lda ("S+Cint")	Carnaxide	Gestão de participações	S+Cm	-%	50,100 %	-%	50,100 %	-%	50,100 %	-%	
Sumol+Compal Marcas, S.A. ("S+Cm")	Carnaxide	Produção de bebidas	S+C	50,100 %	50,100 %	50,100 %	50,100 %	50,100 %	50,100 %	50,100 %	
Sumol+Compal Moçambique, S.A. ("S+Cmz")	Maputo	Distribuição de bebidas	(c)	-%	49,965 %	-%	49,965 %	-%	49,965 %	-%	
Worldwideo, Unipessoal, Lda. ("WWC")	Funchal	Distribuição de bebidas	S+Cm	-%	50,100 %	-%	50,100 %	-%	50,100 %	-%	

Percentagem efetiva de capital detido pela S+C

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as percentagens efetivas das participações assinaladas com as alíneas (a) a (c) resultam dos seguintes efeitos conjugados:

(a) direta da SUMOL+COMPAL e indireta de 45,09% da S+Cm;

(b) indiretas de 45,09% da S+Cint e de 5,01% da S+Cm;

(c) indiretas de 33,6245% da S+Caf, de 16,3404% da S+Cm e de 0,0001% da S+Cint.

Tal como o previsto na IFRS 10 e no contexto da definição de controlo explicitada nas políticas contabilísticas (investimentos financeiros em subsidiárias), estas empresas foram incluídas na consolidação pelo método integral uma vez que o controlo destas é exercido pela SUMOL+COMPAL.

Informações de acordo com a alínea d) do n.º 5 do Artigo 508º-C do Código das Sociedades Comerciais:

	Número	Valor	%
Ações próprias	168	1	0,0003
	168		0,0003

2. EMPRESAS ASSOCIADAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não existem saldos de investimentos financeiros em empresas associadas.

3. COMPARABILIDADE E ALTERAÇÕES OCORRIDAS NO GRUPO

Não se verificaram modificações na estrutura do Grupo nem factos materiais que alterem a comparabilidade das demonstrações financeiras apresentadas para os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

4. GOODWILL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o movimento ocorrido na quantia escriturada do goodwill (Nota 39), bem como nas respetivas perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	31/12/16			31/12/15				
	Saldo inicial	Aumento/ diminuição	Perdas impar.	Saldo final	Saldo inicial	Aumento/ diminuição	Perdas impar.	Saldo final
Goodwill na compra da:								
- Compal (Fase 1)	70.764.337	-	-	70.764.337	70.764.337	-	-	70.764.337
- Sumol GM	25.288.686	-	-	25.288.686	25.288.686	-	-	25.288.686
- Compal (Fase 2)	17.400.831	-	-	17.400.831	17.400.831	-	-	17.400.831
	113.453.854	-	-	113.453.854	113.453.854	-	-	113.453.854

O Grupo descontinuou a amortização do goodwill a partir de 1 de janeiro de 2005 (conforme referido na respetiva política contabilística) e testou-o quanto a imparidade de acordo com a IAS 36.30 e seguintes, pelo cálculo do valor de uso de uma unidade geradora de caixa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados.

As origens destes três itens de goodwill referem-se, respetivamente:

- i. à compra do anterior Grupo Compal (Fase 1), que compreendia atividades de produção e comercialização de sumos, néctares e águas com gás. Este goodwill foi registado aquando do reconhecimento do imposto diferido passivo resultante da concentração de atividades descrita na narrativa da rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” (Nota 5);
- ii. à compra da anterior Sumol GM, que compreendia a atividade de produção de refrigerantes, sumos e néctares, bem como todas as atividades de exportação do anterior Grupo Sumol;
- iii. à compra do anterior Grupo Compal (Fase 2), que compreendia atividades de produção e comercialização de sumos, néctares e águas com gás.

De acordo com a IAS 36, o goodwill é testado quanto à imparidade pelo cálculo do valor de uso de uma unidade geradora de caixa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados.

Tendo em conta que aqueles valores resultaram de operações realizadas em diferentes momentos e, bem assim, contextos distintos, e que as atividades inerentes a tais operações foram sucessivamente alteradas e reconfiguradas, é hoje inexecutável aferir com rigor os fluxos das unidades geradoras de caixa então existentes específicos de cada uma daquelas operações.

A SUMOL+COMPAL tem defendido que a avaliação dos itens de goodwill correspondentes às aquisições das anteriores Sumol GM e Compal apenas tem sentido quando realizada conjuntamente, na medida em que os potenciais de crescimento de cada uma delas é, hoje, indivisível. Neste sentido, o teste de imparidade ao goodwill é baseado na avaliação da Empresa enquanto agregadora das unidades geradoras de caixa, na qual se encontram afetos os ativos que contêm aquelas quantias escrituradas. Do mesmo modo, o goodwill resultante do imposto diferido é testado quanto à imparidade em simultâneo com os ativos que lhe estão subjacentes.

Pelo exposto, realizou-se o teste de imparidade em 31 de dezembro de 2016 para aqueles três itens de goodwill com base nos seguintes pressupostos:

- i. as estimativas dos fluxos futuros de tesouraria foram preparadas no âmbito do trabalho desenvolvido por entidade não relacionada aquando da avaliação das marcas;
- ii. foi utilizada a taxa de desconto de 7,6% na atualização dos fluxos de tesouraria, a qual resulta da ponderação das taxas de desconto calculadas especificamente para os mercados onde a SUMOL+COMPAL desenvolve as suas atividades, nomeadamente Portugal, Angola e Moçambique;
- iii. definiu-se a taxa de crescimento implícita na perpetuidade em 1,29%, também resultante da ponderação das diferentes taxas de crescimento perspetivadas para as três geografias acima referidas;
- iv. para o período de 2017 a 2021 são estimados, respetivamente, cash-flows livres de 20,5 milhões de euros, 22,7 milhões de euros, 32,4 milhões de euros, 33,1 milhões de euros e 36,7 milhões de euros.

Do teste resulta que o valor recuperável obtido comporta o valor escriturado dos ativos que incorporam aqueles itens de goodwill, concluindo-se que não há lugar ao registo de qualquer perda de valor destes em 2016.

5. ATIVO INTANGÍVEL

No período findo em 31 de dezembro de 2016, o movimento ocorrido no valor do ativo intangível (Nota 39), bem como nas respetivas amortizações (Nota 39) e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	01/01/16		31/12/16		
	Saldo inicial	Adições	Alienações e abates	Transfer.	Saldo final
Ativo bruto:					
Propriedade industrial e outros direitos	284.768.616	-	-	-	284.768.616
Direitos contratuais	34.965.351	3.063.945	-	-	38.029.296
Direitos de superfície	4.576.151	-	-	(926.154)	3.649.997
	324.310.118	3.063.945	-	(926.154)	326.447.909

	01/01/16		31/12/16			
	Saldo inicial	Amortiz. exercício	Perdas imparidade	Alien. e abates	Transfer.	Saldo final
Amortizações e perdas de imparidade acumuladas:						
Propriedade industrial e outros direitos	(1.871.418)	-	-	-	-	(1.871.418)
Direitos contratuais	(32.035.219)	(4.667.583)	-	-	-	(36.702.802)
Direitos de superfície	-	(331.186)	-	-	-	(331.186)
	(33.906.637)	(4.998.769)	-	-	-	(38.905.406)

A rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” corresponde, essencialmente, ao montante atribuído às marcas no âmbito da concentração de atividades empresariais. No período findo em 31 de dezembro de 2016, o seu valor apresenta o seguinte detalhe:

	31/12/16		
Descrição do ativo	Ativo bruto	Amortiz. acumulada	Quantia escriturada
Compal	234.988.531	-	234.988.531
Frize	23.939.201	-	23.939.201
Um Bongo	23.296.081	-	23.296.081
B!	673.385	-	673.385
	282.897.198	-	282.897.198
Outros	1.871.418	(1.871.418)	-
	284.768.616	(1.871.418)	282.897.198

As marcas cuja quantia escriturada no período findo em 31 de dezembro de 2016 totalizam 282.897.198 euros não se encontram a ser amortizadas. Contudo foram testadas quanto à imparidade, no âmbito da IAS 36, pelo cálculo do valor de uso de uma unidade geradora de caixa utilizando o método dos fluxos de caixa descontados, com base nos seguintes elementos:

- i. em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a quantia escriturada ascendia a 282.897.198 euros;
- ii. o trabalho de avaliação das marcas em 2016 foi desenvolvido por entidade não relacionada;
- iii. a quantia recuperável foi estimada a partir da informação financeira previsional quinzenal, com início em 2017 e aprovada pelo Conselho de Administração, incluindo

as sinergias e a expansão do negócio esperadas nos diferentes mercados relevantes onde a SUMOL+COMPAL desenvolve a sua atividade e afeta recursos;

- iv. as projeções económicas pressupõem a continuidade no tempo das atividades, pelo que foram determinadas as respetivas perpetuidades;
- v. o valor dos parâmetros mencionados no ponto anterior foi obtido, por um lado, pelo conhecimento que o Grupo tem do negócio (reflexo da sua experiência passada) e da evolução dos mercados relevantes para as empresas e, por outro, pela aplicação do método específico da entidade que não é parte relacionada.

Do trabalho resultam valorizações para a totalidade das marcas detidas pela SUMOL+COMPAL de 635,9 milhões de euros para sumos e néctares, 116,8 milhões de euros para bebidas refrescantes, 60,8 milhões de euros para águas e 13,7 milhões de euros para vegetais e derivados de tomate. Apenas se encontram escrituradas no ativo as marcas provenientes do processo de integração da ex-Compal, conforme indicado no quadro acima.

Em resultado, o valor de uso obtido para cada marca mantém-se acima do valor escriturado, concluindo-se que não há lugar ao registo de qualquer perda de valor das marcas.

6. ATIVO TANGÍVEL

No período findo em 31 de dezembro de 2016, o movimento ocorrido no valor do ativo tangível (Nota 39), bem como nas respetivas depreciações (Nota 39) e perdas de imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	01/01/16		31/12/16		
Ativo bruto:	Saldo inicial	Adições	Alienações e abates	Transfer. e regulariz.	Saldo final
Propriedades	20.541.795	-	(2.982.275)	-	17.559.520
Instalações	112.078.574	1.913.988	(1.608.429)	(312.102)	112.072.031
Equipamento básico	157.954.640	2.975.510	(237.414)	7.543.870	168.236.606
Equipamento de transporte	5.346.149	669.508	(160.524)	156.447	6.011.580
Equipamento administrativo	17.320.735	799.568	(119.792)	(147.790)	17.852.721
Outros equipamentos	52.953.028	1.224.107	(551.595)	(105.913)	53.519.627
Ativos tangíveis em curso	13.371.493	4.098.072	-	(10.230.798)	7.238.767
	379.566.414	11.680.753	(5.660.029)	(3.096.286)	382.490.852

	01/01/16		31/12/16			
Depreciações e perdas de imparidade acumuladas	Saldo inicial	Deprec. do período	Perdas imparidade	Alienações e abates	Transfer. e regulariz.	Saldo final
Instalações	(70.796.371)	(4.138.335)	-	956.496	76.040	(73.902.170)
Equipamento básico	(137.370.629)	(4.621.154)	-	334.450	306.908	(141.350.425)
Equipamento de transporte	(4.459.550)	(517.170)	-	123.096	145.653	(4.707.971)
Equipamento administrativo	(16.082.884)	(970.257)	-	131.343	28.911	(16.892.887)
Outros equipamentos	(51.332.262)	(867.786)	-	564.205	62.753	(51.573.090)
	(280.041.696)	(11.114.702)	-	2.109.590	620.265	(288.426.543)

O ativo tangível em curso apresentava, em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte composição:

	31/12/16	31/12/15
Linhas de produção	6.475.987	12.974.947
Instalações	381.474	152.876
Sistemas de informação	365.438	157.789
Outros	15.868	85.881
	7.238.767	13.371.493

No período findo em 31 de dezembro de 2016, o valor de aquisição dos ativos tangíveis detidos pelo Grupo no âmbito de contratos de locação financeira ascendia a 3.463.197 euros, sendo a respetiva quantia escriturada, nessa data, de 2.110.653 euros, conforme quadro abaixo:

	31/12/16		
Descrição do bem	Ativo bruto	Amortiz. acumul.	Quantia escritur.
Equipamento básico	2.285.503	(540.605)	1.744.898
Equipamento de transporte	166.000	(166.000)	-
Equipamento administrativo	645.939	(645.939)	-
Ativos tangíveis em curso	365.755	-	365.755
	3.463.197	(1.352.544)	2.110.653

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores (nominais e presentes) das rendas vincendas decorrentes de contratos de locação financeira eram os a seguir apresentados:

Descrição do equipamento	2016				2015	
	Contrato		Valor		Valor	
	Início	Fim	Nominal	Presente	Nominal	Presente
Não mais de um ano:						
Equipamento de transporte	25/11/11	25/11/16	-	-	27.932	27.166
Equipamento de transporte	15/12/11	15/12/16	-	-	6.131	5.954
Equipamento de transporte	20/06/13	20/06/16	-	-	3.960	3.905
Equipamento de transporte	01/07/13	01/07/16	-	-	10.397	10.238
Equipamento de transporte	15/12/13	15/12/16	-	-	17.753	17.338
Equipamento administrativo	22/03/14	22/02/18	116.032	113.101	116.032	113.101
Equipamento administrativo	01/04/15	01/03/19	60.834	59.348	45.626	44.731
Equipamento básico	08/10/15	10/07/20	174.648	172.080	78.762	77.220
Equipamento básico	01/12/15	01/01/21	37.999	37.435	52.508	51.892
Equipamento básico	26/12/15	20/12/20	397.345	391.274	397.345	391.008
			786.858	773.238	756.446	742.553
Mais de um ano e não mais de cinco anos:						
Equipamento administrativo	22/03/14	22/02/18	19.339	18.334	135.371	125.350
Equipamento administrativo	01/04/15	01/03/19	76.143	71.042	136.977	126.568
Equipamento básico	08/10/15	01/11/20	494.911	462.791	313.686	288.974
Equipamento básico	01/12/15	01/01/21	117.489	109.410	133.640	123.494
Equipamento básico	26/12/15	20/12/20	1.191.162	1.108.332	1.595.410	1.457.950
			1.899.044	1.769.909	2.315.084	2.122.336
			2.685.902	2.543.147	3.071.530	2.864.889

7. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe da rubrica “Outros investimentos financeiros” (Nota 39) era o que consta do quadro que se segue:

Outros investimentos financeiros	31/12/16	31/12/15
Fundo de Compensação do Trabalho	20.658	10.714
Embopar	17.459	17.459
Refrigor (Brasil)	10.057	10.057
Dispar	8.230	8.230
Centro Técnico de Citricultura	7.500	7.500
Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica	7.482	7.482
Codal	5.487	5.487
Eurodietética	2.494	2.494
Companhia Térmica Compal – sociedade em liquidação	2.095	2.095
Outros	5.901	5.901
	87.363	77.419

8. DÍVIDAS COMERCIAIS DE LONGO PRAZO A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as dívidas comerciais de longo prazo a receber apresentavam a seguinte composição:

	31/12/16	31/12/15
Outros devedores (a)	116.354	275.312
Cauções de vasilhame (b)	1.672.718	1.484.021
	1.789.072	1.759.333

(a) Empréstimos concedidos a clientes.

(b) Valores de caução de vasilhame pagos a fornecedores realizáveis no momento da devolução física do mesmo.

9. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica (Nota 39) tinha a seguinte composição:

	31/12/16	31/12/15
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	24.601.165	16.612.069
Produtos acabados e mercadorias	15.738.603	23.599.017
	40.339.768	40.211.086

No balanço consolidado e na demonstração dos resultados consolidados, as rubricas “Mercadorias” e “Produtos Acabados” encontram-se agregados na mesma linha. Este procedimento decorre do facto de ocorrerem movimentos internos, entre as empresas intervenientes no processo de consolidação, de bens que assumem para umas a natureza de produtos acabados e para outras, correspondentemente, a de mercadorias, tornando complexa a individualização de cada uma delas.

10. DÍVIDAS COMERCIAIS DE CURTO PRAZO A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31/12/16	31/12/15
Clientes	49.602.906	43.487.135
Entidades relacionadas	29.568	12.462
Outros devedores	7.590.716	7.095.904
	57.223.190	50.595.501

No final do período findo em 31 de dezembro de 2016, o Grupo tinha escriturado no seu ativo um desreconhecimento de créditos de curto prazo sobre clientes no valor aproximado de 5,4 milhões de euros, decorrente de uma transmissão daqueles no mesmo montante (operação de factoring sem recurso). No período findo em 31 de dezembro de 2015, aquele valor ascendia a cerca de 6,3 milhões de euros.

Nas mesmas datas, o detalhe de “Outros devedores” era o abaixo evidenciado:

	31/12/16	31/12/15
Documentos em receção e conferência	3.923.462	2.292.537
Dívidas de clientes	2.978.715	3.497.972
Pessoal	194.692	143.866
Instrumentos financeiros derivados (“forwards” cambiais)	147.542	64.082
Empréstimos a clientes	117.006	110.250
Atividades CNA	91.762	709.683
Regularizações de IVA	54.940	34.667
Fornecedores (outras operações)	45.535	45.535
Alienação de ativos tangíveis	20.851	181.101
Letras descontadas	16.211	16.211
	7.590.716	7.095.904

11. ATIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31/12/16	31/12/15
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a recuperar	2.089.679	1.575.640
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC)	949.291	1.112.598
Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	209.328	209.328
Outros	109.428	106.912
	3.357.726	3.004.478

12. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros ativos correntes” apresentava o seguinte detalhe:

	31/12/16	31/12/15
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Cooperativo PI e Damm	2.098.183	1.766.503
Comparticipações Lipton	415.427	263.699
Comparticipações Unilever Jerónimo Martins	414.645	909.351
Rappel por receber de fornecedores	411.712	180.151
Fornecimentos e serviços externos	100.140	332.104
Publicidade e propaganda	87.410	7.738
	3.527.517	3.459.546
Gastos a reconhecer:		
Juros antecipados	428.475	143.494
Seguros	360.490	277.971
Fornecimentos e serviços externos	164.864	160.010
Publicidade e propaganda	33.036	179.033
Rendas antecipadas	13.739	141.769
	1.000.604	902.277
Outros:		
Adiantamentos a fornecedores	2.886.864	320.377
	2.886.864	320.377
	7.414.985	4.682.200

13. CAIXA E EQUIVALENTES A CAIXA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe de caixa e equivalentes a caixa era o seguinte:

		31/12/16	31/12/15
	Tx. efetiva		Saldos
Caixa e equivalentes a caixa:			
Numerário		27.114	16.905
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis		16.964.647	17.042.522
		16.991.761	17.059.427
Descobertos bancários e contas caucionadas a)	3,84 %	(22.877.166)	(86.020.490)
		(5.885.405)	(68.961.063)

a) Inclui linhas contratadas em Portugal, Angola e Moçambique.

No período findo em 31 de dezembro de 2016, o saldo dos depósitos bancários imediatamente mobilizáveis inclui 8,9 milhões de euros detidos por subsidiárias que operam em países onde se aplicam atualmente controlos sobre trocas monetárias e restrições à obtenção de moeda forte (USD) e funcional (euro).

14. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o capital social da SUMOL+COMPAL, integralmente subscrito e realizado, encontrava-se representado por 60.499.364 ações ordinárias, sendo a estrutura acionista a seguinte:

	31/12/16		31/12/15	
	N.º ações	%	N.º ações	%
Refrigor				
Diretamente	51.093.581	84,45 %	51.093.581	84,45 %
Indiretamente	5.518.891	9,12 %	5.518.891	9,12 %
	56.612.472	93,57 %	56.612.472	93,57 %
Ações próprias:				
S+C	168	-%	168	-%
	168	-%	168	-%
Outros:				
Ações dispersas em bolsa	3.886.724	6,43 %	3.886.724	6,43 %
	3.886.724	6,43 %	3.886.724	6,43 %
	60.499.364	100,00 %	60.499.364	100,00 %

As reservas incluídas no capital próprio da SUMOL+COMPAL em 31 de dezembro de 2016 e 2015 apresentavam as naturezas e finalidades abaixo apresentadas:

Excedentes de revalorização

Os excedentes de revalorização resultam do incremento líquido do valor contabilístico dos itens do ativo tangível, no âmbito dos processos de reavaliação de acordo com os Princípios Contabilísticos Geralmente Aceites anteriores (custo considerado na data de transição). Aos excedentes de revalorização é aplicável o regime da reserva legal, na medida em que não forem necessários para cobrir prejuízos já acusados no balanço.

Reserva legal

O Código das Sociedades Comerciais estabelece que pelo menos 5% do resultado positivo anual é destinado à constituição ou reforço da reserva legal até que represente, no mínimo, 20% do capital social. A reserva legal só pode ser utilizada para cobertura da parte dos prejuízos acumulados que não o possam ser através do resultado positivo do período ou de outras reservas, por um lado, ou para incorporação no capital, pelo outro.

Reserva cambial

Esta reserva é originada na transposição das demonstrações financeiras das subsidiárias cuja moeda de reporte difira da moeda funcional do Grupo (euro).

No processo de transposição, os valores ativos e passivos em moeda local são convertidos para euro utilizando as taxas de câmbio à data do balanço. Os rendimentos e gastos são transpostos com os contravalores das datas da transação, caso a informação se encontre disponível, ou, caso não esteja, aplicando a taxa média do período.

A diferença cambial originada neste processo é escriturada na rubrica “Reserva cambial” do capital próprio.

Outras reservas

Nesta rubrica estão incluídas as reservas estatutárias, as livres, os prémios de emissão de ações e os resultados acumulados.

Reservas estatutárias

As reservas desta natureza decorrem das disposições estatutárias ao longo da existência da SUMOL+COMPAL nos sucessivos contextos da estrutura societária.

Reservas livres

As reservas livres são constituídas por livre deliberação da Assembleia-Geral, não tendo uma finalidade específica.

Prémios emissão de ações

Os prémios desta natureza resultam da diferença entre o valor subscrito e o valor nominal das ações emitidas, não podendo este exceder o montante das entradas dos acionistas. Aos prémios de emissão de ações é aplicável o regime da reserva legal.

Resultados retidos

Os resultados retidos correspondem ao somatório dos lucros (se positivo) ou somatório dos prejuízos (se negativo) acumulados relativos a períodos anteriores que, como a própria rubrica sugere, ficaram retidos na entidade.

15. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os interesses não controlados apresentavam a seguinte estrutura:

Detentor	Sociedade	31/12/16				31/12/15	
		Percentagem de capital detido					
		Direta	Efetiva	Direta	Efetiva	Direta	Efetiva
Copagef	CGBA	-%	44,910 %	-%	44,910 %	-%	44,910 %
	D2C	-%	49,900 %	-%	49,900 %	-%	49,900 %
	Servicom	-%	49,900 %	-%	49,900 %	-%	49,900 %
	SACV	-%	44,910 %	-%	44,910 %	-%	44,910 %
	S+Caf	-%	49,900 %	-%	49,900 %	-%	49,900 %
	S+Cao	-%	24,995 %	-%	24,995 %	-%	24,995 %
	S+Caoi	-%	25,000 %	-%	25,000 %	-%	25,000 %
	S+Cint	-%	49,900 %	-%	49,900 %	-%	49,900 %
	S+Cm	49,900 %	49,900 %	49,900 %	49,900 %	49,900 %	49,900 %
	S+Cmz	-%	49,765 %	-%	49,765 %	-%	49,765 %
	WWC	-%	49,900 %	-%	49,900 %	-%	49,900 %
	José Filipe Serpa Pimentel Barros Virgolino	CGBA	10,000 %	10,000 %	10,000 %	10,000 %	10,000 %
	Herdeiros de Manuel Jacinto Alves	SACV	3,100 %	3,100 %	3,100 %	3,100 %	3,100 %
Alexandre Lemos de Matos	S+Cao	0,005 %	49,895 %	0,005 %	49,895 %	0,005 %	
	S+Caoi	49,900 %	49,900 %	49,900 %	49,900 %	49,900 %	
Adolfo Manuel da Silva Correia	S+Cmz	0,270 %	0,270 %	0,270 %	0,270 %	0,270 %	
Outros	S+Cao	0,015 %	0,015 %	0,015 %	0,015 %	0,015 %	

16. EMPRÉSTIMOS DE MÉDIO E LONGO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Médio e longo prazo	31/12/16		31/12/15
	Tx. efetiva	Saldos	
Empréstimos bancários	4,12 %	151.747.717	102.980.182
Contas caucionadas	3,26 %	5.940.382	-
Papel comercial	2,71 %	30.000.000	25.000.000
Locação financeira	3,00 %	1.820.611	2.181.637
		189.508.710	130.161.819

A exposição ao risco de taxa de juro é avaliada periodicamente, tendo sido contratados instrumentos de cobertura de fluxos de caixa (Nota 17). As taxas efetivas apresentadas refletem o efeito destes instrumentos (*swaps*).

Nas mesmas datas e atendendo à respetiva natureza e maturidade, a dívida remunerada não corrente, denominada em euros, tinha o seguinte plano de reembolso previsto:

Médio e longo prazo	31/12/15	31/12/15
2017	-	32.728.974
2018	20.393.974	76.452.651
2019	43.597.924	20.515.537
2020	18.576.069	464.657
2021	18.003.491	-
2022	40.940.382	-
2023	12.500.000	-
2024	35.496.870	-
	189.508.710	130.161.819

Em fevereiro foi concluído o processo de negociação com duas instituições bancárias financiadoras do Grupo, envolvendo um total de cerca de 210 milhões de euros de dívida contratada. O resultado final dotou a SUMOL+COMPAL de uma estrutura de financiamento mais adequada às necessidades e perfil da sua atividade, ajustando e estendendo a maturidade e os planos de reembolso dos montantes financiados.

17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS E CONTABILIDADE DE COBERTURA

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o Grupo tinha reconhecido os seguintes derivados financeiros (Notas 18 e 30):

Hierarquia de justo valor	31/12/16				31/12/15			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros								
Derivados de cobertura	-	147.542	-	147.542	-	64.082	-	64.082
	-	147.542	-	147.542	-	64.082	-	64.082
Passivos financeiros								
Derivados de cobertura	-	3.361.828	-	3.361.828	-	5.837.936	-	5.837.936
	-	3.361.828	-	3.361.828	-	5.837.936	-	5.837.936

O Grupo contrata *swaps* de taxa de juro para cobrir o risco de taxa de juro inerente aos pagamentos futuros de empréstimos. No período findo em 31 de dezembro de 2016, o montante nominal de empréstimos com coberturas associadas ascendia a 57 milhões de euros (73 milhões de euros no período findo em 31 de dezembro de 2015).

O risco coberto é o indexante da taxa variável associada aos empréstimos (cobertura de fluxos de caixa). O objetivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa. O montante de gastos financeiros reconhecidos no período findo em 31 de dezembro de 2016 foi de 2.671 milhares de euros (2.941 milhares de euros no período findo em 31 de dezembro de 2015).

O Grupo efetua também cobertura económica e contabilística do risco cambial inerente à exposição USD, resultante da compra de matérias-primas em moeda estrangeira. No período findo em 31 de dezembro de 2016, o montante coberto ascendia a 2 milhões de USD (3 milhões de USD no período findo em 31 de dezembro de 2015). O risco coberto é o da flutuação da taxa de câmbio, associada a transações altamente prováveis (cobertura de fluxos de caixa).

À data do fecho do exercício estavam contratados instrumentos de cobertura cambial no montante de 2 milhões de USD, assegurando assim a cobertura de cerca de 30% dos montantes a liquidar em USD estimados em 2017 (período em que se espera que ocorram os fluxos de caixa e os lucros ou prejuízos).

No período findo em 31 de dezembro de 2016 foram removidos 83 milhares de euros do capital próprio, tendo os mesmos sido incluídos na demonstração dos resultados na rubrica de diferenças de câmbio favoráveis.

À data do fecho do exercício estavam contratados instrumentos de cobertura de taxa de juro (*swaps*), esperando-se que os fluxos de caixa deles decorrentes ocorram entre 2017 e 2018, nos montantes de 2.072 e 1.290 milhares de euros, correspondentemente (o reconhecimento na demonstração dos resultados é coincidente).

No período findo em 31 de dezembro de 2016 foram removidos 2.671 milhares de euros do capital próprio, os quais foram incluídos na demonstração dos resultados na rubrica de juros suportados (Nota 31).

18. DÍVIDAS COMERCIAIS DE LONGO PRAZO A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, as dívidas comerciais de longo prazo a pagar apresentavam a seguinte composição:

	31/12/16	31/12/15
Instrumentos financeiros derivados ("swaps")	3.361.828	5.837.936
Outros	501.107	60.608
	3.862.935	5.898.544

19. PROVISÕES E PERDAS DE IMPARIDADE ACUMULADAS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016, a variação nas perdas de imparidade e provisões acumuladas foi a seguinte:

					2016
Rubricas	Saldo inicial	Reforço	Utilização	Reversão	Saldo final
Perdas de imparidade:					
Em outros investimentos financeiros	(39.156)	-	39.156	-	-
Em inventários (Nota 26)	(415.999)	(510.975)	2.913	407.378	(516.683)
Em clientes de cobrança duvidosa (Nota 26)	(18.022.970)	(552.738)	(32.164)	141.241	(18.466.631)
Em outras dívidas de terceiros	(594.980)	-	-	30.000	(564.980)
	(19.073.105)	(1.063.713)	9.905	578.619	(19.548.294)
Provisões	(1.701.041)	(2.199.435)	-	-	(3.900.476)
	(20.774.146)	(3.263.148)	9.905	578.619	(23.448.770)

No período findo em 31 de dezembro de 2016, foram reconhecidas perdas por imparidade nas classes de ativos “Inventários” e “Clientes de cobrança duvidosa”, as quais foram estimadas pelo Grupo com base na sua experiência, na análise de risco de obsolescência e na sua avaliação da conjuntura e envolventes económicas. A manutenção de uma conjuntura económica exigente tem associada a incapacidade de alguns clientes liquidarem as suas obrigações decorrentes das vendas de produtos e das prestações de serviços efetuadas pelo Grupo.

No final do período findo em 31 de dezembro de 2016, as provisões referem-se a disputas legais com colaboradores, clientes, distribuidores e autoridade tributária (questões laborais, comerciais e fiscais, correspondentemente). O reforço no período refere-se fundamentalmente a provisões para fazer face a riscos relacionados com eventos/diferendos de natureza diversa, de cuja resolução poderão resultar saídas de fluxos de caixa. A prestação de informação adicional sobre os processos pode causar prejuízo à posição do Grupo face às restantes partes das disputas, pelo que a SUMOL+COMPAL se abstém de fazer divulgações adicionais.

20. EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Curto prazo	31/12/16		31/12/15
	Tx. efetiva	Saldos	
Empréstimos bancários	4,12 %	17.180.157	25.984.085
Papel comercial	1,32 %	15.000.000	15.000.000
Locação financeira	3,26 %	723.281	676.322
Outros	2,15 %	838.355	-
		33.741.793	41.660.407

A exposição ao risco de taxa de juro é avaliada periodicamente, tendo sido contratados instrumentos de cobertura de fluxos de caixa (Nota 17). As taxas efetivas apresentadas refletem o efeito destes instrumentos (*swaps*).

Em fevereiro foi concluído o processo de negociação com duas instituições bancárias financiadoras do Grupo, envolvendo um total de cerca de 210 milhões de euros de dívida contratada. O resultado final dotou a SUMOL+COMPAL de uma estrutura de financiamento mais adequada às necessidades e perfil da sua atividade, ajustando e estendendo a maturidade e os planos de reembolso dos montantes financiados.

21. DÍVIDAS COMERCIAIS DE CURTO PRAZO A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31/12/16	31/12/15
Fornecedores	72.420.645	78.730.512
Entidades relacionadas	2.622.275	127.463
Outros credores	4.624.677	3.156.515
	79.667.597	82.014.490

Nas mesmas datas, o detalhe de “Outros credores” era o abaixo evidenciado:

	31/12/16	31/12/15
Documentos em receção e conferência	3.856.985	2.308.669
Atividades CNA	736.274	790.062
Letras descontadas	16.159	16.159
Pessoal	12.383	35.951
Retenções de imposto sobre o rendimento	1.814	762
Sindicatos	1.062	1.244
Instrumentos financeiros derivados (“forwards cambiais”)	-	3.668
	4.624.677	3.156.515

22. PASSIVOS POR IMPOSTOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31/12/16	31/12/15
Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC)	1.366.087	2.271.245
Impostos Especiais sobre o Consumo (IEC)	1.135.457	178.514
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a pagar	1.086.885	91.565
Contribuições para a Segurança Social	687.240	724.624
Imposto sobre o Rendimento (IRC/IRS) – retenções na fonte	424.154	427.462
Imposto do Selo (IS)	143.596	68.165
Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	133.880	133.881
	4.977.299	3.895.456

23. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31/12/16	31/12/15
Credores por acréscimos de gastos:		
Publicidade e propaganda	5.820.802	1.451.459
Remunerações e encargos a liquidar	4.603.039	4.323.207
Documentação em trânsito (FSE)	2.317.787	1.352.352
Incentivos	2.313.021	2.549.180
Gastos com o pessoal	2.182.198	1.255.333
Juros a liquidar	320.210	213.611
Instrumentos financeiros derivados	172.212	-
Mercadorias e matérias	150.705	33.306
Reciclagem de embalagens	117.815	52.764
Aperfeiçoamento ativo	-	16.780
Seguros	-	6.387
	17.997.789	11.254.379
Rendimentos a reconhecer:		
Subsídios para investimentos - API	1.144.692	1.273.108
Rappel de fornecedores	112.500	260.248
Comparticipação Damm	49.298	39.173
Subsídios para investimentos - IFADAP	25.473	25.748
	1.331.963	1.598.277
Outros:		
Adiantamentos de clientes	102.188	144.210
	102.188	144.210
	19.431.940	12.996.866

24. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

No período findo em 31 de dezembro de 2016, os 22,9 milhões de euros apresentados na rubrica “Outros passivos financeiros” correspondem ao montante antecipado no âmbito de contratos de factoring, cujo limite global ascende a 35 milhões de euros e cuja duração é de seis meses (automaticamente renovável por iguais períodos). No período findo em 31 de dezembro de 2015, os 21,6 milhões de euros apresentados na rubrica incluem 19,5 milhões de euros contratados de forma idêntica.

No contexto da IAS 39, os contratos em causa não reúnem as condições necessárias para serem considerados como “sem recurso” pelo que, não foram desreconhecidos quaisquer ativos referentes a saldos a receber. A taxa (custo) efetiva subjacente aos contratos está em linha com a média das taxas efetivas associadas às linhas de curto prazo contratadas pela SUMOL+COMPAL.

25. RÉDITOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Réditos” (Nota 39) apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Vendas	346.125.988	332.248.042
Prestações de serviços	9.673.843	9.029.157
	355.799.831	341.277.199

26. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros rendimentos e ganhos” apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Rendimentos suplementares	8.704.521	7.932.777
Reversões de perdas por imparidade (Nota 19)	578.619	605.020
Ganhos em inventários	3.524.057	227.722
Ganhos em alienações de ativos tangíveis	270.704	209.383
Correções relativas a períodos anteriores	466.553	57.366
Subsídios ao investimento	128.691	128.705
Outros rendimentos operacionais	1.430.697	869.528
	15.103.842	10.030.501

Os valores apresentados em rendimentos suplementares referem-se, maioritariamente, a participações de terceiros nos gastos com publicidade e propaganda incorridos pelo Grupo. A rubrica encontra-se ainda influenciada, embora com menor expressão, por rendimentos decorrentes de transportes e da valorização de resíduos para reciclagem.

27. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os valores das rendas pagas reconhecidas como um gasto no período, decorrentes de contratos de locação operacional, foram os constantes do quadro abaixo:

Descrição do equipamento	2016	2015
Empilhadores	695.420	723.349
Veículos automóveis ligeiros de passageiros e de mercadorias	1.814.499	1.827.106
	2.509.919	2.550.455

Nos mesmos períodos, os valores das rendas vincendas decorrentes daqueles contratos eram os constantes do quadro abaixo:

Descrição do equipamento	2016	2015
Não mais de um ano:		
Empilhadores	720.657	689.209
Veículos automóveis ligeiros de passageiros e de mercadorias	1.471.428	1.404.665
	2.192.085	2.093.874
Mais de um ano e não mais de cinco anos:		
Empilhadores	2.342.977	709.085
Veículos automóveis ligeiros de passageiros e de mercadorias	2.657.237	-
	5.000.214	709.085
	7.192.299	2.802.959

Os contratos de locação operacional relativos a empilhadores e a veículos automóveis ligeiros de passageiros e de mercadorias têm a duração média de 48 meses, neles não se encontrando prevista a opção de compra dos bens afetos nem existindo cláusulas de renovação automática.

28. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o detalhe de “Fornecimentos e serviços externos” era, correspondentemente, o seguinte:

	2016	2015
Subcontratos	4.269.622	3.749.587
Trabalhos especializados	6.077.444	6.291.752
Publicidade e propaganda	48.164.403	47.530.467
Vigilância e segurança	915.681	943.972
Conservação e reparação	5.232.352	4.750.407
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	757.076	251.576
Livros e documentação técnica	14.462	13.229
Material de escritório	143.507	127.423
Artigos para oferta	15.299	14.673
Eletricidade	2.984.423	2.976.261
Combustíveis	3.255.155	2.773.712
Água	39.864	41.864
Outros fluidos	75.127	62.600
Deslocações e estadas	1.216.274	1.495.588
Transportes de mercadorias	20.589.374	20.926.742
Rendas e alugueres	7.141.216	7.651.598
Comunicação	675.172	529.210
Seguros	886.795	756.335
Contencioso e notariado	33.000	43.188
Despesas de representação	17.455	35.705
Limpeza, higiene e conforto	1.604.127	1.331.678
Outros	3.457.891	2.712.712
	107.565.719	105.010.279

29. GASTOS COM O PESSOAL

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Gastos com o pessoal” apresentava o detalhe que se segue:

	2016	2015
Remunerações dos órgãos sociais	2.106.597	1.570.520
Remunerações do pessoal	29.363.812	27.193.746
Encargos sobre remunerações	6.220.506	6.014.564
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	214.637	181.120
Gastos de ação social	2.057.141	2.096.381
Outros gastos com pessoal	2.176.143	1.634.514
	42.138.836	38.690.845

O montante apresentado na rubrica “Remunerações dos órgãos sociais”, em ambos os períodos, corresponde às quantias processadas aos administradores e gerentes de todas as empresas incluídas na consolidação, independentemente de o desempenho de funções ser na empresa-mãe ou nas subsidiárias.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o número médio de trabalhadores ao serviço das empresas incluídas na consolidação era o constante do quadro abaixo:

Número médio de trabalhadores	2016	2015
	1.597	1.379

30. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Outros gastos e perdas” apresentava a seguinte composição:

	2016	2015
Abates de inventários	6.144.702	1.324.606
Donativos	538.928	299.933
Impostos	8.246.231	1.433.189
Ofertas e amostras de inventários	361.259	78.658
Quotizações	168.231	147.134
Perdas na alienação de ativos tangíveis	1.383.118	46.686
Correções relativas a períodos anteriores	17.204	319.910
Outros gastos operacionais	983.163	854.238
	17.842.836	4.504.354

O expressivo aumento registado na rubrica “Impostos” resulta, fundamentalmente, do aumento do nível da atividade produtiva em Angola e da consequente tributação em sede do Imposto de Produção e Consumo vigente naquela geografia.

31. RESULTADOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, os resultados financeiros (Nota 39) apresentavam a seguinte composição:

	2016	2015
Outros resultados financeiros:		
Gastos e perdas financeiros:		
Juros de financiamento suportados	(10.831.623)	(11.260.088)
Juros de instrumentos financeiros derivados (<i>swaps</i>) (Nota 17)	(2.670.558)	(2.940.704)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(7.939.909)	(6.190.697)
Descontos de pronto pagamento concedidos	(1.884.434)	(1.755.982)
Outros gastos e perdas financeiros	(1.586.657)	(1.518.332)
	(24.913.181)	(23.665.803)
Rendimentos e ganhos financeiros:		
Juros de financiamento obtidos	139.278	164.027
Diferenças de câmbio favoráveis	4.494.448	5.182.963
Descontos de pronto pagamento obtidos	268.779	244.989
Outros rendimentos e ganhos financeiros	64	-
	4.902.569	5.591.979
	(20.010.612)	(18.073.824)

32. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A SUMOL+COMPAL e as suas subsidiárias sediadas em Portugal encontram-se individualmente sujeitas a tributação em sede de imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) e correspondente Derrama Municipal. Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são refletidos nos resultados do período.

O imposto destas empresas correspondente aos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foi calculado tendo por base a taxa nominal de IRC agregada de 22,5%, que inclui Derrama Municipal. Em ambos os períodos houve o acréscimo da Derrama Estadual nos lucros tributáveis superiores a 1,5 milhões de euros, com três patamares de taxas (3% até 7,5 milhões de euros, 5% entre o valor anterior e 35 milhões de euros e 7% para os montantes superiores).

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas de imposto que se espera virem a estar em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, correspondendo estas às que estiverem aprovadas ou substancialmente aprovadas na data do balanço consolidado. No período findo em 31 de dezembro de 2016, a SUMOL+COMPAL continuou a considerar a taxa agregada de 22,5%.

Os prejuízos fiscais gerados a partir de 2014 podem ser recuperados no período de 12 anos, devendo a sua utilização processar-se por ordem cronológica e apenas até à concorrência de 70% do lucro tributável de cada ano fiscal. A caducidade das anulações ou liquidações adicionais resultantes de correções aos prejuízos fiscais é, desde 2014, de 4 anos.

Os livros, registos contabilísticos, processo de documentação fiscal e correspondente documentação suporte devem ser conservados durante 12 anos.

Às subsidiárias sediadas em jurisdições estrangeiras aplica-se a legislação fiscal dos países em que desenvolvem as suas atividades, sendo as taxas de imposto vigentes em Angola e em Moçambique de, respetivamente, 30% e 32%. Nestas duas geografias, correspondentemente, o período para a dedução de prejuízos fiscais é de 3 e 5 anos.

Durante os exercícios de 2011 a 2014, o Grupo suportou despesas com investigação e desenvolvimento (“I&D”), as quais, no seu entendimento, eram suscetíveis de serem elegíveis para efeitos de aproveitamento do Sistema de Incentivos Fiscais em Investigação e Desenvolvimento Empresarial (“SIFIDE”), previsto na Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, entretanto alterada pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro.

Neste sentido, relativamente aos exercícios de 2011 a 2014, foram emitidas as respetivas declarações, por parte da Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial (“Comissão Certificadora”), relativas à recomendação de créditos fiscais decorrentes de atividades de I&D efetuadas naqueles exercícios, nos montantes de, correspondentemente, 208.279 euros, 196.761 euros, 280.918 euros e 522.720 euros. A candidatura correspondente ao exercício de 2015, no valor de 475.228 euros, foi submetida à Comissão Certificadora, encontrando-se a mesma em apreciação.

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto sobre o rendimento do período (Nota 39), no período findo em 31 de dezembro de 2016, apresenta a seguinte composição:

	2016
Resultados antes de impostos	15.987.990
Taxa nominal de imposto	21,00 %
Imposto esperado	(3.357.478)
Diferenças permanentes:	
Provisões não dedutíveis ou para além dos limites	2.100.000
Ajustamentos em inventários/perdas por imparidade (créditos não dedutíveis) para além dos limites	579.530
Donativos não previstos ou além dos limites legais	154.858
Saldo líquido das mais-valias e das menos-valias contabilísticas	1.163.067
Outros (líquido)	1.067.933
	5.065.388
Taxa nominal de imposto	21,00 %
Efeito no imposto do período	(1.063.731)
Diferenças temporárias:	
Redução de ativos	(6.457)
	(6.457)
Taxa agregada de imposto (nominal + derrama municipal)	22,50 %
Efeito no imposto do período	1.453
Ajustamentos à coleta:	
Tributação autónoma	(276.523)
Derramas	(837.614)
Acertos de liquidações	5.593
	(1.108.544)
Imposto corrente estimado para o período	(5.346.773)
Imposto diferido do período	(181.528)
Imposto do período	(5.528.301)
Taxa efetiva de imposto	34,58 %

No período findo em 31 de dezembro de 2016, os ativos por impostos diferidos e passivos por impostos diferidos ascendiam 2.191.874 euros e 64.523.408 euro, respetivamente, apresentando a seguinte composição:

	31/12/16				31/12/15			
	Saldo inicial	Aumento	Reversão	Saldo final	Saldo inicial	Aumento	Reversão	Saldo final
Ativos por impostos diferidos:								
Prejuízos fiscais reportáveis	1.936.890	420.684	(1.290.294)	1.067.280	1.232.091	1.498.242	(793.443)	1.936.890
Anulação de margens internas	832.972	1.124.594	(832.972)	1.124.594	691.690	832.972	(691.690)	832.972
SIFIDE II	522.720	-	(522.720)	-	-	522.720	-	522.720
	3.292.582	1.545.278	(2.645.986)	2.191.874	1.923.781	2.853.934	(1.485.133)	3.292.582
Passivos por impostos diferidos:								
Goodwill	63.682.497	-	-	63.682.497	63.682.497	-	-	63.682.497
Reavaliações livres	173.147	649.912	(12.281)	810.778	203.417	-	(30.270)	173.147
Reavaliações legais	31.489	-	(1.356)	30.133	34.713	-	(3.224)	31.489
	63.887.133	649.912	(13.637)	64.523.408	63.920.627	-	(33.494)	63.887.133

No final do período o Grupo procedeu à revisão dos prejuízos fiscais suscetíveis de recuperabilidade futura, tendo sido reconhecidos impostos diferidos ativos unicamente sobre estes. A data limite de utilização dos prejuízos fiscais existentes no período findo em 31 de dezembro de 2016 é a apresentada no quadro que se segue:

Jurisdição	Período em que foram gerados	Data limite de utilização	Utilizável	Não utilizável	Total
Espanha	2007	2022	-	3.896.327	3.896.327
Moçambique	2015	2020	2.020.611	-	2.020.611
Portugal	2016	2028	12.288	-	12.288
Moçambique	2016	2021	1.305.997	-	1.305.997
			3.338.896	3.896.327	7.235.223

No período findo em 31 de dezembro de 2013, a Autoridade Tributária e Aduaneira autorizou a dedução de cerca de 16 milhões de euros de prejuízos fiscais cuja utilização implica a revisão das declarações fiscais desde 2006. Destes, cerca de 3 milhões de euros já foram utilizados para os períodos de 2006 e 2007. O imposto diferido ativo referente aos restantes 13 milhões de euros continuou a não ser reconhecido na medida em que não foi possível estimar os impactes prospetivos nas demonstrações financeiras.

Por outro lado, o Grupo não reconheceu impostos diferidos ativos sobre prejuízos fiscais de sociedades nas quais não se estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros fiscais suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto. O montante de imposto diferido ativo que não foi reconhecido ascende a 974.082 euros (prejuízos gerados em Espanha).

Considerando o plano estratégico do Grupo, apoiado em pressupostos de projeção da atividade para os próximos anos, é convicção do Grupo que se irão gerar, em tempo útil, lucros tributáveis futuros suficientes para reverter os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízos fiscais.

33. PARTES RELACIONADAS

A empresa-mãe da SUMOL+COMPAL, que coincide com a entidade controladora final, é a Refrigor (Nota 13).

Os saldos e as transações entre a SUMOL+COMPAL e as suas subsidiárias, que são partes relacionadas da Empresa, foram eliminados no processo de consolidação e, por essa razão, não são divulgadas nesta nota. O detalhe dos saldos e transações entre o Grupo e outras partes relacionadas encontra-se divulgado adiante.

As vendas e as prestações de serviços efetuadas às partes relacionadas, e as aquisições de bens e serviços a estas, foram valorizadas, respetivamente, aos preços praticados habitualmente pelo Grupo a partes não relacionadas e a preços de mercado, podendo, em qualquer dos casos, considerar descontos sobre o volume transacionado e a natureza e especificidade das operações realizadas.

Os saldos existentes com as partes relacionadas não se encontram cobertos por seguros e serão liquidados em dinheiro, não tendo sido dadas ou recebidas quaisquer garantias. No período findo em 31 de dezembro de 2016 não foram reconhecidas quaisquer perdas de imparidade relativamente a montantes devidos por partes relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2016, a lista de partes relacionadas era a seguinte:

Amélia Maria Brito Pires Eusébio

Vogal do Conselho de Administração da Refrigor e da SUMOL+COMPAL.

António Rui Libório Frade

Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL.

António Sérgio Brito Pires Eusébio

Presidente do Conselho de Administração da Refrigor e da SUMOL+COMPAL.

CGBA

Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

D2C

Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto

Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL.

Eufiger

A maioria dos administradores da Eufiger integra o Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL.

Frildo

Todos os gerentes da Frildo integram o Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL.

João António Brito Pires Eusébio

Vogal do Conselho de Administração da Refrigor e da SUMOL+COMPAL.

José Manuel Doutel Jordão

Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL.

José Tomaz Júdice Gamito Pires

Vogal do Conselho de Administração da Refrigor e da SUMOL+COMPAL.

Refrigor

Empresa-mãe da SUMOL+COMPAL.

Servicom

Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

SACV

Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

S+Caf

Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

S+Cao

Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

S+Caoi

Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

S+Cint

Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

S+Cm

Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

S+Cmz

Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

WWC

Subsidiária da SUMOL+COMPAL.

A natureza dos relacionamentos existentes entre as partes relacionadas acima divulgadas era, em 31 de dezembro de 2016, a que a seguir se descreve:

Entre o Grupo e a Eufiger

A Eufiger arrenda à SUMOL+COMPAL e à S+Cm parte do Edifício Vértice, sito na Portela de Carnaxide, freguesia de Carnaxide, concelho de Oeiras.

Entre o Grupo e a Frildo

A Frildo arrenda à SUMOL+COMPAL e à S+Cm parte do Edifício Frildo, sito na Portela de Carnaxide, freguesia de Carnaxide, concelho de Oeiras.

Entre a entidade relatora e a Refrigor

A Refrigor mantém as seguintes relações comerciais significativas com a SUMOL+COMPAL:

- i. recebeu a quantia de 363.849 euros como contrapartida de garantias prestadas no âmbito do contrato de financiamento celebrado com a CGD e o Novo Banco, em 30 de dezembro de 2008;
- ii. recebeu a quantia de 569.039 euros como contrapartida de compromissos assumidos no âmbito dos contratos de engarrafamento e distribuição de várias marcas, em vigor, entre a SUMOL+COMPAL e as sociedades PepsiCo Inc. e Seven-UP Internacional. Estes, pressupõem a manutenção de uma participação acionista de controlo por parte da Refrigor;
- iii. a Sociedade pagou à Refrigor 1.264.203 euros a título da prestação de serviços de utilização parcial das instalações do Edifício Sede, que é propriedade da Refrigor.

Outras informações

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a remuneração dos administradores e outro pessoal-chave da gestão apresentava a seguinte composição:

	31/12/16	31/12/15
Benefícios de curto prazo	1.619.009	1.555.369
	1.619.009	1.555.369

Nos períodos findos em 31 dezembro de 2016 e 2015, os saldos mais significativos existentes com partes relacionadas eram os a seguir apresentados:

Saldos	31/12/16				31/12/15			
	C/C		Entidades relacionadas		C/C		Entidades relacionadas	
	Cientes	Fornec.	A receber	A pagar	Cientes	Fornec.	A receber	A pagar
Empresa-mãe da entidade	-	3.390	5.665	(127.211)	-	3.390	1.076	(127.399)
Subsidiárias da empresa-mãe da entidade	-	-	-	-	31.958	-	302	-
Outras partes relacionadas	(245)	(411.505)	23.903	-	(245)	(212.874)	11.083	-
	(245)	(408.115)	29.568	(127.211)	31.713	(209.484)	12.461	(127.399)

As transações mais significativas efetuadas com partes relacionadas durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram as seguintes:

Transações	2016				2015			
	Gastos operac.	Gastos financ.	Rend. operac.	Rend. financ.	Gastos operac.	Gastos financ.	Rend. operac.	Rend. financ.
Empresa-mãe da entidade	1.243.693	932.888	6.603	33.336	1.285.074	902.816	3.974	33.336
Outras partes relacionadas	484.928	-	10.705	19.704	477.677	-	4.412	19.704
	1.728.621	932.888	17.308	53.040	1.762.751	902.816	8.386	53.040

34. ATIVIDADE DESENVOLVIDA PELOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

Neste exercício os administradores não executivos deram continuidade às atividades desenvolvidas anteriormente, nomeadamente, participaram em projetos de natureza estratégica, analisaram temas relacionados com o desenvolvimento do negócio, discutiram assuntos jurídicos estratégicos, acompanharam a atividade do Gabinete de Auditoria Interna, representaram a

empresa no Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (“IBET”) e participaram em atividades de representação institucional.

No âmbito das Reuniões do Conselho de Administração (“RCA”), os administradores não executivos estiveram envolvidos em análises e decisões sobre matérias de gestão não corrente, tais como, a reflexão sobre a visão e a missão da Empresa e eventuais reajustes destas definições, o plano estratégico, o plano operacional, o orçamento e os documentos de prestação de contas. Nas RCA efetuaram também o acompanhamento da evolução dos negócios.

No âmbito do acompanhamento da atividade operacional da Empresa, estes administradores deslocaram-se às fábricas e aos maiores centros de distribuição em Portugal e em Moçambique, visitaram regiões do mercado nacional e de alguns mercados internacionais, assistiram a seminários dedicados a temas relevantes para o negócio, visitaram feiras alimentares e participaram em eventos promovidos pelo Grupo. Foram ainda promovidos pequenos-almoços temáticos de trabalho, nas instalações da SUMOL+COMPAL, entre os administradores não executivos e alguns gestores da Empresa para melhorar o conhecimento daqueles sobre o setor, a atividade da Empresa e as equipas, para além de promoverem o contacto destes administradores com gestores.

Durante 2016, os administradores não executivos reuniram-se dez vezes, sem a presença de qualquer membro da Comissão Executiva.

35. RESPONSABILIDADE SOCIAL

Capital social: a SUMOL+COMPAL e a comunidade

Tendo por objetivo otimizar a gestão de donativos do produto com valor social – produto cujo prazo disponível para consumo é inferior a um terço do respetivo prazo de validade – das marcas SUMOL+COMPAL, em 2016 foram introduzidas melhorias no processo, tendo sido revisitados e alinhados todos os critérios de apoio, tornando mais eficiente, célere e participativa a nossa relação de cooperação com a comunidade.

Relativamente a 2015, a Empresa aumentou em cerca de 30% a quantidade de produto com valor social doado a entidades externas. Apostando numa gestão otimizada dos apoios, foi possível encerrar o ano com cerca de 500 mil litros de produto com valor social doado a 243 entidades. As entidades foram assim beneficiadas de acordo com os critérios estabelecidos, recebendo em média cerca de 2.100 litros. O produto doado foi repartido por 23 marcas da SUMOL+COMPAL, maioritariamente COMPAL, SUMOL, ANTARCTICA, B! e FRIZE.

Valorizado em cerca de 242 mil euros, o produto foi doado ao abrigo da lei do mecenato a entidades com carácter social, desportivo, cultural e educativo e afins, distribuídas pelos concelhos prioritários de Póvoa de Varzim, Vila Flor, Gouveia, Pombal, Leiria, Almeirim, Oeiras e Faro, em Portugal Continental, bem como nas ilhas de São Miguel e Terceira, nos Açores, e do Funchal, na Madeira.

Na qualidade de fundadores, demos continuidade ao apoio à Fundação da Juventude e à Fundação Marquês de Pombal, instituições que promovem a integração das crianças e jovens tanto na vida profissional ativa, como na integração social e comunitária.

Para além do apoio regular com produto doado, promovemos novamente a realização de uma sessão do Projeto Café Memória, da Associação Alzheimer Portugal em parceria com a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Este projeto, que conta com a participação de mais parceiros, tem por missão contribuir para a melhoria da qualidade de vida e redução do isolamento social, através da realização de sessões destinadas a pessoas com problemas de memória e demência, respetivos familiares e cuidadores, a partilha de experiências e a sensibilização da comunidade para a doença. Em 2016 o projeto Café Memória realizou no total 123 sessões, beneficiando cerca de 600 participantes.

Em 2016 a SUMOL+COMPAL associou-se mais uma vez à causa da Liga Portuguesa Contra o Cancro. Além do apoio monetário à entidade destinado a investigação, rastreio e prevenção, promovemos a sensibilização para o tema desta doença nas nossas instalações através de um peditório interno realizado em outubro e da divulgação dos “7 Sinais de Alerta para a Prevenção do Cancro”, afixando cartazes e distribuindo um folheto informativo a todos os nossos colaboradores.

A 9ª edição do Greenfest, o maior evento de sustentabilidade do país, teve este ano como tema principal “O Poder e o papel do Cidadão na sociedade”, pretendendo recordar a importância e o contributo do cidadão para a alteração de comportamentos e mentalidades. A marca COMPAL esteve mais uma vez presente neste evento, e numa plataforma de partilha de ideias, experiências e tendências, demos a conhecer, em parceria com a Tetra Pak, a nossa preocupação com o futuro comunicando o lado mais sustentável da embalagem Tetra, o processo de reciclagem do cartão laminado e a origem sustentável do cartão através da certificação FSC (*Forest Stewardship Council*), tendo sido expostos os trabalhos premiados no concurso escolar organizado em conjunto com o Programa Eco Escolas da Associação Bandeira Azul da Europa. A marca COMPAL proporcionou ainda a realização de ateliers de embalagem para o público infantil, e colocou à disposição dos visitantes as suas mais recentes novidades através de ações de degustação, ao longo dos quatro dias do evento.

Empenhados em contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade mais sustentável e com maior responsabilidade ambiental, a SUMOL+COMPAL, em parceria com a Câmara Municipal de Mafra, o Ericeira Camping e o promotor do festival, deu continuidade à redução da sua pegada ecológica na realização da 8ª edição do SUMOL *Summer Fest*. Em 2016 foi uma vez mais seguida a política de gestão de sustentabilidade do festival, a qual define as boas práticas a adotar de forma a reduzir o impacte ambiental e social do evento, nomeadamente em matérias de energia e clima, água, resíduos, comunidade e desenvolvimento local, uso do solo e comunicação. Neste âmbito, nesta edição do SUMOL *Summer Fest* foram dinamizadas diversas iniciativas de foro ambiental e social, tais como: oferta de kits campista para separação de resíduos, realização de sessões de sensibilização ambiental aos responsáveis pela gestão de resíduos e concessionários com pontos de venda no recinto do festival, a recompensa com brindes a todos os participantes que entregaram copos de plástico ou de cartão para a reciclagem, e doação de refeições excedentes a instituições locais no final do evento, entre outras. O resultado final foi um recinto surpreendentemente mais limpo, com a recolha de 7.800 copos.

A realização do festival teve uma pegada carbónica calculada de 201 toneladas de CO_{2eq} (cerca de 8 kg CO_{2eq}/participante) que será na sua totalidade compensada com a plantação de árvores e outros projetos de gestão florestal no concelho de Mafra, em parceria com o ICNF e com a Tapada Nacional de Mafra, tornando assim este evento neutro em carbono. A produção do festival teve ainda uma pegada hídrica de aproximadamente 430 mil litros de água.

Na qualidade de membros do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – continuámos envolvidos na participação no programa da Ação 2020, que, em articulação com os decisores públicos, aponta diretrizes para o caminho que as empresas devem percorrer até 2050 rumo ao desenvolvimento sustentável, nas vertentes económica, ambiental e social. Nos grupos de trabalho do BCSD Portugal, temos vindo a participar ativamente no grupo do Sector Agroalimentar.

No âmbito da “Iniciativa para a Economia Cívica”, da qual a SUMOL+COMPAL é membro fundador no concelho de Gouveia, continuámos a participar ativamente em diferentes atividades. Esta iniciativa pretende promover o desenvolvimento das regiões do interior do país mais desfavorecidas, através da identificação de problemas, necessidades e desafios societários complexos dessas regiões, e implementação de uma Agenda de Inovação Societal e Mudança de resposta a esses desafios.

Em parceria com a Câmara Municipal de Oeiras e a Associação Prevenir, a SUMOL+COMPAL garantiu, por mais um ano letivo, a continuidade do Programa “Eu Passo...” a alunos dos 5º e 6º ano, em duas escolas do concelho. Este programa, que visa a promoção de competências psicossociais, de hábitos de vida saudável e prevenção de comportamentos de risco através do

aumento da participação e envolvimento da família na escola e na rede de recursos comunitários, abrangeu, no ano letivo de 2015/2016, 14 professoras e 278 alunos de 11 turmas do 5º ano.

A promoção da prática de estilos de vida saudáveis, através do apoio a eventos desportivos, é um dos pilares da nossa estratégia de sustentabilidade. Em 2016 a SUMOL+COMPAL promoveu cerca de 40 eventos desportivos, sendo a corrida, o *surf* e o futebol as modalidades mais apoiadas.

Alinhada com o intento estratégico de internacionalização e o reforço de posições de destaque no continente africano, a SUMOL+COMPAL apostou num maior envolvimento social nestes países, em particular nas comunidades próximas das nossas unidades industriais de Boane, em Moçambique, e de Bom Jesus, em Angola, como resposta a situações de evidente emergência social e também como forma de reconhecer a preferência pelas nossas marcas no mercado.

Dando continuidade ao programa de apoio social em Cabo Verde, garantimos, por mais um ano, a realização de mais uma edição da Campanha Nacional de Kits Escolares, tutela da FICASE – Fundação Cabo-Verdiana de Ação Social Escolar, que tem como objetivo apoiar as famílias menos favorecidas na educação dos seus filhos, promovendo a igualdade no acesso e sucesso escolar desses alunos. Anualmente, este apoio traduz-se na entrega de material e manuais escolares para 2.000 crianças.

Numa aposta de desenvolvimento, tanto a nível nutricional como de formação escolar das crianças em São Tomé e Príncipe, demos continuidade ao apoio social com a entrega de mais 1.000 kits de material escolar.

Em Moçambique, manteve-se o apoio ao projeto de recuperação da Escola Primária 3 de Fevereiro, próxima da nossa fábrica de Boane, com o objetivo de proporcionar às crianças daquela comunidade um local condigno de aprendizagem e mais adequado às suas necessidades. Este apoio foi reforçado com a distribuição de 900 kits de material escolar.

Capital natural: a SUMOL+COMPAL e o planeta

Contribuir para o desenvolvimento sustentável, minimizando o impacte ambiental da nossa atividade, nomeadamente através da redução do consumo de água e energia, e valorização dos resíduos gerados nas suas instalações industriais, é um dos objetivos da estratégia de sustentabilidade da SUMOL+COMPAL.

A Empresa tem vindo continuamente a adotar boas práticas ambientais e a apostar numa gestão racional e sustentada dos recursos, bem como na prevenção da poluição com o compromisso de promover um desempenho ambientalmente responsável. Este compromisso assenta essencialmente na prevenção e preocupação respeitante à redução dos consumos de água e de energia, à gestão cuidadosa dos resíduos e emissões poluentes para o solo, para a água e para o ar inerentes à atividade industrial, como forma de respeito e preservação do planeta Terra.

A análise e acompanhamento dos indicadores de desempenho ambiental permite-nos afirmar que, em 2016, foram cumpridas as obrigações legais nas instalações da SUMOL+COMPAL e, mais uma vez, foi obtida na unidade industrial de Pombal a renovação do Registo EMAS.

Recursos naturais – Água e energia

Em 2016, as seis unidades de produção industrial da SUMOL+COMPAL (as quatro fábricas em Portugal, a fábrica de Boane, em Moçambique, e a fábrica de Bom Jesus, em Angola) foram responsáveis por um consumo total de cerca de 2,2 biliões de litros de água. O rácio médio ponderado de consumo de água foi então de 6,3 litros de água por litro de bebida produzida, o que representa um ligeiro acréscimo face ao ano anterior.

Sendo a água um recurso escasso a preservar, continuaremos a investir nos processos, nos equipamentos e nos comportamentos com vista à melhoria do desempenho e redução da pegada hídrica da Empresa.

O consumo direto e indireto de energia nas cinco unidades industriais totalizou, em 2016, 10.395 toneladas equivalentes de petróleo (“tep”). O consumo (direto) de combustíveis fósseis deve-se maioritariamente aos processos de combustão para gerar a energia elétrica e térmica necessária às atividades industriais produtivas e auxiliares.

Face a 2015, verificou-se um ligeiro decréscimo do desempenho global energético com um rácio de 0,0272 tep por tonelada de produto fabricado em 2016. No entanto, podemos ainda assim afirmar que o desempenho energético das unidades industriais da SUMOL+COMPAL está alinhado com valores de referência, tanto a nível nacional como internacional.

Emissões – Solo e atmosfera

Tendo em consideração as emissões de gases com efeito de estufa (“GEE”) que estão exclusivamente associadas ao consumo de energia direta e indireta da atividade industrial, a SUMOL+COMPAL teve em 2016 uma emissão global de 25.224 toneladas de CO_{2eq}, tendo como referência os fatores de emissão previstos na legislação aplicável.

Uma parte significativa destas emissões é neutralizada pela captura de CO₂ ao abrigo do programa de reflorestação da ÁGUA SERRA DA ESTRELA.

No âmbito dos compromissos assumidos pela UE no Protocolo de Quioto e de forma a dar cumprimento ao objetivo de reduzir as emissões de GEE (Nota 37), foi criado o Comércio Europeu de Licenças de Emissão (“CELE”) que se encontra em vigor desde 2005. A única instalação do Grupo abrangida pelo CELE é a Fábrica de Almeirim já que a sua capacidade térmica instalada é superior a 20 MWt.

Em 2016, a S+Cm adquiriu 1.355 licenças CER ao preço unitário de 0,50 euros e realizou a operação de troca das licenças CER pelas licenças EUA. Tal resulta, face ao balanço acima referido, de um saldo acumulado de 16.692 licenças. Embora ainda a aguardar verificação oficial, estima-se que em 2016 tenham sido emitidas 6.119 tCO₂, pelo que é esperado que a S+Cm tenha neste ano um défice residual de 278 licenças. Considerando as transações de compra e de troca realizadas, prevê-se um excesso de 10.573 licenças que poderá ser mantido em carteira ou transacionado em mercado (Nota 37).

Resíduos e embalagens ecoeficientes

Decorrente do projeto de centralização e otimização da gestão operacional de resíduos, em 2016 verificou-se que 99,01% dos resíduos produzidos nas unidades industriais da SUMOL+COMPAL em Portugal foram encaminhados para valorização (incluindo reciclagem e valorização energética).

A nível da ecoeficiência das embalagens, em 2016 foram produzidas as primeiras embalagens da gama COMPAL Veggie que incorporam cápsulas de plástico de origem vegetal, proveniente de uma fonte renovável, a cana-de-açúcar (Biobased Caps).

Em paralelo, começaram a ser dados os primeiros passos e realizados ensaios industriais para a incorporação de 25% de PET reciclado nas garrafas de plástico da marca ÁGUA SERRA DA ESTRELA, prevendo-se que em 2017 seja feito o lançamento desta nova embalagem.

Biodiversidade

O programa de reflorestação da nossa marca ÁGUA SERRA DA ESTRELA continua a assegurar a plantação de árvores nas serras portuguesas, atualmente ao abrigo da parceria da SUMOL+COMPAL com a cadeia IKEA.

Ao longo dos muitos anos deste programa, a marca ÁGUA SERRA DA ESTRELA já plantou desde 2002 cerca de 1,4 milhões de árvores, contribuindo assim para promover e valorizar a biodiversidade e dar um melhor contributo à sustentabilidade ambiental do nosso negócio, através da compensação das emissões atmosféricas e, conseqüentemente, da redução da nossa pegada de carbono.

36. CONTINGÊNCIAS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, o valor das garantias emitidas a favor de terceiros tinha a seguinte composição:

Beneficiário	Instituição	31/12/16	31/12/15
Autoridade Tributária e Aduaneira	BCP/CGD/NB	14.807.406	14.807.406
Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo	CGD/NB	2.799.279	4.299.279
Imopólis	BCP	204.036	204.036
Direcção de Serviços de Reembolso do Imposto sobre o Valor Acrescentado	BCP	112.731	112.731
Câmara Municipal de Sintra	BCP	99.760	99.760
Tetra Pak	BCP	49.299	41.708
Tribunal do Trabalho de Coimbra	BCP	26.581	26.581
Ministério da Economia (Instituto Geológico)	BCP	14.964	14.964
Metrocom	BCP	9.360	4.680
Suomn Palautuspallaus Oy	NB	6.000	6.000
Tribunal do Trabalho de Lisboa	BCP	2.704	2.704
Autoridade para as Condições do Trabalho (Lezíria e Médio Tejo)	BCP	2.061	-
Ministério da Administração Interna	BCP	-	1.500
		18.134.181	19.621.349

As garantias que totalizam 14.807.406 euros foram prestadas no contexto de Despacho resultante de inquérito judicial de natureza tributária de que a S+Cm foi notificada, remontando os factos em causa a 2006 e relacionando-se com benefícios fiscais concedidos no âmbito da fusão por incorporação da sociedade Compal na sociedade Inbepor.

A acusação dirigida à S+Cm, relativa a eventual burla tributária, decorre da circunstância desta ter incorporado em 2008 a sociedade resultante da fusão entre a Inbepor e a Compal em 2006, tendo sido judicialmente impugnada no Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra e encontrando-se o processo a evoluir de acordo com os trâmites legais aplicáveis aos casos desta natureza.

No âmbito do contrato de financiamento celebrado com a CGD e o Novo Banco em 30 de dezembro de 2008, no montante global de 318,6 milhões de euros, foram prestadas as seguintes garantias reais:

- i. ações representativas do capital social da S+Cm, pertencentes à SUMOL+COMPAL;
- ii. marcas de propriedade da S+Cm;
- iii. imóveis de propriedade da SUMOL+COMPAL e da S+Cm;
- iv. equipamento industrial de propriedade da S+Cm (Almeirim, Gouveia, Pombal e Vila Flor).

Relativamente ao financiamento contratado com o Banco Único em Moçambique, prestaram-se as seguintes garantias reais:

- i. imóvel de propriedade da S+Cmz (Boane);
- ii. equipamentos de propriedade da S+Cmz (Boane).

37. MATÉRIAS AMBIENTAIS

Tal como mencionado na Nota 35, no âmbito dos compromissos assumidos pela UE no Protocolo de Quioto e de forma a dar cumprimento ao objetivo de reduzir as emissões de GEE, foi criado o CELE que se encontra em vigor desde 2005. A única instalação do Grupo abrangida pelo CELE é a Fábrica de Almeirim já que a sua capacidade térmica instalada é superior a 20 MWT.

O CELE foi inicialmente criado pela Diretiva n.º 2003/87/CE de 13 de outubro, do Parlamento Europeu e do Conselho, tendo esta sido transposta para a legislação nacional através do DL n.º 233/2004, de 14 de dezembro, o qual foi posteriormente alterado de forma a enquadrar legalmente o período 2005-2008 e, em seguida, o período 2008/2012. Entretanto a anterior Diretiva foi alterada pela Diretiva n.º 2009/29/CE de 23 de abril, do Parlamento Europeu e do Conselho (Nova Diretiva CELE), tendo sido transposta para a legislação nacional pelo DL n.º 38/2013, de 15 de março, enquadrando e definindo as regras do CELE para o período 2013/2020.

Foram introduzidas algumas alterações no CELE para o período 2013-2020, das quais se destacam as seguintes:

- i. centralização das decisões na Comissão Europeia;
- ii. inclusão de novas atividades e de novos gases com efeito de estufa (GEE) para além do CO₂;
- iii. introdução de novos limiares de abrangência no CELE;
- iv. alteração das regras de alocação de licenças de emissão gratuitas;
- v. garantia da possibilidade de *banking* de licenças (transferência de licenças do período anterior para o presente período).

As alterações introduzidas implicam que a atribuição gratuita de licenças foi efetuada por aplicação de *benchmarks* definidos a nível comunitário, diminuindo gradualmente de 80% em 2013 para 30% em 2020, pelo que os operadores terão de adquirir licenças no mercado ou em leilões. Refira-se, a propósito, que uma licença de emissão corresponde a uma tonelada de CO₂ ("tCO₂").

No período 2008/2012 foram atribuídas gratuitamente à S+Cm (sociedade na qual a ex-Compal foi incorporada, por fusão) 13.374 licenças de emissão por ano, tal como publicado no Despacho n.º 2836/2008, de 5 de fevereiro. Estas licenças podiam ser transacionadas em mercados estabelecidos para o efeito (mercado do carbono), de acordo com as regras normais do mesmo. O número de emissões verificadas no decurso de 2008, 2009, 2010, 2011 e 2012 foi de, respetivamente, 10.590, 10.622, 11.941, 9.384 e 7.060 tCO₂.

No período findo em 31 de dezembro de 2010, a S+Cm realizou as seguintes transações de licenças:

- i. venda de 9.000 licenças *European Emission Allowances* (EUA 2008/2012) ao preço unitário de 15,65 euros;
- ii. compra de 6.000 licenças *Certified Emission Reduction* (CER) ao preço unitário de 14,20 euros.

Face ao exposto, o balanço de licenças no início do período 2013/2020 era de 14.273 a favor da S+Cm.

Em 2013, 2014 e 2015 as emissões verificadas foram de 7.003 tCO₂, 6.729 tCO₂ e 6.192 tCO₂, respetivamente. Foram atribuídas à S+Cm 6.022 licenças para 2013, 5.496 para 2014, 4.984 para 2015 e 4.486 para 2016. Em 2016, a S+Cm adquiriu 1.355 licenças CER ao preço unitário de 0,50 euros e realizou a operação de troca das licenças CER pelas licenças EUA. Tal resulta, face ao balanço acima referido, de um saldo acumulado de 16.692 licenças.

Embora ainda a aguardar verificação oficial, estima-se que em 2016 tenham sido emitidas 6.119 tCO₂, pelo que é esperado que a S+Cm tenha neste ano um défice residual de 278 licenças. Considerando as transações de compra e de troca realizadas, prevê-se um excesso de 10.573 licenças que poderá ser mantido em carteira ou transacionado em mercado.

Dada a conjuntura económica, a hipótese de venda do excesso não foi considerada pois a crise mundial e a existência de um excesso de licenças no mercado causou uma descida do preço comparativamente aos anos anteriores. Em 2016 o preço médio foi de 5,35 euros por licença, valor inferior ao esperado para o período 2013/2020. Em 16 de março de 2017, a cotação de fecho das licenças EUA era de 5,14 euros por licença, pelo que as 10.573 licenças em carteira correspondiam a uma mais-valia potencial de 54.345 euros (Nota 35).

38. PLANO DE PENSÕES

No Grupo existe um fundo de pensões constituído de forma voluntária e graciosa, com o objetivo de garantir o pagamento de pensões de reforma por velhice, invalidez e de sobrevivência a empregados reformados. Os beneficiários são os empregados e administradores que façam parte do quadro permanente e que tenham completado mais de cinco anos consecutivos de serviço nas empresas associadas daquele fundo.

O fundo de pensões foi constituído por escritura pública de 29 de dezembro de 1988 e o Contrato Constitutivo foi alterado em 22 de dezembro de 1999, 2 de junho de 2003, 22 de dezembro de 2004, 23 de março de 2009, 9 de abril de 2010 e 16 de janeiro de 2014, tendo passado a financiar um plano de contribuição definida.

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2016 não foram realizadas contribuições. Efetuaram-se 6 milhares de euros de transferências para outros fundos (colaboradores que se desvincularam da Empresa) e remiram-se cerca de 55 milhares de euros em capital (reembolsos por invalidez, óbito e velhice), tendo-se utilizado aproximadamente 14 milhares de euros para a aquisição de rendas vitalícias imediatas.

39. SEGMENTOS OPERACIONAIS

A principal informação financeira relativa aos segmentos operacionais existentes nos períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é a que se apresenta nas páginas seguintes. As transações intersegmentais, ocorridas naqueles períodos, foram anuladas no processo de consolidação.

A SUMOL+COMPAL adotou uma organização assente em unidades de mercado baseada na divisão geográfica no sentido de dar resposta aos objetivos estratégicos definidos, em especial no desafio de internacionalização e de desenvolvimento das suas marcas em alguns mercados externos.

Encontram-se identificados os seguintes segmentos operacionais, através dos quais a gestão da SUMOL+COMPAL acompanha a evolução do negócio, estando os respetivos produtos e/ou serviços vendidos/prestados caracterizados junto a cada um deles:

Portugal e Espanha

Vende bebidas de alta rotação com e sem gás, vegetais e derivados de tomate para os mercados nacional e espanhol, prestando também serviços de enchimento para o mercado doméstico.

Europa

Vende bebidas de alta rotação com e sem gás, vegetais e derivados de tomate para o mercado europeu.

América e Ásia

Vende bebidas de alta rotação com e sem gás, vegetais e derivados de tomate para os mercados americano e asiático.

África

Vende bebidas de alta rotação com e sem gás, vegetais e derivados de tomate para os mercados africano.

Imobiliário e franchising

Vende unidades de marca de refrigerantes e arrenda instalações.

	Portugal e Espanha	Europa	América e Ásia	África	Imobiliário e franchising	Todos os outros	Eliminações	Total
								31/12/2016
Réditos e outros rendimentos:								
Vendas e prestações de serviços externos	253.318.439	12.548.538	4.123.177	84.671.375	-	1.138.302	-	355.799.831
Vendas e prestações de serviços intersegmentais	-	-	-	-	12.985.481	-	(12.985.481)	-
Outros rendimentos externos	-	-	-	-	959.523	19.046.888	-	20.006.411
Outros rendimentos intersegmentais	-	-	-	-	8.273.927	-	(8.273.927)	-
Totais	253.318.439	12.548.538	4.123.177	84.671.375	22.218.931	20.185.190	(21.259.408)	375.806.242
Resultados:								
Operacionais	33.385.807	2.134.813	407.732	5.615.914	5.989.873	(5.549.023)	(5.986.513)	35.998.603
Financeiros	(12.829.407)	(641.015)	(213.000)	(6.013.964)	(204.204)	(62.805)	(46.217)	(20.010.612)
Impostos sobre lucros	(8.062.810)	(514.738)	(128.943)	(2.420.293)	(444.610)	5.281.559	761.534	(5.528.301)
Líquidos	12.493.590	979.060	65.789	(2.818.343)	5.341.059	(330.269)	(5.271.196)	10.459.690
Ativos:								
Goodwill, intangível e tangível	324.814.042	16.090.188	5.286.886	90.700.999	17.038.283	1.573.526	39.556.741	495.060.665
Investimentos financeiros	25.512.078	1.263.782	415.251	20.768.771	51.884.593	123.590	(99.880.702)	87.363
Inventários	21.230.108	1.217.509	471.822	22.052.834	-	122.609	(4.755.114)	40.339.768
Outros	50.390.960	2.369.457	1.407.559	107.371.818	8.435.301	713.613	(81.627.599)	89.061.109
Totais	421.947.188	20.940.936	7.581.518	240.894.422	77.358.177	2.533.338	(146.706.674)	624.548.905
Passivos	334.088.642	16.692.584	5.546.695	155.259.652	13.541.074	1.635.491	(81.360.394)	445.403.744
Outras informações:								
Dispêndio de capital fixo	8.060.585	247.517	81.329	5.855.329	475.732	24.206	-	14.744.698
Depreciações	7.381.836	355.380	155.761	4.168.540	537.059	3.820.028	(301.499)	16.117.105
Perdas de imparidade	148.971	-	-	464.585	-	-	545.949	1.159.505
Reversões de perdas de imparidade	(148.890)	-	-	(3.722)	-	(1.180)	(424.827)	(578.619)

	Portugal e Espanha	Europa	América e Ásia	África	Imobiliário e franchising	Todos os outros	Eliminações	Total
								31/12/2015
Réditos e outros rendimentos:								
Vendas e prestações de serviços externos	242.290.199	12.608.364	4.137.932	81.906.799	-	333.905	-	341.277.199
Vendas e prestações de serviços intersegmentais	-	-	-	-	12.067.104	-	(12.067.104)	-
Outros rendimentos externos	-	-	-	-	1.024.256	14.598.224	-	15.622.480
Outros rendimentos intersegmentais	-	-	-	-	2.080.577	-	(2.080.577)	-
Totais	242.290.199	12.608.364	4.137.932	81.906.799	15.171.937	14.932.129	(14.147.681)	356.899.679
Resultados:								
Operacionais	31.358.203	2.218.666	378.836	906.678	1.900.438	(6.282.030)	(1.903.124)	28.577.667
Financeiros	(11.859.329)	(622.470)	(206.300)	(4.800.755)	(391.759)	(125.387)	(67.824)	(18.073.824)
Impostos sobre lucros	(4.551.606)	(314.808)	(73.617)	(611.245)	(380.794)	3.225.739	588.083	(2.118.248)
Líquidos	14.947.268	1.281.388	98.919	(4.505.322)	1.127.885	(3.181.678)	(1.382.865)	8.385.595
Ativos:								
Goodwill, intangível e tangível	314.337.539	16.357.583	5.368.387	103.810.538	20.340.473	3.770.032	39.397.501	503.382.053
Investimentos financeiros	20.341.173	1.058.520	347.395	14.603.313	51.884.593	219.908	(88.377.483)	77.419
Inventory	20.943.378	1.257.287	475.823	21.184.372	-	137.723	(3.787.497)	40.211.086
Outros	48.387.468	2.838.846	822.057	75.986.669	4.032.391	13.014.239	(64.688.148)	80.393.522
Totais	404.009.558	21.512.236	7.013.662	215.584.892	76.257.457	17.141.902	(117.455.627)	624.064.080
Passivos	314.401.550	16.502.235	5.469.200	155.562.042	16.830.984	3.324.125	(62.218.982)	449.871.154
Outras informações:								
Dispêndio de capital fixo	11.616.753	411.169	134.941	42.114.613	359.150	85.421	-	54.722.047
Depreciações	7.280.287	380.032	183.186	2.199.816	512.153	4.248.953	(144.817)	14.659.610
Perdas de imparidade	221.602	-	-	400.070	-	-	407.378	1.029.050
Reversões de perdas de imparidade	(85.342)	-	-	(23.416)	-	(56.016)	(440.246)	(605.020)

40. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação, básicos e diluídos, foram calculados dividindo o resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas da empresa-mãe pelo número médio de ações em circulação durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

41. NORMAS APROVADAS NO PERÍODO E NORMAS COM EFICÁCIA POSTERIOR

As normas, interpretações, emendas e melhorias com eficácia no período findo em 31 de dezembro de 2016 ou que, à data da autorização para emissão das demonstrações financeiras (Nota 43), se encontravam aprovadas e com eficácia no período anual com início posterior a 31 de dezembro de 2016 são as seguintes:

Normas aprovadas pela UE	Aprovação	Eficácia
Normas com data de eficácia no período findo em 31 de Dezembro de 2016:		
Emendas à IAS 16 e IAS 38 - Ativos Fixos Tangíveis	02/12/2015	01/01/2016
Emendas à IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas	13/12/2015	01/01/2016
Ciclo anual de melhorias 2012-2014	15/12/2015	01/01/2016
Emendas à IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras	18/12/2015	01/01/2016
Normas com data de eficácia posterior a 31 de Dezembro de 2016:		
IFRS 15 - Rédito de contratos com clientes	22/09/2016	01/01/2018
IFRS 9 - Instrumentos financeiros - classificação e mensuração	22/11/2016	01/01/2018

As normas com data de eficácia no período findo em 31 de dezembro de 2016 não originaram efeitos materiais. Embora a Empresa ainda se encontre a analisar os potenciais impactes nas suas demonstrações financeiras, é expectativa da SUMOL+COMPAL que os efeitos da adoção das normas com data de eficácia posterior àquela data não sejam significativos.

42. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Entre 1 de janeiro de 2017 e a data da autorização para a emissão das demonstrações financeiras consolidadas (Nota 43) não ocorreram outros eventos materialmente relevantes que, de acordo com o disposto na IAS 10 – “Acontecimentos após a data de balanço”, implicassem divulgação ou ajustamentos às referidas demonstrações financeiras consolidadas.

43. DATA DE AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2017, sendo opinião deste órgão que as mesmas refletem de forma verdadeira e apropriada as operações do Grupo, bem como os fluxos de caixa e a posição e o desempenho financeiro.

O CONTABILISTA CERTIFICADO
Fernando Pereira da Cruz

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DECLARAÇÃO

(ao abrigo da alínea c) do n.º 1 do Art.º 245º do CVM)

Os membros do Conselho de Administração abaixo referidos afirmam que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório Único expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da SUMOL+COMPAL, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Mais afirmam que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais, as respetivas notas e a certificação legal de contas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da SUMOL+COMPAL, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação

Portela de Carnaxide, 30 de março de 2017

António Sérgio Brito Pires Eusébio
Presidente do Conselho de Administração

Amélia Maria Brito Pires Eusébio
Vogal do Conselho de Administração

António Rui Libório Frade
Vogal do Conselho de Administração

Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto
Vogal do Conselho de Administração

João António Brito Pires Eusébio
Vogal do Conselho de Administração

José Manuel Doutel Jordão
Vogal do Conselho de Administração

José Tomaz Júdice Gamito Pires
Vogal do Conselho de Administração

DECLARAÇÃO consolidada 2016

(ao abrigo da alínea c) do n.º 1 Art.º 245 do CVM)


Os membros do Conselho Fiscal abaixo assinados afirmam que, tanto quanto é do seu conhecimento, o Relatório Único Integrado do exercício de 2016 expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Sumol+Compal, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Mais afirmam, que tanto quanto é do seu conhecimento as Contas anuais e respectivas notas foram elaboradas em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Activo e do Passivo, da situação financeira e dos Resultados da Sumol+Compal, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação.

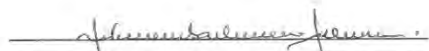
Carnaxide, 30 de Março de 2017



Manuel Batista Figueiredo
Presidente



José Paulo Machado da Silva Alexandre Fonseca
Vogal



António Augusto Barahona Fernandes d'Almeida
Vogal

04

RELATÓRIO DE GOVERNO SOCIETÁRIO



SUMOL+COMPAL endorses the principles of the Portuguese Corporate Governance Code and applies most of the best practice provisions. Our Corporate Governance Report is not translated into english, but in case you case you have any questions related to this document please contact the investors Relations Department (investidor@sumolcompal.pt)

Advertências:

- Salvo indicação em contrário ou quando do contexto resulte diferentemente, as informações são prestadas por referência ao último dia do exercício económico de 2016;
- Consideram-se feitas para o Código dos Valores Mobiliários todas as referências a artigos sem indicação do respetivo diploma legal.

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

Em 31 de dezembro de 2016, o capital social da SUMOL+COMPAL, S.A., no montante de €60.499.364,00, integralmente subscrito e realizado, encontrava-se representado por 60.499.364 ações ordinárias, de valor nominal unitário de 1 euro. Nessa data, a estrutura acionista (participações qualificadas nos termos da al. c) do n.º 1 do art.º 245.º-A) era a que consta do quadro seguinte:

INFORMAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS EM 31/12/2016 NOS TERMOS DO REGULAMENTO Nº. 5/2008 DA CMVM

	Nº. de Acções detidas	% Direitos de voto
Refrigor, S.A. (diretamente)	51 093 581	84,45%
(indiretamente)		93,58%
Amélia Maria Brito Pires Eusébio	1 628 595	2,69% (1)
João António Brito Pires Eusébio	1 474 782	2,44% (1)
António Sérgio Brito Pires Eusébio	1 474 344	2,44% (1)

Nota: Nos termos do Artº. 20 do CVM

(1) Acionistas com participação qualificada, cuja participação está também contabilizada na percentagem de capital detida indiretamente pela Refrigor, S.A.

Todas as ações se encontram admitidas à negociação. Não há diferentes categorias de ações e não existem direitos e deveres para além dos previstos na lei e no contrato de Sociedade.

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).

As ações representativas do capital social da Sociedade encontram-se admitidas à negociação na NYSE EURONEXT e não existem quaisquer restrições estatutárias e legais quanto à sua livre transmissibilidade. Deste modo, as ações são livremente transmissíveis de acordo com as normas legais aplicáveis.

Não existem limitações ao exercício dos direitos inerentes às ações representativas do capital social da Sociedade a não ser a seguinte:

Os estatutos da Sociedade dispõem (artigo 8.º-A) que poderão ser amortizadas, sem consentimento do titular respetivo e pelo seu valor nominal, ou pelo respetivo valor de mercado,

quando seja inferior àquele, as ações da Sociedade detidas por acionista que, direta ou indiretamente exerça atividade concorrente ou similar com a da Sociedade.

Para estes efeitos, será considerada atividade concorrente ou similar, o exercício da indústria de produção, distribuição ou comercialização de bebidas e que exerce atividade indiretamente concorrente quem, direta ou indiretamente, detiver participação de, pelo menos, 1% no capital social de Sociedade que exerça alguma ou algumas das atividades atrás referidas.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

A 31 de dezembro de 2016 a sociedade detinha 168 ações próprias, representativas de 0,0003% do capital social da sociedade, às quais corresponderiam 0,0003% dos direitos de voto da sociedade.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245.º-A, n.º 1, al. j)).

Não existem acordos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

Importa referir que existem alguns acordos em que uma das partes nestes interveniente tem a faculdade de, em caso de mudança de controlo da Sociedade, o fazer cessar, mas trata-se apenas de uma faculdade de uma das partes e não de uma consequência necessária da mudança de controlo da Sociedade.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

O artigo 8.º-A do contrato de sociedade determina que poderão ser amortizadas, sem consentimento do titular respetivo, as ações da Sociedade detidas por acionista que direta ou indiretamente exerça atividade concorrente ou similar com a da Sociedade.

Esta medida foi adotada em defesa dos interesses da Sociedade e dos seus acionistas.

Por outro lado, os estatutos da Sociedade não preveem a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista.

Estas disposições estatutárias podem ser alteradas a qualquer momento, nos termos previstos para quaisquer alterações estatutárias.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-A, n.º 1, al. g)).

Foi celebrado entre a Sociedade e a Copagef, S.A., a 14 de outubro de 2014, um acordo parassocial nos termos do qual, caso a Refrigor pretenda alienar as ações que detém, representativas do capital social da Sociedade, perdendo, desta forma, o respetivo controlo, esta compromete-se a notificar a Copagef para que a mesma, querendo, apresente uma oferta relativa às ações da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., detidas pela Sociedade. A Copagef terá 90 dias

para querendo, apresentar uma proposta de compra das referidas ações, a qual apenas pode ser recusada se a proposta recebida de terceiros para a compra de ações da Sociedade implicar uma melhor valorização das ações da SUMOL+COMPAL Marcas relativamente à que decorre dos termos e condições propostos pela Copagef.

Este acordo parassocial, sem prejuízo de dizer respeito à disposição de ações da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., tem implicações na livre disposição de ações da Sociedade pela Refrigor, S.A..

II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) e art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

INFORMAÇÃO SOBRE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS EM 31/12/2016 NOS TERMOS DO REGULAMENTO Nº. 5/2008 DA CMVM

		Nº. de Ações detidas	% Direitos de voto
Refrigor, S.A.	(diretamente)	51 093 581	84,45%
	(indiretamente)		93,58%
Amélia Maria Brito Pires Eusébio		1 628 595	2,69% (1)
João António Brito Pires Eusébio		1 474 782	2,44% (1)
António Sérgio Brito Pires Eusébio		1 474 344	2,44% (1)

Nota: Nos termos do Artº. 20 do CVM

(1) Acionistas com participação qualificada, cuja participação está também contabilizada na percentagem de capital detida indiretamente pela Refrigor, S.A.

Detalhe		Nº. de Ações detidas	% Direitos de voto
Refrigor, S.A. Diretamente		51 093 581	84,453% (e)
Através de			
Através do Membro do Órgão de Administração da Refrigor, S.A., Amélia Maria Brito Pires Eusébio		1 628 595	2,69% (a) (c)
Através do Membro do Órgão de Administração da Refrigor, S.A., João António Brito Pires Eusébio		1 474 782	2,44% (a) (c)
Através do Membro do Órgão de Administração da Refrigor, S.A., António Sérgio Brito Pires Eusébio		1 474 344	2,44% (a) (c)
Através da sociedade Eufiger, S.A., dominada por Membros do Órgão de Administração da Refrigor, S.A.		65 298	0,11% (b)
Através da sociedade Frildo, Lda., dominada por Membros do Órgão de Administração da Refrigor, S.A.		849 218	1,40% (b) (d)
Através da sociedade Tecol, Lda., dominada por Membros do Órgão de Administração da Refrigor, S.A.		11 623	0,02% (b)
Através do Membro do Órgão de Administração da Refrigor, S.A., José Tomaz Júdice Gamito Pires		15 031	0,02% (a)
		5 518 891	9,12%

(a) Nos termos da alínea d) do n.º 1 do Art.º 20º do CVM

(b) Nos termos da alínea i) do n.º 1 do Art.º 20º do CVM

(c) De acordo com informação recebida do acionista, datada de 11.01.2016, nos termos do Art.º 14º n.º 6 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008

(c) De acordo com informação recebida do acionista, datada de 25.09.2015, nos termos do Art.º 14º n.º 8 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização. [NOTA: a informação deve ser prestada de forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 5 do art. 447.º CSC]

PUBLICIDADE DE PARTICIPAÇÕES DE MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais

	Total de Ações
Amélia Maria Brito Pires Eusébio	1 628 595
João António Brito Pires Eusébio	1 474 782
António Sérgio Brito Pires Eusébio	1 474 344
José Tomás Júdice Gamito Pires	15 031
Eufiger - Gestão de Empreendimentos Imobiliários e Agrícolas, S.A.	65 298
Frildo - Entrepósito Frigorífico, Lda.	849 218
Tecol - Terrenos e Construções, Lda.	11 623

	Data	Aquisição	Alienação	€/Ação	Valor Total
Frildo - Entrepósito Frigorífico, Lda.	01-11-2016	120 000	-----	1,32 €	158 400
Eufiger - Gestão de Empreendimentos Imobiliários e Agrícolas, S.A.	01-11-2016	-----	120 000	1,32 €	158 400
	-----	-----	-----	-----	-----

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Nos termos da lei e conforme previsto nos estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração pode, quando o julgar conveniente e obtido o parecer prévio favorável do Conselho Fiscal, aumentar o capital social, uma ou mais vezes e até ao limite máximo de 150.000.000,00€ (cento e cinquenta milhões de euros), por entradas em dinheiro.

O Conselho de Administração pode fixar as condições de emissão das novas ações ordinárias, bem como as formas e prazos em que poderá ser exercido o direito de preferência legal dos acionistas, salvo deliberação da Assembleia Geral de limitação ou supressão daquele direito, sem prejuízo de a parte da atribuição preferencial não subscrita pelos acionistas poder eventualmente ser oferecida à subscrição de terceiros, nos termos permitidos pela lei e deliberação de emissão.

Os poderes do órgão de administração para aumento do capital foram-lhe atribuídos por deliberação da Assembleia Geral de 16 de setembro de 2008, não tendo sido estabelecido qualquer prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida.

Por deliberação do Conselho de Administração de 6 de novembro de 2008 foi decidido aumentar o capital social da sociedade em 30.000.000€.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

A Refrigor mantém as seguintes relações comerciais significativas com a SUMOL+COMPAL:

- Recebeu a quantia de 363.849€ como contrapartida de garantias prestadas no âmbito do contrato de financiamento celebrado com a CGD e o BES (atual Novo Banco), em 30 de dezembro de 2008.
- Recebeu a quantia de 569.039€, como contrapartida de compromissos assumidos no âmbito dos contratos de engarrafamento e distribuição de várias marcas, em vigor, entre a SUMOL+COMPAL e as sociedades PepsiCo Inc. e Seven-UP Internacional. Estes pressupõem a manutenção de uma participação acionista de controlo por parte da Refrigor, S.A..
- A sociedade pagou à Refrigor, S.A., 1.264.203€ a título da prestação de serviços de utilização parcial das instalações do Edifício Sede, que é propriedade da Refrigor, S.A..

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES**I. ASSEMBLEIA GERAL****a) Composição da mesa da assembleia geral***

***ao longo do ano de referência**

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

Presidente da Mesa: Maria Paula Escandell Alves Milheirão Quartin Bastos.

Secretária da mesa: Filipa Montes Palma Salazar Leite

A Presidente e a Secretária da Mesa da Assembleia Geral foram eleitas na Assembleia Geral anual de 30 de maio de 2014 para o mandato de 2014/2016.

b) Exercício do direito de voto**12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f);**

Os estatutos da Sociedade regulam o exercício do direito de voto.

Dispõem os estatutos que cada Euro de capital confere direito a um voto. Nas Assembleias Gerais da Sociedade os acionistas com direito a voto podem exercê-lo por correspondência, através de declaração por si assinada, na qual manifestem de forma inequívoca o sentido do seu voto.

Os estatutos da Sociedade não preveem restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos para o exercício do direito de voto ou quaisquer sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.

Não existem limitações aos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Os estatutos da Sociedade não contemplam alterações ao previsto no Código das Sociedades Comerciais relativamente ao quórum deliberativo.

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

(Conselho de Administração, Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado.

A sociedade adota um modelo de governo latino, o qual assenta na existência de um Conselho de Administração e de um Conselho Fiscal.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

Preveem os estatutos da Sociedade, no seu artigo 25.º, que o Conselho de Administração será eleito de três em três anos pela Assembleia Geral, sendo permitida a sua reeleição uma ou mais vezes.

Relativamente à substituição dos membros do órgão de administração dispõem os estatutos que, quando haja lugar à substituição de um administrador, o período de exercício de funções pelo administrador substituto corresponderá ao tempo de exercício de funções não completado pelo administrador substituído.

No mais, não contêm os estatutos quaisquer regras sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros do Conselho de Administração. Aplicam-se, por isso, nesta matéria, as regras previstas no Código das Sociedades Comerciais.

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

O Conselho de Administração, que deve ser composto por um número mínimo de 3 e máximo de 11 administradores, é eleito de três em três anos pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração é composto pelos seguintes membros:

Nome ou denominação social do administrador	Cargo no conselho	Data da primeira nomeação	Data de fim do mandato atual
Amélia Maria de Brito Pires Eusébio	Vogal	05-05-2000	31-12-2016
António Rui Libório Frade	Vogal	24-12-2008	31-12-2016
António Sérgio Brito Pires Eusébio	Presidente	21-09-1992	31-12-2016
Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto	Vogal	18-02-2003	31-12-2016
João António Brito Pires Eusébio	Vogal	21-09-1992	31-12-2016
José Manuel Doutel Jordão	Vogal	24-12-2008	31-12-2016
José Tomaz Júdice Gamito Pires	Vogal	12-04-1987	31-12-2016

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

Nome ou denominação social do administrador	Estatuto (Executivo /Não executivo)	Independente ou não independente
António Sérgio Brito Pires Eusébio	Não Executivo	Não independente
Amélia Maria de Brito Pires Eusébio	Não Executivo	Não independente
João António Brito Pires Eusébio	Não Executivo	Não independente
Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto	Executivo	
José Manuel Doutel Jordão	Executivo	
José Tomaz Júdice Gamito Pires	Executivo	
António Rui Libório Frade	Executivo	

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

António Sérgio Brito Pires Eusébio

Mestrado em Gestão de Empresas pela Universidade Nova de Lisboa (1991) e licenciatura em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (1989).

Outros elementos curriculares relevantes:

- Presidente do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL, S.A. (eleito administrador da então Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, S.A., a 21/09/1992);
- Presidente do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., desde 2015;
- Presidente do Conselho de Administração da Refrigor, S.A. (administrador desde 1991);
- Vogal do Conselho de Administração da Eufiger - Gestão de Empreendimentos Imobiliários e Agrícolas, S.A., desde 1996;
- Gerente da Fildo – Entrepósito Frigorífico, Lda., desde 2014;
- Gerente da Tecol – Terrenos e Construções, Lda., desde 2010;
- Gerente da Medialda - Mediadora de Seguros, Lda., desde 2001 (sociedade dissolvida a 30/12/2009);
- Gerente da Refrigor Imobiliária, Unipessoal, Lda., desde 2008 (sociedade dissolvida a 31 de dezembro de 2010);
- Presidente da Direção do Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (IBET) desde 2012.

António Rui Libório Frade

Licenciatura em Eng.^a Química no Instituto Superior Técnico (1978), P.A.G.E., Univ. Católica (2001).

Outros elementos curriculares relevantes:

- Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL, S.A. – administrador e membro da Comissão Executiva desde 24/12/2008;
- Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Distribuição, S.A., desde 2008 (sociedade incorporada por fusão na SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., a 1 de janeiro de 2011);
- Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., desde 2009;
- Vogal do Conselho de Administração da Sasel – Sociedade de Águas da Serra da Estrela, S.A., desde 2009 (sociedade incorporada por fusão na SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., a 1 de janeiro de 2011);
- Vogal do Conselho de Administração da Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A., de 2006 a 2008;
- Gerente da D2C, Unipessoal, Lda., desde 2012;
- Administrador da Sensafuit, SL (Espanha), desde 2006 até novembro de 2011;
- Vogal da Companhia Térmica Compal, ACE – em liquidação, desde 1996
- Vogal do Conselho de Administração da Embopar - Embalagens de Portugal, SGPS, S.A., desde 2014.

Amélia Maria de Brito Pires Eusébio

Mestrado em Marketing no ISCTE (2012) e Licenciatura em Engenharia Química no Instituto Superior Técnico (1986).

Outros elementos curriculares relevantes:

- Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL (eleita administradora da então Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, S.A., a 05/05/2000);
- Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., desde 2015;
- Vogal do Conselho de Administração da Eufiger - Gestão de Empreendimentos Imobiliários e Agrícolas, S.A., desde 1996;
- Gerente da Fildo - Entrepasto Frigorífico, Lda., desde 1996;
- Vogal do Conselho de Administração da Refrigor, S.A., desde 1992;
- Vice Presidente do Conselho de Administração da Sumol - Gestão de Marcas, S.A., (denominada, a partir de dezembro de 2006, Sumolis – Gestão de Marcas, S.A., e atualmente denominada SUMOL+COMPAL Marcas, S.A.) desde 2006 até janeiro de 2009;
- Gerente da Refrigor Imobiliária, Unipessoal, Lda., desde 2008 (sociedade dissolvida a 31 de dezembro de 2010);
- Gerente da Sedurbel - Imobiliária e Empreendimentos Turísticos, Lda., desde 1989 (sociedade dissolvida a 29 de dezembro de 2010);
- Gerente da Medialda - Mediadora de Seguros, Lda., de 1995 até 1996 (Sociedade dissolvida a 30 de dezembro de 2009);
- Gerente da Estandarte, Unipessoal, Lda., (Sociedade denominada Zémarsano, Unipessoal, Lda., a partir de julho de 2012, e desde abril de 2013 denominada D2C, Unipessoal, Lda.) desde 1995 até novembro de 2012.

Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto

MBA em Gestão Internacional (1994) e licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa (1988).

Outros elementos curriculares:

- Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL, S.A. – (eleito administrador da então Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, S.A., a 18 de fevereiro de 2003) presidente da Comissão Executiva desde 24 de dezembro de 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., de 2009 a 2015, e Vogal do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., desde 2015;
- Gerente da SUMOL+COMPAL Internacional, SGPS, Lda., desde 2010;
- Gerente da SUMOL+COMPAL África, SGPS, Lda., desde 2011;
- Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Angola Invest, S.A., desde 2012;
- Gerente da D2C, Unipessoal, Lda., desde 2012;
- Presidente do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Distribuição, S.A., desde 2006 (sociedade denominada Cibal - Distribuição de Bebidas e Alimentação, S.A., até 29 de dezembro de 2008, incorporada por fusão na SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., a 1 de janeiro de 2011);

- Presidente do Conselho de Administração da Sasel – Sociedade de Águas da Serra da Estrela, S.A., desde 2009 (sociedade incorporada por fusão na SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., a 1 de janeiro de 2011);
- Conselheiro da Sensafruit, S.L., até novembro de 2011;
- Gerente da Worldwideco - Comércio Internacional, Unipessoal, Lda., desde dezembro de 2014.

João António Brito Pires Eusébio

Licenciatura em Direito pela Universidade Lusíada (1987).

Outros elementos curriculares relevantes:

- Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL, S.A. (eleito administrador da então Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, S.A., a 21 de setembro de 1992);
- Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., desde 2015;
- Vogal do Conselho de Administração da Refrigor, S.A., desde 1995;
- Gerente da Frialdo - Entrepósito Frigorífico, Lda., desde 2001;
- Presidente do Conselho de Administração da Eufiger - Gestão de Empreendimentos Imobiliários e Agrícolas, S.A., (1992);
- Gerente da Medialda - Mediadora de Seguros, Lda., de 1989 até 1992 e de 1996 até à data de dissolução (Sociedade dissolvida a 30 de dezembro de 2009);
- Gerente da Refrigor Imobiliária, Unipessoal, Lda., desde 2008 (sociedade dissolvida a 31 de dezembro de 2010);
- Gerente da Sedurbel - Imobiliária e Empreendimentos Turísticos, Lda., desde 1989 (sociedade dissolvida a 29 de dezembro de 2010);
- Gerente da Tecol – Terrenos e Construções Lda., desde 2010;
- Gerente da Alcitrus – Produção e Comercialização de Fruta, Lda., desde 2013.

José Tomaz Júdice Gamito Pires

Licenciatura em Engenharia Mecânica pelo Instituto Superior Técnico (1978).

Outros elementos curriculares relevantes:

- Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL, S.A., (eleito administrador da então Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, S.A.) desde 12 de abril de 1987;
- Vogal do Conselho de Administração da Refrigor, S.A. (desde 1989);
- Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., desde 2014 (Presidente do Conselho de Administração da Cibal - Distribuição de Bebidas e Alimentação, S.A., de 1999 a 2006, sociedade denominada SUMOL+COMPAL Distribuição, S.A., a partir de 29 de dezembro de 2008 e incorporada por fusão na SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., a 1 de janeiro de 2011);
- Presidente do Conselho de Administração da Cereuro – Cervejeira Europeia, S.A., (denominada, a partir de dezembro de 2006, Sumolis – Gestão de Marcas, S.A., e

- atualmente denominada SUMOL+COMPAL Marcas, S.A.) desde 2006 até janeiro de 2009;
- Vogal do Conselho de Administração da Sensafruit, S.L., até novembro de 2011;
 - Presidente do Conselho de Administração da Sasel - Sociedade de Águas da Serra da Estrela, S.A. desde 2006 (sociedade incorporada por fusão na SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., a 1 de janeiro de 2011);
 - Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., desde julho de 2014;
 - Presidente do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Moçambique, S.A., desde junho de 2014;
 - Vogal do Conselho de Administração e liquidatário da Madibel - Indústria de Alimentos e Bebidas, S.A. desde 2005 (sociedade dissolvida em 2015);
 - Gerente da Refrigor Imobiliária, Unipessoal, Lda., desde 2008 (sociedade dissolvida a 31 de dezembro de 2010);
 - Presidente da Direção do Instituto Civil de Auto-Regulação da Publicidade (ICAP) até 2012;
 - Vice-Presidente da Direção da Associação Portuguesa de Anunciantes (APAN) até 2012;
 - Gerente e liquidatário da Maquinarte – Máquinas e Artes Metálicas, S.A. (sociedade dissolvida a 30 de dezembro de 2010);
 - Gerente da Worldwideco - Comércio Internacional, Unipessoal, Lda., desde dezembro de 2014.

José Manuel Doutel Jordão

Licenciatura em Economia no Instituto Superior de Economia, Lisboa 1977; Bacharelato de Organização e Gestão de Empresas – I.S.C.T.E., Lisboa 1975; P.A.G.E., Univ. Católica, Lisboa 2000.

Outros elementos curriculares relevantes:

- Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL, S.A. – administrador e membro da Comissão Executiva desde 24 de dezembro de 2008;
- Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Distribuição, S.A., desde 2008 (sociedade incorporada por fusão na SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., a 1 de janeiro de 2011);
- Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., desde 2009;
- Vogal do Conselho de Administração da Sasel – Sociedade de Águas da Serra da Estrela, S.A. de 2009 até janeiro 2011 (sociedade incorporada por fusão na SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., a 1 de janeiro de 2011);
- Vogal do Conselho de Administração da Compal – Companhia Produtora de Conservas Alimentares, S.A., de 2007 a 2008
- Gerente da D2C, Unipessoal, Lda., desde 2012;
- Administrador da Sensafruit, SL (Espanha) desde 2008 até novembro de 2011;
- Vogal do Conselho de Administração do Grupo Aliança A.C.E., desde 2010;
- Vogal do Conselho de Administração da A.I.J.N. (Associação Europeia das Indústrias de Sumos de Fruta e Néctares) desde 2015;

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

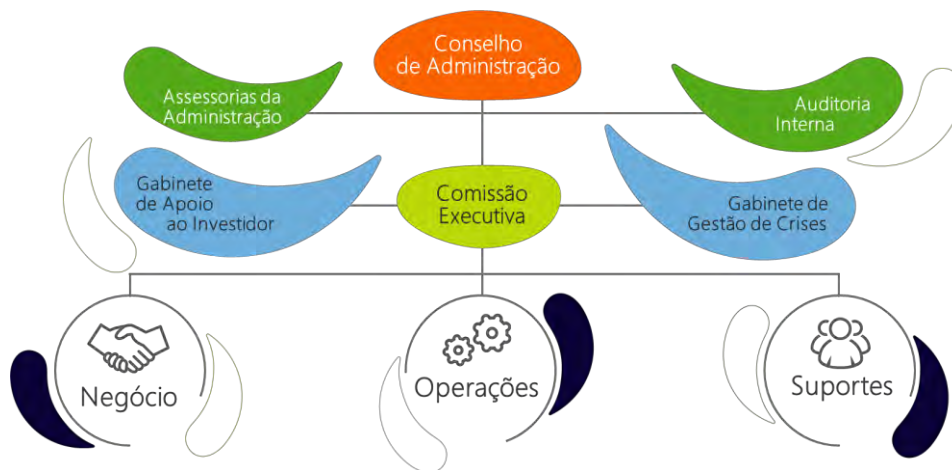
Os administradores não executivos João António Brito Pires Eusébio, Amélia Maria Brito Pires Eusébio e António Sérgio Brito Pires Eusébio e o administrador executivo José Tomaz Júdice Gamito Pires são também administradores da Refrigor, S.A., acionista titular de uma participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto. Os referidos administradores, com exceção do Eng.º José Tomaz Júdice Gamito Pires, são também diretamente detentores de uma participação qualificada superior a 2%.

Entre os administradores João António Brito Pires Eusébio, Amélia Maria Brito Pires Eusébio e António Sérgio Brito Pires Eusébio existe uma relação de parentesco colateral em segundo grau. Estes mantêm com o administrador José Tomaz Júdice Gamito Pires uma relação de parentesco colateral no quarto grau.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

A Sociedade encabeça um grupo empresarial. De acordo com o modelo de organização adotado, a administração é diretamente responsável, ao nível desta Empresa e do Grupo, pela i) estratégia; ii) organização do Grupo; e iii) acompanhamento de atividades operacionais de empresas do Grupo.

Na execução das funções inerentes a estas responsabilidades, o órgão de administração é apoiado por um conjunto de funções corporativas: Assessorias da Administração, Gabinete de Apoio ao Investidor e Gabinete de Auditoria Interna.





A gestão da Sociedade é exercida colegialmente pelo Conselho de Administração.

O Conselho de Administração delegou a gestão corrente da sociedade numa Comissão Executiva, ficando o Conselho de Administração com a responsabilidade das áreas/matérias não delegadas na Comissão Executiva e listadas no n.º 29 do presente Relatório.

A distribuição de responsabilidades entre os membros da Comissão Executiva é a que consta do quadro seguinte:

DUARTE PINTO	JOSÉ JORDÃO	JOSÉ TOMAZ	RUI FRADE
<ul style="list-style-type: none"> Coordenação da CE UM PT+ESP UM Angola Pessoas Comunicação & Sustentabilidade Financeira, Fiscalidade e Assuntos Jurídicos Planeamento e Sistema de Gestão 	<ul style="list-style-type: none"> Marketing Estratégico Inovação Disruptiva & Sistema de Gestão de Inovação 	<ul style="list-style-type: none"> UM Moçambique (SADC) UM Exportação Sistemas de Informação Compras e Ingredientes de Marca 	<ul style="list-style-type: none"> Unidades Industriais Logística & Distribuição Desenvolvimento, Qualidade e Segurança Alimentar Investigação Aplicada Matérias Primas de Fruta Instalações, Ambiente e Segurança

A responsabilidade pelos órgãos corporativos pertence a:

ÓRGÃOS DE ESTRUTURA	REPORTE NO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Gabinete de Auditoria Interna	António Sérgio Brito Pires Eusébio
Gabinete de Apoio ao Investidor	Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto
Gabinete de Gestão de Crises	Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto

b) Funcionamento**22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.**

Na reunião do Conselho de Administração de 2 de junho de 2014 foi aprovada a manutenção em vigor do regulamento aprovado em reunião do Conselho de 26 de janeiro de 2012, que pode ser consultado no sítio da Sociedade na internet.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Durante o ano de 2016 realizaram-se 19 reuniões do Conselho de Administração. O grau de assiduidade a estas reuniões foi o seguinte: Estiveram presentes em 18 reuniões do Conselho de Administração (95%) os administradores António Sérgio Brito Pires Eusébio, Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto, Amélia Maria de Brito Pires Eusébio e José Tomaz Júdice Gamito. Os administradores António Rui Libório Frade e João António Brito Pires Eusébio estiveram presentes em 16 reuniões (89%) e o administrador José Manuel Doutel Jordão em 15 reuniões deste órgão (79%).

A participação de cada membro nas reuniões do Conselho de Administração foi feita por presença efetiva, nunca tendo nenhum dos referidos membros sido representado por terceiros nas reuniões em causa.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Não existe um órgão da sociedade exclusivamente competente para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A avaliação de desempenho global e individual dos administradores executivos são assuntos sobre os quais a Comissão de Vencimentos se debruça.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Foram estabelecidas como variáveis de desempenho o volume de negócios, o EBITDA e a inovação.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

- António Sérgio Brito Pires Eusébio
 - Presidente do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A.*;
 - Presidente do Conselho de Administração da Refrigor, S.A.;
 - Vogal do Conselho de Administração da Eufiger - Gestão de Empreendimentos Imobiliários e Agrícolas, S.A.;
 - Gerente da Frildo – Entrepósito Frigorífico, Lda.;

- Gerente da Tecol – Terrenos e Construções, Lda.;
- Presidente da Direção do Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica (IBET).

- António Rui Libório Frade
 - Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A.*;
 - Gerente da D2C, Unipessoal, Lda.*;
 - Vogal da Companhia Térmica Compal, ACE – em liquidação;
 - Vogal do Conselho de Administração da Embopar - Embalagens de Portugal, SGPS, S.A..

- Amélia Maria de Brito Pires Eusébio
 - Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A.*;
 - Vogal do Conselho de Administração da Eufiger - Gestão de Empreendimentos Imobiliários e Agrícolas, S.A.;
 - Gerente da Frildo - Entrepasto Frigorífico, Lda.;
 - Vogal do Conselho de Administração da Refrigor, S.A..

- Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto
 - Presidente da Comissão Executiva do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A.*;
 - Gerente da SUMOL+COMPAL Internacional, SGPS, Lda.*;
 - Gerente da SUMOL+COMPAL África, SGPS, Lda.*;
 - Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Angola Invest, SGPS, S.A.*;
 - Gerente da D2C, Unipessoal, Lda.*; Gerente da Worldwideco - Comércio Internacional, Unipessoal, Lda.*.

- João António Brito Pires Eusébio
 - Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A.*;
 - Vogal do Conselho de Administração da Refrigor, S.A.;
 - Gerente da Frildo - Entrepasto Frigorífico, Lda.;
 - Presidente do Conselho de Administração da Eufiger - Gestão de Empreendimentos Imobiliários e Agrícolas, S.A.;
 - Gerente da Tecol – Terrenos e Construções, Lda.;
 - Gerente da Alcitrus – Produção e Comercialização de Fruta, Lda..

- José Tomaz Júdice Gamito Pires
 - Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A.*;
 - Presidente do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Moçambique, S.A.*;
 - Gerente da Worldwideco - Comércio Internacional, Unipessoal, Lda.*.

- Vogal do Conselho de Administração da Refrigor, S.A.;
- José Manuel Doutel Jordão
- Vogal do Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A.*;
- Gerente da D2C, Unipessoal, Lda.*;
- Vogal do Conselho de Administração do Grupo Aliança A.C.E.;
- Vogal do Conselho de Administração da A.I.J.N. (Associação Europeia das Indústrias de Sumos de Fruta e Néctares).

* - Sociedade pertencente ao Grupo

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

O Conselho de Administração constituiu uma Comissão Executiva com competências em matéria de administração.

O Conselho de Administração e a Comissão Executiva dispõem de um regulamento que se encontra disponível no sítio na internet da sociedade.

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

A Comissão Executiva é composta pelos seguintes membros:

Presidente: Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto

Vogal: José Tomaz Júdice Gamito Pires

Vogal: José Manuel Doutel Jordão

Vogal: António Rui Libório Frade

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Foi apenas criada no seio do Conselho de Administração uma Comissão Executiva.

Em 2016, foram realizadas por esta Comissão 27 reuniões, estando presentes em todas essas reuniões o administrador Duarte Pinto, em 93% (25 reuniões) os administradores José Jordão e Rui Frade e em 89% (24 reuniões) o administrador José Tomaz.

Nas referidas reuniões foram discutidos temas de gestão corrente da sociedade, procedendo-se ao acompanhamento dos projetos em curso e à supervisão das diferentes áreas funcionais e divisões de negócio, bem como à prossecução de todas as competências delegadas, nos termos dessa delegação.

Assim, compete à Comissão Executiva:

- a apresentação e execução do Plano Estratégico, do Plano Operacional e do Orçamento anual.

- a elaboração, aprovação, implementação e controlo das políticas da Empresa nas diversas áreas funcionais e divisões de negócio. É ainda feita no âmbito da Comissão Executiva a escolha de ações que contribuam para a concretização dos planos acima referidos.

- a elaboração de propostas referentes a assuntos não considerados de gestão corrente, sujeitos a apreciação e deliberação por parte do Conselho de Administração.

Cabe ainda à Comissão Executiva e ao membro responsável por cada área funcional ou divisão de negócio a gestão dos centros, direções, departamentos ou serviços funcionais respetivos.

Compete a todos os membros da Comissão Executiva zelar pelo cumprimento das funções acima enunciadas e ao respetivo Presidente assegurar a coordenação da mesma e, em geral, promover o bom funcionamento deste órgão.

Em geral, foram delegadas na comissão executiva todas as matérias de gestão corrente da sociedade. Nos termos do regulamento do Conselho de Administração, não se consideram como gestão corrente da Sociedade, sendo indelegáveis, nomeadamente, as seguintes matérias:

- a) Escolha do seu Presidente, exceto se tal for feito pela Assembleia Geral;
- b) Cooptação de administradores;
- c) Pedido de convocação de Assembleias Gerais, bem como sobre propostas a apresentar nessa sede;
- d) Relatórios e contas anuais;
- e) Aquisição, alienação e oneração de bens imóveis;
- f) Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade;
- g) Abertura ou encerramento de estabelecimentos ou de partes importantes destes;
- h) Extensões ou reduções importantes da atividade da Sociedade;
- i) Modificações importantes na organização da Empresa, nomeadamente, alterações dessa natureza nos documentos de topo;
- j) Estabelecimento ou cessação de cooperação importante e duradoura com outras empresas, nomeadamente através de contratos de grupo paritário, subordinação, franquia, produção e distribuição;
- k) Mudança de sede e aumentos de capital, nos termos previstos no contrato de Sociedade;
- l) Projetos de fusão, de cisão e de transformação da Sociedade;
- m) A análise e aprovação do Plano Estratégico e do Plano Operacional (inclui objetivos das Divisões e Unidades de Negócio), Orçamentos Anuais de Exploração e de Investimentos, bem como de eventuais revisões dos mesmos;
- n) A subscrição, aquisição, oneração ou alienação de participações noutras Sociedades, no caso da operação exceder o valor de € 1.000.000,00;
- o) A aquisição, oneração ou alienação de bens móveis, no caso da transação (incluindo um conjunto de equipamentos que se consubstanciam na mesma utilidade económica) exceder € 3.000.000,00;
- p) A amortização de ações;
- q) A descontinuação de marcas ou submarcas desde que não previstas no Plano Operacional ou que tenham apresentado, no último ano, volume de vendas superior a 1 milhão de litros;
- r) A venda de marcas ou submarcas com um volume no ano anterior superior a 20 milhões de euros ou 20 milhões de litros;
- s) O estabelecimento ou término de relação comercial com clientes cujas compras anuais, previstas ou efetivas, excedam no canal alimentar, 15 milhões de euros e, no canal

horeca, 1,5 milhões de euros. Excluem-se deste ponto as situações de renovações contratuais efetuadas em condições substancialmente análogas às que estiverem em vigor;

t) Aprovação da identidade de marca ou submarca, bem como as suas modificações, desde que alguma daquelas apresente um valor de vendas efetivo no ano anterior ou previsto para o terceiro ano após o lançamento, superior a 10 milhões de euros ou 10 milhões de litros;

u) Abandono (não renovação) ou cancelamento do registo de marcas ou domínios, em estado de utilização (inclui utilização para prova de uso), bem como a redução do seu âmbito, nomeadamente, as classes de registo;

v) A apresentação de propostas a submeter às Assembleias Gerais das empresas dominadas pela SUMOL+COMPAL, bem como a indicação do seu representante nessas Assembleias.

Foram efetivamente delegadas na Comissão Executiva todas as matérias que não estão acima explicitadas.

III. FISCALIZAÇÃO

(Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado.

A SUMOL+COMPAL nomeou um Conselho Fiscal para assegurar a fiscalização da Sociedade.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº18.

O Conselho Fiscal, que deve ser composto por três a cinco membros efetivos e um ou dois membros suplentes, é eleito de três em três anos pela Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal é composto pelos seguintes membros:

Nome	Cargo	Data da primeira nomeação	Data de fim do mandato atual
Manuel Baptista Figueiredo	Presidente	29-04-2011	31-12-2016
José Manuel Rodrigues Felgueiras	Vogal	17-04-2008	31-12-2016*
José Paulo Machado da Silva Alexandre da Fonseca	Vogal	17-04-2008	31-12-2016
António Augusto de Barahona Fernandes de Almeida	Suplente	30-05-2014	31-12-2016

*A 8 de agosto de 2016, o membro do Conselho Fiscal José Manuel Rodrigues Felgueiras renunciou ao cargo, com efeitos imediatos, tendo nessa ocasião assumido o cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal, para o mandato em curso, o membro suplente António Augusto de Barahona Fernandes de Almeida.

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº19.

Presidente: Manuel Batista Figueiredo.

Vogal: José Manuel Rodrigues Felgueiras.

Vogal: José Paulo Machado da Silva Alexandre da Fonseca.

Suplente: António Augusto de Barahona Fernandes de Almeida.

Pelo facto de no Acordo Parassocial celebrado entre a Refrigor, S.A., e o Grupo CGD, que estava em vigor aquando da eleição do Conselho Fiscal, estar previsto que este Grupo podia indicar o Presidente do Conselho Fiscal, a CMVM entendeu não ser independente o Presidente do Conselho Fiscal indicado nestes termos, ao contrário dos demais membros deste órgão.

O Presidente do Conselho Fiscal apresentou, a 14 de dezembro de 2011, ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, uma declaração na qual refere que:

- a) Tem uma relação laboral com a Caixa Capital, Sociedade de Capital de Risco, S.A., a qual é a entidade gestora do Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital, o qual era detentor de 10,50% do capital social da Sociedade, sendo as unidades de participação do mencionado fundo detidas maioritariamente por entidades em relação de domínio indireto com a mencionada entidade gestora;
- b) Não foi reeleito por mais de 2 mandatos e não incorre em nenhuma das incompatibilidades previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do citado código.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº21.

- Manuel Baptista Figueiredo - Mestrado em Ciências Empresariais, especialidade de Finanças Empresariais, no INDEG / ISCTE. Curso de Organização e Gestão de Empresas, no Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
 - Diretor Financeiro e Administrativo da Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.;
 - Administrador da Tradingpor – Empresa de Comércio Externo de Portugal S.A., entre 2008 e 2010;
 - Administrador da Mesquita ETVIA – Construção de Vias de Comunicação, S.A., entre 2009 e 2013;
 - Administrador da PP3E – Projectos e Participações em Empreendimentos de Energia Eléctrica, S.A., desde 2011;
 - Membro do Comité de Auditoria da Finpro, SCR, S.A. entre 2005 e 2014;
 - Membro do Conselho Fiscal da Vila Galé – Sociedade de Empreendimentos Turísticos, S.A., entre 2010 e 2015;
 - Presidente do Conselho Fiscal da SUMOL+COMPAL, S.A. desde 2011;
 - Presidente do Conselho Fiscal da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A. desde 2016.

- José Paulo Machado da Silva Alexandre da Fonseca - Licenciatura em Finanças no ISCEF – Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras,
 - Gerente da Consulmace, Consultoria e Gestão de Projectos e de Construção, Lda. , de 2003 a 2008;
 - Administrador da Internet Works, Sist. & Tec. Informação, S.A., de 2001 a 2012;
 - Administrador da Capsela, Sociedade Industrial Embalagens, S.A., de 1989 a 2009;
 - Gerente da Silverpage, Lda., em 2012 e desde 2016 até à data.

- José Manuel Rodrigues Felgueiras - Licenciatura em contabilidade e administração pelo ISCAL - Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (1974) e pós-graduado em análise financeira, pelo ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão.
 - Gerente da Vânia Costa e José Felgueiras, Lda. – sociedade em liquidação desde 2006 e liquidatário desde 2012;
 - Vogal do Conselho Fiscal da SUMOL+COMPAL, S.A. desde 2007;
 - Técnico Oficial de Contas de diversas sociedades.

- António Augusto de Barahona Fernandes de Almeida - Engenheiro Técnico.

- Presidente do Conselho de Administração da Embopar – Embalagens de Portugal, SGPS, S.A., desde 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Ponto Verde, desde 2008;
- Presidente do Conselho de Administração da Sasel - Sociedade de Águas da Serra da Estrela, S.A., de 1997 até 2005;
- Vogal do Conselho de Administração da Cibal – Distribuição de Bebidas e Alimentação, S.A., de 1999 até 2006;
- Vogal do Conselho de Administração da Sumolis – Companhia Industrial de Frutas e Bebidas, de 1999 até 2005;
- Vogal do Conselho de Administração da Refrigor, S.A., até 2001;
- Diretor da CIP – Confederação da Indústria Portuguesa até 2010;
- Vice Presidente da Associação Industrial Portuguesa, de 1997 a 1999;
- Presidente da Anirsf - Associação Nacional dos Industriais de Refrigerantes e Sumos de Frutos, de 1975 a 1981 e de 1990 a 2009;
- Diretor da FIPA – Federação das Indústrias Portuguesas Agro-Alimentares, em 1991 e 1992 e de 1994 a 1997.

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº24.

O regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal da Sociedade está disponível no sítio na Internet da Sociedade.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº25.

Durante o ano de 2016 realizaram-se 9 reuniões do Conselho Fiscal da Sociedade, estando nestas presentes todos os membros do Conselho Fiscal, com exceção de uma reunião na qual não esteve presente o membro já efetivo, à data, António Augusto Barahona Fernandes de Almeida (que substituiu o Dr. José Felgueiras, após renúncia deste último, no cargo de membro efetivo do Conselho Fiscal).

A participação de cada membro nas reuniões do Conselho Fiscal foi feita por presença efetiva, nunca tendo nenhum dos referidos membros sido representado por terceiros nas reuniões em causa.

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 26.

- Manuel Batista Figueiredo
 - Diretor Financeiro e Administrativo da Caixa Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.;
 - Administrador da PP3E – Projectos e Participações em Empreendimentos de Energia Eléctrica, S.A.
 - Presidente do Conselho Fiscal da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A.

- José Paulo Machado da Silva Alexandre da Fonseca
 - Gerente da Silverpage Lda;

- José Manuel Rodrigues Felgueiras
 - Liquidatário da sociedade Vânia Costa & José Felgueiras, Lda. – em liquidação;
 - Técnico Oficial de Contas da sociedade Angra Moura – Sociedade de Administração de Bens, S.A.;
 - Técnico Oficial de Contas da sociedade VDO, Lda.

- António Augusto de Barahona Fernandes de Almeida
 - Presidente do Conselho de Administração da Embopar – Embalagens de Portugal, SGPS, S.A.;
 - Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Ponto Verde;
 - Gerente da Mendes Vaz Pinto, Lda.;
 - Gerente da Zona Inédita, Lda..

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

Não foram estabelecidos quaisquer procedimentos ou critérios tendo em vista a intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

Não obstante, são cumpridos todos os requisitos legalmente previstos no que diz respeito a essa intervenção.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Nos termos do respetivo regulamento, compete ao Conselho Fiscal:

- a) fiscalizar a Administração da sociedade;
- b) vigiar pela observância da lei e do contrato de sociedade;
- c) verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
- d) verificar, quando o julgue conveniente e pela forma que entenda adequada, a extensão do caixa e as existências de qualquer espécie dos bens ou valores pertencentes à sociedade, ou por ela recebidos em garantia, depósito ou outro título;
- e) verificar a exatidão dos documentos de prestação de contas;
- f) verificar se as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adotados pela sociedade conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados;
- g) elaborar anualmente relatório sobre a ação fiscalizadora e dar parecer sobre o relatório, contas e propostas apresentadas pela Administração;
- h) convocar a Assembleia-Geral, quando o presidente da respetiva mesa o não faça, devendo fazê-lo;
- i) fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, do sistema de controlo interno e do sistema de auditoria interna, se existentes;
- j) receber as comunicações de irregularidades apresentadas por Acionistas, Colaboradores da sociedade ou outros;
- l) contratar a prestação de serviços de peritos que coadjuvem um ou vários dos seus membros no exercício das suas funções, devendo a contratação e a remuneração dos peritos ter em conta a importância dos assuntos a eles cometidos e a situação económica da sociedade;
- m) cumprir as demais situações constantes da lei ou do contrato de sociedade;
- n) fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- o) propor à Assembleia Geral a nomeação do revisor oficial de contas;
- p) fiscalizar a revisão de contas aos documentos de prestação de contas da sociedade;
- q) avaliar o trabalho do Revisor Oficial de Contas e fiscalizar a respetiva independência, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- r) verificar a regularidade da prestação de caução ou contratação de seguro de responsabilidade civil por parte dos Administradores e dos membros do próprio Conselho Fiscal.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS**39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.**

Revisor Oficial de Contas Efetivo: PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Jorge Manuel Santos Costa ou António Joaquim Brochado Correia.

Revisor Oficial de Contas Suplente: José Manuel Henriques Bernardo.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

O Revisor Oficial de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., exerce consecutivamente funções junto da sociedade há cerca de 6 anos, desde 29 de abril de 2011.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

Para além de serviços de revisão de contas foram prestados pelo Revisor Oficial de Contas à sociedade serviços de consultoria fiscal e económico-financeira, detalhados no capítulo seguinte.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

A função de auditor externo é desempenhada pelo Revisor Oficial de Contas Efetivo PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Jorge Manuel Santos Costa ou António Joaquim Brochado Correia.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O Auditor externo PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, exercem consecutivamente funções junto da sociedade há cerca de 6 anos, desde 29 de abril de 2011.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Não existe uma política de rotação do auditor externo, sem prejuízo da previsão legal de períodos máximos de permanência deste em funções.

Em assembleia geral realizada em 29 de abril de 2011 foi eleito um novo auditor externo da sociedade – PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., dando, nessa altura, cumprimento à recomendação de rotação do auditor externo.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

O Conselho Fiscal faz, no seu relatório anual, uma avaliação do auditor externo PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda..

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Para além de serviços de auditoria, foram realizados pelo auditor externo para a sociedade serviços de consultoria fiscal e económico-financeira.

O sistema de gestão da sociedade tem um macro processo de compras que estabelece em geral a forma de aquisição de bens ou serviços. São, neste, descritos os procedimentos que devem ser cumpridos, incluindo a identificação das necessidades, avaliação das propostas para prestação dos serviços e autorização e contratação dos mesmos.

A contratação de trabalhos, distintos dos de auditoria ao auditor externo, advém da necessidade da sociedade obter pareceres de natureza técnica sobre temáticas específicas de natureza fiscal e económico-financeira e o facto de se entender que o auditor aportará maior valor, eficiência e celeridade aos serviços requeridos, uma vez que possui um maior e melhor conhecimento das especificidades das atividades desenvolvidas pela sociedade, obtidos no âmbito da realização das mesmas.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de maio):

Pela Sociedade*

- Valor dos serviços de revisão de contas (€)	15.973,00 € / 24 %
- Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	- € / - %
- Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	- € / - %
- Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	1.800,00 € / 3 %

Por entidades que integrem o grupo*

- Valor dos serviços de revisão de contas (€)	45.446,00 € / 70 %
- Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	- € / - %
- Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	- € / - %
- Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	1.950,00 € / 3 %

* Incluindo contas individuais e consolidadas

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

Não existem nos estatutos da Sociedade quaisquer regras específicas sobre a forma pela qual poderá proceder-se à sua alteração.

Aplica-se, pois, a este respeito o que sobre a alteração de estatutos se dispõe no Código das Sociedades Comerciais.

II. Comunicação de irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

A Sociedade aprovou uma política de comunicação de irregularidades.

A política de comunicação de irregularidades pretende estimular as comunicações internas de práticas não conformes de maneira a prevenir ou reprimir irregularidades quanto antes, evitando danos agravados pela continuidade de tais práticas.

A política define o que se entende por irregularidades alegadamente ocorridas no seio da Sociedade, quais os meios que se devem utilizar para a sua comunicação e quem devem ser os recetores, bem como garante a confidencialidade no tratamento da mesma e a não identificação do emissor.

Assim, nos termos da referida política, a comunicação de uma irregularidade alegadamente ocorrida poderá ser feita por escrito. As irregularidades detetadas serão comunicadas ao Conselho Fiscal, por e-mail ou carta.

Prevê também a política adotada que, no caso da alegada irregularidade envolver uma situação de conflito de interesses com algum membro do Conselho Fiscal, esta deverá ser feita diretamente ao Presidente do Conselho de Administração.

A comunicação de irregularidades deverá conter uma descrição tão detalhada quanto possível dos factos que a suportam.

O Conselho Fiscal assumiu o compromisso de efetuar todas as diligências adequadas para verificar a existência ou não da alegada irregularidade e de averiguar todos os factos suscetíveis de consubstanciarem irregularidades, com exceção de eventuais comunicações anónimas, casos em que não existe qualquer garantia ou obrigatoriedade de apreciação.

Desde a comunicação da irregularidade pelo colaborador até à apresentação das conclusões sobre a averiguação da mesma não poderão decorrer mais de 15 dias.

Sempre que o denunciante tenha requerido a confidencialidade da sua identidade, esta manter-se-á unicamente do conhecimento do destinatário imediato da comunicação.

Após terminado o processo de averiguação, na sua sequência e sempre que tal seja recomendável ou necessário, a SUMOL+COMPAL ou os órgãos sociais de qualquer outra sociedade por esta dominada, ou qualquer outra estrutura organizativa daquelas sociedades à qual sejam comunicadas as conclusões do processo de avaliação, deverão adotar as medidas que entendam necessárias para suprir a irregularidade comunicada e comprovada pelo processo em causa.

A SUMOL+COMPAL assegura a quem comunique quaisquer irregularidades que não permitirá, como consequência de tal comunicação, a demissão, a suspensão, o assédio ou a suspensão ou a retenção de pagamentos que lhe sejam devidos, salvo se o denunciante tiver tido intervenção na prática de qualquer irregularidade objeto de denúncia ou caso este tenha comprovadamente atuado de má fé ao proceder à comunicação sabendo ou não devendo desconhecer que a mesma não tinha fundamento.

III. Controlo interno e gestão de riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

O departamento de Planeamento e Sistema de Gestão assegura a integração do modelo de sistema de gestão instituído, gerindo a plataforma onde constam os documentos da gestão de topo, políticas, procedimentos, estruturas, macro-processos e processos, instruções de trabalho, etc... Inclui o modelo e as práticas de controlo interno existentes na empresa, bem como a coordenação primária do processo de gestão do risco.

Cabe ao Gabinete de Auditoria Interna, dirigido pelo Dr. José Inácio Bonecas a função de testar, avaliar e propor melhorias aos procedimentos de controlo interno e às práticas instituídas.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

A criação do sistema de controlo interno e de gestão de riscos cabe à Comissão Executiva, sendo o seu primeiro responsável o Presidente desta Comissão.

O Gabinete de Auditoria Interna reporta, hierárquica e funcionalmente, ao Presidente do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal, no âmbito das suas competências, procede à fiscalização dos dois sistemas, de acordo com os dados que lhe são fornecidos.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

As áreas funcionais onde os eventos de riscos são passíveis de ocorrência são também responsáveis pela sua participação no processo em curso de gestão de risco, nomeadamente na identificação, análise, avaliação e controlo do risco. São os responsáveis pela manutenção de planos de mitigação (redução da probabilidade de ocorrência) e de planos de contingência (minimização dos impactos em caso de ocorrência) quando aplicáveis.

Identificaram-se os seguintes grupos de riscos: (i) riscos de mercado; (ii) riscos na cadeia de abastecimento de materiais e serviços; (iii) riscos associados a stakeholders; (iv) riscos operacionais e patrimoniais; (v) riscos financeiros; (vi) risco de natureza legal; e (vii) riscos associados a sistemas de informação. Foi nomeado um coordenador para cada um destes grupos de riscos.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

São compreendidos como risco os fatores que possam influenciar as estruturas nos mercados, onde a SUMOL+COMPAL está presente, afetando a atividade e os negócios neles desenvolvidos, impactando por sua vez na *winning aspiration* ambicionada pela SUMOL+COMPAL, nomeadamente:

- (i) Ser uma empresa de referência internacional em bebidas de frutos e de vegetais;
- (ii) Liderar os mercados de bebidas de frutos e de vegetais em Portugal, Angola, Moçambique e África francófona;

(i) Riscos de mercado

Geografias

Os produtos da SUMOL+COMPAL estão presentes em mais de 60 países. A procura de novos mercados, bem como o desenvolvimento de alguns deles, tem contribuído para a redução da

dependência do mercado português, o qual continua a ser preponderante. De facto, depois de uma forte contração do mercado em Portugal nos anos de 2011 e 2012, temos vindo a assistir a uma gradual recuperação do consumo nos anos subseqüentes.

Por outro lado, nos mercados externos o desenvolvimento faz-se de forma orgânica, tendo-se especial atenção aos mercados de Moçambique e Angola, onde a SUMOL+COMPAL dispõe de unidades produtivas. A recente crise de consumo em Angola, motivada pela redução das receitas do petróleo de que aquele país se encontra dependente, está a ser alvo de acompanhamento específico, procurando-se minimizar os impactos na atividade. O mercado Angolano estaria comprometido se não existisse capacidade produtiva local, cujo risco é partilhado com parcerias locais.

A procura de oportunidades de negócio noutros países recorrendo a parcerias de licenciamento (produção e distribuição) das marcas da SUMOL+COMPAL constituirá um negócio adicional que permitirá também dispersar o risco de mercado por diferentes geografias.

Condições climatéricas e ciclo económico

O mercado das bebidas de alta rotação apresenta em geral sazonalidade das vendas e o seu consumo é marcadamente influenciado pelas condições climatéricas. Isto quer dizer que, em cada ano, as condições climatéricas influenciam a evolução das vendas. Por outro lado, o ciclo económico tem também alguma influência naquela evolução. Na SUMOL+COMPAL procura-se contrariar estes efeitos investindo permanentemente no valor das marcas de forma a sedimentar a lealdade dos consumidores e diversificando as vendas por mercados geográficos.

Estrutura das vendas

A estrutura de vendas da SUMOL+COMPAL serve os canais de distribuição que estão organizados para disponibilizarem o produto para consumo "em casa" ou "fora de casa", utilizando vendas indiretas, ou seja, por intermédio de retalhistas, Cash&Carry, distribuidores, distribuição própria no canal Horeca ou importadores (mercados externos). Cada um dos canais e/ou sub-canais dispõe de uma estrutura de vendas diferente, recursos diferentes, dimensão e grau de concentração diferentes, e consequentemente apresentam margens diferentes. A SUMOL+COMPAL dispõe de contratos de vendas com os grandes clientes de forma a regulamentar a relação entre ambos, não havendo contudo qualquer obrigatoriedade de mínimos de aquisição, mas dispondo de mecanismos de promoção das vendas. No canal Horeca, a SUMOL+COMPAL desenvolve contratos de fidelização em que, mediante contrapartidas, o cliente obriga-se a mínimos de aquisição num determinado horizonte temporal.

Situação geopolítica

A situação geopolítica de cada momento e as políticas económicas dos governos podem ter um grande impacto na nossa estratégia, quer interna, quer de internacionalização. A SUMOL+COMPAL acompanha de perto a situação de Portugal, Angola e Moçambique onde dispõe de ativos diretos. Em Portugal a atenção resulta da recente crise da dívida soberana, os seus impactos na economia real e as suas consequências na política fiscal do Estado sobretudo nas consequências diretas e indiretas que esta tenha na indústria onde a sociedade opera. Em Angola a forte redução do preço do petróleo, registada em 2015, com a conseqüente baixa de divisas disponíveis impõem alterações político-económicas com consequências no consumo e nas transações. Em Moçambique o abrandamento do investimento externo no promissor setor energético atenua o crescimento económico esperado.

Posição competitiva no mercado de bebidas de alta rotação

Tem-se assistido em anos recentes a uma consolidação nos vários mercados de bebidas de alta rotação, tornando-os cada vez mais globalizados. Na prática, as grandes empresas têm

adquirido outras de menor dimensão. Este fenómeno é sentido na própria indústria, mas também a montante junto dos fornecedores e a jusante junto dos clientes. A SUMOL+COMPAL tem uma posição sólida nas bebidas de alta rotação em Portugal (é líder no segmento das bebidas refrescantes não alcoólicas), mas à escala global é uma pequena/média empresa que tem definido como um dos vetores estratégicos de crescimento o desenvolvimento de negócios noutros mercados geográficos. Este caminho só é possível com uma posição no mercado interno sólida, uma estrutura financeira robusta e uma capacidade de desenvolver negócios em diferentes mercados que lhe permita ambicionar uma posição sólida noutras geografias.

Reputação das marcas

A reputação das marcas com que a SUMOL+COMPAL trabalha é um dos fatores mais importantes para a satisfação dos seus consumidores. Além do risco de má reputação de uma marca da sociedade, risco esse que é crescente com a abertura das marcas ao exterior (redes sociais), a SUMOL+COMPAL está sujeita a impactos que possam surgir de problemas de má reputação noutros países com as marcas de terceiros que fazem parte do seu portefólio. Faz parte da estratégia das marcas da SUMOL+COMPAL disporem de uma forte dinâmica de comunicação e inovação, a qual contribui positivamente para o valor da marca.

(ii) Riscos na cadeia de abastecimento de materiais e serviços

Constitui um risco para o negócio da SUMOL+COMPAL depender de fornecimentos de terceiros sem alternativas. Mesmo com alternativas, existe o risco da SUMOL+COMPAL sofrer impactos negativos ao nível reputacional, legal ou de fornecimento, motivados por ocorrências na cadeia de abastecimento, quer a montante, quer a jusante das operações da SUMOL+COMPAL.

Esse risco pode ter origem em várias fontes, importando dar especial acompanhamento às situações onde haja (i) fornecedores exclusivos de materiais e serviços críticos, (ii) materiais ou serviços com um só fornecedor aprovado, (iii) custos desadequados, (iv) não cumprimento dos requisitos, legais ou da SUMOL+COMPAL, por parte dos fornecedores, (v) aquisição de bens não necessários ou desadequados, (vi) compra de bens/serviços equivalentes sob condições comerciais diferentes, (vii) favorecimento de fornecedores e (viii) corte de abastecimento por atraso de pagamento a fornecedores.

A SUMOL+COMPAL tem instituída uma política de centralização das compras dos bens e serviços relevantes, acreditando que tal prática dota a organização de uma estrutura especializada e dedicada à procura, seleção, acompanhamento e avaliação de fornecedores, tendo a capacidade de implementar procedimentos que garantam boas práticas e incorporem a mitigação dos referidos riscos.

(iii) Riscos associados a stakeholders

A SUMOL+COMPAL, enquanto parte integrante da sociedade e das comunidades onde se insere e com quem interage, tem a capacidade de influenciar perceções nos outros e de ser ela própria condicionada, com repercussões na sua atividade e desempenho.

De forma a salvaguardar um excelente relacionamento com o meio humano com que interage, a SUMOL+COMPAL dispõe hoje de práticas que a ajudam nesse domínio, para além do cumprimento dos requisitos legais:

- Responsabilidade corporativa ativa com foco na sustentabilidade;
- Práticas de certificação em qualidade, ambiente e segurança alimentar;
- Código de conduta;
- Código de Conduta de Fornecedores
- Política Ambiental

- Política de segurança e qualidade alimentar
- Política de Segurança no Trabalho

Colaboradores

Constitui um risco para o desenvolvimento do negócio da SUMOL+COMPAL o facto de não se conseguir ter profissionais com as competências adequadas, pelo que é crítico identificar, atrair e reter talento. De igual modo, a dependência da SUMOL+COMPAL de pessoas que, pelas suas competências, conhecimentos, grau de experiência e/ou trajeto profissional, sejam dificilmente substituíveis, constitui um risco para a Empresa. Estes riscos são mitigados através da adoção de políticas de recursos humanos adequadas e da implementação de ferramentas que facilitam a sua execução. Desta forma, a SUMOL+COMPAL procura, por um lado, reter os melhores profissionais e, por outro lado, reter na organização o conhecimento desenvolvido pelos colaboradores através da plataforma do Sistema de Gestão.

Num quadro de crescente mobilidade internacional, são definidos procedimentos que procuram mitigar o risco associado aos processos de deslocalização de colaboradores.

Parceiros

A SUMOL+COMPAL assume as suas responsabilidades económicas, sociais e ambientais e entende dever privilegiar relações prolongadas e de confiança com fornecedores que defendam e pratiquem princípios semelhantes. A SUMOL+COMPAL assume que tem um papel importante na difusão de boas práticas em matérias ambientais e sociais e que, por isso, deve tomar medidas no sentido de influenciar positivamente as entidades, a montante, com quem mantém relações comerciais. Para isso e para evitar riscos inerentes à imagem, a incumprimentos legais e de fornecimento, a SUMOL+COMPAL instituiu em 2016 um Código de Conduta de Fornecedores.

Constitui um risco para a SUMOL+COMPAL a continuidade no tempo da relação com os parceiros de negócio, nomeadamente dos detentores de marcas internacionais. A capacidade de gestão e bom relacionamento com os parceiros tem sido um fator crítico de sucesso para a captação e manutenção de parcerias.

Comunidades

A reputação e a credibilidade da SUMOL+COMPAL são aspetos críticos para uma organização que gere marcas, já que a sua eventual afetação pode traduzir-se numa redução da procura e grau de preferência e de fidelização. A SUMOL+COMPAL e as suas marcas poderão enfrentar ocorrências passíveis de terem efeitos negativos, entre as quais podemos salientar as crises relacionadas com questões de segurança e higiene alimentar, com incidentes que provoquem mortos ou feridos graves ou outras situações passíveis de comunicação massiva negativa por parte dos órgãos de comunicação social ou das redes sociais.

Para além do conjunto de Valores definidos, a SUMOL+COMPAL tem em vigor um Código de Conduta que vincula a atuação de todos os colaboradores da Empresa, independentemente do país em que trabalhem. Adicionalmente está implementada uma Política de Comunicação de Irregularidades que visa evitar que desvios ou procedimentos irregulares, repetidos ou não, possam colocar em risco a boa imagem e a reputação da SUMOL+COMPAL ou ter efeitos patrimoniais negativos.

Dada a forte dependência nos processos industriais da SUMOL+COMPAL dos recursos naturais água e energia, constitui um risco para o desenvolvimento sustentado do negócio da SUMOL+COMPAL a sua falta ou escassez. A poluição ambiental causada pela contaminação das linhas de água, do solo e da atmosfera, com agentes poluentes, tem um efeito negativo no equilíbrio do planeta, causando danos na saúde humana, nos seres vivos e nos ecossistemas, levando a uma degradação ambiental. Procuramos minimizar estes riscos através da implementação sistemática de soluções técnicas e comportamentais, que visem a redução de consumos e da emissão de poluentes.

(iv) Riscos Operacionais e Patrimoniais

A SUMOL+COMPAL entende como riscos operacionais os eventos que potencialmente possam causar perdas e ou desvios relevantes nos objetivos da empresa (estratégicos ou operacionais) originados por erro ou omissão na decisão, por processos inadequados, por erro humano ou de sistema ou ainda derivado de fatores exógenos, associados às operações da empresa.

A gestão destes riscos passa pela definição clara de linhas de orientação estratégica e de uma estrutura hierárquica adequada que garanta mecanismos eficazes de controlo e supervisão a todos os níveis da organização, complementada com políticas, procedimentos de controlo interno e planos de emergência que visam assegurar a continuidade do negócio, bem como pela externalização do risco mediante a contratação de apólices de seguro.

Segurança alimentar

A SUMOL+COMPAL desenvolve a sua atividade na produção e distribuição de bebidas e preparados de vegetais e de tomate, pelo que o risco de contaminação, química ou biológica, que possa ocorrer nos produtos disponibilizados pela SUMOL+COMPAL representa uma preocupação constante. Todas as operações, quer de produção, quer de distribuição, têm em vigor procedimentos que visam impedir qualquer tipo de contaminação, garantindo o cumprimento dos planos HACCP, e a existência de mecanismos de controlo e liberação de produto. A adoção de referenciais normativos de certificação em qualidade e em segurança alimentar asseguram a adoção das melhores práticas em matéria de segurança alimentar. Por estas razões o risco associado a este tipo de eventos é baixo. Contudo qualquer evento desta natureza, embora pouco provável, pode assumir um impacto negativo de grandes proporções, razão pela qual a gestão de topo continuará a envidar os esforços necessários ao reforço dos processos de gestão que reduzam ao mínimo o risco desta tipologia.

Falha na produção de bebidas

A atividade de produção está sujeita a uma série de eventos que a podem colocar em causa, mesmo por um período longo de tempo se forem de gravidade extrema. Está implementado um conjunto de controlos adequados à mitigação deste risco, sem prejuízo de se manterem e aprofundarem atividades de controlo para prevenir a ocorrência deste tipo de eventos. Em concreto (i) falhas no abastecimento de água ou de energia, (ii) incêndios, sabotagens e riscos semelhantes, e (iii) falhas no abastecimento de matérias-primas ou de serviços de manutenção.

Falha na cadeia de abastecimento

Constitui um risco com impacto potencialmente grave a rutura no abastecimento por erro, omissão ou falha no processo de planeamento (previsão de vendas, planeamento de produção e aprovisionamentos) e aquisição dos bens e serviços necessários à produção e distribuição dos produtos da SUMOL+COMPAL.

A existência de procedimentos de planeamento e controlo da atividade, assentes em ferramentas de suporte informático, bem como uma adequada política de aprovisionamento de produtos garantem uma fraca probabilidade deste risco ocorrer.

Catástrofes naturais

Os eventos associados a este tipo de riscos (sismos, inundações, eventos meteorológicos, etc.) podem ser catastróficos e afetar várias atividades operacionais em simultâneo. Os impactes podem ocorrer de forma direta sobre a atividade, quando tais eventos perturbam as operações executadas pela SUMOL+COMPAL, ou de forma indireta, quando afetam a cadeia de abastecimento. Assume especial relevo o impacto meteorológico na produção das frutas e

vegetais e a perturbação logística na receção ou expedição de produtos. A segurança das infraestruturas face à ocorrência de catástrofes naturais, a diversificação da origem dos produtos e dos fornecedores e a identificação de produtos substitutos constituem, entre outros, elementos determinantes na mitigação dos efeitos originados por este tipo de eventos.

A SUMOL+COMPAL dispõe de cobertura de risco para fenómenos desta natureza.

Falha de segurança

Os eventos associados a este tipo de riscos podem assumir várias formas (sabotagem, roubo, vandalismo, etc.) e podem também afetar várias atividades operacionais em simultâneo, embora tenham impactos prováveis mais reduzidos que os anteriores. Trata-se de uma preocupação relativamente recente, mas com importância acrescida. A prevenção deste tipo de eventos passa também pela implementação do projeto de Segurança Integrada das instalações, o qual constitui mais um elemento para a obtenção das certificações em segurança alimentar, que abrangem o designado FOOD DEFENSE. Adicionalmente encontra-se em avaliação a subscrição de seguros específicos para estes riscos.

(v) Riscos Legais

Este risco está inerente ao facto de a SUMOL+COMPAL estar sujeita a legislação que regulamenta, enquadra e delimita a sua atividade, com eventos potenciais de responsabilização civil e ou patrimonial.

Enquadramento legislativo

O risco está associado a diversas dimensões (lei geral, específica do sector, laboral, normas de relato financeiro, do mercado de capitais, etc.) potenciadas pela expansão geográfica do negócio, ou seja, sujeita a enquadramentos legais de diferentes estados, resultando num incremento da complexidade, multiplicidade e diversidade legislativa e regulatória que a SUMOL+COMPAL tem que gerir e cumprir. Neste âmbito, estão definidas as áreas com a responsabilidade de obterem e partilharem as alterações regulatórias que vão ocorrendo de forma a lhes dar cumprimento. Para além disso, a SUMOL+COMPAL tem um Gabinete Jurídico interno, coadjuvado quando necessário por consultores externos, que acompanha o desenvolvimento da atividade, avaliando também os riscos existentes aquando da celebração de contratos ou outros negócios, e que procura salvaguardar a sua ocorrência.

Enquadramento fiscal

Este risco resulta do facto da SUMOL+COMPAL estar sujeita a regulamentação fiscal que impacta em termos económicos e financeiros a sua rentabilidade e o seu património. O risco é sobretudo função de três dimensões: tributação sobre o rendimento, sobre o património e sobre a despesa. A estas dimensões há que acrescer uma realidade cada vez mais relevante e atual de tributação específica sobre o consumo de produtos associados a determinado tipo de composição. Neste contexto, os impostos genericamente designados por “Impostos Especiais de Consumo” que, no setor das bebidas refrescantes em termos internacionais têm vindo a assumir uma vertente de “Fat Tax”, tributando nomeadamente a respetiva incorporação e teor de açúcar, são uma realidade cada vez mais impactante sobre esta indústria. Em 2017, está confirmada a entrada em vigor de um imposto com estas características em Portugal o qual irá impactar e incidir sobre uma parte significativa do *portefólio* da SUMOL+COMPAL. Acresce ainda a complexidade de todo um quadro legal de diversas situações conducentes a benefícios fiscais. Dada a conjuntura atual de forte “apetite e agressividade” no sentido da captação de receita fiscal, perante um enquadramento regulamentar instável, com um forte impacto da fiscalização, do agravamento das coimas aplicáveis e das exigências declarativas, este é um risco cuja gestão é crítica. Neste âmbito, a SUMOL+COMPAL dispõe dos recursos internos que

asseguram o estrito cumprimento das exigências da autoridade fiscal, coadjuvados por consultores externos especializados nesta área.

(vi) Riscos Financeiros

A SUMOL+COMPAL encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado (que inclui riscos cambiais, de taxa de juro e de preço), risco de liquidez e risco de crédito.

Crédito

Compreende o risco inerente ao facto de uma contraparte da SUMOL+COMPAL não liquidar financeiramente as suas obrigações contratuais, resultando daí uma perda financeira para a SUMOL+COMPAL. Este risco ocorre, essencialmente, nas suas atividades operacionais e de tesouraria. O Risco de Crédito nas operações está relacionado com Contas a Receber originadas, na sua maioria, por vendas a Crédito a Clientes. O risco das atividades de Tesouraria resulta maioritariamente de produtos financeiros e disponibilidades monetárias contratualizados e sob controlo de terceiros.

Os eventos que podem dar origem a este tipo de riscos derivam da falta de liquidez e/ou insolvência de devedor, do incumprimento contratual ou fraude do devedor ou ainda da insolvência da contraparte financeira.

A SUMOL+COMPAL tem implementada uma política de atribuição de crédito baseada na permanente avaliação do risco do cliente e controlo do seu saldo e plafonamento.

A atribuição de crédito pressupõe a atribuição de condições de recebimento (prazo) e simultaneamente da atribuição de um plafond (saldo máximo). Tais atribuições são baseadas na avaliação do risco por uma equipa especializada, suportada por ferramentas de tecnologia de informação específicas, trabalhando em estreita colaboração com as áreas comerciais da empresa e prestadores externos de informações deste tipo.

Adicionalmente, a SUMOL+COMPAL possui o seu risco de crédito coberto por apólices que abrangem as transações em território nacional e as exportações e aderiu às coberturas nacionais disponibilizadas pelo Estado Português com claras vantagens nos montantes cobertos e nos custos inerentes.

A equipa dedicada à gestão de crédito também assegura o controlo dos recebimentos dentro dos prazos acordados e atua quer nas diligências de cobranças em atraso, quer na análise de saldos potencialmente incobráveis mediante a sua antiguidade. Sempre que verificados determinados pressupostos de risco de incobrabilidade, a SUMOL+COMPAL procede aos respetivos ajustamentos nas suas contas.

Liquidez

Na gestão do risco de liquidez, a SUMOL+COMPAL procura garantir que a sua dívida financeira tem maturidades adequadas à perspetiva de evolução do seu negócio e do *cash-flow* gerado. Desta forma, procura-se assegurar que, dentro de um intervalo de variação aceitável do negócio, a SUMOL+COMPAL dispõe de liquidez para honrar os seus compromissos financeiros derivados de necessidades das operações correntes, de investimentos, de remuneração dos acionistas ou ainda derivados do serviço da dívida. Assim, para além dos financiamentos de médio e longo prazo contratados, a SUMOL+COMPAL tem contratadas linhas de curto prazo (descobertos, contas correntes e caucionadas) junto de várias instituições financeiras, que garantem a liquidez suficiente para as suas necessidades de curto prazo. Adicionalmente, é de referir que as linhas contratadas não estavam utilizadas na sua totalidade, no final do exercício corrente.

A gestão das necessidades de liquidez tem por base quer o planeamento estratégico na perspetiva de médio/longo prazo, quer o planeamento operacional para as necessidades de curto prazo. Esta gestão é feita em todo o grupo SUMOL+COMPAL, incluindo as necessidades de

liquidez das subsidiárias em Angola e Moçambique, sendo determinante para a estruturação da dívida em todo o Grupo.

A SUMOL+COMPAL tem ainda acordado junto dos seus principais parceiros financeiros a possibilidade de contratar operações de *factoring* e *confirming*. Aliás, tem sido prática recorrer de uma forma corrente a este tipo de instrumentos sempre que exista benefício operacional e financeiro para a SUMOL+COMPAL.

Taxa de juro

Uma parte significativa da atividade da SUMOL+COMPAL é financiada por capitais alheios, nomeadamente por dívida bancária. Tal pressupõe a assunção dos respetivos encargos. Estes podem variar pela oscilação do montante em dívida a cada momento, próprio de uma atividade que dispõe de forte sazonalidade, ou pela variação dos encargos bancários. Nestes últimos, a taxa de juro incorpora uma componente que varia em função dos mercados financeiros (como a EURIBOR) que representa para a SUMOL+COMPAL um fator de risco relevante e não controlável.

A SUMOL+COMPAL tem definida uma política de redução da sua exposição às variações da taxa de juro que pressupõe a cobertura até 50% do montante em dívida com recurso à contratualização de instrumentos financeiros.

O acompanhamento da evolução das taxas de juro e as expectativas de evolução futura, ditarão a necessidade de ajustamento da política praticada.

Taxa de câmbio

O risco cambial tem a sua origem (i) nas transações efetuadas em moeda estrangeira, quer seja na compra (bens ou serviços), quer seja na venda e (ii) nos ativos e passivos detidos em moeda estrangeira.

Os primeiros podem ter dois tipos de impacto na organização: (i) uma perda ou um ganho operacional conforme a variação cambial seja desfavorável ou favorável ao preço da operação subjacente (compra ou venda) e (ii) pela variação cambial ocorrida entre o momento da compra e o momento do seu pagamento.

A SUMOL+COMPAL procura reduzir os impactos negativos da volatilidade cambial privilegiando as importações em moeda nacional (euros), obtendo recebimentos de clientes em USD que permita pagar importações na mesma moeda reduzindo assim a necessidade de efetuar aquisições de USD e ainda através da contratação de instrumentos de cobertura, nomeadamente a contratação de *forwards* cambiais ou da fixação de câmbios com os seus fornecedores. A política de cobertura definida tem como objetivo mitigar o risco em cerca de 50% desta exposição.

Quanto aos ativos detidos pela SUMOL+COMPAL em moeda estrangeira, nomeadamente às subsidiárias em Angola e Moçambique, existe a consciência que o processo de internacionalização com operações diretas implica um acréscimo significativo da exposição a este risco. A implementação de políticas e regras operacionais das operações admitidas, bem como de procedimentos de acompanhamento e controlo desta variável são determinantes para a manutenção do nível deste risco em patamares admissíveis.

Finalmente, à semelhança do que tem ocorrido nos anos anteriores e tendo em conta a extrema volatilidade registada nos mercados cambiais, em especial com Angola, continuará a ser efetuado um acompanhamento regular desta variável e será reavaliada a necessidade de fixar novas posições que se considerem adequadas para a SUMOL+COMPAL.

(vi) Tecnologias de informação

A sofisticação das tecnologias de informação implementadas na SUMOL+COMPAL ao longo dos últimos anos, tem permitido ganhos de eficiência mas também um incremento da dependência das mesmas. O seu impacto pode ser visto em dois planos: (i) eventos nas infraestruturas que provoquem rutura no seu normal funcionamento e conseqüentemente um prejuízo sério pelo facto de não ser possível assegurar um nível normal e eficiente das operações, afetando clientes, processos de produção, distribuição, faturação, etc. e (ii) geração e controlo de conteúdos de informação, quer seja pela ausência de informação económica, financeira, contabilística e fiscal mínima necessária para o cumprimento de requisitos legais, monitorização da atividade ou suporte à decisão, quer seja, pela manutenção dos controlos de acesso e divulgação de quem usa a informação.

Os eventos que podem dar origem a este tipo de riscos podem sobretudo derivar de (i) requisitos de sistemas e rede inadequadamente definidos e/ou implementados, da (ii) quebra de segurança física de equipamentos, da (iii) quebra nos serviços prestados por terceiros, havendo a prática, indispensável, de manter competências internas suficientes para não criar dependência funcional de nenhuma entidade externa, da (iv) falha na gestão de acessos lógicos à infraestrutura, da (v) falha na operação e monitorização das infraestruturas e da (vi) falha na gestão de *backups*.

A SUMOL+COMPAL está ciente que, embora pouco provável, qualquer evento que perigüe a plataforma informática poderá ter conseqüências muito graves. Por essa razão são mantidos um conjunto de procedimentos e práticas de mitigação da probabilidade de ocorrência, nomeadamente:

- i. Não havendo sistemas de informação invioláveis, estão montados os procedimentos de segurança julgados adequados, nomeadamente através da manutenção de *firewalls*, de uma virtual *private network* apenas acessível com os códigos de utilizador e *password*, de um *intrusal detector system* e de uma política de *passwords* forte ao nível de equipamentos de gestão da rede de dados, de servidores e de equipamentos pessoais;
- ii. Sistema de gestão de *storage* e de *backup* avançado que permite, para as aplicações críticas da SUMOL+COMPAL, uma eliminação quase completa do risco de perda de dados e uma diminuição muito significativa do tempo previsto para operações de *recovery* em quaisquer circunstâncias porque no processo que suporta esse sistema está incluída a manutenção de réplicas das bases de dados críticas e cópias de segurança dos dados geograficamente deslocalizadas, aptas para serem colocadas a funcionar no *datacenter* de DRS;
- iii. Utilização de sistemas *cluster* de alta disponibilidade para os servidores que suportem aplicações críticas ao negócio;
- iv. Política restritiva na gestão de *desktops* e *laptops*, política essa que inclui a inibição de instalação pelos utilizadores de qualquer tipo de *software*. Este procedimento garante a certificação prévia de todo o *software* pela área dos sistemas de informação da Empresa e a ausência de *software* não licenciado

Quanto ao risco de acesso a informação não necessária, partilha com terceiros ou retenção pelo próprio colaborador, está em fase de implementação de uma nova política de classificação da informação e dos perfis de acesso pelos colaboradores suportada por plataforma informática específica.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

O sistema de controlo interno é baseado numa organização por processos que estão agrupados em macroprocessos, em geral, sob a responsabilidade de um administrador executivo. Os

gestores são responsáveis pela manutenção dos seus processos. Cada um destes processos tem os necessários *inputs*, fluxos subsequentes e os correspondentes *outputs*, bem como documentos específicos de detalhe, procedimentos e instruções associados ao processo. Regularmente é efetuada a revisão pela gestão, ou seja, a avaliação do desempenho e eficácia do sistema, que constitui um requisito da certificação ISO 9001, identificando-se oportunidades de melhoria.

De entre os vários documentos de topo partilhados na organização, destaca-se pela sua relevância o procedimento de autonomias financeiras. Este define e atribui, em função dos níveis hierárquicos, as regras e os limites para a assunção de compromissos com impacte financeiro em nome da SUMOL+COMPAL.

A gestão de risco constitui um processo que a SUMOL+COMPAL, ciente da sua importância crescente no mundo atual, tem vindo a promover. De facto, não existindo um modelo pré-concebido de utilização universal, cabe à empresa estruturar o processo de gestão de risco de acordo com a sua própria realidade. O modelo tem-se baseado na atribuição de um responsável (com reporte e supervisão da Comissão Executiva) pela coordenação que identifica os macro-riscos e indica para cada um deles a área responsável pela sua análise, detalhe, avaliação e formas de mitigação. Contudo, com vista a uma maior participação e disseminação na empresa do processo de gestão de risco, foi adotado um novo processo de gestão do risco descentralizado com clara definição da matriz de responsabilidades, cuja execução se encontra em fase de implementação. A sistemática de identificação de novos riscos, a sua análise e avaliação bem como a definição de planos de mitigação (redução da probabilidade de ocorrência) e de planos de contingência (minimização dos impactes em caso de ocorrência), deverão obedecer a um processo *standard* para qualquer que seja a área e risco implicado.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-A, n.º 1, al. m).

A informação financeira anual e semestral só é divulgada após autorização do Conselho de Administração após proposta da Comissão Executiva, que procede aos correspondentes testes prévios de validação. No caso da informação financeira anual, esta exige também validação do auditor externo e do Conselho Fiscal.

De forma a salvaguardar a informação financeira, está definida uma política de acessos e de divulgação interna da informação sensível bem como é obtida declaração de obrigação de confidencialidade por parte dos colaboradores com acesso a tal informação.

IV. Apoio ao Investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

A Empresa tem um Gabinete de Apoio ao Investidor cujas funções são a disponibilização da informação que se julga relevante para os investidores e o contacto direto com esses mesmos investidores e com os meios de comunicação.

O responsável deste Gabinete é simultaneamente o Representante para as Relações com o Mercado, Luís Fernando da Costa Magalhães. Faz ainda parte deste Gabinete José Paulo de Martinho Simões Machado.

O Gabinete de Apoio ao Investidor pode ser contactado através do telefone (+351) 214200080, do endereço eletrónico investidor@sumolcompal.pt ou ainda da funcionalidade disponível no sítio institucional (www.sumolcompal.pt).

57. Representante para as relações com o mercado.

O Representante para as Relações com o Mercado é o Dr. Luís Fernando da Costa Magalhães.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

Em 2016 foram dirigidos ao Gabinete de Apoio ao Investidor 27 pedidos de informação. A resposta aos referidos pedidos foi facultada no prazo médio de uma semana.

V. Sítio de Internet

59. Endereço(s).

www.sumolcompal.pt

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

A informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais está disponível no endereço <http://www.sumolcompal.pt/investidores> - sociedade.

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões da sociedade estão disponíveis no endereço <https://sumolcompal.pt/pt-pt/investidores/governo-da-sociedade/estatutos-e-regulamentos>.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

A informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais consta do endereço <https://sumolcompal.pt/pt-pt/investidores/governo-da-sociedade/orgaos-sociais>.

Informação sobre a identificação do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso constam do endereço <http://www.sumolcompal.pt/investidores/gaiComposicao>.

Existe um formulário online, no endereço <http://www.sumolcompal.pt/investidores/gaiContacto>, para permitir o contacto direto dos investidores com o gabinete de apoio ao investidor.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Os documentos de prestação de contas, incluindo os dos últimos cinco anos, estão disponíveis no sítio da sociedade em <http://www.sumolcompal.pt/investidores/relatorioscontas>.

O calendário semestral de eventos societários não está disponível.

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

A convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada está disponível em <https://sumolcompal.pt/pt-pt/investidores/assembleias-gerais>.

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

O acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes está disponível no sítio da sociedade com o endereço <https://sumolcompal.pt/pt-pt/investidores/assembleias-gerais>.

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

As Assembleias Gerais Anuais de acionistas de 30 de maio de 2016 e de 30 de maio de 2014 aprovaram, respetivamente, uma declaração sobre a política de remuneração dos órgãos de administração e fiscalização, sob proposta da Comissão de Vencimentos, e uma declaração sobre a política de remunerações dos demais dirigentes, sob proposta do Conselho de Administração.

Cabe à Comissão de Vencimentos a determinação da remuneração dos membros dos órgãos sociais. Para determinação da remuneração dos dirigentes da sociedade é competente o Conselho de Administração.

II. Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A Comissão de Vencimentos é composta pelas sociedades Refrigor, S.A., Eufiger - Gestão de Empreendimentos Imobiliários e Agrícolas, S.A., e por António Augusto de Barahona Fernandes de Almeida.

Não existem pessoas contratadas para integrar a Comissão de Vencimentos.

Os membros da Comissão de Vencimentos Refrigor, S.A., e Eufiger - Gestão de Empreendimentos Imobiliários e Agrícolas, S.A., não são independentes nos termos do art.º 414, n.º 5, alínea b). A Refrigor, S.A., não é igualmente independente por força do disposto na alínea a) do mesmo número do art.º 414.º. O membro da Comissão António Augusto de Barahona Fernandes de Almeida é independente.

As pessoas singulares que representam a Eufiger e a Refrigor na Comissão de Vencimentos são os seus administradores, os quais são indicados em concreto caso a caso.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Todos os membros da Comissão de Vencimentos possuem conhecimentos e experiência em matéria de política de remuneração. Em 2014 foi nomeado para integrar a Comissão de Vencimentos o Senhor António Augusto de Barahona Fernandes de Almeida, que tem especiais conhecimentos e experiência em matéria de política de remunerações. Tais competências são especialmente detidas por este membro por o mesmo ter desenvolvido carreira profissional na área de gestão de pessoas, ao nível de direção, ter integrado comissões de vencimentos e por ter sido membro, na qualidade de vogal e presidente, de conselhos de administração com o pelouro de recursos humanos. Os outros membros têm desempenhado cargos de vogal ou de presidente de conselhos de administração, nalguns casos com a responsabilidade pelo pelouro de recursos humanos.

Todos os administradores que representam a Eufiger e a Refrigor têm vasta experiência em matéria de política de remunerações por integrarem, desde há muito, diversas Administrações e Comissões de Vencimentos.

III. Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Foi aprovada na Assembleia Geral realizada a 30 de maio de 2016 a política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere ao artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Nos termos desta política, os Membros da Comissão Executiva são remunerados nos seguintes termos:

- a) A remuneração anual dos membros comporta uma parte fixa e uma parte variável. A componente variável não poderá exceder seis vezes a remuneração fixa mensal;
- b) A componente variável tem como objetivo premiar o desempenho dos membros da Comissão Executiva, aferido pelo grau de execução de metas, assegurando o alinhamento destes com os interesses da sociedade;
- c) O nível de desempenho será medido pelo grau de execução de metas quantificadas e previamente estabelecidas para variáveis de desempenho (entre 3 a 5);
- d) A eventual remuneração variável de cada exercício será paga nos quatro anos seguintes, sendo que no primeiro destes quatro anos não poderá ser paga mais de 50% desta remuneração variável;
- e) Os pagamentos diferidos para o 2º, 3º e 4º ano ficarão dependentes do cumprimento de metas que assegurem a manutenção do nível de desempenho que justificou a atribuição da remuneração variável, pelo que se limita a remuneração variável, no caso de o desempenho da empresa evidenciar uma deterioração relevante no último exercício apurado;
- f) A aferição do cumprimento dos requisitos para o pagamento da componente variável é feita exercício a exercício, tendo em conta o anteriormente referido em relação ao diferimento de pagamentos, não tendo em especial atenção a conclusão de todo o mandato;

- g) Os membros que desempenhem funções em órgãos de administração de sociedades dependentes podem ser remunerados pelas referidas sociedades, aplicando-se a cada uma destas o proposto nesta declaração;
- h) A determinação do montante da eventual remuneração variável deve, tal como referido anteriormente, obedecer a critérios de alinhamento com os interesses da sociedade. Em concreto, no atual contexto societário e competitivo, são os seguintes os objetivos estratégicos que devem ser tidos em conta para apreciar a atuação da Comissão Executiva:
 - a. O atingimento de um volume de negócios superior ao alcançado em 2015;
 - b. A geração de um EBITDA superior ao de 2015;
 - c. O cumprimento das metas orçamentadas de inovação;
- i) A determinação do montante da remuneração fixa dos membros da Comissão Executiva deve ter em conta: i) as práticas de mercado para empresas comparáveis (atendendo-se à capitalização bolsista, ao EBITDA, aos resultados operacionais, aos resultados líquidos e ao volume de negócios); ii) a situação económico-financeira da empresa e iii) as funções de cada membro;
- j) Consideram-se empresas comparáveis a Novabase e a Impresa.

Nos termos da mesma política, os administradores não-executivos são remunerados nos seguintes termos:

- a) A remuneração comporta exclusivamente uma componente fixa;
- b) A determinação do montante da remuneração deve ter em conta: i) as práticas de mercado para empresas comparáveis, nomeadamente, em termos da capitalização bolsista, do EBITDA, dos resultados operacionais, dos resultados líquidos e do volume de negócios; ii) a situação económico-financeira da empresa; iii) as funções de cada membro e iv) o grau de afetação de tempo ao exercício das funções.
- c) Consideram-se empresas comparáveis a Novabase e a Impresa.

Não estão acordados pagamentos relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

Já os membros do Conselho Fiscal são remunerados nos seguintes termos:

- a) O membro independente que tem especiais conhecimentos em auditoria e contabilidade e que exerce regularmente, na empresa, a sua atividade auferir uma remuneração mensal fixa;
- b) Os restantes membros auferem uma senha de presença por cada reunião em que participem.

Não está prevista a existência de planos de atribuição de ações ou de opções de aquisição de ações por parte de membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

O Revisor Oficial de Contas auferir uma retribuição fixa, acordada com a empresa e de acordo com as práticas de mercado.

Os Membros da Mesa da Assembleia Geral e da Comissão de Vencimentos que não tiverem outras remunerações certas ou variáveis nesta sociedade ou em sociedades dependentes daquela podem receber uma senha de presença por cada reunião em que participem, atribuída pela Assembleia Geral.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

O alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade consegue-se através da existência de uma componente de remuneração variável para os administradores executivos. A atribuição de remuneração variável depende do desempenho de determinadas variáveis, sendo que este desempenho deve estar alinhado com os interesses de longo prazo da Sociedade. A avaliação deste desempenho faz-se pela comparação dos resultados obtidos em cada variável, com as metas quantificadas previamente fixadas. O pagamento parcialmente diferido da componente variável, o qual fica dependente da manutenção (em, pelo menos, 95%) dos desempenhos do ano em que a componente variável foi originada, é o mecanismo adotado para desincentivar a assunção excessiva de riscos.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

Existe uma componente variável cuja atribuição depende da verificação, efetuada pela Comissão de Vencimentos, do atingimento de metas quantificadas. Entende-se que a evolução das variáveis de desempenho «volume de negócios», «EBITDA» e «inovação» espelham razoavelmente o real crescimento da Empresa e a riqueza efetivamente criada para os acionistas. O pagamento da componente variável é diferido, ficando também dependente do desempenho nos três exercícios seguintes.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

O pagamento da remuneração variável é efetuado em dois momentos. O primeiro é efetuado no ano seguinte ao do exercício em causa; o segundo é efetuado no quarto ano seguinte, estando este pagamento dependente da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo dos três anos que o antecederam.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

A Empresa não tem em vigor esquemas de remuneração variável que envolvam as ações da sociedade.

Não é atribuída remuneração variável em ações aos administradores, nem são, por isso, estabelecidos critérios para a manutenção dessas ações pelos administradores executivos. Da mesma forma, não são celebrados contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

A Empresa não tem em vigor esquemas de remuneração variável que envolvam a atribuição de opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

Não existem outros prémios anuais para além da remuneração variável. Nesta, poderá incluir-se um prémio variável plurianual que será atribuído em caso de geração significativa e sustentada de valor para os acionistas. No entanto, para o mandato em curso, a Comissão de Vencimentos entendeu não dever fixar qualquer prémio variável plurianual.

Os benefícios não pecuniários são de natureza social ou de representação e são consistentes com os atribuídos aos demais gestores e colaboradores da Sociedade. É por exemplo, o caso do pagamento pela empresa de um seguro de saúde aos seus colaboradores efetivos ou a atribuição de um plafond para aquisição dos produtos que comercializa.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Existe um fundo de pensões que abrange quer administradores, quer a generalidade dos trabalhadores. Não existe qualquer outro regime complementar de pensão ou de reforma antecipada.

O Plano de Pensões SUMOL+COMPAL é um Plano de Contribuição Definida, composto por um conjunto de benefícios cumulativos às pensões de reforma atribuídas pela Segurança Social.

É financiado exclusivamente por contribuições do Associado, em função da relação EBITDA/Volume Negócios SUMOL+COMPAL, obtida no exercício anterior. Os benefícios abrangidos são os da “Reforma por Velhice”, “Reforma por Invalidez”, “Pensão de Sobrevivência”, “Reforma Antecipada” e “Reforma Postecipada”, nos termos descritos no respetivo Plano. Grosso modo, o valor dos benefícios resulta da transformação das unidades de participação existentes em nome de cada participante, à data da sua reforma ou morte, numa renda mensal vitalícia.

O Plano de Pensões SUMOL+COMPAL foi aprovado pelo Conselho de Administração sem intervenção da Assembleia Geral.

Até 31 de dezembro de 2016 eram os seguintes os valores acumulados por administrador: Amélia Maria Brito Pires Eusébio - 85 725,40 €; António Rui Libório Frade - 65 739,65 €; António Sérgio Brito Pires Eusébio - 131 398,55 €; Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto - 57 736,41 €; João António Brito Pires Eusébio - 88 785,46 €; José Manuel Doutel Jordão - 23 570,55 €; e José Tomaz Júdice Gamito Pires - 284 707,84 €.

IV. Divulgação das remunerações**77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.**

Foram remunerados na S+C os membros não executivos do Conselho de Administração, a saber: António Sérgio Brito Pires Eusébio, João António Brito Pires Eusébio e Amélia Maria Brito Pires Eusébio aos quais foram pagos, respetivamente, os seguintes montantes de remunerações fixas: 187.868,96€, 93.934,56€ e 93.934,56€.

O montante agregado destas remunerações foi de 375.738,08€.

Em 2016 foram pagas remunerações variáveis aos administradores executivos no total de 41.823,45€ com a seguinte repartição: Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto 13.277,46€; António Rui Libório Frade 11.244,45€, José Manuel Doutel Jordão 11.244,45€ e José Tomaz Júdice Gamito Pires 6.057,09€.

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

Em 2016 foram remunerados no Conselho de Administração da SUMOL+COMPAL Marcas, S.A., os membros da Comissão Executiva, a saber, Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto, José Tomaz Júdice Gamito Pires, António Rui Libório Frade e José Manuel Doutel Jordão, os quais auferiram, respetivamente, 234.836,16€, 187.868,96€, 187.868,96€ e 187.868,96€.

O montante total destas remunerações ascendeu a 798.443,04€.

Em 2016 foram pagas remunerações variáveis aos administradores executivos no total de 168.899,25€ com a seguinte repartição: Duarte Nunes Ferreira Lopes Pinto 49.676,25€; António Rui Libório Frade 39.741,00€, José Manuel Doutel Jordão 39.741,00€ e José Tomaz Júdice Gamito Pires 39.741,00€.

Aos administradores não executivos António Sérgio Brito Pires Eusébio, Amélia Maria Brito Pires Eusébio e João António Brito Pires Eusébio foi pago, a título de remuneração fixa, o valor anual de 15.000€.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos.

Não existem outras remunerações para além das acima referidas.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas nem são devidas indemnizações a ex-administradores executivos.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Durante o exercício de 2016, a SUMOL+COMPAL pagou aos membros do seu Conselho Fiscal o montante de 20.300€. Em senhas de presença, foram pagos a Manuel Batista Figueiredo 4.300€ e a José Paulo Machado da Silva Alexandre da Fonseca 5.500€. José Manuel Rodrigues Felgueiras recebeu da SUMOL+COMPAL 8.000€. Tendo este último renunciado ao mandato em agosto de 2016, foi ainda paga a António Augusto de Barahona Fernandes de Almeida, que assumiu o cargo de membro efetivo do Conselho fiscal nessa ocasião, a quantia de 2.500€.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

A Presidente da Mesa da Assembleia Geral recebe uma senha de presença por cada reunião de Assembleia Geral realizada. Durante o ano de 2016 foi paga à Presidente da Mesa da Assembleia Geral 1 senha de presença no valor total de €300,00.

V. Acordos com implicações remuneratórias**83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.**

Não existem limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador nem foi estabelecida qualquer relação entre tal compensação e a componente variável da remuneração.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (art. 245.º-A, n.º 1, al. I).

Não existem quaisquer acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações ('stock options')**85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.**

Não existem planos de atribuição de ações e/ou de opções de aquisição de ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).

Não existem quaisquer planos de atribuição de ações e/ou opções de aquisição de ações.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Não existem quaisquer direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).

Não está previsto qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (Para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).

Não foram estabelecidos mecanismos específicos para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas. Foram apenas estabelecidos pelo Conselho Fiscal critérios para intervenção do Conselho Fiscal para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação (vd. ponto 91).

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Em 2016 não houve qualquer transação que reunisse os requisitos para emissão de parecer prévio pelo Conselho Fiscal, pelo que nenhuma transação foi sujeita a controlo por este órgão.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

O Conselho Fiscal estabeleceu os procedimentos e critérios necessários para a avaliação prévia dos negócios a realizar nos termos descritos.

Os procedimentos são os seguintes:

1. O Conselho Fiscal estabeleceu que lhe sejam submetidos os negócios com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, sempre que esses negócios, quando de carácter isolado, sejam de valor igual ou superior a 100.000€ por negócio.
2. No caso de negócios continuados, por exemplo rendas de instalações, o valor a partir do qual estes deverão ser submetidos a parecer prévio do Conselho Fiscal passará para 500.000€, por ano.
3. Verificando-se o preenchimento dos critérios supra referidos, deverão ser comunicados por escrito, e com uma antecedência de 30 dias relativamente à data prevista para a celebração do negócio (ou prazo inferior caso o respeito pelo prazo de 30 dias seja inexequível e desde que a impossibilidade de submissão seja devidamente fundamentada) os termos do negócio em causa, referindo-se, designadamente, o respetivo objeto, os intervenientes, o valor e demais informação considerada relevante para uma completa avaliação do negócio.
4. A comunicação deverá ser remetida pela Administração da Sociedade para a sede desta, ao cuidado do Exmo. Senhor Presidente do Conselho Fiscal, bem como por e-mail para o seguinte endereço: conselho.fiscal@sumolcompal.pt.
5. O Conselho Fiscal emitirá o seu parecer prévio, não vinculativo, no prazo máximo de 15 dias após a receção da comunicação que lhe seja dirigida, ou em prazo inferior se devidamente fundamentada a inviabilidade de respeito do prazo de 30 dias estabelecido no número 3 supra.

II. Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

Está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas nas Notas às Demonstrações Financeiras (Nota 33 – Partes Relacionadas) bem como no presente documento.

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

A Sociedade submete-se ao Código da CMVM, de agosto de 2013, sobre o Governo das Sociedades Cotadas – Código de Governo das Sociedades da CMVM, disponível em www.cmvm.pt. A Sociedade não está sujeita ao cumprimento de quaisquer outros códigos, na medida em que considera que a sujeição ao Código de Governo emitido pela CMVM assegura um adequado nível de proteção dos interesses dos acionistas e de transparência do governo societário.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

Em relação às recomendações da CMVM e considerando a numeração utilizada nestas recomendações, o entendimento do Conselho de Administração sobre a sua adoção é o seguinte:

CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES DA CMVM 2013 (RECOMENDAÇÕES)

I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE

I.1. As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.

Parcialmente adotada. A Sociedade incentiva a participação acionista já que os estatutos da Sociedade fazem corresponder um voto a cada ação.

O capital social é de 60.499.364 Euros, dividido em 60.499.364 ações de 1 Euro cada.

Por outro lado, não existe qualquer restrição ao exercício ativo do direito de voto, quer diretamente, quer indiretamente. Pelo contrário, o artigo 22.º, n.º 2, dos estatutos da Sociedade, determina que “os acionistas com direito a voto poderão exercê-lo por correspondência, através de declaração por si assinada, onde manifestem de forma inequívoca o sentido do seu voto.”

Os estatutos não preveem a admissibilidade do voto por correspondência ou por via eletrónica. A dimensão da sociedade e a reduzida dispersão do capital não justificou, até à presente data, que fossem adotados aqueles sistema de voto.

I.2. As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.

Adotada. Os estatutos da Sociedade não contemplam alterações ao previsto no Código das Sociedades Comerciais relativamente ao quórum deliberativo, determinando que a Assembleia Geral delibera por maioria de votos emitidos, seja qual for a percentagem do capital social nela representado; as abstenções não são contadas e a deliberação sobre algum dos assuntos referidos no n.º 2 do artigo 383.º do Código das Sociedades Comerciais deve ser aprovada por dois terços dos votos emitidos, quer a Assembleia reúna em primeira quer em segunda convocação.

I.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.

Adotada. A sociedade não tem definida uma política de distribuição de dividendos, nem prevê quaisquer mecanismos que provoquem o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

I.4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.

Adotada. Os estatutos da Sociedade não preveem a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas. No entanto, os estatutos da Sociedade dispõem (artigo 8.º-A) que poderão ser amortizadas, sem consentimento do titular respetivo e pelo seu valor nominal, ou pelo respetivo valor de mercado, quando seja inferior àquele, as ações da Sociedade detidas por acionista que, direta ou indiretamente exerça atividade concorrente ou similar com a da Sociedade.

Foram alterados, na Assembleia Geral de 6 de abril de 2015, os estatutos da sociedade, passando a constar do referido art.º 8.º-A o dever de sujeitar, pelo menos de cinco em cinco anos, a deliberação da Assembleia Geral, a manutenção ou eliminação de tal norma estatutária, sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal, contando-se, nessa deliberação, todos os votos emitidos sem qualquer limitação.

I.5. Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho

dos titulares do órgão de administração.

Não Adotada. Nunca foram adotadas quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração da sociedade.

Assim sendo, não são, por esta via, prejudicadas a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

Cumprir referir que, no entanto, nalguns contratos estabelecidos com parceiros de negócio, a aquisição por entidades concorrentes de determinadas percentagens do capital social da SUMOL+COMPAL poderá levar ao término destes contratos.

Embora esta cessação não corresponda à exigência de pagamentos ou assunção de encargos, estas cláusulas podem ser impeditivas de uma alteração de controlo, uma vez que algum potencial oferente poderá perder o interesse na sociedade se esta vier a ficar desprovida de parcerias relevantes para a manutenção da sua atividade ou dos seus resultados.

II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO

II.1. SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO

II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.

Adotada. O Conselho de Administração elegeu uma Comissão Executiva na qual foi delegada a gestão corrente da Sociedade. Veja-se a respeito das suas competências o ponto 29 do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.

Adotada. O desenvolvimento da atividade correspondente à prossecução dos objetivos da Sociedade, designadamente, a: i) definição da estratégia e das políticas gerais da Sociedade; ii) definição da estrutura empresarial do Grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais não foram delegadas pela administração.

No ponto 29 do Relatório de Governo da Sociedade são indicadas as matérias que não foram delegadas.

II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.

Não aplicável. A Sociedade não possui um conselho geral e de supervisão.

II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:

a) **Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;**

b) **Refletir sobre o sistema, a estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.**

Não adotada. A administração entende que a dimensão média da Sociedade e do Grupo não justifica a criação de qualquer comissão específica.

De facto, não existe qualquer comissão com competências na avaliação do desempenho dos administradores executivos e para avaliação do seu próprio desempenho global ou de outras comissões existentes, nem para refletir sobre o sistema, a estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

No entanto, estas matérias são objeto de apreciação e de reflexão por parte da Comissão de Vencimentos e/ou por parte do Conselho de Administração.

II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.

Não adotada. Em 2016, a Comissão Executiva procedeu à revisão do processo de Gestão de Risco, o qual inclui o sistema de identificação dos riscos, os eventos que lhe podem dar origem, a sua análise e avaliação, planos de tratamento e medidas de controlo e acompanhamento. A adoção desta recomendação será apreciada logo que concluída a implementação do processo de Gestão de Risco.

II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.

Adotada. A administração da SUMOL+COMPAL, composta por sete membros, nomeou uma Comissão Executiva formada por quatro administradores. Assim, os restantes administradores garantem a efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros daquela comissão.

II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo *free float*.

A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

- a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;
- b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;
- c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;
- d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;
- e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.

Não adotada. Os administradores não executivos não são independentes. A Sociedade considera que, tendo em conta, por um lado, o facto de a Sociedade ter uma dimensão média, bem como a reduzida dispersão do seu capital e, por outro lado, o facto de existir um órgão de fiscalização constituído maioritariamente por independentes, está assegurada pelo órgão de fiscalização e pelo órgão de administração a defesa dos interesses da Sociedade e dos acionistas.

II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.

Adotada. Os administradores com funções executivas sempre prestaram aos demais membros dos órgãos sociais da Sociedade todas as informações que por estes foram requeridas.

II.1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.

Adotada. As convocatórias e as atas das reuniões da Comissão Executiva estão disponíveis para acesso pelo Presidente do Conselho de Administração e são remetidas ao Presidente do Conselho Fiscal.

II.1.10. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.

Não aplicável. O presidente do órgão de administração não exerce funções executivas.

II.2. FISCALIZAÇÃO

II.2.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.

Não Adotada. Pelo facto de no Acordo Parassocial celebrado entre a Refrigor, S.A., e o Grupo Caixa Geral de Depósitos, em vigor aquando da eleição do Conselho Fiscal, estar previsto que esta entidade podia indicar o Presidente do Conselho Fiscal, a CMVM entendeu não ser independente o Presidente do Conselho Fiscal indicado nestes termos. O Presidente do Conselho Fiscal apresentou ao Conselho Fiscal e ao Conselho de Administração, uma declaração na qual declarava que:

- a) Tem uma relação laboral com a Caixa Capital, Sociedade de Capital de Risco, S.A., a qual é a entidade gestora do Fundo de Capital de Risco Grupo CGD – Caixa Capital, que era detentor de 10,50% do capital social da Sociedade, sendo as unidades de participação do mencionado fundo detidas maioritariamente por entidades em relação de domínio indireto com a mencionada entidade gestora;
- b) Não foi reeleito por mais de 2 mandatos e não incorre em nenhuma das incompatibilidades previstas no n.º 1 do artigo 414.º-A do citado código.

II.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.

Não Adotada. O Conselho Fiscal serviu, frequentemente, de interlocutor entre a Empresa e o auditor externo. O contacto entre o auditor externo e o Conselho Fiscal é assegurado mediante a realização de reuniões entre ambos, sempre que estas se mostrem necessárias, e é evidenciado por um acompanhamento regular pelo auditor externo de todos os assuntos que exijam a sua intervenção ou esclarecimentos.

No entanto, o órgão de fiscalização não é o principal interlocutor do auditor externo nem propõe, designadamente, a respetiva remuneração.

II.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.

Adotada. O Conselho Fiscal faz no seu relatório anual ao exercício de 2016 uma avaliação positiva do auditor externo PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.. O Conselho Fiscal acompanhou os trabalhos desenvolvidos ao longo do exercício, fazendo uma avaliação positiva sobre a sua atuação e desempenho, demonstrando grande qualidade técnica no trabalho desenvolvido.

II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.

Adotada. O Conselho Fiscal procedeu à fiscalização do sistema de controlo interno e gestão de riscos existentes com base na informação que lhe foi prestada pelo Conselho de Administração, considerando-os razoáveis em relação à dimensão da Empresa.

II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de

auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de *compliance*), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

Não adotada. Os serviços de auditoria interna (Gabinete de Auditoria Interna) não reportam ao Conselho Fiscal, mas ao Presidente do Conselho de Administração (não independente).

Este esquema de reporte, dadas as características da estrutura acionista da Sociedade foi entendido como sendo o mais adequado para assegurar um correto e eficiente funcionamento dos serviços de auditoria interna.

II.3. FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.

Adotada. Todos os membros da Comissão de Vencimentos são independentes relativamente aos membros executivos do Conselho de Administração.

Todos os membros da Comissão de Vencimentos têm conhecimentos e experiência em matéria de políticas de remuneração. Em 2014 foi nomeado para integrar a Comissão de Vencimentos o Senhor António Augusto de Barahona Fernandes de Almeida, que tem especiais conhecimentos e experiência em matéria de política de remunerações. Tais competências são especialmente detidas por este membro por o mesmo ter desenvolvido carreira profissional na área de gestão de pessoas, ao nível de direção, ter integrado comissões de vencimentos e por ter sido membro, na qualidade de vogal e presidente, de conselhos de administração com o pelouro de recursos humanos. Os outros membros têm desempenhado, desde há muitos anos, cargos de vogal ou de presidente de conselhos de administração, para além de terem integrado já diversas Comissões de Vencimentos.

II.3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.

Adotada. Não há qualquer entidade contratada para apoiar a Comissão de Vencimentos.

II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho, deverá conter, adicionalmente:

a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;

b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;

d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.

Parcialmente adotada. Foi realizada a 30 de maio de 2016 a Assembleia Geral na qual foi aprovada a declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Esta declaração, datada de 29 de abril de 2016, não contém informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, ou sobre a identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos por a Comissão de vencimentos não se ter pronunciado a esse respeito.

Contém, no entanto, as demais informações.

II.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.

Não aplicável. Não existem planos de atribuição de ações e/ou de opções de aquisição de ações a membros dos órgãos sociais.

II.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.

Não adotada. Existe um plano de pensões que se aplica aos membros dos órgãos sociais nas mesmas condições em que se aplica aos demais trabalhadores da Empresa.

Este plano de pensões foi constituído por escritura pública datada de 29 de dezembro de 1988, tendo sido deliberada a sua constituição na Reunião de Conselho de Administração de 10/11/1988. Na ocasião, tal matéria era exclusivamente da competência do Conselho de Administração que a exerceu conforme descrito.

III. REMUNERAÇÕES

III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.

Adotada. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração é composta por uma componente fixa e por uma componente variável. A atribuição da componente variável depende da verificação, efetuada pela Comissão de Vencimentos, do atingimento de metas quantificadas. O pagamento da componente variável é parcialmente diferido, ficando o pagamento da componente diferida dependente do desempenho nos três exercícios seguintes. O pagamento parcialmente diferido da componente variável, o qual fica dependente da manutenção (em, pelo menos, 95%) dos desempenhos do ano em que a componente variável foi originada, é o mecanismo adotado para desincentivar a assunção excessiva de riscos.

III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

Adotada. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.

Adotada. O limite atual para a componente variável anual é inferior a 50% da remuneração fixa. No que toca à componente fixa anual, o valor desta componente tem como limite máximo os valores praticados pelas empresas comparáveis.

Estes limites estão enquadrados pelas práticas de mercado.

III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.

Adotada. O pagamento da remuneração variável é efetuado nos 4 anos seguintes, estando dependente da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo desse período. Assegura-se assim o diferimento de uma parte significativa da remuneração (50%) por um período não inferior a três anos.

III.5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.

Adotada. Não foram celebrados contratos com a Sociedade ou com terceiros que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração dos membros do órgão de administração.

III.6. Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.

Não aplicável. A Empresa não tem em vigor esquemas de remuneração variável que envolvam as ações da sociedade.

III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.

Não Aplicável. A Empresa não tem em vigor esquemas de remuneração variável que envolvam a atribuição de opções.

III.8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.

Não adotada. Não existem quaisquer instrumentos jurídicos para que a compensação estabelecida para qualquer forma de destituição sem justa causa de administrador não seja paga

se a destituição ou cessação por acordo for devida a desadequado desempenho do administrador.

Tal salvaguarda não foi assegurada aquando da realização dos convites para integração do Conselho de Administração.

IV. AUDITORIA

IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.

Adotada. O auditor externo verificou a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e não reportou quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da Sociedade.

IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.

Adotada. A Sociedade contratou ao auditor externo (PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda.) ou a entidades que com ele se encontram em relação de participação ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria, os quais assumem um relevo inferior a 30% do valor total dos serviços prestados à Sociedade.

Tipologia do serviço	%	Valor
a) Serviços de revisão legal de contas	83 %	61.419,00 €
b) Outros serviços de garantia de qualidade	- %	- €
c) Serviços de consultoria fiscal	- %	- €
d) Outros serviços que não de revisão legal de contas	17 %	12.200,00 €
	100 %	73.619,00 €

Os serviços prestados à Sociedade pelo auditor externo foram submetidos à apreciação do órgão de fiscalização.

A contratação, ao auditor externo, de serviços diversos dos serviços de auditoria decorre do facto de se lhe reconhecerem a necessária competência técnica e eficiência no acompanhamento de determinados temas, bem como do facto de existir com este auditor uma relação de confiança essencial à prestação dos serviços.

IV.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que

pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.

Adotada. A SUMOL+COMPAL, S.A., promoveu a rotação do auditor externo, tendo em assembleia geral realizada em 29 de abril de 2011 designado como novo auditor a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., que está atualmente no final do segundo mandato.

V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

V.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.

Adotada. Os negócios da Sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação são realizados em condições normais de mercado.

V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.

Adotada. O Conselho Fiscal estabeleceu os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância destes negócios e os demais termos da sua intervenção.

Veja-se a este respeito o disposto no ponto 91 do Relatório de Governo.

VI. INFORMAÇÃO

VI.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

Não adotado. Constam em português e estão traduzidos em inglês no sítio da Sociedade os estatutos da Sociedade.

Está também divulgada em português e inglês, no sítio da Sociedade, informação relativa ao Gabinete de Apoio ao Investidor, respetivas funções e meios de acesso e outra informação relativa à identificação da Sociedade.

No entanto, os documentos de prestação de contas e de governo não estão integralmente divulgados em inglês no sítio da Sociedade. Estão traduzidos o Relatório Único de Gestão e as Demonstrações Financeiras mas não as Notas nem o Relatório de Governo Societário.

A tradução de todas as informações que permitam o conhecimento sobre a evolução e a realidade atual da Sociedade em termos económicos, financeiros e de governo não foi integralmente assegurada por não se considerarem justificados o esforço e o custo em que a Sociedade teria de incorrer para o efeito face à dimensão da Sociedade, ao reduzido contacto de investidores estrangeiros e aos valores envolvidos para assegurar o integral cumprimento da recomendação.

VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.

Adotada. A Sociedade, com o fim de assegurar um permanente contacto com o mercado, dentro do princípio de total igualdade entre os acionistas, criou e tem em funcionamento um Gabinete de Apoio ao Investidor.

As funções do Gabinete de Apoio ao Investidor da Sociedade são a disponibilização de informação que se julga relevante para os investidores e o contacto direto com esses mesmos investidores e com os meios de comunicação.

Quaisquer pedidos apresentados são registados, bem como o tratamento que lhes foi dado.

Veja-se a este respeito o disposto nos pontos 56 e seguintes do Relatório do Governo da Sociedade.

3. Outras informações

A Sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

A Sociedade considera que não existem outras informações adicionais relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas que não se encontrem vertidas nos pontos anteriores.

MORANGO DE PORTUGAL UM SABOR SÓ NOSSO.



COMPAL
1952

Clássico
MORANGO DE
Portugal
STRAWBERRY FROM

*Nunca. Nunca. Naturalmente.
Nunca a partir de concentrado*

EDIÇÃO
LIMITADA

COMPAL. É MESMO NATURAL.

05

RELATÓRIO
E PARECER
DO CONSELHO
FISCAL



EXERCÍCIO DE 2016

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal às contas consolidadas

Em cumprimento do disposto na alínea g) do n.º 1 do Art.º 420º e no Art.º 508º-D do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal da Sumol+Compal, S.A. apresenta o seu relatório sobre a atividade fiscalizadora desenvolvida no decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2016, bem como o seu parecer sobre o Relatório Único Integrado, as Contas Consolidadas do mesmo exercício e as propostas de aprovação dos mesmos para a Assembleia-Geral.

No decurso do ano de 2016, o Conselho Fiscal da Sumol+Compal, S.A. acompanhou, com a periodicidade e extensão julgadas adequadas, o desenvolvimento da atividade da Sociedade, tendo procedido à análise sistemática da informação contabilística e de outra informação de gestão obtida. Para o efeito, o Conselho Fiscal reuniu 9 vezes durante o ano de 2016.

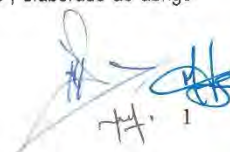
O Conselho Fiscal realizou contactos periódicos, com o Administrador com o pelouro financeiro, para recolha de elementos sobre a evolução da atividade da Empresa. Assistiu às reuniões para que foi convidado pelo Conselho de Administração, ou que solicitou diretamente, em que se procedeu à apreciação dos reportes financeiros e da atividade referente a cada período trimestral. De salientar que houve sempre por parte da Administração da Empresa uma preocupação em manter o Conselho Fiscal a par da atividade, destacando-se o acompanhamento da evolução do mercado interno bem como dos negócios em Angola e Moçambique.

Foram mantidos contactos periódicos, com o responsável do Gabinete de Auditoria Interna, que informou o trabalho desenvolvido no âmbito do controlo interno e disponibilizou os relatórios concluídos, dando conhecimento das auditorias realizadas e dos resultados da aplicação das medidas corretivas aconselhadas.

Realizaram-se reuniões com o Revisor Oficial de Contas, para análise conjunta de matérias inseridas no âmbito da competência de ambos os órgãos.

O Conselho Fiscal acompanhou os trabalhos desenvolvidos pelo Revisor Oficial de Contas ao longo do exercício, fazendo uma avaliação positiva, sobre a sua atuação e desempenho, demonstrando grande qualidade técnica no trabalho realizado.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda, apresentou ao Conselho Fiscal o "Relatório adicional ao Órgão de Fiscalização", elaborado ao abrigo do art.º 24º do Decreto-Lei n.º 148/2015.



EXERCÍCIO DE 2016

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal às contas consolidadas

Durante o exercício de 2016 a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda, prestou à Sumol+Compal, S.A. o serviço de auxiliar na análise dos efeitos nos preços do concentrado/extrato vendido pela Pepsico à Sumol+Compal, S.A. durante o exercício de 2015, e à Sumol+Compal Marcas, S.A. o serviço de revisão limitada do Balanço intercalar daquela entidade reportado à data de 30 de novembro de 2016, para cumprimento do preceituado no Código das Sociedades Comerciais para efeitos de distribuição antecipada de dividendos. Ambas as prestações de serviços foram previamente submetidas ao Conselho Fiscal, que emitiu parecer de que as mesmas não prejudicam a independência dos serviços de auditoria prestados pela PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., tendo por referência os normativos em vigor.

Da atividade da Empresa em 2016, destacam-se os seguintes indicadores:

- O volume de negócios ascendeu a € 355,8 milhões, representando um acréscimo de 4,3% em relação ao ano anterior. As vendas ascenderam a € 346,1 milhões, repartidas em € 245,1 milhões em Portugal e € 101,0 milhões nos mercados externos.
- A margem bruta cifrou-se em € 207,8 milhões, registando uma progressão de 13,8%.
- O cash-flow operacional (EBITDA) foi de € 52,1 milhões, correspondendo a 14,6% do volume de negócios.
- Os resultados antes de impostos ascenderam a € 16,0 milhões. Após estimativa para o imposto sobre o rendimento, alcançou-se um resultado consolidado com os interesses não controlados, no montante de € 10,5 milhões.

No trabalho desenvolvido ao longo do ano nas diversas áreas, o Conselho Fiscal não enfrentou constrangimentos relevantes, ou que fossem dignos de registo.

No âmbito das suas funções, o Conselho Fiscal verificou:

- A regularidade da escrituração contabilística e fiscalizou o processo de preparação e divulgação da informação financeira;
- Que o Balanço consolidado, a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada dos rendimentos integrais, a Demonstração consolidada das alterações no capital


2

EXERCÍCIO DE 2016

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal às contas consolidadas

próprio, a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa e as Notas consolidadas, permitem uma adequada compreensão da situação económica e financeira da Empresa e dos seus resultados;

- Que as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados são adequados e conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia;
- Que o Relatório Único Integrado é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Empresa, evidenciando com clareza os aspetos mais significativos da atividade e está em consonância com as Demonstrações Financeiras, satisfazendo, no seu entender, as exigências legais e estatutárias.

O Conselho Fiscal vigiou ainda pela observância da lei e dos estatutos.

O Conselho Fiscal reuniu com o Revisor Oficial de Contas, para apreciação conjunta de Relatório Único Integrado e as Contas referentes ao exercício de 2016 e para avaliação da evolução do trabalho de revisão das Contas Individuais e Consolidadas. Apreciou posteriormente o conteúdo da Certificação Legal de Contas, à qual, por cumprir os requisitos legais, dá o seu acordo.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e dos Serviços da Empresa, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas, o Conselho Fiscal é de parecer que a Assembleia-Geral:

Aprove o Relatório Único Integrado do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras Consolidadas.

Finalmente, pela colaboração obtida, o Conselho Fiscal expressa o seu reconhecimento e agradecimento, ao Conselho de Administração, ao Revisor Oficial de Contas, bem como aos demais Colaboradores da Empresa.

Carnaxide, 30 de Março de 2017



EXERCÍCIO DE 2016

Relatório e Parecer do Conselho Fiscal às contas consolidadas

O Conselho Fiscal



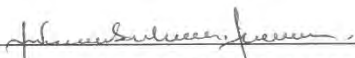
Manuel Batista Figueiredo

Presidente



José Paulo da Silva Alexandre da Fonseca

Vogal



António Augusto Barahona Fernandes d'Almeida

Vogal



NOVO SUMOL REMIX

JUNTA-TE À MISTURA

BAIXAS CALORIAS

SUMOL REMIX

FRUTOS VERMELHOS

BAIXAS CALORIAS 6kcal/100ml SEM AÇÚCAR ADICIONADO

06

CERTIFICAÇÃO
LEGAL
DAS CONTAS
E RELATÓRIO
DE AUDITORIA
DAS CONTAS
CONSOLIDADAS





Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Sumol+Compal, S.A. (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 624.548.904,76 euros e um total de capital próprio de 179.145.161,15 euros, incluindo um resultado líquido de 7.269.492,02 euros), a demonstração consolidada dos resultados, a demonstração consolidada do rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Sumol+Compal, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias. Consideramos que as matérias descritas abaixo são as matérias relevantes de auditoria a comunicar neste relatório.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de Auditoria</i>
<p>Imparidade do Goodwill e dos Ativos intangíveis</p> <p>O Grupo Sumol+Compal apresenta, nas suas demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente no ativo não corrente, montantes significativos de Goodwill (cerca de 113 milhões de euros a 31 de dezembro de 2016) e de ativos de vida útil indefinida respeitantes a marcas identificadas no contexto de processos de aquisição de empresas e reconhecidos em Ativos intangíveis (cerca de 283 milhões de euros a 31 de dezembro de 2016), conforme detalhe nas notas 4 e 5 do Anexo, respetivamente.</p> <p>Conforme preconizado pela IAS 36, o Goodwill e os Ativos intangíveis com vida útil indefinida devem ser sujeitos a testes de imparidade anuais ou aquando da identificação de indícios de imparidade. Em 31 de dezembro de 2016 o Grupo determinou o valor recuperável das suas unidades geradoras de caixa através do valor de uso, conforme referido nas notas 4 e 5 do Anexo.</p> <p>O cálculo do valor recuperável do Goodwill requer a definição pela Gestão de um conjunto de estimativas e pressupostos assentes em previsões económicas e de mercado, nomeadamente no que se refere à projeção dos cash-flows futuros, taxas de crescimento na perpetuidade e taxas de desconto a utilizar.</p> <p>Relativamente às marcas, o Grupo recorre a avaliadores externos que em conjunto com a Gestão estabelecem um conjunto de estimativas e de pressupostos relevantes, que assentam em variáveis macroeconómicas e de mercado, nomeadamente para a definição dos cash-flows futuros, influência e força da marca, taxas de crescimento na perpetuidade e taxas de desconto a utilizar.</p> <p>Pela materialidade dos valores em questão e pela complexidade e nível de julgamento associado aos pressupostos subjacentes aos modelos</p>	<p>Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram, de entre outros:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Obtenção do relatório de avaliação das marcas, efetuado por entidade independente e especializada e da documentação de análise de imparidade do Goodwill e das marcas, preparada pelos serviços do Grupo; - Confirmação da idoneidade e independência da entidade que realizou a avaliação das marcas; - Entendimento do modelo de imparidade utilizado pelo Grupo, confirmando que segue uma metodologia aceitável e consistente com exercícios anteriores; - Avaliação da razoabilidade dos pressupostos utilizados pelos serviços do Grupo e pelos avaliadores externos na análise da imparidade do Goodwill e avaliação das marcas, respetivamente, nomeadamente taxas de desconto, taxas de crescimento e evolução das margens, bem como confirmação da exatidão dos cálculos; - Realização de análises de sensibilidade aos principais pressupostos, determinando os impactos que as variações, individualmente ou no seu conjunto, originariam nas análises de imparidades efetuadas; - Confirmação de que os valores obtidos no relatório de avaliação das marcas e na documentação de análise de imparidade do Goodwill e das marcas são superiores aos montantes registados nas demonstrações financeiras a 31 de dezembro de 2016; - Confirmação da adequacidade das divulgações efetuadas.

<i>Matérias relevantes de auditoria</i>	<i>Síntese da abordagem de Auditoria</i>
utilizados pelos avaliadores externos e para efeitos de avaliação de eventuais imparidades alocadas à unidade geradora de caixa em questão, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.	

Especialização dos incentivos comerciais concedidos

Os incentivos comerciais concedidos a clientes sob a forma de rappel e os gastos comerciais associados a aberturas e aniversários de loja, folhetos, espaços promocionais e contratos de exclusividade, entre outros, realizados por parte do Grupo Sumol+Compal representam valores significativos no contexto das demonstrações financeiras consolidadas. Relativamente aos incentivos comerciais os mesmos são apresentados a deduzir às Vendas, as quais apresentam um valor líquido de 346.125.988 euros (conforme nota 25 de Anexo), sendo os gastos comerciais relevados na rubrica Fornecimentos e serviços externos, que apresenta um valor total de 107.565.719 euros (conforme nota 28 do Anexo).

Dado que os referidos incentivos comerciais concedidos e gastos comerciais apresentam diversas naturezas e são apurados de formas muito diferenciadas, os mesmos envolvem em alguns casos estimativas significativas, pelo que este tema constitui uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Os procedimentos de auditoria que desenvolvemos incluíram, de entre outros:

- Entendimento e teste aos controlos relevantes identificados nos procedimentos e processos associados à área de vendas;
- Testes substantivos à especialização dos incentivos concedidos, nomeadamente através da análise e validação da informação de suporte preparada pelos serviços do Grupo e, quando aplicável, confirmação da mesma com os respetivos contratos;
- Confirmações de saldos de uma amostra representativa de clientes que apresentam valores significativos de incentivos comerciais;
- Procedimentos de revisão analítica sobre as rubricas de vendas (análise dos principais desvios face ao ano anterior e orçamento e obtenção de explicação para os mesmos).

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório único de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas

conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;

- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório único de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório único integrado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório único integrado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Sumol+Compal, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 29 de abril de 2011, para um mandato compreendido entre 2011 e 2013, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação/eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 30 de maio de 2014 para o mandato compreendido entre 2014 e 2016.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 30 de março de 2017.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.
- e) Tal como divulgado no Relatório de governo societário, informamos que, para além da auditoria, prestámos à Entidade os seguintes serviços permitidos por lei e regulamentos em vigor:
- realização de procedimentos acordados de auditoria relativos às vendas de Pepsi e 7Up durante o exercício de 2015;
 - revisão limitada do Balanço intercalar da Sumol+Compal Marcas, SA reportado à data de 30 de novembro de 2016, para efeitos de distribuição antecipada de dividendos.

30 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



Jorge Manuel Santos Costa, R.O.C.



SUMOL+COMPAL, S.A.
SOCIEDADE ABERTA
Nº ÚNICO DE MATRÍCULA E PESSOA COLECTIVA 500 277 486
CONSERVATÓRIA DO REGISTO COMERCIAL DE CASCAIS
CAPITAL SOCIAL: 60.499.364,00€
SEDE: RUA DR. ANTÓNIO JOÃO EUSÉBIO, 24. 2790-179 CARNAXIDE
TEL. (+351) 214 243 500
FAX (+351) 212 487 765
INVESTIDOR@SUMOLCOMPAL.PT



sumol+compal
É da nossa natureza.